



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**DANIEL GUEDES DOS SANTOS**

**DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO PLURIANUAL  
2020-2023: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS CONSULTAS PÚBLICAS  
NO ESTADO DO TOCANTINS.**

**Palmas-TO  
2025**

**DANIEL GUEDES DOS SANTOS**

**Democracia e Participação Social no Planejamento Plurianual 2020-2023: Uma  
análise dos resultados das Consultas Públicas no estado do Tocantins.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas  
da Universidade Federal do Tocantins como  
requisito para obtenção de título de Mestre em  
Gestão de Políticas Públicas.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Aparecida da  
Rocha Silva.

**Palmas-TO  
2025**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

S237d Santos, Daniel Guedes dos.

Democracia e Participação Social no Planejamento Plurianual 2020-2023: Uma análise de resultados das Consultas Públicas no estado do Tocantins. / Daniel Guedes dos Santos. – Palmas, TO, 2025.

318 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Gestão de Políticas Públicas, 2025.

Orientadora : Mônica Aparecida da Rocha Silva

1. Planejamento Plurianual. 2. Democracia. 3. Participação Social. 4. Consultas Públicas. I. Título

**CDD 350**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



DANIEL GUEDES DOS SANTOS

**DEMOCRACIA, PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO POPULAR: UMA  
ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS CONSULTAS PÚBLICAS DO  
PLANEJAMENTO PLURIANUAL 2020-2023 NO ESTADO DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do título de mestre.

Orientador(a): Dra. Mônica Aparecida da Rocha

Aprovada em 11/08/2025.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Mônica Aparecida da Rocha Silva – UFT - (Orientadora)

Prof. Dr. Airton Cardoso Cançado - UFT - (Membro interno)

Profa. Dra. Andréa Freire de Lucena – UFG - (Membro externo)



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Freire de Lucena, Usuário Externo**, em 12/08/2025, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Airton Cardoso Cancado, Servidor(a)**, em 12/08/2025, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Aparecida da Rocha Silva, Servidor(a)**, em 13/08/2025, às 19:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.uff.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.uff.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0473847** e o código CRC **6B1A3D26**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23101.006279/2025-69

SEI nº 0473847

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a meus pais, Gabriel Guedes da Silva e Aparecida Gomes dos Santos pela aventura de terem aceitado a missão, sem garantias, de criar, direcionar e educar uma alma renascida neste mundo. Aos que fizeram o papel de Deus no mundo material, meu obrigado.

## **AGRADECIMENTOS**

A minha competente orientadora, professora Dra. Mônica Aparecida da Rocha Silva, pelas importantes contribuições, paciência, conhecimento, tempo e por ter aceitado a difícil empreitada de conduzir um leigo à iniciação científica. Muito obrigado!

A todos os professores que compuseram o corpo docente do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins.

Aos envolvidos no projeto de formação de mestres em Gestão de Políticas Públicas, do Estado do Tocantins e da UFT. Foi por essa iniciativa que encontrei a oportunidade de realizar este projeto de vida.

A Romildo Leite Dias, pelo respaldo e confiança de ter me incumbido a tarefa de monitorar e avaliar políticas públicas no estado do Tocantins, experiência que hoje me torna mestre. Muito obrigado!

Aos servidores da Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins, mestres intitulados ou práticos que me precederam e que com suas contribuições edificaram o sistema de planejamento público participativo do Estado que hoje é objeto do meu estudo.

Aos antepassados da família que viveram antes de mim e prepararam o caminho dos descendentes.

A todos os amigos e familiares que direta ou indiretamente me auxiliaram nos momentos difíceis, nas horas em que não acreditei em mim, quando me faltou ânimo e as vezes até fé. Vocês foram muito importantes na minha trajetória.

Aos que me obstaculizaram. Foi tentando vencê-los que minha capacidade aumentou. Muito obrigado!

“Com a palavra, vossa excelência o povo”.

(Trecho do discurso da Ministra Carmen Lúcia proferido durante a cerimônia de sua posse como presidente do Supremo Tribunal Federal).

## RESUMO

As instituições democráticas modernas possuem um enorme desafio institucional a ser enfrentado no que diz respeito à inclusão social em seus processos decisórios. A participação dos cidadãos, reduzida apenas a sua contribuição por meio do voto, não tem sido suficiente para prover as políticas públicas de uma agenda endógena, que propicie as soluções efetivas para a redução dos inúmeros problemas sociais verificados nos países democráticos, sobretudo naqueles de imensa dimensão territorial como o Brasil. A pesquisa que originou este trabalho partiu da premissa de que o fortalecimento da participação popular pela via do planejamento público e a melhoria dos processos de monitoramento e avaliação da agenda prioritária no Estado do Tocantins tem o potencial de reduzir a distância entre as necessidades das populações e os resultados que as regiões sinalizaram para o governo. Nesse contexto, foram analisadas sessenta prioridades escolhidas pela população de dez regiões do Estado, em 2019, ocasião em que foram realizadas as Consultas Públicas, iniciativa de participação popular coordenada pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins (SEPLAN), em fase que antecedeu a elaboração do Planejamento Plurianual (PPA) tocantinense, com execução entre os anos de 2020 e 2023. O objetivo geral da pesquisa constituiu-se em averiguar em que medida o Estado do Tocantins executou as prioridades escolhidas pela população, nas 10 regiões contempladas pelas consultas públicas no referido período. Utilizou-se a abordagem quantitativa com uso de estatística descritiva para analisar as informações sobre as entregas físicas e o investimento financeiro realizado pelos órgãos estaduais em cumprimento às prioridades escolhidas em 2019. Os resultados da pesquisa demonstraram que as priorizações escolhidas nas consultas obtiveram 82% de aderência às políticas públicas presentes nas ações orçamentárias do PPA 2020-2023, envolvendo na execução destas ações 11 órgãos estaduais que desembolsaram mais de setecentos milhões de reais em aquisições, obras e serviços de 30 tipos diferentes em áreas relacionadas principalmente à saúde, educação e infraestrutura no Estado. O investimento realizado pelo estado em ações diretamente relacionados às prioridades populares representou 14,5% dos investimentos realizados pelo poder executivo entre os anos de 2020-2023. Em contraposição aos resultados positivos encontrados, a pesquisa revelou a necessidade de maior transparência e especificidade na identificação deste tipo de ação prioritária, bem como a estipulação de metas específicas que permitam realizar avaliações futuras quanto à eficácia, eficiência e efetividade das ações prioritárias referentes a participação popular no planejamento do Estado do Tocantins.

**Palavras-chave:** Planejamento plurianual; Tocantins; Participação social; Democracia; Consultas Públicas.

## ABSTRACT

Modern democratic institutions have a huge institutional challenge to be faced when it comes to including society in their decision-making processes. The citizens' participation, reduced only to their contribution through voting, hasn't been enough to promote public policies of an endogenous agenda that provides effective solutions to reduce the innumerable social problems verified in democratic countries, above all in those of great territorial dimensions such as Brasil. The research that originated this work departed from the prerrogative that the strengthening of popular participation through public planning and the process improvement and assessment of the priority agenda in the State of Tocantins has the potential of reducing the distance between the population's needs and the results that the regions signaled to the government. The object's research investigation are sixty priorities chosen by the population of the regions of the state in 2019, occasion in which were realized public consultations, initiative of popular participation coordinated by the *Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins* (SEPLAN) (Secretariat of Planning and Budget of the State of Tocantins) in the phase that preceded the elaboration of the *Planejamento Plurianual* (PPA) (Multiannual Plan) *tocantinense* (tocantinsian) with execution between the years 2020 and 2023. The general goal of this research found out in what measurement the State of Tocantins executed the priorities chosen by the population in the 10 regions contemplated by pulbic consults of the PPA 2020-2023. The chosen method consisted in an analysis of quantitative result elaborated from the cross-referencing of information about the physical deliveries and financial investment realized by state bodies in compliance with the chosen priorities in 2019. The research's results demonstrated that the chosen priorities in the consultations obtained 82% adherence to the public policies presented in the budgetary actions of the PPA 2020-2023, involving in the execution of these 11 action state bodies that disbursed over seven hundred million *reais* in acquisitions, constructions and 30 different types of services in areas related mainly to health education and infraestructure in the state. The investment made by the state in actions directly related to popular priorities represented 14.5% of the Investments made by the Executive Branch between 2020-2023. In contrast to the positive results found, the research revealed the need for greater transparency and specificity in identifying this type of priority action, as well as the stipulation of specific goals that allow for assessments of the effectiveness, efficiency and efficacy of priority actions related to popular participation in the State of Tocantins.

**Keywords:** Multiannual Plan; Social participation; Democracy; Public Consultations.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

PPA – Plano Plurianual  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
CGE-TO – Controladoria Geral do Estado do Tocantins  
TCE -TO – Tribunal de Contas do Estado do Tocantins  
ALETO – Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins  
SEPLAN-TO – Secretaria do Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
LGBTQIA – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo e Assexuais  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BDTD – Banco de Teses e Dissertações  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
SIAFETO – Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
SES – Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins  
RURALTINS- Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins  
SEDUC – Secretaria de Educação do Estado do Tocantins  
SETAS – Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Estado do Tocantins  
AGETO – Agência de Transportes e Obras do Estado do Tocantins  
ITERTINS – Instituto de Terras do Estado do Tocantins  
ATS – Agência Tocantinense de Saneamento  
SECIHD – Secretaria de Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional  
SECTUR – Secretaria do Turismo  
CBPM-TO – Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Tocantins  
PMTO- Polícia Militar do Estado do Tocantins  
SEINFRA – Secretaria de Infraestrutura do Estado do Tocantins  
CF 1988 – Constituição Federal de 1988  
CRFB/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
OPI – Orçamento Plurianual de Investimento  
CF/1967 – Constituição Federal de 1967

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial  
OGU – Orçamento Geral da União  
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social  
GT – Grupo de Trabalho  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
CMA – Conselho de Monitoramento e Avaliação  
SMA – Sistema de Monitoramento e Avaliação  
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
ONU – Organização das Nações Unidas  
CMAP – Conselho de Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas  
TCU – Tribunal de Contas da União  
LC – Lei Complementar  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
SSP – Secretaria de Segurança Pública  
PPI – Programação Pactuada e Integrada  
UTI – Unidade de Tratamento Intensivo  
CAS – Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos  
FECOEP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza  
TO-247 – Rodovia Estadual do Tocantins 247  
CHOA – Curso de Habilitação de Oficiais da Administração  
CVT – Curso de Vistoria Técnica  
CAS – Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos  
PEE – Plano Estadual de Educação  
PPI – Programação Pactuada e Integrada  
PCCR – Plano de Cargos, Carreira e Remunerações  
TO-365 – Rodovia Estadual do Tocantins 365  
BR-153 – Rodovia federal nº 153  
KM – Quilômetro  
PPCIP – Plano de Prevenção de Combate a Incêndio e Pânico  
RD – Redes de Distribuição  
TO-201 – Rodovia Estadual do Tocantins 201

NS 15 – Avenida Norte-Sul

TO 141 – Rodovia Estadual do Tocantins 141

TO 239 – Rodovia Estadual do Tocantins 239

TO 020 – Rodovia Estadual do Tocantins 020

## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 - Estrutura do PPA 2008-2011 baseada em programa.....  | 56  |
| Figura 2 – Potencialidades do PPA 2020-2023 do Governo Federal.....   | 61  |
| Figura 3 – Mapa estratégico do Estado do Tocantins.....   | 72  |
| Figura 4 – Desdobramento da função tática do PPA do Estado do Tocantins.....  | 73  |
| Figura 5 – Regiões do Estado do Tocantins.....  | 78  |
| Figura 6 – Áreas temáticas do PPA 2020-2023.....  | 79  |
| Figura 7 - Participantes das consultas públicas.....  | 80  |
| Figura 8 – Solenidade de abertura da Consulta Pública da Região Central do Estado do Tocantins, com sede em Palmas, realizada em 2019.....                        | 83  |
| Figura 9 – Fluxo de realização de uma consulta pública regional no Estado do Tocantins.....   | 84  |
| Figura 10 – Moderadores do Eixo Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos na consulta pública realizada em 2019 na Região Norte do Estado do Tocantins.... | 87  |
| Figura 11 - Grupos reunidos para discussão dos desafios prioritários do PPA 2020-2023.....  | 88  |
| Figura 12 - Voto por aclamação para escolha do representante popular da sala temática.....  | 89  |
| Figura 13 – Representantes populares eleitos por aclamação na sala temática defendendo o desafio escolhido para a plenária geral.....                             | 90  |
| Figura 14 – Resumo do método de apuração dos resultados das Consultas Públicas do PPA 2020-2023.....  | 106 |
| Figura 15 – Distribuição Geográfica do Investimento em Consultas Públicas – PPA 2020-2023 – Por Região.....   | 119 |

## **LISTA DE GRÁFICOS**

|  |     |
|--|-----|
| GRÁFICO 1 – Composição do Investimento em Consultas Públicas – Por Órgão..   | 113 |
| GRÁFICO 2 – Composição do Investimento em Consultas Públicas – Por Região.....   | 117 |
| GRÁFICO 3 – Participação do Investimento em Consultas Públicas Frente ao Orçamento de Investimento do PPA 2020-2023..... | 122 |
| GRÁFICO 4 – Composição em investimentos nas “Prioridades das prioridades” – Por Região.....                              | 147 |
| GRÁFICO 5 – Composição do Investimento em Percentual das “Prioridades das prioridades” – Por Região.....                 | 149 |
| GRÁFICO 6 – Composição do Investimentos nas “Demais Prioridades” – Por Região.....                                       | 179 |
| GRÁFICO 7 – Composição do investimento nas “Demais Prioridades” – Por Região.....  | 180 |

## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1 – Escala de qualidade da participação.....   | 42  |
| Quadro 2 – Abordagens e funções do PPA.....   | 59  |
| Quadro 3 – Quantidade de participantes das Consultas Públicas de 2019.....  | 81  |
| Quadro 4 – Regiões, cidades e datas de realização das Consultas Públicas em 2019.....   | 82  |
| Quadro 5 – Desafios Prioritários da Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins...   | 85  |
| Quadro 6 – Prioridades das prioridades escolhidas pelas populações de cada região do Estado do Tocantins, em 2019, e os órgãos executores.....                | 96  |
| Quadro 7 – Demais prioridades escolhidas pelas populações de cada região do Estado do Tocantins em 2019 e os órgãos executores.....                           | 97  |
| Quadro 8 – Composição da planilha enviada aos órgãos solicitando as informações orçamentárias utilizadas para apuração dos resultados da pesquisa.....        | 102 |
| Quadro 9 – Relação de documentos utilizados na pesquisa documental.....   | 103 |
| Quadro 10 – Composição do Investimento em consultas públicas – Por órgão.....   | 112 |
| Quadro 11 – Composição do Investimento em consultas públicas – Por Região....   | 115 |
| Quadro 12 – Faixas de investimento em consultas públicas segundo o resultado..  | 120 |
| Quadro 13 – Participação do investimento em consultas públicas frente ao orçamento de investimento do PPAA 2020-2023.....                                     | 121 |
| Quadro 14 – Lista das maiores entregas em prioridades das consultas públicas do PPA 2020-2023.....  | 124 |
| Quadro 15 – Tipos e valores médios de entregas realizadas pelo Estado do Tocantins em atendimento às prioridades das Consultas Públicas do PPA 2020-2023..... | 126 |
| Quadro 16 – Regiões consultadas e prioridades eleitas.....  | 128 |
| Quadro 17 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na Região Sul.....  | 130 |
| Quadro 18 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na Região Noroeste.....   | 132 |
| Quadro 19– Resultados da prioridade das prioridades eleita na Região do Bico do Papagaio.....   | 133 |
| Quadro 20 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na Região   |     |

|  |     |
|--|-----|
| Sudeste I.....   | 134 |
| Quadro 21 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na Região  |     |
| Sudeste II.....  | 135 |
| Quadro 22 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na Região Central...                                       | 136 |
| Quadro 23 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na<br>Região Nordeste.....                                 | 137 |
| Quadro 24 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na Região Norte.....                                       | 138 |
| Quadro 25 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na região Oeste.....                                       | 139 |
| Quadro 26 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na Região Jalapão..  | 140 |
| Quadro 27 – Resumo de resultados de “prioridade das prioridades” com<br>orçamento liquidado no PPA 2020-2023.....      | 141 |
| Quadro 28 – Ranking do investimento em “prioridade das prioridades” por<br>região.....                                 | 144 |
| Quadro 29 – Ranking das maiores entregas em “prioridade das prioridades das<br>consultas públicas – PPA 2020-2023..... | 145 |
| Quadro 30 – Regiões consultadas e demais prioridades eleitas.....  | 150 |
| Quadro 31 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Sul.....   | 156 |
| Quadro 32 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Noroeste.....  | 158 |
| Quadro 33 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Bico do<br>Papagaio.....                               | 160 |
| Quadro 34 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Sudeste I.....   | 162 |
| Quadro 35 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Sudeste II.....  | 165 |
| Quadro 36 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Central.....   | 167 |
| Quadro 37 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Nordeste.....  | 169 |
| Quadro 38 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Norte.....   | 171 |
| Quadro 39 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Oeste.....   | 173 |
| Quadro 40 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Jalapão.....   | 175 |

## **LISTA DE TABELAS**

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 – Pesquisa realizada na plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES no período de 2019 a 2023..... | 92 |
| Tabela 2 – Pesquisa realizada na plataforma <i>Google Scholar</i> no período de 2019 a 2023.....                     | 93 |
| Tabela 3 – Pesquisa realizada na plataforma <i>Web of Science</i> no período de 2019 a 2023.....                     | 94 |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>1 – INTRODUÇÃO .....</b>  | 22 |
| <b>1.1 – Objetivos.....</b>  | 26 |
| 1.1.1 - Objetivo geral.....  | 26 |
| 1.1.2 - Objetivos específicos.....   | 26 |
| <b>1.2 – Justificativa.....</b>  | 27 |
| <b>2 – DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UM PROBLEMA DE<br/>REPRESENTAÇÃO.....</b>           | 32 |
| 2.1 – Democracia direta.....   | 33 |
| 2.2 – Democracia indireta.....   | 34 |
| 2.3- Democracia semidireta ou participativa.....   | 37 |
| 2.4 - Outros conceitos de participação.....  | 41 |
| 2.4.1 – Participação dirigida.....   | 42 |
| 2.4.2 – Participação informada.....  | 42 |
| 2.4.3 – Participação consultada.....   | 43 |
| 2.4.4 – Participação propositiva.....  | 43 |
| 2.4.5 - Participação direta.....   | 44 |
| <b>3 – PLANEJAMENTO PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....</b>                                   | 46 |
| 3.1 – Breve histórico do PPA no Brasil.....  | 49 |
| 3.1.1 - O PPA 1991-1995.....   | 50 |
| 3.1.2 - O PPA 1996 a 1999.....   | 50 |
| 3.1.3 - O PPA 2000 a 2003.....   | 51 |
| 3.1.4 – O PPA 2004-2007.....   | 53 |
| 3.1.5 – O PPA 2008-2011.....   | 55 |
| 3.1.6 - O PPA 2012-2015.....   | 56 |
| 3.1.7 - O PPA 2016-2019.....   | 58 |
| 3.1.8 - O PPA 2020-2023.....   | 60 |
| 3.2 - O Planejamento Plurianual: Aspectos conceituais.....                                   | 65 |
| 3.2.1 - PPA 2020-2023 do Estado do Tocantins (Lei nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019) ..... | 71 |
| 3.3 – As Consultas Públicas: participação popular no PPA do Estado do Tocantins.....         | 74 |
| 3.3.1 - A regionalização.....  | 77 |

|   |            |
|---|------------|
| 3.3.2 - Definição de áreas temáticas.....   | 79         |
| 3.3.3 - A Mobilização.....  | 80         |
| 3.3.4 - O evento.....   | 82         |
| 3.3.5 - O sistema de votação.....   | 86         |
| <b>4 - METODOLOGIA.....</b>   | <b>91</b>  |
| 4.1- Fase exploratória: Pesquisa bibliográfica e<br>documental.....   | 91         |
| 4.1.1– Pesquisa bibliográfica.....  | 91         |
| 4.1.2 - Pesquisa documental.....  | 95         |
| 4.2– Amostra.....   | 107        |
| 4.3 - Análise quantitativa.....   | 107        |
| 4.4 - Procedimento relativo à credibilidade dos dados.....  | 107        |
| 4.5 – Produto.....  | 108        |
| <b>5 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS CONSULTAS<br/>PÚBLICAS DO PPA 2020-2023 DO ESTADO DO TOCANTINS.....</b> | <b>109</b> |
| 5.1 - BLOCO I: Resumo de resultados das Consultas Públicas.....   | 112        |
| 5.2 - BLOCO II: Resultados das “Prioridades das prioridades” - 10 Regiões:<br>10 prioridades das prioridades.....                   | 127        |
| 5.2.1 Demonstrativo de Resultados 1 – Prioridade das Prioridades da<br>Região Sul.....  | 130        |
| 5.2.2 - Demonstrativo de Resultados 2 – Prioridade das Prioridades da<br>Região Noroeste.....                                       | 132        |
| 5.2.3 - Demonstrativo de Resultados 3 – Prioridade das Prioridades da<br>Região Bico do Papagaio.....                               | 133        |
| 5.2.4 - Demonstrativo de Resultados 4 – Prioridade das Prioridades da<br>Região Sudeste I.....                                      | 134        |
| 5.2.5 - Demonstrativo de Resultados 5 – Prioridade das Prioridades da<br>Região Sudeste II.....                                     | 135        |
| 5.2.6 - Demonstrativo de Resultados 6 – Prioridade das Prioridades da<br>Região Central.....  | 136        |
| 5.2.7 - Demonstrativo de Resultados 7 – Prioridade das Prioridades da<br>Região Nordeste.....                                       | 137        |
| 5.2.8 - Demonstrativo de Resultados 8 – Prioridade das Prioridades da<br>Região Norte.....  | 138        |

|   |            |
|---|------------|
| 5.2.9 - Demonstrativo de Resultados 9 – Prioridade das Prioridades da Região Oeste.....     | 139        |
| 5.2.10 - Demonstrativo de Resultados 10 – Prioridade das Prioridades da Região Jalapão..... | 140        |
| <b>5.3 - Bloco III: Resultados das Demais Prioridades - 10 Regiões: 50 Prioridades.....</b> | <b>150</b> |
| 5.3.1 - Demonstrativo de Resultados 11 – Demais Prioridades da Região Sul.....              | 154        |
| 5.3.2 - Demonstrativo de Resultados 12 – Demais Prioridades da Região Noroeste.....         | 158        |
| 5.3.3 - Demonstrativo de Resultados 13 – Demais Prioridades da Região Bico do Papagaio..... | 160        |
| 5.3.4 - Demonstrativo de Resultados 14 – Demais Prioridades da Região Sudeste I.....        | 162        |
| 5.3.5 - Demonstrativo de Resultados 15 – Demais Prioridades da Região Sudeste II.....       | 165        |
| 5.3.6 - Demonstrativo de Resultados 16 – Demais Prioridades da Região Central.....          | 167        |
| 5.3.7 - Demonstrativo de Resultados 17 – Demais Prioridades da Região Nordeste.....         | 169        |
| 5.3.8 - Demonstrativo de Resultados 18 – Demais Prioridades da Região Norte.....            | 171        |
| 5.3.9 - Demonstrativo de Resultados 19 – Demais Prioridades da Região Oeste.....            | 173        |
| 5.3.10 - Demonstrativo de Resultados 20 – Demais Prioridades da Região Jalapão.....         | 175        |
| <b>6.0 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>183</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>190</b> |
| <b>APÊNDICE A – Ofícios expedidos aos órgãos do executivo.....</b>                          | <b>200</b> |
| <b>APÊNDICE B – NOTA TÉCNICA SEPLAN-TO.....</b>   | <b>211</b> |
| <b>ANEXO A – Ofícios expedidos pelos órgãos do executivo.....</b>                           | <b>231</b> |

## 1 - INTRODUÇÃO

O planejamento governamental, seja em nível estratégico ou tático, mostra-se como um instrumento de crucial importância para a busca do desenvolvimento coordenado e eficaz nos territórios. É na fase de planejamento que atores governamentais e atores não governamentais (sociedade civil organizada, empresários etc.) reúnem esforços para produzir ideias que serão materializadas, por meio de políticas públicas. O planejamento público configura-se como prerrogativa básica para a promoção da transformação social ou, na visão de Lopes, et.al (2023), como tradutor das necessidades da sociedade.

Contudo, o planejamento por si só não é capaz de reverter os problemas sociais presentes no estado do Tocantins. Acredita-se que a execução das políticas públicas de forma coordenada, organizada e eficiente é, na verdade, o que viabilizará a consecução da estratégia pública, produzindo resultados que impactem diretamente a qualidade de vida das pessoas.

Para elaborar ações capazes de promover o desenvolvimento econômico e social é fundamental elaborar políticas públicas com base em uma estratégia que contemple a participação da população no processo de elaboração do planejamento público. “Quanto maior e frequente a participação da sociedade no processo de planejamento governamental, maiores as chances de se traduzir a vontade popular e produzir resultados positivos nas condições de vida da população” (Barreto; Dias, 2022, p. 9).

As políticas públicas elaboradas sem a devida participação do público a ser impactado por elas, mesmo que intencionem promover a satisfação das necessidades das populações, não conseguirão realmente impactar ou alterar o *status quo* social, se não contemplarem em seu bojo, o conhecimento da realidade local das populações impactadas por estas políticas públicas.

É preciso [...] se avançar muito na capacidade de interpretar a realidade e planejar adequadamente quais políticas públicas implementar e como. A construção coletiva e participativa é elemento essencial na construção dessa capacidade, que deve passar por um modelo cada vez mais participativo (Beserra, 2021, p. 31).

Para orientar as políticas prioritárias a serem desenvolvidas, é imprescindível a inclusão da sociedade civil na elaboração dos mecanismos de planejamento, de

modo a captar informações autênticas e representativas da realidade vivenciada pelos cidadãos (Simões, 2015).

No Estado do Tocantins, o instrumento utilizado para promover a participação popular no processo de elaboração do Planejamento Público são as Consultas Públicas.

Esta etapa do planejamento atende a comando legal previsto na lei de responsabilidade fiscal, que prevê o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos plurianuais (PPA), leis de diretrizes orçamentárias (LDO) e leis dos orçamentos anuais (LOA) no Brasil.

As Consultas Públicas são elaboradas em etapa anterior ao início do Planejamento Plurianual, sendo realizadas presencialmente na sede de cada uma das 10 (dez) regiões administrativas do Estado, envolvendo representantes da sociedade civil organizada, de entes públicos e populações destas regiões convidadas a participar do processo.

Na prática, os participantes de cada encontro regional elegem, dentre as ações propostas nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, segurança pública, entre outras, aquela que considera ser a prioridade entre as demais, evidenciando a necessidade mais premente dentre todas as despesas orçamentárias que serão destinadas àquela região.

Já que é praticamente impossível o Estado atender a todos os pleitos de todos os sujeitos concomitantemente, é preciso eleger socialmente o que deve ser resolvido em primeiro, segundo, terceiro, quarto lugar e assim por diante. [...] Não há outra forma de lidar com realidades complexas, senão ordenando prioridades, o que, ao nosso sentir, necessariamente implica planejar (Pinto, 2022, p. 5).

Assim, os encontros regionais das consultas públicas têm como resultado um *ranking* de prioridades que lista 6 (seis) prioridades por região, divididas entre “prioridade das prioridades” e “demais prioridades”. A prioridade mais votada em cada região é denominada “prioridade das prioridades”, totalizando 10 (dez) iniciativas e as outras 5 (cinco) prioridades com menor quantidade de votos nas plenárias regiões são chamadas de “demais prioridades”, totalizando outras 50 (cinquenta) iniciativas.

Logo, todas as ações prioritárias advindas das Consultas Públicas realizadas em 2019, para serem executadas no PPA de vigência entre os anos de 2020 e 2023, totalizam 60 (sessenta) prioridades.

Estas prioridades não possuem obrigatoriedade em serem assimiladas pelo PPA estadual, sendo facultativa a inserção de qualquer uma das prioridades nos PPA's de cada órgão, mas, caso sejam contempladas na lei de publicação do PPA, o texto das prioridades poderá ser publicado, na íntegra, ou com complementos e supressões, no anexo III, do PPA 2020-2023.

Formalmente, estas prioridades poderão constar do PPA na forma de projetos, obras, serviços ou atividades descritas em ações orçamentárias de investimento aglomeradas por similaridade. Estes aglomerados de projetos, ações ou atividades, relacionadas a despesas de investimento são denominadas “ações temáticas” e, no âmbito do PPA estão subordinadas a programas e eixos temáticos.

Esta dissertação considerou, dentre todo o rol de eixos, programas e ações temáticas presentes no PPA 2020-2023, as 60 (sessenta) prioridades definidas, na última consulta pública, como o seu objeto de estudo.

Tanto a estratégia pública (planejamento) como a execução das políticas públicas necessitam de monitoramento e controle constante, evitando desvios, promovendo correções, revisando a estratégia, auferindo resultados e redirecionando esforços para minimizar os impactos externos que possam ter efeitos negativos sobre as metas desejadas.

A avaliação de políticas e programas governamentais é de grande relevância para subsidiar as funções de formulação e planejamento de políticas públicas e de gestão governamental, na medida em que informa a necessidade de reformulações ou ajustes de ações públicas, assim como as decisões sobre a implementação, a manutenção ou a interrupção dessas ações. (Soares, 2018, p. 1).

O monitoramento e controle no âmbito da gestão pública apresenta então fundamental importância para a garantia dos resultados esperados pelo esforço governamental.

As formalidades legais impostas à operacionalização dos programas e projetos contidos no PPA Estadual demandam aos responsáveis pela função controle, esforços para registrar, comprovar e produzir informações de qualidade, em tempo hábil para a tomada de decisão, estabelecendo um nível de informações adequado para gerir a máquina estatal com a agilidade requerida. No entanto, nem sempre esta demanda por informações de qualidade consegue satisfazer as necessidades do

planejamento público, muito em função do volume de políticas públicas operacionalizados pelos órgãos de Estado.

O leque de programas, projetos e ações que devem ser atendidas pelo esforço governamental é muito extenso. Para se ter uma ideia, atualmente, o planejamento estratégico do Estado do Tocantins é composto por vinte e seis mapas estratégicos institucionais (órgãos estaduais), compostos por aproximadamente cento e noventa objetivos estratégicos acompanhados de duzentos e oitenta e cinco indicadores estratégicos.

No que diz respeito ao Plano Plurianual 2020-2023, o Estado possuía nove eixos temáticos, 31 (trinta e um) programas temáticos, 387 (trezentos e oitenta e sete) ações temáticas, 294 (duzentas e noventa e quatro) ações de gestão, totalizando 526 (quinhentas e vinte e seis) entregas. Cada ação temática ou de gestão equivale a uma ação orçamentária que demandará controle físico e financeiro a ser monitorado e acompanhado ao longo da execução do PPA (TOCANTINS, 2019a).

Envolvem-se no trabalho de controlar e avaliar este volume de informações, assessorias de planejamento de vinte e seis órgãos estaduais, compostos por Secretarias, Institutos, Agências ou Fundações, a Controladoria Geral do Estado do Tocantins (CGE-TO), o Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO) e, por fim, a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins (ALETO).

Além disso, a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins (SEPLAN), por meio da Gerência de Monitoramento e Avaliação do Planejamento, atua no papel de “interveniente” coordenando e gerenciando junto a CGE a parte de controle, uma vez que a função planejamento vincula necessariamente o registro dos resultados obtidos para verificação do atingimento das metas do plano estratégico e do PPA com frequência anual.

Conforme visto, o universo de políticas públicas para serem monitoradas e avaliadas é extremamente complexo e envolve diversos atores de diferentes órgãos de Estado, gerando grande esforço dos responsáveis para produzir informações fidedignas que possam retroalimentar o planejamento público, readequando, corrigindo rotas e avaliando os resultados obtidos com as políticas públicas vigentes no Estado do Tocantins. Por este motivo, neste trabalho, a análise foi realizada tendo como base exclusivamente as prioridades eleitas nas consultas públicas do último PPA.

Sendo assim, buscou-se dar resposta ao seguinte problema de pesquisa: Em que medida o Estado do Tocantins executou as prioridades escolhidas pela população nas 10 regiões contempladas pelas consultas públicas do PPA 2020-2023?

A pergunta concentra em si um importante questionamento acerca do direcionamento das políticas públicas que têm sido implantadas e administradas pelo Estado. As necessidades da população a serem atendidas pela iniciativa pública são enormes e passam por diversas áreas, tais como educação, saúde, infraestrutura, saneamento básico, habitação, entre tantas outras áreas de importância fundamental para o desenvolvimento do Estado.

## **1.1 - Objetivos**

### **1.1.1 - Objetivo geral:**

Averiguar em que medida o Estado do Tocantins executou as prioridades escolhidas pela população nas 10 regiões contempladas pelas consultas públicas do PPA 2020-2023.

### **1.1.2 - Objetivos específicos:**

- Identificar quais ações temáticas do PPA foram comprometidas com a realização das prioridades e os respectivos órgãos responsáveis;
- Levantar as entregas realizadas e a execução financeira decorrente do orçamento de investimento prioritário destinado as prioridades eleitas nas consultas públicas do PPA 2020-2023;
- Apresentar os resultados diretamente relacionados às prioridades escolhidas nas consultas públicas para o PPA 2020-2023 e a distribuição do investimento em cada região;
- Apresentar nota técnica à SEPLAN-TO com recomendações de melhoria de seu método de avaliação quantitativa de resultados das Consultas Públicas.

## 1.2 – Justificativa

Até o momento, o levantamento dos resultados do investimento em ações exclusivamente voltadas às prioridades escolhidas nas Consultas Públicas, no Tocantins, não havia sido formalmente calculado ou demonstrado. Entre inúmeras consultas populares já realizadas no estado, desde a sua criação, a população jamais foi convocada para apreciar um relatório de resultados que entregasse um *feedback* acerca do processo de priorização ao qual estiveram efetivamente envolvidos.

Esta dissertação trará a primeira análise de resultados quantitativos calculada em relação direta às prioridades escolhidas pelas populações das 10 regiões administrativas do estado do Tocantins.

Além do fato mencionado, a maioria da literatura publicada nos últimos anos, voltadas ao estudo do processo participativo na tomada de decisões públicas, versa sobre a participação popular na fase de orçamento estadual, conforme apontam os trabalhos de Gruninsky (2023) sobre a experiência estadual em orçamento participativo no Rio Grande do Sul; Oliveira (2019) analisando qualitativamente a participação da sociedade no PPA do Estado do Ceará; Dutra (2023) avaliando o impacto de políticas públicas priorizadas no orçamento participativo e seu impacto no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Maranhão.

Além destes trabalhos que analisaram o orçamento participativo nas esferas estaduais, pode-se citar também a importante contribuição de Ferreira (2025), que analisou a contribuição da prática de orçamento participativo em municípios brasileiros em comparação aos municípios que não o adotavam. No entanto, estes trabalhos verificaram os efeitos da participação popular na fase de orçamento público e não na fase de elaboração do PPA, como verificado nesta dissertação.

No que diz respeito às publicações mais alinhadas com este trabalho, ou seja, pesquisas que discutem participação popular na fase de PPA, os autores ocuparam-se, em sua maioria, em verificar a participação cidadã na construção do PPA com foco na cobertura ou diversidade dos atores sociais e políticos e das populações das regiões envolvidas no processo de elaboração ou decisão sobre as políticas públicas relacionadas com o planejamento público dos Estados ou municípios.

Outra vertente encontrada nestes trabalhos diz respeito à verificação quanto a inclusão ou não das prioridades escolhidas, seja na fase de elaboração do

Planejamento Plurianual (PPA) ou na fase de decisões sobre os instrumentos de orçamento público (LDO ou LOA).

Uma das contribuições deste trabalho é justamente trazer um olhar para o resultado do PPA construído com base na participação cidadã. Foi averiguado se as necessidades e anseios da população consultada realmente foram validadas ou legitimadas pelos gestores públicos, considerando como critério de análise, a inclusão destas prioridades no PPA estadual e os resultados alcançados.

Este trabalho difere da literatura majoritária da área de estudo, pois dedicou-se a avaliar não só a legitimação das prioridades escolhidas pela população por meio da inclusão no PPA do Estado do Tocantins, o que por si só já é um esforço considerável e relevante, mas a apuração das entregas diretas realizadas à população e o valor investido em cada uma delas, mostrando-se como uma análise de resultados quantitativos.

Devido ao caráter escasso deste tipo de abordagem, a relevância acadêmica desta pesquisa se justifica, à medida em que disponibiliza aos pesquisadores da área de monitoramento e avaliação de políticas públicas, a experiência de análise de resultados praticada no Estado do Tocantins no pleito de execução do PPA 2020-2023, fornecendo material de embasamento técnico e teórico para autores, técnicos e servidores da área de planejamento e orçamento público.

Além desta característica que diferiu esta dissertação da maioria dos trabalhos publicados nos últimos cinco anos na área, este trabalho buscou relacionar a participação popular ao melhor direcionamento das políticas públicas a serem inseridas no Plano Plurianual do Estado do Tocantins. Conforme aponta Garcia (2015):

[...] a participação precisa encontrar possibilidades reais de expressão na qual haja efetiva representatividade dos atores envolvidos, onde os problemas expressos nos espaços públicos de participação sejam, de fato, levados em consideração no momento da formulação das políticas públicas e que haja publicidade e transparência dos atos políticos a fim de propiciar um controle efetivo por parte da população (Garcia, 2015, p. 17).

Esta dissertação mostra relevância para análises de prospecção de novos orçamentos estaduais voltados ao investimento em ações diretamente relacionadas à participação popular no planejamento público do Estado do Tocantins, demonstrando sua relevância institucional tanto para a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins, como também para os 11 (onze) órgãos estaduais envolvidos

na apuração dos resultados físicos e financeiros realizados pelo estado no período em análise.

Os resultados do investimento em planejamento são importantes para avaliar a correta alocação dos recursos públicos, em especial os investimentos estratégicos do governo (Arantes, 2010).

A ampliação do debate e da transparência da ação pública pode potencializá-la e aproximar a decisão política da necessidade real das populações envolvidas, podendo contribuir para o enfrentamento das frustrações e descontentamentos decorrentes da falta de atendimento das demandas (Gruginskie, 2023).

Por meio desta análise de resultados quantitativos, por exemplo, os gestores públicos dos órgãos envolvidos na execução das prioridades terão, via disponibilização dos dados do relatório final da pesquisa, informações importantes, tanto para a transparência do planejamento público, quanto para a retroalimentação dos sistemas de informação governamentais.

[...] um atributo fundamental para a recuperação da credibilidade do planejamento em uma sociedade democrática é a transparência que o planejamento e, principalmente, a execução do plano precisam exibir. Isso significa que uma condição importante para a reconstrução do planejamento é a existência de mecanismos e instrumentos voltados para o acompanhamento da execução dos programas e dos projetos contidos no plano, a avaliação recorrente dos resultados que vão sendo obtidos durante o período do plano e, quando necessário, a indicação de ajustes e correções para mantê-los no rumo originalmente traçado (Rezende, 2011, p.202).

Em sua acepção mais abrangente, a pesquisa mostra sua relevância para a sociedade tocantinense como um todo, pois, conforme será relatado na descrição do método, as consultas populares realizadas a cada elaboração de PPA no estado, envolvem representantes diversos da sociedade em encontros regionais realizados em todas as regiões administrativas do Estado do Tocantins, englobando os 139 (cento e trinta e nove) municípios do Estado.

A pesquisa possibilitou, conforme será visto na Figura 15 (Distribuição Geográfica do Investimento em Consultas Públicas – PPA 2020-2023 – Por Região), a distribuição espacial das obras, serviços e valores aplicados em cada região administrativa do Estado, disponibilizando para os cidadãos direta ou indiretamente envolvidos uma resposta ao esforço democrático desprendido pelos participantes daquela consulta pública.

O trabalho aqui apresentado demonstra, portanto, um importante esforço de apuração e disponibilidade de dados de investimento público inédito no Estado,

configurando-se como uma contribuição relevante para o aumento da transparência do gasto público no Estado do Tocantins.

Para a resolução do problema de pesquisa esta dissertação utilizou-se de duas estratégias de coleta de dados: Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Na parte de levantamento bibliográfico, buscou-se desde o primeiro esforço de leitura, identificar a literatura que se relacionava diretamente ao problema pesquisado.

Identificou-se que em torno da proposta de buscar entregas e investimentos dentro da esfera do planejamento e orçamento público, a participação popular estava no centro do debate acadêmico. A proposta principal do trabalho foi, desde o princípio, a identificação de um possível *gap* entre as necessidades da população e as entregas realizadas pelo Estado.

Em contato com os primeiros autores da área, constatou-se que a participação popular esteve intrinsecamente relacionada com o desenvolvimento histórico da democracia, ao ponto de a maioria dos teóricos entrelaçar os conceitos de democracia ao grau de participação do povo nas decisões de poder (Pitkin, 1972; Bobbio, 1986; Dallari, 1998; Scavo, 2010; Ataíde, 2016; Daláqua, 2019).

Percebeu-se então que, para que se analisasse os resultados reais de um processo de participação popular a partir da perspectiva do planejamento público, seria necessário realizar uma discussão mínima acerca da relação entre o processo participativo na democracia e seu efeito prático junto a população a partir do planejamento de Estado.

Para realizar esta fundamentação teórica, a dissertação foi dividida em quatro capítulos, além desta introdução (Capítulo 1).

No segundo capítulo, buscou-se discutir a relação entre democracia e participação popular. Para a elaboração deste capítulo, realizou-se uma breve descrição da trajetória histórica da democracia e dos seus tipos, conforme a evolução do pensamento sobre esta forma de governo e as formas de participação. Este capítulo foi importante para se caracterizar qual a forma de participação adotada no governo do Estado do Tocantins e, identificar possíveis rotas de correção ou novas contribuições para as consultas públicas realizadas no Estado atualmente.

O terceiro capítulo desta dissertação introduz algumas reflexões sobre a ligação intrínseca entre o planejamento público e a participação popular, destacando a função planejamento como momento estratégico para a inserção de propostas de iniciativa popular no planejamento público estatal. O foco deste capítulo é destacar a

relevância estratégica da participação direta dos destinatários das políticas públicas nos projetos de seu interesse, evidenciando a função central do planejamento público como promotor e interlocutor da interação entre a participação popular e sua efetivação no PPA. A segunda parte deste capítulo é composta por um resumo do caminho histórico pelo qual percorreu o PPA federal como modelo que influenciou a formação dos PPAs dos estados e, por consequência, o PPA do Estado do Tocantins. Neste capítulo, também consta uma revisão de literatura composta de autores que abordaram aspectos conceituais sobre o PPA, posicionando-o como ferramenta de planejamento público sob diversas perspectivas, tais como legalista, estratégica, formal, gerencial e participativa.

Em sequência, serão apresentados os aspectos legais do PPA tocantinense, sua composição, função, características e correlação com as ferramentas orçamentárias. Esta parte da dissertação é essencial para compreensão de como as entregas físicas e o investimento financeiro decorrente das prioridades puderam ser identificadas dentro do PPA estadual.

Ao final do capítulo será demonstrada de forma detalhada as etapas de execução de uma consulta popular no Estado do Tocantins, seus participantes, a mobilização, a execução da consulta, o sistema de votação e a formação da agenda de demandas populares que embasa a formação de parte da agenda de prioridades do Estado. A compreensão deste capítulo é de suma importância para o entendimento do método de apuração dos resultados de governo que motivou esta dissertação.

No quarto capítulo será abordada a metodologia de pesquisa utilizada para a execução deste trabalho, demonstrando o tipo de pesquisa, as fases pelas quais a pesquisa passou para cumprir os objetivos desta dissertação, os critérios utilizados para realizar a escolha das dissertações e artigos científicos correlacionados à participação social em planejamento, democracia e análise quantitativa de PPA que embasaram esta dissertação.

Neste capítulo será descrito o método utilizado para identificação das prioridades escolhidas pela população no corpo da lei do PPA Estadual e a forma com que foi realizado o levantamento dos dados de execução financeira aplicada em cada uma das entregas correlacionadas a participação social na Consulta Pública realizada em 2019.

No quinto capítulo serão apresentados os resultados das entregas realizadas à população dos territórios e seus custos individuais, acompanhados da análise qualitativa dos dados, respondendo finalmente aos objetivos desta pesquisa. Faltou fazer referência às considerações finais e mencionar a Nota técnica, que está como apêndice.

## **2 – DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UM PROBLEMA DE REPRESENTAÇÃO**

O conceito de democracia é bastante abrangente e heterogêneo. Desde o surgimento das primeiras instituições democráticas, primeiro em Atenas, depois na Grécia Antiga, diversos filósofos e autores têm se debruçado, ao longo do tempo a tentar definir o que viria a ser uma democracia.

Bobbio (1986, p. 12) em sua definição mínima de democracia, a entende como um princípio democrático que obedece a “um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”. Esta participação, essencial para o pensamento de Bobbio, seria a base para que a democracia não se corrompesse frente ao pensamento liberal, entendido neste contexto como a vontade da maioria, o que poderia enveredar para o decaimento da democracia em sistemas autoritários de governo, comprometendo a soberania popular.

Esta soberania popular, no entanto, não se limita à mera participação dos cidadãos no processo eleitoral, mas pode estender-se à participação do povo nas demais esferas de decisões governamentais, conforme orienta a CF1988, sobretudo em decisões relacionadas à definição de políticas públicas que envolvem a coletividade.

A Carta Magna Brasileira de 1988 determina que todo o poder provém do povo, que o exerce através de representantes eleitos ou diretamente. Isso deixa claro o objetivo constitucional de incluir a participação popular como mecanismo de poder. Não se prende à democracia representativa clássica, que se limita à escolha de representantes da sociedade para exercer as funções públicas e que devem lutar pelos direitos dos cidadãos. Assim, o Estado possui um papel importante ao exercer as atividades de mediação, regulação e administração dos interesses da sociedade por meio das políticas públicas. Nesse sentido, as políticas públicas têm o objetivo de promover igualdade de oportunidades e condições para todos (Oliveira, 2019, p. 14).

O envolvimento da população na decisão política é, portanto, um elemento fundador da democracia, mostrando-se como condição sine qua non para a própria formação do estado democrático. A necessidade intrínseca da participação social nas questões político-governamentais é indiscutível em se tratando do processo democrático, no entanto, o nível, a qualidade e os resultados efetivos desta participação incitam diversos questionamentos:

- Qual a medida desta participação? Até que ponto é possível, o povo, intervir na decisão política? Qual o grau de abertura de governo, seus órgãos e instituições para a participação da sociedade civil nas decisões de interesse coletivo? Esta participação produz algum resultado prático em termos de resultados à população?

Estes questionamentos não possuem respostas simples, estando sujeitos ao atual estágio do amadurecimento de nossa democracia e suas instituições. Porém, uma breve revisão conceitual pode lançar luz sobre estas questões.

## **2.1 – Democracia direta**

Na democracia direta, os cidadãos atenienses, necessariamente homens e livres, reuniam-se em assembleia para deliberar sobre as questões da polis. Ali tratava-se acerca de política, economia, direito, questões de administração da cidade e se o país iria a guerra ou não.

Os cidadãos atenienses reuniam-se em um local público denominado ágora, local onde estavam alocadas as assembleias legislativas, formadas por cerca de 10% da população considerada cidadã (menos mulheres e escravos). Ali eram criadas, discutidas ou extintas as leis que afetavam a pólis (Vequi e Fernandes, 2020).

No embrião de democracia pensado em Atenas e depois estendido à Grécia, dois fatores estavam relacionados, a cidade estado de pequena dimensão territorial e a população esclarecida.

Uma população pequena, em um território reduzido, tenderá a possuir uma cultura mais homogênea. Logo, o processo das discussões e a posterior tomada de decisão se mostra menos complicado, facilitando o envolvimento de todos, ou pelos menos, de grande parte dos membros daquela população.

Em territórios maiores, de grande contingente populacional, como se mostram muitas nações democráticas no mundo moderno, a participação de todos encontra complicações, sendo necessário a escolha de indivíduos para representar parte ou

grande parte da população do território, corroborando no modelo de democracia indireta ou representativa.

## **2.2 – Democracia indireta**

A democracia indireta ou representativa é definida por Dallari (1998) como um sistema em que “o povo concede um mandato a alguns cidadãos, para, na condição de representantes, externarem a vontade popular e tomarem decisões em seu nome, como se o próprio provo estivesse governando”.

Este tipo de democracia desenvolveu-se pela necessidade imperiosa de se estabelecerem representantes em virtude do grande contingente populacional ou em grandes territórios. Conforme aponta (Daláqua, 2019, p. 29), “a gerência dos assuntos públicos em sociedades de vastos território e população exige representação dada a impossibilidade de uma ação política incluir, no mesmo espaço e tempo a presença de todos”.

Na visão do autor, a democracia indireta é necessária devido a impossibilidade do debate acerca da tomada de decisões em âmbito nacional não ter a capacidade de contemplar presencialmente todos os cidadãos que vivem nos estados de um país, necessitado “que os habitantes de uma certa localidade elejam alguém que os represente na tomada de decisões no plenário nacional”. (Daláqua, 2019, pág. 29).

Dahl (1988) também relaciona a democracia indireta como uma necessidade decorrente da dimensão territorial:

Quanto menor for uma unidade democrática maior será o potencial para a participação cidadã e menor será a necessidade para os cidadãos de delegar as decisões de governo para os seus representantes. Quanto maior for a unidade, maior será a capacidade para lidar com problemas relevantes para os cidadãos e maior será a necessidade dos cidadãos de delegar decisões para os seus representantes (Dahl, 1998, p. 110)

O problema entre a democracia indireta e a representação gerou divergência entre quem defende a representação como uma necessidade territorial, histórica e organizacional, enquanto os detratores afirmam ser a representação um processo excludente, concorrencial, gerando distorção entre os interesses ou necessidades reais dos grupos de menor importância econômica e as elites políticas ou econômicas.

Para Pitkin (1972), a representação é incompatível com as ideias de democracia direta e participativa pois delega o poder e a responsabilidade sobre as

decisões que deveriam ser tomadas diretamente ou com a participação da sociedade, significando, na maior parte das vezes, a exclusão da maioria das pessoas dos benefícios da política.

A democracia representativa é um sistema que originalmente distancia o indivíduo da política, porque ele confere a sua soberania de escolha e decisão ao representante eleito. A cobrança pelo desempenho de seus agentes e mecanismos é consequência das suas bases de funcionamento. Esse movimento crítico pela qualidade da democracia é parte integrante do funcionamento democrático (Meneguello, 2013, p. 2).

Para Przeworski (2020, p. 2), a democracia representativa vive uma crise conjuntural a nível mundial.

As eleições não costumam oferecer muitas opções: na maior parte das vezes, quem quer que venha a ocupar o cargo seguirá o mesmo paradigma político que seguiriam seus adversários derrotados, com pequenas diferenças para agradar a determinados setores do eleitorado. Contudo, aqui também, como consequência da ofensiva neoliberal, todo o espectro de escolhas políticas pendeu para a direita, enquanto a renda de cerca da metade dos assalariados permanece estagnada há décadas. As pessoas constataram que votam, o governo muda, mas sua vida continua a mesma.

Ataíde (2016) também aponta o modelo liberal de democracia como fator que aprofunda o distanciamento entre a esfera política e a esfera civil no campo das decisões que envolvem políticas públicas, tornando o campo político cada vez mais autônomo e especializado, afastando a população do processo decisório e minguando os resultados esperados para a superação dos problemas estruturais.

Na visão do autor, esta dicotomia entre a vontade popular e o poder político, gera, a partir da década de 1970, a ideia de que a democracia moderna estaria passando por uma crise de legitimidade. Esta percepção estaria relacionada a fenomenologia envolvida na problemática cultura de baixo engajamento cívico e aumento da apatia política nas décadas seguintes.

Percebe-se o distanciamento entre a vontade ou necessidade de mudança - propensa potencialidade da democracia representativa – e a efetivação da mudança, gerando desconfiança, apatia e grande descontentamento junto à população.

A desconfiança política está associada à percepção geral da população quanto a falha na representação, do distanciamento político e das dificuldades das instituições em oferecer respostas eficazes às demandas da população, abrindo uma lacuna entre a cidadania e o sistema representativo democrático atual (Silva, 2023).

Outros fatores também podem contribuir para este distanciamento entre a vontade popular e a efetivação da mudança. Gruginskie (2023) aponta que as

transformações tecnológicas, as novas formas de organização da sociedade, a demanda crescente por representações de pautas identitárias, presença de movimentos religiosos reivindicando participação nos processos decisórios, por exemplo, demandam cada vez mais novos meios de interação.

Estes exemplos, para o autor, caracterizam a emergência de um novo ambiente de diálogo que se impõe ao poder público.

O Brasil é um país fortemente marcado pela questão social, devido ao seu histórico de desigualdade social profunda, bem como pela não garantia de atendimento aos direitos sociais básicos, como educação, alimentação, moradia e saúde. Aliado a isso, ainda há a mazela dos preconceitos relacionados à raça, à cor e ao sexo. Esta situação mostra o quanto é necessária a formulação de políticas públicas que possam atender às demandas sociais (Oliveira, 2019, p. 14).

Pela visão dos autores, o fenômeno da crise de representação é decorrente de fatores estruturais presentes em governos e sociedades e, não necessariamente resultado da capacidade ou qualificação dos governantes eleitos, mas do conjunto resultante de diversos fatores como expansão do capitalismo, do cenário macroeconômico mundial, do advento da internet e das mudanças que toda esta conjuntura provocou nas sociedades modernas, incluindo países como o Brasil.

Pode-se acrescentar outros fatores a esta conjuntura que problematiza a crise de representação, na qual vive a democracia.

Gomes (2007) afirma que o regime democrático de governo está em crise se for analisado por praticamente todas as vertentes de estudos que se dedicam à democracia, ainda que os problemas estruturais sejam atribuídos a razões distintas conforme a ótica analisada. Assim, participacionistas, republicanos, comunitaristas, liberais, libertários e deliberacionistas, descrevem cada um, os problemas e dificuldades do regime em questão, com ênfase à dificuldade da democracia representativa em dar atenção a demandas específicas e propor reformas fundamentais que levem a democracia a uma “nova era”.

Neste interim, isto é, de crise de representatividade, as instituições democráticas, na tentativa de impedirem ou atenuarem as constantes pressões exercidas sob a democracia, buscam alternativas para reduzir a discrepância entre as necessidades da massa votante e a capacidade das instituições em prover a população de políticas públicas que respondam, de fato, aos resultados dos quais a população necessita.

Scavo (2010) acredita que a atual crise da representatividade pode ser superada a partir de uma concepção de democracia mais abrangente e efetiva entre Estado e sociedade civil a partir da integração entre cidadãos nas atividades públicas e democratização dos espaços públicos, reduzindo a clássica dicotomia liberal entre representante e representado.

Toda esta problemática demanda de governo e suas instituições atuais, um sistema de participação híbrido, que melhor aproxime as demandas sociais do processo político decisório, repensando a representação eleitoral com formas diretas de controle popular, criando novas instituições de democracia direta que operem entre eleições, não limitando a participação popular ao mero voto, conforme apontou Genro (2001).

Neste contexto, as ferramentas ou instrumentos de participação popular, podem oferecer uma alternativa possível.

### **2.3- Democracia semidireta ou participativa**

Em repúblicas de imensa dimensão territorial como no Brasil, a participação popular encontra grandes obstáculos para ser efetivada. O pleito eleitoral por si só, garante apenas a eleição de representantes que indiretamente representariam a vontade de seu corpo eleitoral. Paralelamente, a participação democrática no estado moderno envolve uma complexidade político social muito maior que do que o sufrágio, sozinho é capaz de prover.

A democracia participativa pode ser entendida, como uma adaptação entre a democracia direta e a democracia representativa. O obstáculo do contingente populacional e as grandes dimensões geográficas das democracias modernas mostrou-se como um grande obstáculo para que todos os indivíduos participassem das decisões. Pelos mesmos motivos a democracia representativa falhou em sua tentativa de apaziguar as inúmeras classes ou camadas sociais do mundo contemporâneo, afastando parcela considerável das populações do processo decisório.

O caráter misto da democracia semidireta ou participativa mostra-se tanto em seu escopo conceitual, quanto em sua instrumentalização. Enquanto a democracia representativa é utilizada nos grandes processos eleitorais, a democracia participativa

vincula-se ao nível institucional, sendo utilizada classicamente na forma de referendos, plebiscitos e consultas realizadas pelo executivo.

Estes dispositivos estão expressos no artigo 14 da CF 1988: “Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular” (Brasil, CRFB/88).

A agenda política vinculada na campanha eleitoral, de certa forma já foi referendada pela população votante no pleito eleitoral. No entanto, o processo de elaboração do planejamento público é muito mais complexo e abrangente do que uma agenda eleitoral propriamente dita. Enquanto a primeira, pode estar carregada de ideologia e populismo, o planejamento público formal exige a técnica de planejamento e orçamento para definir as políticas públicas, seus programas, projetos, atividades e, consequentemente, o orçamento.

Além disso, o planejamento público, por estar no início do ciclo de políticas públicas, mostra-se como o momento propício para inserir a consulta popular, pois é nesta fase que serão traçadas as diretrizes governamentais e seu respectivo orçamento por um período que se estenderá por quatro anos, intervalo de execução de um planejamento plurianual (PPA) de governo. É, portanto, um momento estratégico para que a população participe do processo de tomada de decisão.

Neste sentido, Oliveira (2019, pág. 16) destaca que “a participação da população no planejamento das políticas públicas é um dos principais meios de influir na definição das prioridades do governo, principalmente nas decisões que envolvem o orçamento público”.

Dowbor (2016) defende que o planejamento descentralizado é o instrumento chave da participação, desde que compreenda propostas ordenadas e submetidas à comunidade para que haja de fato a possibilidade dos indivíduos se pronunciarem antes das decisões serem tomadas, em vez de se limitarem a protestar diante de fatos já consumados.

Moroni (2010) alerta para alguns mitos verificados na participação da sociedade civil nas decisões governamentais.

### 1) A participação por si só muda a realidade.

Este mito está relacionado ao fato de a participação estar presente, por exemplo, em processos formais de consultas ou pela presença de conselhos deliberativos ou outras formas de participação em decisões governamentais, sem que

as opiniões ou votos, ainda que formalizados sejam de fato aderidos a agenda pública ou interfira de fato nas proposições colocadas em análise.

O processo de participação pode chamar, ouvir e até registrar votos dos cidadãos, no entanto, a efetividade desta participação só poderá ser constatada através de acompanhamento, controle e registro de resultados diretamente relacionados ao processo participativo.

2) A sociedade não está preparada para participar, como protagonista, das políticas públicas.

Este mito é baseado no preconceito do saber, em que a burocracia e/ou o político detém o saber e a delegação para decidir. Tal mito justifica a tutela do Estado sobre a sociedade civil, o que leva, por exemplo, o Estado a não criar espaços institucionalizados de participação ou a indicar, escolher e determinar quem são os representantes da sociedade nos espaços criados, assim como não disponibilizar as informações (por que a “sociedade não vai entender”) (Moroni, 2010, p. 9).

As especificidades que envolvem a técnica de elaboração de políticas públicas, de fato, podem ser um impeditivo para a compreensão das técnicas e procedimentos envolvidos, sobretudo por não especialistas. O PPA e seus respectivos instrumentos orçamentários, por exemplo, envolvem uma série de complexidades e peculiaridades que dificultam muito a compreensão e acompanhamento destes instrumentos por parte de quem não tem treinamento na área.

Os PPAs, assim como as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e as Leis Orçamentárias Anuais (LOA's), são determinações constitucionais cujo cumprimento envolve uma complexa racionalidade técnico-burocrática, sempre permeada por conflitos, que os tornam instrumentos pouco amigáveis ao diálogo com ‘não especialistas’ (Oliveira, 2013, p. 1).

No entanto, o preparo ou a capacidade da sociedade em compreender as peculiaridades que envolvem a gestão pública não podem ser utilizados como impeditivos para justificar a não participação, mas fundamentar ações que facilitem a transparência, o entendimento e o acompanhamento das ações do poder público que impactem as populações envolvidas.

3) A sociedade não pode compartilhar da governabilidade, isto é, da construção das condições políticas para tomar e implementar decisões, porque o momento de participação da sociedade e dos (as) cidadãos (ãs) é o momento do voto.

Como já enfatizado por outros autores neste capítulo, reduzir a participação popular apenas ao voto, recebe grande carga de crítica no que se refere à questão da representatividade na democracia. Reduzir o debate democrático ao simples

momento do sufrágio e a participação do cidadão unicamente à esfera eleitoral é torná-lo um simples instrumento de apoio político e subjugá-lo a toda e qualquer determinação que venha da pessoa, do grupo ou do partido vencedor do pleito eleitoral.

O terceiro mito apontado por Moroni é o cerne da questão do problema de representação da democracia indireta discutido neste capítulo e objeto da maioria dos trabalhos que buscam analisar ou avaliar a qualidade e impacto da participação popular nas decisões governamentais.

4) A sociedade é vista como elemento que dificulta a tomada de decisões, seja pela questão tempo (demora em decidir, obrigatoriedade de convocar reuniões etc.), seja pela questão de posicionamento crítico diante das propostas ou da ausência delas por parte do Estado.

Os processos de tomada de decisão governamental, assim como os atos de governo em si, são considerados bastante morosos em função da burocracia necessária ao serviço público, pela ingerência política, falta de planejamento, orçamento, entre outras questões. No entanto, a morosidade da gestão pública, burocrática por excelência, não pode ensejar a justificativa para excluir a sociedade dos processos democráticos.

A dificuldade sobre a tomada de decisão, sobretudo com o advento da questão tecnológica que tem encurtado o caminho entre os processos do serviço público e o cidadão, deve ser discutida buscando a redução da burocracia entre o cidadão e seus representantes.

Mesmo que, alguns órgãos governamentais adotem a participação popular (consulta) de forma descentralizada e que suas opiniões, prioridades ou necessidades sejam incorporadas a programas ou projetos do plano plurianual, a abrangência da participação popular, aplicada apenas na fase de planejamento não é considerada, na opinião de alguns autores, um processo completo de participação. A participação deve ser sistêmica, cíclica e oportuna, envolvendo todo o ciclo de políticas públicas.

É necessário se permitir a construção coletiva, no tempo necessário para o diálogo e para a interação. Por isso, considera-se que a participação social é um processo que se reinventa e se constrói com as pessoas e com as instituições, em tempos e práticas continuadas e não necessariamente nos tempos específicos de projetos ou de intervenções. É necessária a incorporação da participação enquanto pressuposto para o desenvolvimento das políticas públicas e não apenas como metodologia de consulta em um projeto ou outro (Lemos et al, 2019, p. 13)

Inserida no âmbito do sistema e não mais “convidada” conforme a conveniência, a participação popular, ou democracia semidireta, pode reduzir a distância entre o processo democrático representativo (eleições) e o campo da tomada da decisão pública.

Envolvidas em seus lugares cotidianos e condecoradas pela experiência diária das práticas sociais, as pessoas e grupos de cada local possuem um potencial significativo de contribuição para o conhecimento da realidade de cada contexto social, principalmente dos grupos que não são normalmente ouvidos (Lemos et al, 2019, p. 12)

Devido à proximidade das instituições e os grupos populacionais, o processo decisório terá, na democracia semidireta ou participativa, maiores chances de produzir resultados que gerem impactos realmente positivos em suas necessidades reais.

#### **2.4 - Outros conceitos de participação**

Scavo (2010) defende que a participação é um tema que possui bastante elasticidade e multiplicidade de sentidos, podendo assumir variadas formas e intensidades, dependendo do discurso, da prática ou do tipo de instituição envolvida, além das implicações políticas e culturais que se encontram em disputa.

Por esta visão, os processos participativos podem ser debatidos segundo a “arquitetura” da participação que indicaria uma “escala de qualidade da participação” que se considerou adequada abordar neste capítulo em virtude dos objetivos desta dissertação.

A escala de qualidade da participação é organizada verticalmente do grau mínimo ao máximo, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 1 – Escala de qualidade da participação

| <b>Tipologia de participação</b> |
|----------------------------------|
| Dirigida                         |
| Informada                        |
| Consultada                       |
| Propositiva                      |
| Direta                           |

Fonte: Adaptado de Dowbor (2016, p. 52)

#### **2.4.1 – Participação dirigida**

A participação dirigida seria a que se posicionaria no menor nível de qualidade, sendo assim considerada por representar o tipo de participação totalmente controlada pelo poder público. Neste nível de participação os cidadãos são apenas convidados a participar do processo, mas na verdade não possuem nenhum poder de decisão. Neste grau as palavras-chave envolvidas seriam controle, manipulação e ilusão de participação do cidadão sob o processo decisório (Dowbor, 2016).

#### **2.4.2 – Participação informada**

Na participação informada o cidadão é convidado a participar dos debates, recebe informações sobre as decisões tomadas pela instituição envolvida e até sobre a prestação de contas. No entanto, a participação do cidadão restringe-se apenas à comunicação das intenções ou realizações do poder público acerca das políticas envolvidas. O cidadão não tem envolvimento ativo neste processo, sendo visto apenas como um destinatário da informação, sem qualquer influência política real sobre as políticas públicas que poderiam beneficiá-lo (Dowbor, 2016).

### **2.4.3 – Participação consultada**

Na participação consultada o cidadão é convidado a opinar sobre os temas da agenda pública. Dowbor (2016) afirma que, neste nível de participação a própria consulta deve ser integrada nas políticas públicas, compondo o processo de sua elaboração.

Este grau de participação existe em diferentes intensidades podendo ir desde um tipo de participação facultativa, onde a opinião da população pode ou não adentrar ao planejamento público formal, indo até a consulta obrigatória, onde os cidadãos podem também incluir propostas para serem debatidas pelos demais, não utilizando-se apenas da agenda política apresentada de cima (poder público) para baixo (cidadãos).

### **2.4.4 – Participação propositiva**

Na participação propositiva os cidadãos e os tomadores de decisões teriam igual poder de deliberação. A diferença entre um e outro estaria no fato de que os tomadores de decisão teriam, nesta modalidade (propositiva) o direito de decidir sobre a legitimidade e viabilidade das propostas dos cidadãos.

Dowbor (2016, p. 53) afirma que “na maioria dos casos, a participação é limitada às escolhas, não permitindo aos cidadãos continuarem no estágio seguinte, não tendo nenhum tipo de influência nas organizações públicas que implementam o programa”.

De acordo com as definições apresentadas pelo autor, a participação propositiva estaria relacionada à atuação dos conselhos, pois, geralmente, este tipo de organização tem poder de deliberação (voto) sobre a implementação de determinada política pública, a exemplo de conselhos de segurança pública, conselhos sociais, conselhos da área de saúde, entre outros.

A diferença entre a participação consultada e a propositiva, seria então o fato de que, na participação propositiva existe a garantia de deliberação com igual poder entre os cidadãos ou sociedade civil organizada e a esfera política profissional, mas na participação consultada, os cidadãos participam, votam em prioridades ou necessidades, mas não existem garantias de que os resultados destas consultas

sejam levados verdadeiramente em consideração pela instituição, órgão ou poder público que convocou a consulta.

#### **2.4.5 - Participação direta**

Na participação direta, a esfera política profissional não estaria mais envolvida no processo decisório. Para Dowbor (2016), neste nível de participação as decisões seriam totalmente dependentes da esfera civil, das massas populares. A participação direta exigiria uma total ruptura com o sistema capitalista e o estado da forma com que está organizado, exigindo repensar como a sociedade civil se organizaria para desempenhar diretamente seu poder de decisão sobre as políticas públicas.

A soberania popular que outrora fundamentou o conceito de governo do povo (democracia) entrou em declínio nas últimas décadas. Conforme visto, diversos autores apontaram a crise de representação que tem sido verificada nas democracias modernas como fator determinante para a insatisfação das populações com seus governos dito democráticos.

A crise de representatividade, sobretudo em países de grande proporção geográfica e populacional é causada, em grande parte, pelo distanciamento verificado entre os anseios, necessidades ou demandas da população e as decisões tomadas pelos representantes políticos eleitos através do voto.

A forma de democracia indireta fundamentada apenas no voto popular como o único instrumento de promoção da participação cidadã na política, não tem sido capaz de realmente efetivar as mudanças necessárias para a satisfação das necessidades intrínsecas da população.

Na opinião majoritária dos autores abordados neste capítulo os processos típicos da democracia participativa podem oferecer alternativas para aumentar a influência dos cidadãos nas decisões.

Dentre as alternativas possíveis, chama a atenção a participação propositiva (Dowbor, 2016) onde os cidadãos teriam 50% do poder de decisão sobre a viabilidade das propostas que envolvam a população. Contudo, analisando o cenário político atual, o amadurecimento das instituições e o nível de organização social para que se pense em algo deste nível, o caminho a ser percorrido para que se chegue a um grau de participação tão amplo e consciente, ainda não aponta para um horizonte realizável.

Em uma perspectiva menos abrangente, porém, há de se perceber que, no estágio de desenvolvimento da democracia brasileira, já existem algumas experiências exitosas no sentido de prover minimamente a cidadania de algum envolvimento na decisão política.

A participação consultada, por exemplo, já possui experiências exitosas com a inserção de processos participativos no PPA e na implantação de conselhos deliberativos em políticas públicas elaboradas no âmbito dos Ministérios, conforme será abordado no próximo capítulo.

No contexto da crise de representação que vive a democracia atual, os governos necessitam criar mecanismos de aproximação entre a sociedade e a decisão política, de forma a ouvir diretamente das pessoas as demandas relacionadas aos problemas verificados em seu corpo social específico.

A agenda política por si só, mesmo que exitosa na fase do pleito eleitoral, não é capaz de refletir toda a conjuntura envolvida nos problemas sociais verificados no imenso território brasileiro.

O agente político, uma vez eleito, não detém sobre si os conhecimentos necessários para prover a sociedade de tudo o que é necessário nas áreas de atuação típica do governo como saúde, educação, infraestrutura, desenvolvimento, combate à pobreza, dentre tantos outros diversos problemas que o Brasil enfrenta atualmente.

Cada território possui potencialidades e limitações específicas, que só a investigação profunda e sobretudo, a participação das pessoas nos processos de decisão política é capaz de esclarecer.

A crise de representação faz parte do processo democrático. O campo político é composto de inúmeros atores com diversos interesses específicos disputando o poder político e as vantagens decorrentes da vitória na disputa eleitoral.

O orçamento público, por sua vez, não é capaz de satisfazer todas as necessidades sociais e, além dos problemas decorrentes desta escassez, interesses escusos, corrupção, tráficos de influência e prevaricação, são fatores enraizados na política brasileira que aprofundam a disputa política, afastando o Estado de sua prerrogativa básica de prover a sociedade de soluções para seus problemas estruturais.

A disputa por poder, recursos e influência, sempre vai provocar crises e insatisfações no processo democrático. No entanto, os problemas típicos da democracia não devem ser vistos como um impedimento natural para que os atores

sociais permaneçam em “letargia”, observando a distância, a dicotomia entre vencedores e vencidos no processo eleitoral.

A democracia participativa encontra sua melhor viabilidade através da instrumentalização das instituições para melhorar processos participativos e aproximar as populações das decisões que envolvem problemas endógenos presentes nestes grupos sociais.

Neste recorte, o planejamento público pode se apresentar como o momento oportuno para a melhoria da estratégia de desenvolvimento a partir da abertura política para a inserção da população no processo decisório.

### **3 – PLANEJAMENTO PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Em um estado verdadeiramente democrático é imperioso o questionamento sobre até que ponto, as decisões político-administrativas tomadas pelo mais alto escalão da autoridade pública, estão realmente contemplando a participação da sociedade e, mais do que isso, é necessário investigar se a participação social está efetivamente sendo utilizada para a elaboração de políticas que atendam aos anseios das populações.

Tornar realidade os anseios e aspirações da sociedade que vive em um Estado Democrático de Direito, deve ser a meta dos governantes e do Estado, e deve ser observado através da execução de políticas públicas que concretizem esse mandamento (Silva e Izá, 2020, p. 15).

A complexidade técnica e os interesses na elaboração do planejamento público, muitas vezes distorcem a materialização das promessas iniciais. Ainda que a intenção geral dos processos participativos em planejamento público seja estabelecer uma abordagem participativa e transparente, existe a possibilidade de que as propostas apresentadas no plano de governo sejam desconsideradas, comprometendo a legitimidade das políticas públicas “eleitas” pela população (Araújo, 2024).

No âmbito dos instrumentos formais de participação social nas políticas públicas, o Brasil:

Ainda carece de avaliações rigorosas sobre o quanto as decisões sobre políticas públicas são (ou podem ser) influenciadas por canais de cunho participativo, e sobre quais formas e lógicas regem os processos de representação no interior destas instituições. Faltam, também,

conhecimentos sobre as condições sob as quais estes processos ocorrem. Se, por um lado, não se deve pressupor que a existência de instituições participativas engendrará, naturalmente, práticas participativas – assim como a existência de procedimentos democráticos, como eleições regulares, não produzem de forma natural atitudes favoráveis à democracia ou valores predominantemente democráticos –, por outro lado, a existência destas instituições é uma condição indispensável para “democratizar-se a democracia” brasileira (IPEA, 2010, p. 567)

De fato, a existência de instituições com procedimentos democráticos é indispensável para a efetivação da democracia. Porém, a simples adoção do procedimento participativo nos processos de tomada de decisão acerca de políticas públicas não garante a efetivação destas políticas públicas e, muito menos, a produção de resultados diretos junto à população, como consequência direta do processo participativo, deixando, como citou o IPEA (2010), uma lacuna entre os processos de participação e a efetivação de resultados práticos que legitime os processos de participação democrática a nível institucional.

Em pesquisa realizada por Ferreira (2025) sobre os efeitos do orçamento participativo no Brasil, o quadro geral que se extrai da literatura sobre estas experiências nos municípios é que, apesar de contar com elevada participação e engajamento popular, a execução das propostas priorizadas é que esbarra nos mesmos gargalos que o poder público enfrenta na execução de obras nos municípios brasileiros, tais como limitação de recursos financeiros e atrasos.

Outros problemas apontados quanto à avaliação dos processos de participação popular em orçamentos públicos diz respeito à falhas na institucionalização dos processos, tais como: Dependência da vontade política para execução das propostas; incerteza quanto à eficácia da prestação de contas sobre os projetos priorizados; dificuldades de acesso/transparência quanto aos resultados do programa de participação popular; e manipulação de agentes políticos no processo de participação para satisfação de interesses próprios ou partidários (Ferreira, 2022).

Costa (2010), ao examinar 43 (quarenta e três) publicações referentes aos municípios brasileiros que tiveram experiência de orçamentos participativos a partir do ano de 1989 aponta que, de maneira geral, os municípios que implementaram estes processos de participação não conseguiram implementar a maioria das obras aprovadas nas plenárias populares. Segundo a autora, os fatores que justificam a não realização destas obras estariam relacionados, sobretudo, à falta de planejamento ou limitações financeiras.

No processo de pesquisa que deu origem a esta dissertação, constatou-se um sem número de artigos e dissertações que tratam da avaliação da qualidade do método de participação popular no planejamento/orçamento público, discorrendo estes trabalhos de variadas perspectivas da participação popular nas decisões de governo, tais como: - Verificar o grau de abrangência da participação, a presença dos diversos territórios, populações, transparência do processo, indo até a aderência das propostas ao PPA municipal, estadual ou federal.

Estes trabalhos verificam como é feito o processo de participação, quais representações participaram ou se as propostas ou prioridades adentraram ao PPA em questão. Esta dissertação adotou outra abordagem, pois buscou verificar tanto a aderência das prioridades ao PPA, quanto as entregas reais feitas às populações que priorizaram estas ações e qual o custo das prioridades em cada região.

Para cumprir este intento será necessário, porém, além da revisão de literatura efetuada até aqui, adentrarmos a discussão acerca do planejamento plurianual (PPA).

Não seria possível demonstrar os resultados e o investimento financeiro destinado pelo Estado em políticas públicas eleitas pela população se, esta pesquisa não se aprofundasse nos aspectos metodológicos do planejamento público formal ou, mais especificamente, no PPA do Estado do Tocantins.

Como será visto adiante, é nesta ferramenta que se materializa a metodologia de implementação de políticas públicas governamentais e, no âmbito desta proposta de investigação, as consultas públicas realizadas pela Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins, como a forma de democratizar a participação pública no planejamento governamental.

Assim, será necessário o conhecimento acerca da metodologia de elaboração do PPA, seus conceitos, métodos, componentes e alguns aspectos orçamentários atrelados ao PPA para que se possa compreender como a metodologia de apuração dos resultados pode ser aplicada no âmbito desta proposta.

Antes de apresentar o PPA em si e suas instrumentalizações peculiares no Estado do Tocantins é necessário ainda efetuar brevemente, algumas considerações de como se deu o seu processo de desenvolvimento histórico no Brasil.

### 3.1 – Breve histórico do PPA no Brasil

Desde as décadas de 1930 e 1940 o Brasil acumulou diversas tentativas de iniciativa do governo federal objetivando encontrar um modelo efetivo de planejamento que unificasse e atendesse as necessidades do governo, seja em âmbito federal, como a nível de seus territórios (Macedo, 2019).

Estas tentativas de encontrar um modelo eficiente e confiável para ser seguido por toda a federação foram ocasionadas pela falta de regulamentação infraconstitucional do PPA, o que desencadeou as diversas modificações no PPA ao longo dos anos.

Isto por que, até o momento atual o PPA não possui um molde ou padrão específico por que isto deveria ter sido objeto de lei complementar conforme apontou o artigo 165, parágrafo 9º, I da CF/1998. Ocorre que tal regulamentação nunca foi aprovada, restando esta matéria a ser regida pela legislação estadual ou municipal, conforme o caso.

O PPA remonta ao Orçamento Plurianual de Investimento-OPI. Ainda denominado de “proposta orçamentária”, O OPI era regulamentado através dos artigos 23 a 26 da lei nº 4.320/1964 e, em linhas gerais determinava que as receitas e despesas de capital (investimento) seriam objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Executivo e, abrangência de, no mínimo um triênio (Garcia, 2000).

Esta proposta de organização do orçamento federal se manteve na CF/1967 e já previa, sempre que possível, metas para realização de obras e prestação de serviços, considerando metas aqueles resultados que se pretendia com a realização dos programas.

O OPI cumpriu o papel de programador orçamentário de investimentos, com muitas críticas durante pouco mais de uma década (de 1968 ao início dos anos 80), sobretudo ao fato de que a inflação exponencial à época retirou-lhe previsibilidade e capacidade orientadora (Garcia, 2000).

O marco para o desenvolvimento do modelo orçamentário que temos hoje no Brasil foi a Constituição Federal de 1988 que estabeleceu em seu artigo 165, a obrigatoriedade de publicação de leis de iniciativa do Poder Executivo que estabelecessem o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

### **3.1.1 - O PPA 1991-1995**

A partir deste marco, o primeiro PPA pós constituição, foi elaborado pelo governo que ganhou as eleições de 1989, devendo ter vigência 1991-1995. O principal objetivo deste plano foi estabelecer o controle das contas públicas a partir de um projeto de desestatização e abertura comercial do Brasil.

Todavia, o sistema de acompanhamento da época não previu mecanismos que permitissem a incorporação de informações que retroalimentassem o plano com os resultados obtidos a fim de se obter resultados que indicassem a eficácia ou eficiência do plano (Garcia, 2000).

### **3.1.2 - O PPA 1996 a 1999**

O segundo PPA, que teve vigência de 1996 a 1999 implementou algumas inovações metodológicas em sua elaboração, mas ainda não havia se consolidado como instrumento metodológico que pudesse organizar as ações de governo de maneira eficaz.

Paulo (2010) destaca que este plano foi marcado pela retomada do planejamento governamental propriamente dito pois buscou a estabilidade econômica fundamentada pelo Plano Real lançado em 1994 e atribuir maior elasticidade para a ação de investimento público através da previsão legal sobre consórcios públicos entre a União, Estados e municípios.

Outra inovação importante para o período diz respeito a adoção de “eixos nacionais de integração e desenvolvimento” que tratavam de propostas para ordenamento econômico-espacial dos projetos de investimento público a nível de grandes regiões brasileiras, além de implementar os “projetos estruturantes”, iniciativas de grande vulto financeiro consideradas estratégicas para alavancar o desenvolvimento das regiões alcançadas pelos projetos (Almeida, 2004).

O plano, primeira aproximação entre planejamento e gestão orçamentária, propunha administrar de forma coordenada um conjunto de 42 empreendimentos estratégicos distribuídos nas áreas social, de desenvolvimento econômico e de infraestrutura (Cavalcante, 2007, p. 130).

Este plano apresentou algumas falhas como a não sinalização das ações, indefinição de instrumentos de políticas públicas e não definição de sistemas de direção estratégica (Garcia, 2000).

Para Cavalcante (2007) este PPA teve como ponto fraco a falta de instrumentos de monitoramento e avaliação, deficiência esta que viria a ser utilizada para, mais tarde, no PPA (2000-2003), implantar a metodologia de gestão por resultados.

### **3.1.3 - O PPA 2000 a 2003**

O terceiro PPA (2000-2003) buscou reduzir o gap entre os processos governamentais que integralizavam o planejamento e os instrumentos de orçamento público. Este esforço gerou a primeira tentativa de integralizar os três instrumentos do planejamento (PPA, LDO e LOA) através da criação do Grupo de Trabalho Interministerial-GTI (Garcia, 2000).

O GTI buscou a redução de deficiências históricas verificadas no processo de planejamento federal, tais como: Não concepção do plano de governo e dos orçamentos como instrumentos de gestão estratégica; inexistência de análises e avaliações das políticas; falta de estabelecimento de prioridades; ações sem convergência e integração (Garcia, 2000).

Buscando sanar estas dificuldades o GTI, após concluir seus trabalhos em 1997, apresentou algumas inovações importantes que perduraram no rol de especificidades técnicas utilizadas até hoje nos PPA's, seja a nível federal, estadual ou município, dentre as quais, cita-se as principais:

- ✓ Organização do PPA por programas, onde este seria considerado a unidade básica do planejamento e vínculo de integração ao orçamento;
- ✓ Elaboração de programas a partir da busca por uma solução de problemas precisamente identificados, com estabelecimento de um produto específico para este programa, quantificação de metas e custos.
- ✓ Elaboração de indicadores para acompanhamento e medição dos resultados alcançados;
- ✓ Estabelecimento das ações vinculadas a programas, desdobradas em projetos e atividades, com vinculação de produtos e metas específicas para cada um (Garcia, 2000).

Neste planejamento, a mediação entre o PPA e o OGU (Orçamento Geral da União) passou a ser feito pela LDO que estabeleceu prioridades, metas e custos para o exercício subsequente, entre os programas constantes do PPA. A LDO também estipulou limites orçamentários para os demais poderes (legislativo e judiciário e Ministério Público), dispôs sobre alterações na legislação tributária e seus reflexos na Lei Orçamentária Anual, regulou alterações sobre cargos e contratações que impactassem a folha de pagamento da administração pública federal entre outras providências importantes (Garcia, 2.000).

As contribuições do GTI para o PPA 2000-2003, tanto na parte de planejamento quanto de orçamento, trouxeram conceitos e orientações metodológicas consistentes com as formulações mais avançadas na área do planejamento estratégico público e do orçamento orientado a programas (Matus et al., 1980; Matus, 1993; Dror, 1996).

Na vigência do PPA 2000-2003 ocorreu um fato que viria a influenciar os novos PPA's de maneira irreversível: A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Aprovada em 4 de maio de 2.000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei complementar 101/2000 passou a impor as administrações públicas uma série de regramentos que viriam a influenciar o controle das despesas públicas, os limites de gastos com pessoal, além de prever questões de transparência, controle e fiscalização da gestão (Macedo, 2019) e impossibilidade de realização de investimentos e despesas extraordinárias, que não indiquem precisamente a fonte de financiamento (Giacomini e Pagnussat, 2006).

A LRF ampliou ainda a previsão sobre instrumentos de participação popular na formulação do planejamento e orçamento públicos, conforme se depreende da leitura do artigo 48.

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos (BRASIL, 2000).

A LRF ratificou de forma importante a necessidade de integração, transparência e participação popular para as ferramentas de planejamento e orçamento no Brasil,

contribuindo, desde sua publicação para a forma com que se apresentaram os PPA's posteriores, como foi o caso do PPA 2004-2007.

### **3.1.4 – O PPA 2004-2007**

O PPA 2004-2007, primeiro sob a responsabilidade do governo Lula, inaugura a estrutura de um plano que, além da peça orçamentária técnica, elaborada por especialistas e técnicos governamentais, passaria a incorporar a participação popular em sua formulação.

Além de toda estrutura organizativa desse plano, o PPA 2004-2007, acompanhou as bases do governo anterior, demonstrando que, apesar da mudança de comando, o novo governo não desconsiderou o processo iniciado nos governos de Fernando Henrique Cardoso, no tocante a retomada da importância do planejamento público, bem como o impacto da LRF no que diz respeito às ações afirmativas no âmbito do planejamento, gestão e participação da sociedade na elaboração do planejamento e acompanhamento das pelas orçamentárias (Cavalcante, 2007).

O PPA 2004-2007 adotou a estratégia de consolidação da metodologia lançada no plano anterior, tendo o programa como unidade de gestão voltada para resultados. A inovação proposta foi a inserção da participação social na elaboração e gestão do plano, que se materializou durante o processo de confecção, em eventos realizados em todos os estados e Distrito Federal. Contudo, durante a gestão do plano não foram estabelecidos mecanismos sistêmicos para promover a desejada participação (Arantes Paulo, 2010, p. 5).

Segundo relatório produzido por funcionários do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) a pedido do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em 2006, representantes do banco afirmam que este PPA, formulado durante o governo Lula, elaborou seus fundamentos em um amplo processo de consultas populares efetivado tanto em nível nacional, quanto estadual buscando conciliar provavelmente a agenda entre programas federais e as prioridades dos Estados (Arantes Paulo, 2010).

Em 2003, na fase de elaboração do PPA 2004-2007:

[...] foi realizada uma grande consulta popular. Foram feitos diálogos nacionais com entidades representativas da sociedade civil e realizados 27 fóruns estaduais de participação social no PPA. Além disso, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), instância de prestígio durante o governo Lula, também discutiu o plano. Como resultado desse processo foi criado um Grupo de Trabalho (GT), constituído por representes do governo e

da sociedade, com o objetivo de formular a metodologia de participação. O GT começou a funcionar, de fato, em 2007 (Amaral, 2014, p. 13).

Avritzer (2007) aponta que o PPA Brasil de todos, como foi denominado à época, teve justamente a participação social como uma de suas características e que pode ser considerado uma das primeiras iniciativas do governo federal no sentido participativo, com a realização de consultas com entidades da sociedade civil para sua elaboração.

Calmon e Gusso (2002) apontam que neste PPA:

[...] foram estabelecidas novas arenas de discussão e ampliados os canais de comunicação existente, o que possibilitou a incorporação das contribuições dos representantes dos vários órgãos governamentais e da sociedade civil organizada no processo de elaboração das orientações estratégicas do novo governo. A implementação dessa estratégia participativa deu-se mediante a realização de diversas reuniões técnicas, fóruns, seminários, trabalhos em grupo e debates – não apenas em Brasília, mas em todos os estados brasileiros, envolvendo representantes de centenas de organizações públicas e privadas (Calmon; Gusso, 2002, p. 27).

O ponto fraco deste plano, conforme aponta o BIRD, foi a falta do acompanhamento sistemático dos resultados das consultas populares que acabou por contribuir para o descrédito das iniciativas de planejamento participativo (Matsuda, Shepherd e Wenceslau, 2006).

Moroni (2010) considera que, apesar de bastante divulgada, a participação social neste PPA não conseguiu a efetividade e o posicionamento adequado na esfera de planejamento ou orçamento público:

[...] esse processo foi um verdadeiro “espetáculo” da participação, em que as contribuições da sociedade civil não foram consideradas nem existiu qualquer estratégia de governo para criar e aprofundar, de fato, espaços institucionais de participação popular em áreas estratégicas para a efetivação de direitos no país, como o orçamento e o planejamento públicos e, principalmente, o “modelo de desenvolvimento (Moroni, 2010, p. 18).

Avelino (2017) também cita como aspectos negativos do PPA 2004-2007 a ausência de estratégia participativa para o monitoramento do PPA; falta de metodologias de participação no processo orçamentário; e obscuridade das informações sobre a execução física e financeira dos programas.

Após esta experiência participativa no PPA federal, o governo continuou a utilizar os instrumentos de participação na elaboração e revisão de seus PPA's, variando, porém, as metodologias participativas adotadas nesta primeira experiência (Macedo, 2019).

### **3.1.5 – O PPA 2008-2011**

O PPA 2008-2011 deu continuidade a participação social que foi estruturada através de debates mediados por conselhos nacionais, com destaque para a atuação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), instituído com participação híbrida entre representações da sociedade civil e do Governo Federal, mediando a discussão entre os demais setores da sociedade (Macedo, 2019).

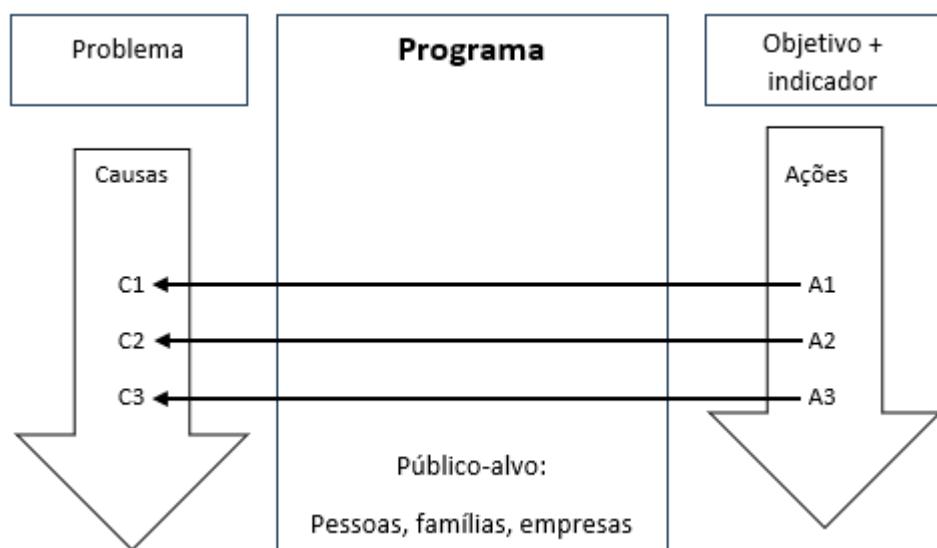
Neste PPA não foram criados conselhos específicos para discussão e elaboração do plano, mas utilizaram-se da estrutura de conselhos nacionais de participação social já existentes.

Cardoso Júnior e Couto (2020) apontam que este PPA foi bastante influenciado pelo lançamento do Programa de Aceleração do crescimento (PAC) e pela criação de uma carteira de projetos prioritários. No entanto, o retrocesso deste plano foi excluir os projetos prioritários deste PPA de uma avaliação prévia Conselho de Monitoramento e Avaliação (CMA) o que na prática acabou por esvaziar o Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA).

As prioridades de governo, resultados das participações populares adotadas nos planos anteriores já haviam deixado de fazer parte desde o PPA 2003-2007, mas o direcionamento da força de planejamento para a gestão do PAC aprofundou o problema (Santos, 2011).

O PPA manteve a estrutura de programas construídos em torno de problemas em detrimento da abordagem do planejamento estratégico, mais abrangente e orientada a busca de objetivos estratégicos.

FIGURA 1 - Estrutura do PPA 2008-2011 baseada em programa



Fonte: Adaptado de Cavalcante, 2007.

A estrutura deste PPA coloca o programa no centro de construção do planejamento público. Como se nota, a sequência para elaboração de um programa consistia em identificar o problema, levantar suas causas, construir o programa a partir da busca para a resolução do problema, estabelecer um objetivo claro, seu indicador de medição, estipular as ações que mitigassem ou resolvessem as causas identificadas. Todas estas ações visavam solucionar o problema de pessoas, famílias, empresas ou demais populações identificadas como público-alvo do programa. (Cavalcante, 2007).

### 3.1.6 - O PPA 2012-2015

O PPA 2012-2015 introduziu o Fórum Interconselhos, também no intuito de dar continuidade a participação da sociedade civil no processo de elaboração do planejamento público federal. O Fórum Interconselhos surgiu após um primeiro momento de debates em quase todos os conselhos setoriais, “incluindo a indicação de até 10 membros para participar do segundo momento do processo, um Fórum Interconselhos de Debate do PPA” (Oliveira, 2013).

O Fórum Interconselhos era composto por “33 conselhos setoriais e de 4 comissões nacionais de políticas públicas, totalizando cerca de 300 conselheiros

participantes, além de outros 100 membros de movimentos e entidades da sociedade civil de caráter nacional" (Oliveira, 2013, p. 36).

Os fóruns setoriais possuíam caráter consultivo, onde os participantes eram apresentados à parte estratégica do PPA, ao novo modelo do plano e a uma visão geral sobre a estrutura programática a ser adotada para aquela vigência.

Além destas discussões, os participantes também apresentaram recomendações e sugestões diversas, além de propostas para a construção do sistema de monitoramento e avaliação, parte sensível dos sistemas de participação adotados pelo governo federal até então.

Na devolutiva do Fórum Interconselhos realizada em outubro de 2011, foram apresentadas as propostas que foram incorporadas ao Plano e das que não foram incorporadas acompanhadas de suas justificativas, conforme aponta Oliveira (2013): "No total, a sociedade civil fez 629 sugestões à proposta de PPA apresentada pelo Ministério do Planejamento, tendo sido incorporadas, na avaliação do Ministério do Planejamento (2011), 96,7% delas, sendo 77,1% integralmente e 19,6% parcialmente" (Oliveira, 2013, p. 37).

Em 2014, a iniciativa do Fórum Interconselhos teve reconhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU), ganhando da instituição o Prêmio das Nações Unidas do Serviço Público (UNPSA – em inglês, United Nations Public Service Awards). Outra iniciativa importante neste PPA foi a aproximação da gestão do PPA com os próprios conselhos (Avelino, 2017).

Segundo Magalhães (2023) a partir das modificações metodológicas introduzidas no PPA 2012-2015, em especial a substituição dos programas elaborados a partir dos problemas para os programas temáticos (agrupados por temas conexos) houve consequências negativas para a gestão orçamentária.

Enquanto o programa baseado no problema permitia identificação direta da execução da ação com seu orçamento específico, o programa temático passou a conter uma série de ações temática agrupadas em seu bojo, dificultando a identificação de resultados provenientes da prioridade pactuada com os atores da sociedade civil. (Couto, 2022)

Conforme será visto na figura 4 (Dimensão Tática do PPA) contida na pág. (73), o PPA do Tocantins também utiliza a metodologia do programa temático, agrupando diversas ações temáticas no programa, o que também dificultou a apuração da eficácia das prioridades regionais.

O problema apontado por Couto (2022) no PPA Federal de 2012-2015 também foi verificado no PPA Estadual analisado, pois o agrupamento de várias ações nos programas temáticos do PPA 2020-2023 do Estado do Tocantins não permitiu a estipulação das metas específicas de cada prioridade no orçamento do PPA 2020-2023 e, por consequência, os percentuais de execução de cada ação não puderam ser apurados.

A nota técnica elaborada por este trabalho (Apêndice B) buscou sanar este problema de indeterminação de metas em virtude do programa e da ação temática, sugerindo a estipulação das metas iniciais de cada uma das 6 (seis) prioridades escolhidas nas 10 (dez) regiões do Estado do Tocantins.

### **3.1.7 - O PPA 2016-2019**

O PPA 2016-2019 seguiu o modelo metodológico do plano anterior, apresentando poucas alterações. O plano foi enxuto, passando de 65 programas para 55 programas temáticos. O número de metas também foi reduzido em quase 50 % (Couto e Cardoso Jr., 2023).

Este plano foi elaborado o governo Dilma Rousseff (2015) e executado, em sua maior parte, durante o Governo Temer. Sua principal inovação, talvez tenha sido a tentativa de implementação da Agenda 2030, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciativa que incorporaria ações voltadas à consecução dos objetivos da agenda internacional ao PPA Federal. No entanto, esta tentativa não obteve grandes resultados, pois foi descontinuada no governo Bolsonaro, último ano do referido PPA (Couto, 2022).

Segundo (Ramiro, 2021) o veto do Presidente Jair Bolsonaro à Lei do PPA 2020/2023 se deu justamente pelo fato da composição do Congresso Nacional à época ter sido favorável a incorporação dos ODS como uma diretriz para o referido plano.

O processo de gestão do PPA 2016-2019 foi descontinuado. Além de o governo eleito ter sido destituído no primeiro ano de execução do PPA, a nova gestão alterou o foco organizacional que anteriormente enfatizava a atuação da então Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, deslocando-o para a atuação da Secretaria de Planejamento e Assessoramento Econômico, a partir da fusão com a Assessoria Econômica.

O Fórum Interconselhos, implantado em 2012, também sofreu descontinuidade, bem como foram abandonadas as discussões estratégicas e articulações federativas, como o incentivo à padronização conceitual entre os PPAs Estaduais e municipais (Couto, 2022).

Houve muitas alterações de método na forma de se elaborar e gerenciar os PPAs Federais (participativos ou não) desde a criação desta ferramenta após a promulgação da Constituição Federal de 1988. As diferenças conceituais e metodológicas não são facilmente compreensíveis se consideradas as inúmeras especificidades e necessidades que as ferramentas de planejamento e orçamento público precisam cumprir, tanto no aspecto legal, político, participação ou desenvolvimentista.

O quadro a seguir, baseado no trabalho de Couto e Cardoso Jr. (2020) pode auxiliar a compreender as alterações nas abordagens e funções dos PPAs federais entre o período de 2000 a 2019.

**Quadro 2 – Abordagens e funções do PPA**

| Período do plano | Abordagens   | Funções  |
|------------------|--|--|
| PPA 2000-2003    | Planejamento por problemas<br>Planejamento territorial   | Gestão de prioridades<br>Gestão por resultados<br>Prestação de contas  |
| PPA 2004-2007    | Planejamento por problemas<br>Planejamento participativo | Gestão territorial<br>Gestão por resultados<br>Avaliação<br>Prestação de contas<br>Estratégia de desenvolvimento           |
| PPA 2008-2011    | Planejamento por problemas                               | Prestação de contas<br>Estratégia de desenvolvimento   |
| PPA 2012-2015    | Planejamento participativo<br>Classificador temático     | Gestão participativa<br>Gestão territorial<br>Agendas transversais<br>Prestação de contas<br>Estratégia de desenvolvimento |
| PPA 2016-2019    | Classificador temático                                   | Integração com os ODS<br>Prestação de contas   |

Fonte: Couto e Cardoso Jr. (2020, p. 25).

### **3.1.8 - O PPA 2020-2023**

O PPA 2020-2023 trouxe novamente, alterações metodológicas, justificadas pela necessidade de adaptação às novas orientações e diretrizes governamentais, bem como a adequação à nova organização administrativa do governo federal.

Esta nova metodologia está assentada em quatro pilares: “simplificação metodológica; realismo fiscal; integração entre planejamento e avaliação; e visão estratégica e foco em resultados” (Couto e Cardoso Júnior, 2020, p. 35).

No que diz respeito à simplificação metodológica, o PPA federal reduziu drasticamente a parte estratégica do PPA, que passou a contar apenas com treze diretrizes, quinze temas, cinco eixos (social, econômico, ambiental, institucional e infraestrutura), além de um eixo exclusivo para agrupar a estratégia nacional de defesa.

No PPA 2020-2023 as ações do governo federal foram contempladas em apenas 66 programas, onde, para cada programa constava um objetivo e uma meta, tornando objetivo o critério de identificação entre o programa, seu respectivo objetivo e a meta.

Esta simplificação de programas por um lado tornou o controle e avaliação dos elementos do PPA mais objetiva, mas, por outro lado, tornou-o menos transparente em função do aumento do escopo de cada programa (Couto e Cardoso Jr., 2020).

Isto quer dizer que quanto mais específicos e determinados são os elementos do PPA, melhor a identificação de cada ação, entrega e orçamento relacionada ao elemento. Quando os programas são “simplificados”, geralmente estão sob efeito da aglutinação, ou seja, um programa agrupa outros semelhantes, ocultando sob um nome ou escopo único, uma diversidade de objetivos e metas “ocultos” que dificultarão o trabalho de controle e avaliação, seja dos órgãos específicos de controle interno e externo, o próprio Congresso Nacional e, por fim, a sociedade.

Neste PPA o governo federal anunciou que haveria a intenção de monitorar intensivamente os programas prioritários, ficando esta função a encargo do Conselho de Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas (CMAP).

FIGURA 2 – Potencialidades do PPA 2020-2023 do Governo Federal.



Fonte: SEPLAN e MP, 2018, arquivo próprio.

Segundo o que foi apresentado no projeto de lei do PPA 2020-2023, o Poder Executivo Federal realizaria avaliações de políticas públicas financiadas por gastos diretos e subsídios da União, selecionadas anualmente a partir dos programas contidos no PPA 2020-2023. No entanto, a quantidade, os programas e até mesmo a frequência de análise e avaliação não foram determinados, gerando imprecisão no entendimento dos critérios de eleição dos programas a serem monitorados e avaliados (Couto e Cardoso Jr., 2020).

Outro destaque da proposta do PPA 2020-2023 dizia respeito ao enfoque que o governo federal daria à gestão para resultados.

A avaliação de resultados deveria embasar-se no reestabelecimento do modelo lógico para estruturação de programas governamentais, ou, em outras palavras, na metodologia baseada em problemas. Conforme já relatado anteriormente, este método de planejamento baseia-se na identificação de problemas, através de uma análise ex-ante, para então, elaborar programas ou projetos que visem mitigar ou eliminar as variáveis causadoras do problema.

Esta abordagem favorece a estipulação e a avaliação de resultados governamentais pois permite que se estabeleçam indicadores e metas diretamente relacionados ao impacto da ação governamental (programa), que verificados de tempos em tempos, permitem visualizar o andamento do programa em direção dos resultados inicialmente planejados.

Couto e Cardoso Jr. (2020) apontam alguns problemas identificados nesta retomada do modelo lógico. O primeiro problema estaria relacionado ao fato de elencar apenas um indicador e uma meta por programa não conseguir demonstrar todo o rol da situação problema envolvida na construção de um programa governamental. Na visão do autor, os programas possuem uma variedade ou um conjunto de indicadores conjunturais interligados que deveriam ser analisados de forma integrada para de fato avaliar o resultado de uma política pública abrangente como é o caso de um programa.

Outro problema apontado por Couto e Cardoso Jr. (2020) refere-se ao fato de que, apesar de a redação do projeto de lei ter declarado a ênfase na retomada da metodologia lógica, a aplicação do método não foi homogênea para todos os programas.

Através da análise posterior de consultorias de orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, identificou-se ao menos um programa que não possuía caráter finalístico, ou seja, não se destinava a um objetivo voltado à mitigação ou eliminação de nenhum problema pré-identificado em algum nicho social, como foi o caso do programa de segurança institucional, claramente voltado à serviços de apoio ao Estado (Brasil, 2019).

O Tribunal de Contas da União, em estudo que realizou em 2019 para acompanhamento do PPA 2020-2023 também identificou 8 programas com problemas na estrutura deste PPA (TCU, 2019).

Outros problemas foram ainda identificados neste PPA com relação a estipulação das metas relacionadas aos programas e dissonância entre as prioridades declaradas e a baixa dotação orçamentária para realização das mesmas.

Assim, pode-se dizer que o PPA 2020-2023, apesar da tentativa de resgate da abordagem de programas a partir do problema (já conceitualmente consolidada) e a ênfase nos processos de avaliação e gestão por resultados, mostrou fragilidade da consolidação de suas intenções por falhas nos métodos de elaboração de programas, estipulação de metas com melhor fundamentação e transparência e por não ter conseguido estabelecer o vínculo necessário com a gestão orçamentária de maneira a viabilizar os recursos necessários para a implementação das prioridades elencadas neste PPA.

Os PPAs federais tiveram uma trajetória marcada por inúmeras alterações metodológicas desde sua criação pelo advento da promulgação da Constituição de 1988.

Ao longo de quase quatro décadas o planejamento público brasileiro passou por diversas abordagens e momentos históricos que fundamentaram seus instrumentos em vertentes que vão desde uma visão baseada na organização da aplicação do orçamento público de investimentos, conforme verificou-se à época do regime militar, passando por tentativas de modernização com a definição de métodos de conciliação entre as políticas públicas e as regras orçamentárias, chegando até o momento atual com discussões acerca da necessidade de maior participação da sociedade, aumento da transparência e aprimoramento do monitoramento e avaliação das políticas públicas.

No decorrer de quase quarenta anos muito já se discutiu sobre qual seria a melhor função ou abordagem do PPA: Política, social, emancipadora, participativa, instrumentalizada, burocrática, entre outras.

Diversos modelos aplicados ao PPA federal, conforme a gestão política a qual esteve inserido, direcionaram a elaboração do planejamento para orientações diversas como gestão para resultados, foco na participação da sociedade, tentativas de tornar as metas mais claras e auditáveis, melhoria da avaliação das políticas públicas contidas no PPA, entre outras.

Na última década, em virtude dos instrumentos legais que vinculam grande parcela dos recursos orçamentários a despesas obrigatórias e o aumento do foco sob o monitoramento dos resultados do PPA por parte dos órgãos de controle, houve tentativas por determinadas forças políticas para reduzir o escopo e até mesmo a importância do PPA a nível federal.

Esta pressão pela redução da função planejamento parece ter ocasionado certo ânimo em administrações estaduais em acompanhar o ente federal no esforço de “desestimular” ou desorganizar a força planejamento a nível de gestão pública.

Talvez esta pressão política e o interesse em desestimular a organização das políticas públicas e seus instrumentos orçamentários tenha o objetivo de abrir a defesa legal/burocrática que os demais poderes constituídos construíram em torno das chamadas despesas obrigatórias que vinculam o orçamento a obrigações em torno de despesas essenciais como saúde, educação, saneamento básico, entre outras.

Sob a desculpa de flexibilizar o orçamento que teria se tornado demasiadamente “engessado” em função das despesas obrigatórias, as funções e instrumentos metodológicos do PPA têm sido enfraquecidas, a ponto de se chegar em 2020-2023 com o PPA federal apresentando problemas em questões básicas como definição de metas, transparência e apuração de resultados, o que compromete o controle, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas contidas em seu bojo.

Apesar dos necessários questionamentos acerca da eficácia dos PPA’s esta breve revisão histórica, objetivava oferecer ao leitor, uma pequena, mas necessária visualização do caminho pelo qual o PPA federal percorreu para apresentar-se como organizador e orientador da execução das políticas públicas de âmbito federal.

O ponto central era fornecer subsídios para a compreensão sobre aspectos metodológicos diversos que o PPA federal definiu ao longo de sua trajetória e de como estes instrumentos influenciaram a elaboração do PPA do Estado do Tocantins.

Apesar de a constituição não definir que o ente estatal acompanhe a metodologia de elaboração do PPA federal, a ausência de legislação específica para definir o método “ideal” e as diversas tentativas não exitosas do governo federal em “uniformizar” ou aproximar os PPAs subnacionais ao instrumento federal, estados como o Tocantins utilizam-se de alguns conceitos, orientações e aspectos metodológicos também adotados pelo governo federal, aproximando-o em grande parte à estrutura praticada no âmbito federal.

Desta forma, a evolução metodológica ou conceitual pela qual passou a construção dos PPAs do Estado do Tocantins não será abordada da maneira com que se fez com o PPA federal, pois, em grande parte das vezes, a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins esteve atenta às diversas alterações metodológicas descritas nos parágrafos anteriores, adotando-as ou personalizando-as às características do PPA estadual.

A orientação por programas temáticos, por exemplo, também é adotada no Estado, assim como a adoção de eixos temáticos, objetivos, indicadores estratégicos, metas estruturantes e demais componentes que poderão ser observados no próximo subtópico, na Figura4 “Desdobramento da função tática do PPA”.

A exemplo da estrutura do PPA federal, as ações temáticas (também denominadas de ações orçamentárias) são consideradas elementos do orçamento, ocupando-se da distribuição das rubricas específicas e alocação do recurso propriamente dito.

No entanto, apesar de conceitualmente as ações orçamentárias estarem “contidas” no orçamento, na prática, estas ações também são consideradas diretamente vinculadas ao PPA, pois, é na ação temática (ou orçamentária) onde se observa a descrição do objetivo da política pública e sua dotação específica, mostrando-se como o principal canal de visualização do escopo da política pública e seu orçamento.

Para este trabalho, por fim, é importante dizer que, de toda a estrutura metodológica abordada até o momento, utilizou-se para a apuração dos resultados das Consultas Públicas realizadas em 2019, dados sobre a execução física e financeira do PPA com execução em 2020-2023, contidos nestas ações orçamentárias, sendo elas o instrumento principal de apuração dos resultados apresentados no capítulo final desta dissertação.

Antes de abordarmos os aspectos estruturais do PPA do Estado do Tocantins, faz-se necessária uma breve abordagem conceitual acerca do tema.

### **3.2 - O Planejamento Plurianual: Aspectos conceituais.**

Conforme discutido no subtópico anterior, o Plano Plurianual ou PPA é o instrumento formal de planejamento governamental adotado pelo Estado Brasileiro, seja a nível federal, estadual ou municipal.

Sua elaboração é obrigatória e está prevista no artigo 165 da Constituição Federal de 1988, incumbindo ao governo a definição de diretrizes, objetivos e metas para a administração pública federal.

O PPA é um instrumento destinado a organizar e viabilizar a ação pública, mediante o qual se define o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos, os caminhos trilhados para viabilizar as metas e diretrizes previstas, bem como os resultados esperados. Referido instrumento encontra-se organizado em programas que resultem em incremento de bens ou serviços que atendam às demandas da sociedade. (Adjafre et.al, 2019).

Em nível legal, o plano plurianual é apresentado como um dever constitucional, que impõe, tanto à federação, quanto aos estados e municípios brasileiros a tarefa de elaborar, a cada quatro anos, planejamento detalhado que demonstre os programas e projetos de governo, bem como seus respectivos orçamentos, para apreciação da

câmara dos deputados, assembleias legislativas estaduais ou câmara de vereadores, conforme a esfera de governo envolvida.

Por este prisma (o legalista), o planejamento público estadual pode assumir, por vezes, características meramente formalistas e burocráticas, necessárias para o âmbito de controle público e da legalidade imposta à gestão pública.

No entanto, o PPA não deve resumir-se a uma exigência legal requerida ao ente público estadual. Sob a perspectiva democrática, o planejamento público, coloca-se como uma oportunidade sem igual para que se aproxime o planejamento formal do estado ao corpo das populações distribuídas em seu território, a fim de ouvir e registrar destas populações suas reais necessidades e buscar a promoção de políticas públicas que apresentem maior aderência e aproveitamento pela população.

Tomando o Plano Plurianual como instrumento motriz dos demais instrumentos planejadores extraídos do texto constitucional de 1988, pode-se concluir que, quanto mais técnica e democrática for a sua construção, mais resultados positivos e eficazes serão propiciados ao desenvolvimento sólido do cenário brasileiro e, consequentemente, à consagração dos comandos fundamentais da Constituição (França, 2018, pág. 18).

Cardoso Júnior (2015) realiza uma abordagem do planejamento público mesclando-o tanto ao fator técnico, quanto político, associando o planejamento governamental a valores republicanos e democráticos com foco na satisfação de interesses da sociedade.

[...] planejamento é processo tecnopolítico – contínuo, coletivo e cumulativo –, por meio do qual se dá concretude a projetos oriundos da própria sociedade, canalizados por grupos que disputam de forma legítima e democrática a condução das ações de governo. Por isso, tanto melhor quanto mais republicanos e democráticos forem os critérios de organização institucional do Estado e os valores e as normas de funcionamento das instituições e das próprias políticas públicas (Cardoso Júnior, 2015, p. 19).

Conforme aponta (Abreu e Henriques, et.al, 2023, pág. 5) “Do ponto de vista estritamente normativo, sabe-se que o PPA possui papel central de organização da ação do estado, uma vez que há a sinalização da submissão dos demais documentos de planejamento e orçamento às suas disposições”.

O papel central do PPA na organização da ação do Estado decorre do fato de que o PPA, por prerrogativa legal, deve declarar todo o investimento ou custeio envolvido na totalidade do planejamento público. Isto envolve programas, ações, projetos ou atividades que contenham qualquer dispêndio financeiro decorrente da arrecadação do ente estatal a que estiver vinculado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e de qualquer poder (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Se no orçamento público o princípio da unicidade orçamentária diz que nada escapará ao orçamento, por sua vez, o PPA, que está intimamente vinculado ao orçamento por seus instrumentos legais indissociáveis (LDO e LOA) também engloba em si todo o rol de políticas públicas onde o município, estado ou federação façam parte, conferindo a ele o papel central de organização da ação pública, conforme citam os autores.

Além deste caráter normativo e centralizador apontado pelos autores, o PPA também assume uma ação vinculatória entre o poder executivo e o legislativo em função da dinâmica de sua elaboração e aprovação.

O PPA, após ser desenvolvido como instrumento normativo de planejamento estratégico no âmbito do poder executivo e sendo submetido ao legislativo, perfaz um compromisso político entre os poderes, tendo o condão de orientar a execução das políticas públicas por meio das demais leis orçamentárias e os planejamentos setoriais (Gomes, 2023, p. 53).

Para Genvigir (2021, p. 26) “o PPA declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos fundamentais do Governo. Além disso, organiza a ação de governo na busca de um melhor desempenho da Administração Pública”.

França (2018) considera o PPA uma das peças mais importantes de Planejamento público, não apenas por direcionar a finalidade da arrecadação pública, mas por englobar a intervenção do Estado em todos os segmentos como educação, saúde, agricultura, tecnologia, cultura, meio ambiente, entre outros.

Para Mendes et.al. (2021, pág. 2) “os PPAs compreendem um conjunto de programas, composto de ações orçamentárias e outros atributos, elaborado a partir de diagnósticos de problemas sociais, cujas causas devem ser enfrentadas pelo poder público”.

Orientadas e autorizadas pela Carta Constitucional, as constituições estaduais geralmente seguem as mesmas diretrizes do ente federado, definindo, a cada quatro anos, seus planos de governo, contendo diretrizes, objetivos e metas para a administração pública estadual, nas mais diversas áreas de abrangência da gestão pública.

Trata-se de uma exigência que demanda da gestão do planejamento, grandes esforços para elencar, selecionar e priorizar as demandas sociais que mais tarde, se

tornarão programas, objetivos, ações e metas a serem perseguidas pela administração pública estadual.

Além da obrigatoriedade imposta em virtude de lei, o PPA revela-se como um instrumento de realização da estratégia governamental, considerado seu amplo espectro de atuação junto à administração pública, possuindo um raio de abrangência que engloba as três dimensões da administração: estratégica, tática e operacional.

O aspecto plural desta ferramenta não se refere unicamente ao seu período temporal, mas também se reflete no plano de sua composição. A elaboração do PPA necessita de uma base diversificada para garantir seu alcance junto à maior parcela possível da sociedade, utilizando diversas fontes para sua construção, tais como:

- Plano de Governo;
- Participação popular (consultas públicas);
- Planejamento Estratégico;
- Programas de continuidade obrigatória;
- Projetos específicos.

(TOCANTINS, 2021).

Além destas fontes, outros fatores podem interferir na composição de um PPA. As despesas correntes da administração pública, tais como gastos com energia elétrica, internet, manutenção e pagamento de salários, por exemplo, possuem caráter permanente em qualquer PPA, devendo serem consideradas despesas permanentes que exercem considerável peso sobre as demandas orçamentárias do Estado.

É bastante comum que projetos ou aquisições remanescentes de PPAs anteriores sejam replicadas nos próximos planejamentos, seja por não terem suas metas alcançadas no período anterior, seja por seu peso ou importância junto à sociedade. Além disso, as emendas parlamentares também exercem grande influência sobre o PPA, pois acrescentam demandas e orçamento à peça do planejamento.

O PPA propriamente dito possui duas vertentes básicas:

- 1 - Base legal; e
- 2 - Base estratégica.

Ambas são essenciais e indissociáveis, isto é, o PPA deverá obedecer, para sua composição, todas as imposições legais definidas na Constituição Estadual e na lei específica que rege cada quadriênio (Lei nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019, PPA do quadriênio 2020-2023), assim como, apresentar todas as vinculações necessárias para conciliar perfeitamente os objetivos definidos pelo planejamento estratégico aos componentes da estrutura do PPA propriamente dito.

A base legal está relacionada à obrigatoriedade imposta ao Estado em elaborar seu PPA a cada quatro anos. Além desta obrigatoriedade, a legislação estabelece ainda critérios a serem seguidos para a construção não só do PPA, mas de outros instrumentos correlacionados, isto é, a LDO e a LOA.

A elaboração da LDO está contida no § 2º, artigo 165, da CR/88, nos seguintes termos:

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (BRASIL, 1988, artigo 165).

Conti (2018) considera a LDO um elo entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual, cumprindo função relevante no sistema de planejamento da ação governamental, forçando os gestores a definirem quais os programas previstos no PPA se pretende realizar.

A LDO é um instrumento orçamentário que contém orientações estratégicas acerca de diretrizes a serem adotadas para a distribuição do orçamento público. É um instrumento complementar do planejamento, correlacionado a elaboração do PPA.

Enquanto o PPA definirá objetivos, indicadores e metas a serem alcançadas pela administração pública, a LDO estabelecerá diretrizes orçamentárias para que consiga atingir os objetivos e metas da administração pública estipuladas no PPA, utilizando, para isso, a correta distribuição do orçamento público, conforme os comandos orçamentários estipulados na LDO.

Cabe à LDO, anualmente, enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte. Já a LOA tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro. Assim, a LDO ao identificar no PPA as ações que receberão prioridade no exercício seguinte torna-se o elo entre o PPA, que funciona como um plano de médio-prazo do governo, e a LOA, que é o instrumento que viabiliza a execução do plano de trabalho do exercício a que se refere (BRASIL, 2005, n.p.).

A LOA está prevista no § 5º do artigo 165 da CRFB 1988:

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1988, artigo 165).

A LOA pode ser definida como a parte operacional do planejamento público, pois, enquanto o PPA define (resumidamente) os objetivos e metas de governo e a LDO define as diretrizes gerais para distribuição do orçamento do governo, a LOA será a distribuição final de cada item orçamentário ligado a cada ação de governo.

A LOA pode ser considerada também a finalização do plano, a destinação final do erário público para a consecução de cada ação de investimento ou custeio. A LOA será a alocação final de despesas como, aquisições diversas, pagamento de salários dos servidores públicos, contratações de empresas, compra de máquinas e equipamentos para execução de obras públicas, investimento em construção de hospitais, escolas, indo até pagamento dos profissionais terceirizados que a administração pública contrata para desenvolvimento das atividades necessárias para a consecução dos objetivos estipulados no PPA.

Juntos, o PPA, a LDO e a LOA, estabelecem de forma interligada e complementar a peça do planejamento e orçamento públicos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) reforça o sentido de integração entre as atividades de planejamento, orçamento e gestão na administração pública. Em seu Art. 5º a referida lei institui que o projeto da LOA deve ser elaborado de forma compatível com o PPA, com a LDO e com as normas da própria LRF. (BRASIL, 2000).

A Constituição do Estado do Tocantins, em consonância com a Constituição Federal, estabelece em seu Art. 80 que lei de iniciativa do Poder Executivo estabelecerá os instrumentos de Planejamento Governamental, isto é, o PPA, a LDO e a LOA. (TOCANTINS, 1989)

Ainda acompanhando o governo federal, no § 1º do Art. 80 da Constituição Estadual é instituído que a referida lei do PPA estabelecerá de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas

de capital, custeio e outros delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. (TOCANTINS, 1989)

### **3.2.1 - PPA 2020-2023 do Estado do Tocantins (Lei nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019)**

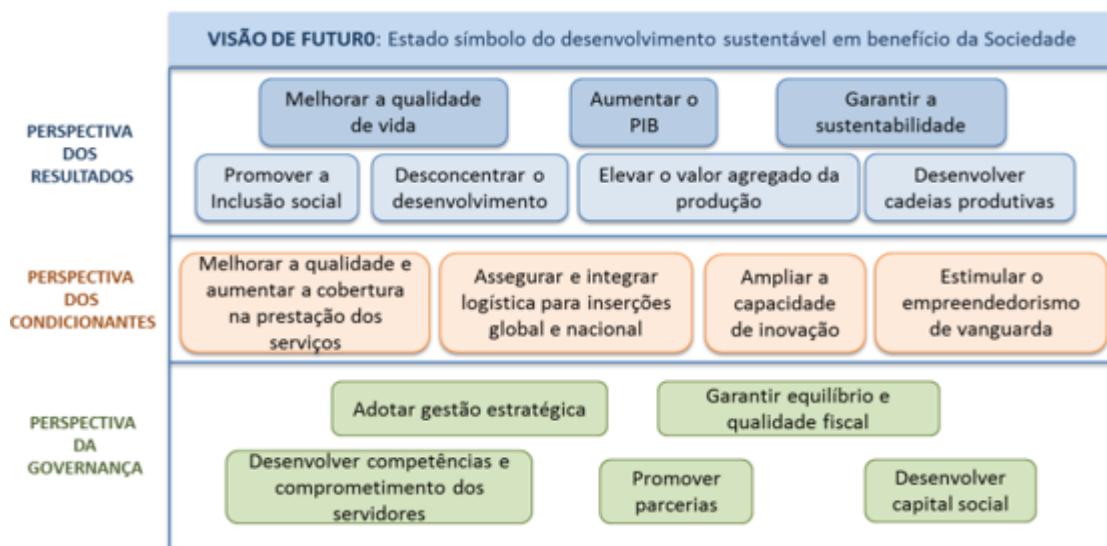
Trata-se de lei complementar, isto é, seu campo de atuação ou matéria já está reservado desde a Constituição Federal e seguido pela Constituição Estadual. Tais dispositivos definem que “lei de iniciativa do poder executivo estabelecerá os PPAs Estaduais, comando legal cumprido através da aprovação da legislação estadual sobre o PPA 2020-2023 (objeto desta análise), isto é, a Lei Complementar nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019.

A referida lei, em consonância com a Constituição Estadual define que o PPA é o instrumento de planejamento governamental que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital, custeio e outros delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada (TOCANTINS, 2019).

Segundo o Anexo I da Lei Nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019 o PPA do Tocantins possui três dimensões: a Dimensão Estratégica, a Dimensão Tática e a Dimensão Operacional.

A dimensão estratégica do PPA é composta basicamente pela Visão de Governo, os Objetivos Estratégicos de Estado (ambos declarados no Mapa estratégico do Estado) e os Eixos Estruturantes, conforme pode ser visualizado na figura a seguir, extraída da agenda estratégica do Estado do Tocantins denominada “Tocantins 2023, o futuro do Estado e o Estado do futuro.

FIGURA 3 – Mapa estratégico do Estado do Tocantins



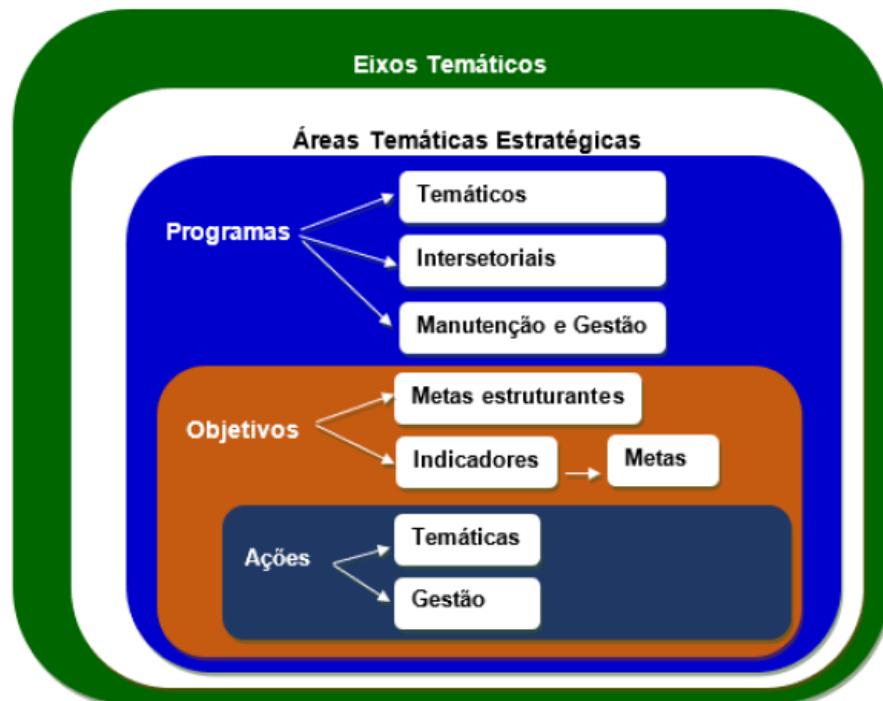
Fonte: TOCANTINS, 2015.

Este mapa estratégico do Estado do Tocantins foi construído em 2015 por ocasião da elaboração tanto do planejamento estratégico do Estado, como os planejamentos estratégicos de diversos órgãos Estaduais. Este mapa tem vigência de 15 (quinze) anos, vigorando até 2030, ocasião que, provavelmente passará pela avaliação de resultados atingidos no período e formulação de novos objetivos estratégicos para o Estado.

A Dimensão Tática do PPA é composta pelos Programas e Objetivos. A dimensão tática é o PPA em si mesmo, pois a dimensão estratégica, conforme o método utilizado no Estado do Tocantins é composta por objetivos estratégicos, considerados como objetivos de dimensões mais amplas, que devem ser buscados pelo aparelho de estado como um todo. Isto não quer dizer que os órgãos estaduais não tenham responsabilidade direta sobre um objetivo estratégico de estado. Pelo contrário, os órgãos participam diretamente para o alcance destes objetivos, porém, perseguindo os objetivos estratégicos de seus mapas institucionais.

A dimensão tática, no âmbito da metodologia estadual, é considerada como o PPA propriamente dito. Esta dimensão é composta por objetivos e metas regionalizadas, como determina a lei, porém, conforme pode ser verificado na figura a seguir, o desdobramento da dimensão tática do PPA, exige uma composição bem mais abrangente do que determina a lei.

FIGURA 4 – Desdobramento da função tática do PPA do Estado do Tocantins



Fonte: Tocantins, 2024, p. 25.

A figura extraída do Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027, aponta o desdobramento do PPA em menos 5 (cinco) níveis ou subcategorias: Eixos temáticos, áreas temáticas estratégicas, programas, objetivos, ações temáticas e ações de gestão.

A Dimensão Operacional é representada pelo Orçamento (LDO e LOA), mas possui um elo importante com a dimensão tática do PPA: as ações orçamentárias.

Na metodologia de elaboração do PPA no Estado do Tocantins, as ações orçamentárias são consideradas como a esfera operacional do PPA ou esfera orçamentária. Representam, portanto, a materialização do orçamento público estadual propriamente dito.

No ciclo de desenvolvimento do planejamento público estadual, consideram-se duas grandes esferas de atuação:

- Esfera do planejamento, composta pelo planejamento estratégico e planejamento tático (PPA) e;
- Esfera orçamentária, composta basicamente pelos dois instrumentos principais (LDO e LOA), seus anexos e subcomponentes.

Nesta dissertação, a dimensão operacional está em foco, uma vez que é nesta dimensão em que estão as ações temáticas, subdivisões orçamentárias que possuem temas onde foram executadas as prioridades eleitas nas consultas públicas.

Conforme demonstrado na metodologia, do conjunto destas ações temáticas, foram buscadas aquelas em que se executaram as ações priorizadas nas consultas públicas realizadas em 2019, identificando as entregas realizadas e o orçamento executado em cada uma durante o período de janeiro de 2020 a dezembro de 2023. Trata-se, portanto, de uma análise de resultados.

Neste trabalho, abordamos, portanto, duas áreas interdependentes e complementares da gestão pública: O planejamento e o controle.

O planejamento, por sua incumbência ou missão de elaborar programas, objetivos e metas para médio ou longo prazo e, a função controle, por ser responsável por acompanhar, registrar e corrigir o atingimento dos objetivos de governo através das subfunções de monitoramento e avaliação.

No âmbito da gestão pública, a função controle não deve, porém, ser confundida com as funções de monitorar e avaliar. Na administração enquanto ciência, estas funções são vistas como sinônimos, mas, no caso da administração pública a função controle remete a ampla legislação impositiva que incumbe órgãos específicos à obrigação de diligenciar, auditar, elaborar relatórios e impor sanções aos entes e órgãos públicos. Já a função monitoramento e avaliação está intimamente relacionada ao âmbito da gestão do executivo propriamente dito.

O monitoramento e avaliação na gestão pública, relaciona-se diretamente a gerenciamento de resultados de seus programas, projetos e ações. Trata-se de administração pública em sua abordagem gerencial, isto é, entes ou órgãos da administração pública executando políticas públicas, registrando, auditando e avaliando seu próprio desempenho.

### **3.3 – As Consultas Públicas: participação popular no PPA do Estado do Tocantins**

As consultas públicas são realizadas pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins no ano anterior a publicação do PPA. Seu objetivo é inserir a população de todas as regiões do Estado no processo de elaboração das

políticas públicas que comporão o PPA estadual com vigência nos próximos quatro anos de execução do PPA, da LDO e da LOA.

Em 2019, a Secretaria do Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins, acompanhada de representantes de vários órgãos do executivo estadual percorreu as 10 (dez) regiões do estado para realizar as consultas regionais, conforme será demonstrado nos parágrafos a seguir para ouvir as populações sobre os desafios referentes a seis áreas temáticas compostas por assuntos governamentais nos quais o planejamento público atuou no PPA 2020-2023.

Para cada região consultada foram oferecidas seis salas temáticas, cada uma composta por diversos desafios relacionados a estas salas e seus correspondentes eixos temáticos. Os representantes destas salas votavam, dentre os desafios propostos, naquele que consideravam mais importante/relevante para a sua região, elegendo, dentro da sua sala, o desafio a ser considerado prioritário.

Conforme será demonstrado na metodologia de execução das consultas públicas, a votação popular não retorna apenas uma prioridade por região, mas, além da prioridade mais votada, outras cinco prioridades mais votadas em cada área temática também são contabilizadas como prioridades regionais, porém com menor votação.

Todas estas prioridades totalizaram 60 (sessenta) ações consideradas de maior importância para suas regiões e, esta pesquisa englobou todas elas, contabilizando e analisando o resultado de cada uma conforme será visto no próximo capítulo desta dissertação.

Diferente de outras iniciativas estaduais e municipais praticadas no Brasil, no Estado do Tocantins a população é convocada para participar da fase de planejamento público e não de orçamento.

Considera-se, para efeito metodológico, que a fase de planejamento é o momento mais adequado para investigar demandas da sociedade, pois, é na fase de elaboração do PPA que a parte técnica dos órgãos dispõem de uma “lacuna” institucional para elaborar novas políticas, programas, projetos e ações destinadas ao público-alvo ao qual os órgãos destinam sua missão institucional.

O orçamento público, por sua vez, inicia seu ciclo após a elaboração dos objetivos, diretrizes e metas característicos do PPA, estimando suas receitas, fixando suas despesas e definindo os recursos que comporão cada rubrica orçamentária onde será alocado cada recurso público definido no PPA.

Logo, os processos de consulta denominados “orçamentos participativos” convocam a população para votar nas prioridades depois que as ações orçamentárias, seus objetivos e recursos já estão definidos. Neste tipo de consulta, a população não tem (ao menos a princípio) a oportunidade de opinar sobre as demandas que impactam seus territórios, antes que as políticas públicas sejam construídas, não se constituindo como um processo de participação endógeno ou orgânico.

Conforme se verificou no capítulo 2, o planejamento descentralizado seria a chave da participação, obedecendo, contudo, ao apontamento levantado por Dowbor (2016) de que o planejamento deve compreender propostas ordenadas e submetidas à comunidade para que haja de fato a possibilidade dos indivíduos se pronunciarem antes das decisões serem tomadas.

Esta observação sobre o momento da participação e seus efeitos reais se faz necessária para posicionar o objeto principal deste trabalho (resultados da participação popular no planejamento público do Estado) em comparação com as pesquisas realizadas nos últimos 5 anos acerca de participação popular na área de planejamento público, dedicando-se a maioria dos autores justamente a verificação de processos participativos no que diz respeito à fase orçamentária do planejamento.

Para se compreender melhor como se dá uma consulta na fase de elaboração de um PPA estadual, apresentar-se-á em seguida, a metodologia com que se realizam as consultas públicas no Estado do Tocantins.

Parte dos processos descritos a seguir são fruto de observação *in loco*, realizada pelo autor deste trabalho, durante o período em que participou como relator nas consultas públicas realizadas em quatro das dez regiões do estado do Tocantins, durante o ano de 2023. As regiões em que o autor do trabalho participou das Consultas Públicas para elaboração do PPA 2024-2027 foram: Região Norte com sede em Araguaína, Região Central com sede em Palmas, Região Jalapão com sede em Novo Acordo e Região Sul com sede em Gurupi.

Outra parte dos processos foi fundamentada a partir da pesquisa nos arquivos próprios da SEPLAN-TO, onde o autor buscou apresentações e relatórios que contivessem informações que pudessem auxiliar na descrição do método aqui apresentado a seguir.

O método de elaboração das consultas públicas no Estado do Tocantins possui basicamente 7 (sete) etapas:

- 1 - Regionalização;
- 2 - Treinamento da equipe;
- 3 - Definição de funções
- 4 - Escolha de Eixos Temáticos e desafios prioritários;
- 5 - Mobilização da sociedade;
- 6 - Evento: - Solenidade de abertura)
  - Salas temáticas/ Apresentação de eixos e desafios prioritários;
  - Votação popular;
  - Plenária final;
- 7 - Vinculação dos desafios prioritários ao PPA.

Considerando-se as especificidades de cada etapa que envolve as consultas populares executadas pela SEPLAN, assim como o objetivo geral desta dissertação, deu-se prioridade à descrição das etapas consideradas imprescindíveis para a análise proposta para este trabalho. Desta forma, as etapas mais voltadas a administração, coordenação ou logística relacionada as consultas regionais serão suprimidas ou brevemente descritas, dando enfoque aos processos que se coadunem aos objetivos propostos para a dissertação.

### **3.3.1 - A regionalização**

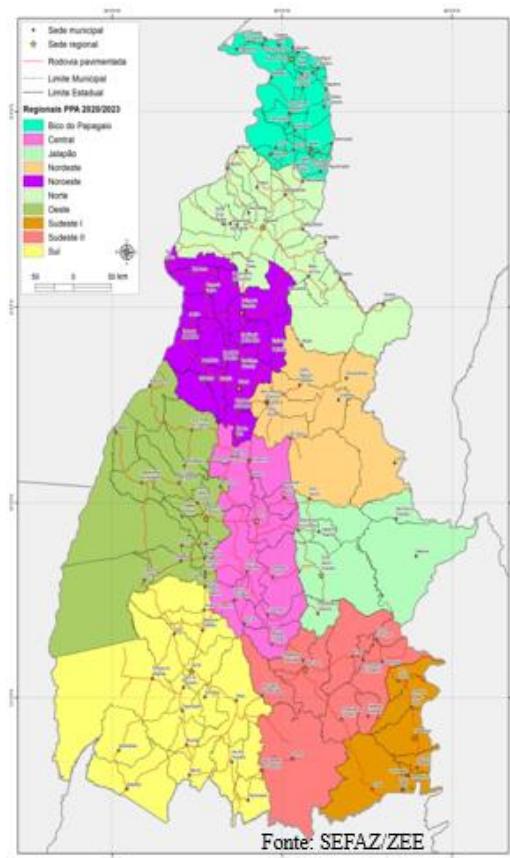
O Estado do Tocantins possui 139 (cento e trinta e nove) municípios, espalhados ao longo de um território com uma área de 277.423,627 (duzentos e setenta e sete mil, quatrocentos e vinte e três mil, seiscentos e vinte e sete) km<sup>2</sup>. O território do Tocantins ocupa a 10<sup>a</sup> posição no ranking de dimensão territorial comparado a outros estados, sendo o quarto maior estado em dimensão territorial da região norte do país. (IBGE, 2022).

O último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) em 2022, registrou uma população no Tocantins de 1.511.459 (um milhão, quinhentos e onze mil, quatrocentos e cinquenta e nove) pessoas, colocando-o na quarta posição como estado menos populoso do Brasil.

A regionalização precisa contemplar, preferencialmente, os perfis econômicos dos municípios e o raio de abrangência comercial, objetivando encontrar características regionais que unam a população em torno de projetos que

transcendam as fronteiras municipais. A regionalização, portanto, mostra-se como etapa estratégica para realização das consultas públicas, a saber, aproximar as populações em torno de necessidades comuns que tenham o potencial de gerar propostas que beneficiem a maior quantidade possível de municípios daquela região.

FIGURA 5 – Regiões do Estado do Tocantins



Fonte: TOCANTINS, 2019, arquivo próprio.

Ao tempo da elaboração do PPA 2020-2023 e das consultas públicas referentes ao mesmo período, o Estado do Tocantins possuía 10 (dez regiões administrativas, cada uma com uma sede escolhida, sobretudo, conforme o perfil populacional. Cada uma das regiões verificadas no mapa sediou uma das audiências das consultas públicas realizadas em 2019, ano que antecedeu a entrada em vigor do plano plurianual a ser executado no quadriênio 2020-2023.

Esta mesma regionalização foi utilizada para elaborar a distribuição do investimento em consultas públicas por região, apresentada na Figura 15 cumprindo o objetivo específico 3 deste trabalho: - Apresentar os resultados diretamente

relacionados às prioridades escolhidas nas consultas públicas para o PPA 2020-2023 e a distribuição do investimento em cada região.

### 3.3.2 - Definição de áreas temáticas

O foco para a definição das áreas temáticas é a transversalidade, isto é, as áreas devem possuir similaridade, congruências ou complementaridade entre si, de tal forma que os programas, projetos ou ações desenvolvidas em uma das áreas, devem contribuir para o desenvolvimento de outras. Por exemplo, as políticas públicas em meio ambiente e recursos hídricos possuem correlação com as atividades agrícolas, uma vez que a regulação ou preservação do meio ambiente impacta diretamente no volume ou na qualidade da produção agrícola.

No quadro a seguir, pode-se visualizar as áreas temáticas pré-definidas para as consultas públicas realizadas em 2019.

FIGURA 6 – Áreas temáticas do PPA 2020-2023



Fonte: SEPLAN, 2019, p. 10.

Os eixos temáticos agrupam diversos temas a serem discutidos em cada sala específica. O eixo denominado Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, engloba, por exemplo: “Educação básica, tecnológica, Profissional Superior, Juventude, Esporte e Lazer; Ciência, Tecnologia e Inovação” (Tocantins, 2019, pág. 15).

O Eixo Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental também se desdobra em uma grande quantidade de temas, tais como “Agricultura Familiar, Agronegócios, Desenvolvimento Industrial, Comercial e Turístico, Trabalho e Mercado, Cultura, Arte Popular e Eventos; Meio Ambiente e Recursos Hídricos; e Gestão Territorial”. (Tocantins, 2019, pág. 14).

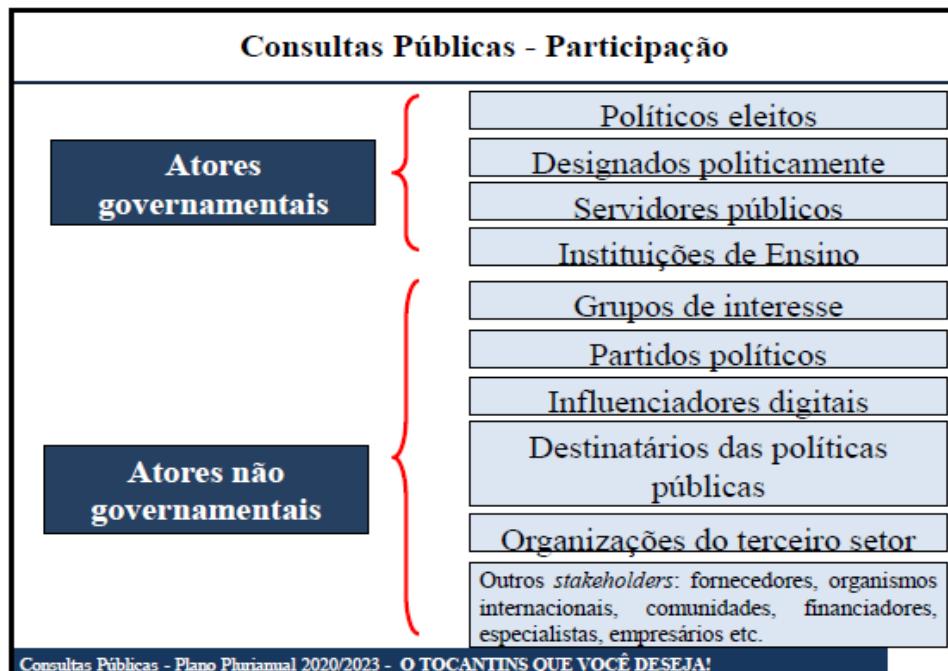
### 3.3.3 - A Mobilização

Antes da consulta pública propriamente dita, o governo dá início a uma etapa considerada crucial para a realização da votação popular sobre as demandas locais.

Na mobilização, são chamados os grupos de interesse acerca do planejamento público do Estado. Geralmente são efetivadas por um grupo de servidores da SEPLAN que viajam para os municípios da região a ser consultada, com uma antecedência de dez a quinze dias da data do encontro.

Nesta etapa são chamadas associações de bairro, partidos políticos, câmaras municipais, prefeituras, escolas, polícias, universidades públicas e particulares, autarquias, instituições religiosas, instituições e órgãos públicos dos demais poderes, instituições e associações privadas de interesse social e demais representações da população local.

FIGURA 7 - Participantes das consultas públicas



Fonte: TOCANTINS (2019, p. 4).

A assessoria de comunicação do governo do Estado encarrega-se de elaborar vídeos explicativos convocando a população em geral para o evento. Esta mídia é vinculada aos diversos meios de comunicação, tais como, internet, TV, rádio, redes sociais, entre outros meios de disparo de comunicação em massa.

Participaram das consultas públicas realizadas em 2019 um total de 4.286 pessoas, distribuídas conforme demonstra o quadro abaixo.

Quadro 3 – Quantidade de participantes das Consultas Públcas de 2019

| Região           | Sede       | Qtd. de participantes |
|------------------|------------|-----------------------|
| Sul              | Gurupi     | 323                   |
| Sudeste I        | Taguatinga | 450                   |
| Sudeste II       | Natividade | 324                   |
| Bico do Papagaio | Araguatins | 457                   |
| Norte            | Araguaína  | 560                   |
| Jalapão          | São Félix  | 219                   |
| Oeste            | Paraíso    | 326                   |
| Nordeste         | Guaraí     | 350                   |
| Noroeste         | Colinas    | 349                   |
| Central          | Palmas     | 928                   |
|                  |            | 4.286                 |

Fonte: Adaptado de Lei nº 3.621, TOCANTINS, 2019.

Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (2024), o Estado possuía à época 1.171.342 (um milhão, cento e setenta e um mil, trezentos e quarenta e dois) pessoas aptas a votar. Comparada à população votante em 2024, os participantes das consultas públicas em todo o estado representaram 0,36 % do eleitorado oficial.

Aqui observa-se novamente a necessidade incontestável da representação na democracia indireta. Mesmo a consulta pública sendo considerada um instrumento típico da democracia participativa, institucionalizado assim para reduzir a discrepância entre a vontade da população e as políticas públicas desenvolvidas pela tecnocracia dos gabinetes de Estado, a vontade de cada indivíduo da população não pode ser contabilizada de forma direta.

### 3.3.4 - O evento

Em cada sede administrativa, o Estado realizou um evento de viés duplo. Na parte da manhã, reuniram-se tanto servidores públicos de diversos órgãos estaduais, quanto políticos locais e representantes partidários, em sua maioria com mandatos em curso, em solenidade que visava, tanto agrupar a classe política de interesse local e regional, quanto a maior parcela possível de cidadãos de diversas representações da sociedade civil ou independentes.

O quadro a seguir apresenta as regiões, cidades e datas que foram realizadas as Consultas Públicas de 2019.

Quadro 4 – Regiões, cidades e datas de realização das Consultas Públicas em 2019.

| Região           | Cidade     | Data                   |
|------------------|------------|------------------------|
| Sul              | Gurupi     | 30 de abril de 2019    |
| Sudeste I        | Taguatinga | 15 de maio de 2019     |
| Sudeste II       | Natividade | 17 de maio de 2019     |
| Bico do Papagaio | Araguatins | 28 de maio de 2019     |
| Norte            | Araguaína  | 18 de junho de 2019    |
| Jalapão          | São Felix  | 9 de agosto de 2019    |
| Oeste            | Paraíso    | 16 de agosto de 2019   |
| Nordeste         | Guaraí     | 30 de agosto de 2019   |
| Noroeste         | Colinas    | 13 de setembro de 2019 |
| Central          | Palmas     | 20 de setembro de 2019 |

Fonte: Elaboração própria.

É um momento de predominância política, onde o governador do Estado, secretários (as) estaduais, deputados(as), vereadores(as), entre outras diversas autoridades são convidadas para a abertura do evento que, apesar de essencialmente popular, no que tange ao princípio da participação, não pode se afastar de seu vínculo político inato.

Figura 8 – Solenidade de abertura da Consulta Pública da Região Central do Estado do Tocantins, com sede em Palmas, realizada em 20 de setembro de 2019

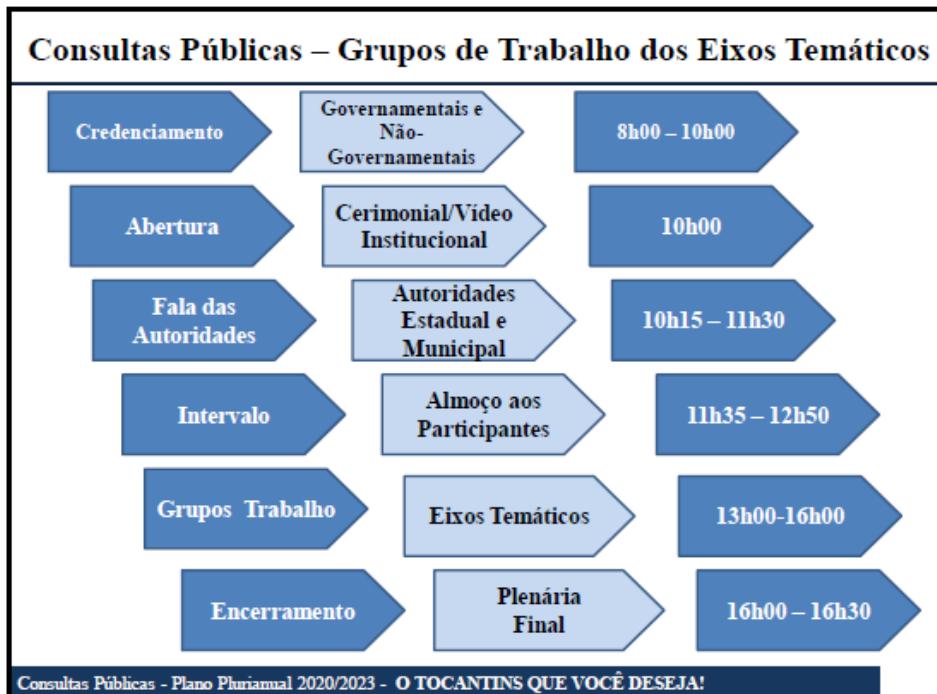


Figura 8 – Solenidade de abertura da Consulta Pública da Região Central do Estado do Tocantins, com sede em Palmas, realizada em 2019.

Fonte: SEPLAN, 2019, arquivo próprio.

Na parte da tarde, o evento mostrou-se técnico. Os participantes, já cadastrados em suas respectivas áreas temáticas de interesse, são encaminhados para as salas temáticas específicas. Estando reunidos os participantes em suas respectivas salas temáticas, dá-se início a consulta pública propriamente dita.

Figura 9 – Fluxo de realização de uma consulta pública regional no Estado do Tocantins



Fonte: TOCANTINS (2019, p. 4).

Encarregados das salas temáticas, temos três figuras específicas, responsáveis pela condução do processo: O(a) moderador(a), o(a) relator(a) e os (as) especialistas da área temática.

O moderador é o responsável direto pela coordenação da sala temática. Este profissional, geralmente é servidor da Secretaria de Planejamento e Orçamento, treinado em momento prévio, que terá a incumbência de apresentar para os inscritos nas salas temáticas a lista de desafios (problemas, projetos ou necessidades) que serão disponibilizados para a votação na sala temática, esclarecer dúvidas quanto ao método de votação e, ao final do processo, encaminhar para a plenária final, o desafio eleito como prioridade das prioridades e o representante do povo, escolhido pelos colegas da sala temática, para a defesa do desafio prioritário da sala temática na plenária final.

O relator também é um servidor público, pertencente ao quadro da Secretaria de Planejamento ou de outros órgãos de estado envolvidos no processo, incumbido de auxiliar o moderador nas atividades da sala temática e efetuar o registro do momento para arquivo de verificação posterior, caso seja necessário.

Os especialistas são servidores requisitados pela Secretaria de Planejamento e Orçamento aos órgãos diretamente responsáveis pela execução dos desafios pertencentes aquela área temática.

No eixo temático Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos, por exemplo, são escolhidos servidores da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e da Secretaria de Assistência Social (SETAS) com formação e atuação profissional destacada no órgão, para que auxiliem os participantes quanto a esclarecimentos sobre os desafios prioritários constantes da lista entregue na sala temática.

Considerando a interdisciplinaridade e transversalidade das áreas temáticas, as salas de votação podem ter entre dois e oito especialistas ao total, mobilizando muitos servidores durante a consulta pública.

Os desafios prioritários são problemas, necessidades ou objetivos previamente detectados pela governança dos órgãos partícipes do eixo temático. São elaborados previamente por servidores que compõem a estrutura hierárquica dos órgãos de Estado, tais como assessores, gerentes, diretores, dentre outros cargos, com base na experiência dos servidores sobre a área de gestão em que estão inseridos.

Segundo a SEPLAN, na apresentação das Consultas Públicas (2019) para os órgãos do governo do Estado, os desafios são considerados:

Um conjunto de indicações que irão subsidiar a elaboração do PPA 2020/2023. São orientações, guias, caminhos que devem apontar para o futuro, indicando as ações a serem realizadas, para se estabelecer um plano, uma ação, uma iniciativa (TOCANTINS, 2019, p. 8).

Os desafios prioritários são resumidos em uma lista elaborada pelo órgão e encaminhada com antecedência para a SEPLAN.

A seguir apresenta-se um quadro com exemplos de desafios listados pela Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins.

**Quadro 5 – Desafios Prioritários da Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins**

| <b>DESAFIOS</b>  |
|--|
| Acessar e ampliar as especialidades na região, de acordo com as referências estabelecidas na Programação Pactuada e Integrada (PPI);                                   |
| Assegurar de forma sustentada a contrapartida financeira do Estado na Assistência Farmacêutica;  |
| Estabelecer processo de comunicação contínua e transparente no fluxo e contrafluxo com os municípios e unidades de saúde das referências, nos serviços de média e alta |

|  |
|--|
| complexidade;  |
| Ampliar e promover capacitações nas diversas regionais, áreas de atendimento e serviços disponíveis e necessários, visando garantir o acesso democrático aos cursos; |
| Assegurar ambientes de trabalho saudáveis e promotores do bem-estar dos(as) usuários(as), dos(as) trabalhadores(as) e dos estudantes;                                |

Fonte: Adaptado de TOCANTINS, 2019, p. 1.

O quadro foi resumido apenas a título exemplificativo. Em 2019, os eixos temáticos foram compostos por 25 (vinte e cinco) desafios cada. Ao todo, nos seis eixos temáticos, foram disponibilizados para a população votante um total de 150 (cento e cinquenta) desafios prioritários.

O quadro de desafios não é uma imposição. Aos desafios propostos inicialmente pelo órgão de Estado, podem ser acrescentados ou propostos novos desafios ou mesmo projetos específicos elaborados por iniciativa da população. Na etapa de votação, qualquer cidadão poderá cadastrar um desafio que considere relevante para a sua região, recebendo da coordenação da sala temática um tempo de 2 (dois) minutos para defendê-lo durante a votação das prioridades.

Um exemplo desta possibilidade ocorreu recentemente no eixo temático Gestão Pública e Governança da consulta regional para o PPA 2024-2027, realizada em 12 de setembro na cidade de Novo Acordo, região do Jalapão. Durante a realização da sala temática do eixo em questão, compareceu um número expressivo de representantes de comunidades quilombolas da região do Jalapão, reivindicando uma ação de demarcação de terras quilombolas no Estado.

Este desafio não estava previsto no caderno de desafios elaborado pelos órgãos estaduais envolvidos naquele eixo temático e, por este motivo, a reivindicação do grupo adentrou a lista de desafios com o nome “Demarcação de Terras Quilombolas”, tendo sido votada em seguida como prioridade principal daquele eixo.

### **3.3.5 - O sistema de votação**

Disponibilizada a lista de desafios da sala temática, o moderador divide grupos de trabalho, calculados sobre o total de participantes presentes na sala e, orienta-os a discutirem, dentre os temas presentes, aqueles que possuem maior capacidade de

abranger a maior parte dos municípios da região. Neste momento, a representação assume função primordial, pois, os agentes presentes em sala de aula, a depender da quantidade, do interesse e da mobilização prévia, resultará necessariamente do desafio a ser mais votado.

Figura 10 – Moderadores do Eixo Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos na consulta pública realizada em 2019 na Região Norte do Estado do Tocantins



Figura 11 - Moderadores do eixo Segurança, Assistência Social e Direitos humanos reunidos com representantes da sociedade na respectiva sala temática, na consulta pública realizada em 2019 na região Norte, com sede em Araguaína.

Fonte: SEPLAN, 2019, arquivo próprio.

Os participantes de cada grupo são livres para escolher, dentre os 25 (vinte e cinco) desafios disponíveis na lista, aqueles que mais o interessam, justificando sua necessidade para a região e defendendo-o frente aos demais. O grupo também é autônomo para escolher pelo voto individual ou pelo voto de todo o grupo em um único desafio.

Figura 11 - Grupos reunidos para discussão dos desafios prioritários do PPA 2020-2023



Figura 11 – Participantes do Eixo Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação em discussão para escolha do desafio prioritário da respectiva sala temática. Consulta pública realizada em 2019 na região Norte, com sede em Araguaína.

Fonte: SEPLAN, 2019, arquivo próprio.

Frequentemente se nota, neste momento, a formação da liderança informal, despontando alguém que, não necessariamente se mostra como uma liderança conhecida ou esteja em alguma estrutura formal do município ou Estado, mas destaca-se pela habilidade de convencimento junto aos demais participes, posteriormente sendo eleita por aclamação para defender o desafio da sala na plenária final.

O sistema de votação é eletrônico, instrumentalizado através da tecnologia QR Code. Após escolher seu desafio, o participante da sala faz a leitura do código impresso em seu crachá, utilizando-se de seu aparelho móvel ou dos tablets disponibilizados em sala de aula e, escolhe os desafios de sua preferência em uma página eletrônica. O sistema contabiliza esses votos e disponibiliza o resultado da sala automaticamente.

Em momento subsequente, o moderador da sala temática solicita aos presentes que, por aclamação, elejam dois representantes da sala para a defesa do desafio na plenária final. O relator anota os nomes destes representantes e os entrega para o coordenador da plenária final que os convocará no momento oportuno.

Figura 12 - Voto por aclamação para escolha do representante popular da sala temática



Figura 13 - Moderador da SEPLAN, na sala temática do Eixo Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental solicitando votos por aclamação dos participantes para eleger o representante da sala temática para defesa do desafio escolhido na plenária final.

Fonte: SEPLAN, 2019, arquivo próprio.

Geralmente realizadas nas quadras de esporte ou auditórios das escolas estaduais, a plenária final é o momento do encerramento do evento da consulta pública propriamente dita. Os representantes das salas temáticas, eleitos por aclamação de seus pares, são chamados ao palco e recebem 3 (três) minutos, contabilizados em painel eletrônico para a defesa do desafio eleito em seu eixo temático.

Figura 13 – Representantes populares eleitos por aclamação na sala temática defendendo o desafio escolhido para a plenária geral



Figura 13 – Representantes populares eleitos por aclamação, defendendo na plenária geral o desafio escolhido na sala temática durante as consultas públicas de 2019 realizadas na Região Nordeste do Estado do Tocantins, com sede na cidade de Guaraí.

Fonte: SEPLAN, 2019, arquivo próprio.

Neste momento, os participantes das salas temáticas podem votar em dois desafios, tendo a obrigação de votar em pelo menos um desafio que não diz respeito ao seu eixo temático. Esta regra é assim estipulada para minimizar a tendência de os participantes continuarem defendendo as ideias escolhidas em seu eixo, repetindo na plenária final os mesmos resultados das salas temáticas.

Entre argumentos e aplausos, vai se estabelecendo um clima de “pequenas eleições”. Entre grupos mais animados gritando “já ganhou” e lideranças percorrendo as cadeiras tentando angariar um ou outro voto a favor de seu desafio preferido, a escolha da prioridade regional vai ganhando forma.

Decorridas todas as defesas, o sistema de QR Code é novamente aberto para a votação geral da plenária. Cada participante vota novamente no desafio de sua preferência e em outro desafio apresentado nos outros eixos temáticos. Após breve momento, anuncia-se a prioridade eleita na região, recebendo a denominação de “prioridade das prioridades”.

As demais prioridades das salas temáticas não são desconsideradas, mas constituirão um *ranking* de prioridades regionais, numeradas da segunda à sexta colocação, conforme a quantidade de votos.

Todas estas prioridades compuseram uma lista organizada de ações que já foram apresentadas no Quadro 2 (prioridades das prioridades), página 49 e Quadro 3 (demais prioridades), página 50.

No próximo capítulo, apresentar-se-ão os resultados da execução física e financeira destas prioridades levantadas nas consultas regionais.

## **4 - METODOLOGIA**

### **4.1 - Fase exploratória: Pesquisa bibliográfica e documental**

#### **4.1.1 – Pesquisa bibliográfica**

Para a escolha das referências bibliográficas, foram levantadas as produções nacionais e internacionais disponíveis acerca do tema geral da dissertação, como também da literatura disponível acerca dos capítulos que comporiam a pesquisa. A primeira busca foi realizada para conhecer as publicações nacionais realizadas, entre os anos de 2019 e 2023, na base de dados Banco de Teses e Dissertações - BD TD da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, utilizando as palavras-chave “planejamento plurianual”.

Esta busca inicial objetivou verificar um panorama geral das últimas publicações em mestrados acadêmicos ou profissionais acerca dos temas que estariam em voga nos últimos cinco anos. A palavra-chave retornou uma quantidade considerável de trabalhos acadêmicos, no entanto, a maioria destes versava sobre temas que não se interrelacionavam com os objetivos desta dissertação.

Tabela 1 – Pesquisa realizada na plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES no período de 2019 a 2023.

| Termo utilizado                                | Quantidade encontrada | Selecionados para leitura | Relacionados à discussão |
|--|-----------------------|---------------------------|--------------------------|
| Planejamento plurianual                        | 179                   | 7                         | 6                        |
| Planejamento plurianual + participação popular | 9                     | 2                         | 2                        |
| Democracia + participação popular + PPA        | 3                     | 3                         | 3                        |
| Monitoramento e Avaliação + PPA                | 15                    | 4                         | 4                        |

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Muitos trabalhos encontrados nesta busca, apesar de terem como objeto o PPA, versavam sobre subtemas que não possuíam afinidade com os objetivos ou com o conteúdo desejável para compor os capítulos da revisão de literatura necessária a dissertação, tais como: “PPA municipal”, análises sobre “gestão para resultados aplicadas a planejamento público”, “PPA’s de órgãos municipais ou federais” ou “análises qualitativas de elaboração de PPA ou orçamento público”.

No entanto, a pesquisa pela palavra-chave “planejamento plurianual” retornou alguns trabalhos com enunciados que continham as expressões “participação popular”, “democracia e participação popular”, “PPA participativo” ou “participação da sociedade no PPA”. Pela proximidade destes temas com o enunciado desta dissertação, relacionado a interação entre democracia e participação popular no PPA do Estado do Tocantins, estes trabalhos foram selecionados para leitura.

Quando a pesquisa foi acrescida com a expressão “monitoramento e avaliação” o intervalo temporal de publicação dos trabalhos retornados pela plataforma foi anterior ao intervalo requerido (2019 a 2023). Porém, observou-se três trabalhos interessantes na área de monitoramento e avaliação de PPA, com publicações que fugiram ao intervalo desejado, mas, considerando seu alinhamento ao título desta proposta, foram selecionados para leitura.

A busca nesta plataforma retornou 206 (duzentos e seis) trabalhos. Destes, foram selecionados 10 (dez) para leitura.

A pesquisa na plataforma da CAPES retornou grande quantidade de títulos, mas, pelos motivos já explanados, poucos trabalhos ofereceram contribuição real para a pesquisa. Desta forma, a pesquisa bibliográfica foi estendida para a plataforma

*Google Scholar*, utilizando-se das mesmas palavras-chave e período conforme a tabela xxx, abaixo:

Tabela 2 – Pesquisa realizada na plataforma *Google Scholar* no período de 2019 a 2023.

| Termo utilizado                                | Quantidade encontrada | Selecionados para leitura | Relacionados à discussão |
|--|-----------------------|---------------------------|--------------------------|
| Planejamento plurianual                        | 15.600                | 18                        | 18                       |
| Planejamento plurianual + participação popular | 7.600                 | 15                        | 15                       |
| Democracia + participação popular + PPA        | 2.960                 | 9                         | 9                        |
| Monitoramento e Avaliação + PPA                | 9.560                 | 16                        | 16                       |

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Na busca com os termos demonstrados na tabela 3, retornaram grande quantidade de títulos, a exemplo do que foi verificado com o termo “Planejamento plurianual” que retornou 15.600 trabalhos com os mais variados temas. A maior parte resultou em artigos científicos com temas que discorriam, em sua maioria, a trabalhos com enfoque em PPA’s municipais de todo o território brasileiro.

Em virtude da quantidade de obras presentes na busca, priorizou-se pela escolha daquelas que tratasse de PPA’s em nível estadual. No entanto, não foi verificada quantidade significativa de publicações na área de PPA Estadual, razão pela qual selecionou-se também trabalhos a nível das maiores cidades encontradas na pesquisa, não importando a região ou Estado a qual estivessem inseridas.

A exemplo do que se verificou na pesquisa na plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, as últimas publicações sobre a área e o tema escolhido para esta dissertação, discorreram sobre análises qualitativas de planejamento público, distanciando-se do objetivo proposto para esta pesquisa, a saber análise de resultados quantitativos de PPA Estadual. Porém, a busca na plataforma google scholar resultou em quantidade satisfatória de artigos que conseguiram fundamentar os capítulos desta obra, razão pela qual, a maior parte da literatura utilizada para a discussão desta dissertação foi alcançada por esta ferramenta de busca.

A busca na plataforma *google scholar* resultou em 35.720 (trinta e cinco mil, setecentos e vinte) documentos. A grande maioria destes documentos estavam em

formato de artigos, poucas dissertações e livros digitais e, outra parte expressiva continha referências a citações ou links de acesso às obras originais.

A busca nesta plataforma apresentou sobreposição de diversos trabalhos que já constavam na plataforma da CAPES, porém, estes trabalhos não constam da tabela 2 pois foram excluídos assim que a sobreposição foi constatada.

Em resumo, foram selecionados para leitura através da plataforma *google scholar* 2 livros, 2 dissertações, 1 capítulo de livro e 25 artigos nacionais, totalizando 30 (trinta) referências bibliográficas.

A pesquisa foi estendida ainda para a busca por trabalhos internacionais, utilizando para tal, a plataforma Web of Science.

Tabela 3 – Pesquisa realizada na plataforma *Web of Science* no período de 2019 a 2023.

| Termo utilizado                                      | Quantidade encontrada | Selecionados para leitura | Relacionados à discussão |
|--|-----------------------|---------------------------|--------------------------|
| popular participation in public policy               | 5                     | 5                         | 2                        |
| democracy and popular participation in public policy | 9                     | 2                         | 2                        |
| monitoring and evaluation of public policies         | 31                    | 2                         | 2                        |

Fonte: Elaboração própria, 2024.

A pesquisa na plataforma *Web of Science* utilizou os termos “popular participation in public policy”, “democracy and popular participation in public policy” e “monitoring and evaluation of public policies”. O termo Planejamento plurianual é uma palavra utilizada para nomear um tipo específico do planejamento público realizado no Brasil. Na busca realizada nesta plataforma, substituiu-se inicialmente o termo planejamento plurianual por planejamento governamental, retornando muitos trabalhos dos mais variados temas.

Por este motivo, decidiu-se substituir o termo planejamento governamental por políticas públicas e interrelacionar este termo às outras palavras-chave utilizadas no trabalho como democracia e participação popular. O período foi refinado para o mesmo intervalo utilizado nas plataformas anteriores (2019 a 2023), todos os tipos de documentos.

Algumas categorias foram excluídas da pesquisa, priorizando-se às áreas correlacionadas ou com afinidades à gestão pública, tais como “sociologia”, “gerenciamento”, “ciência política”, “administração pública” e “questões sociais”. No quesito “países e regiões” foi desmarcada a opção “Brasil” a fim de se obter apenas trabalhos internacionais.

Utilizando estes parâmetros foram encontrados 45 artigos. Destes, foram selecionados 4 artigos para leitura conforme descritos na Tabela 4.

#### **4.1.3 - Pesquisa documental**

As informações e dados utilizados neste trabalho basearam-se na análise de documentos públicos, como leis, decretos, manuais, planilhas, relatórios e demais documentos fornecidos pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins – SEPLAN/TO e demais órgãos envolvidos na pesquisa.

A análise de documentos inclui registros históricos de execução física e financeira extraídos do sistema de execução financeira do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SIAFETO) utilizado pelos órgãos estaduais, Planejamentos plurianuais dos órgãos, relatórios de gestão. Há também coleta de informações e dados sobre as edições anteriores do Plano Plurianual.

A apuração de resultados especificamente relacionados às Consultas Públicas, no entanto, nunca havia sido realizada no âmbito do Estado do Tocantins, pois, apesar dos órgãos estaduais enviarem a cada ano seu desempenho para avaliação da Controladoria Geral do Estado do Tocantins (CGE/TO), no processo obrigatório chamado prestação de contas, as ações prioritárias escolhidas pela população nas chamadas consultas públicas, até o momento, não haviam sido objeto de um estudo aprofundado e específico.

O processo de prestação de contas avalia, a cada ano, a execução física e financeira de 526 (quinhentas e vinte e seis) ações orçamentárias, mas, as ações prioritárias, estavam até então contidas no âmbito deste grande rol de ações, camuflando seus resultados e investimentos no escopo geral da ação orçamentária.

Para resolver este problema e apurar os resultados e o investimento específico das ações priorizadas em cada uma das regiões administrativas do Estado do Tocantins foi necessário inicialmente consultar os relatórios de consultas públicas (10

relatórios – 1 por região consultada) diretamente do arquivo interno da Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica do Estado.

Nestes relatórios apurou-se qual foi a ação mais votada naquela região e quais as outras 5 ações que receberam a maior quantidade de votos também naquela região. Estes relatórios forneceram as 10 ações chamadas de prioridades das prioridades regionais e as 50 ações chamadas de demais prioridades que, foram a base para a apuração quantitativa de resultados que cumpriu o objetivo geral desta dissertação.

Identificadas estas 60 ações prioritárias, o trabalho seguinte foi relacioná-las ao órgão responsável por sua execução. Este trabalho foi realizado utilizando previamente os conhecimentos do autor deste trabalho acerca das responsabilidades de cada secretaria, agência ou fundação do Estado. A título de informação, demonstra-se no quadro, a seguir, as prioridades das prioridades eleitas em cada região do Estado e o órgão responsável pela execução.

**Quadro 6 – Prioridades das prioridades escolhidas pelas populações de cada região do Estado do Tocantins, em 2019, e os órgãos executores.**

| ÓRGÃO EXECUTOR         | PRIORIDADE DAS PRIORIDADES  | REGIÃO                               |
|------------------------|---|--------------------------------------|
| Secretaria de Educação | Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado. | Região Sul – Gurupi                  |
| Secretaria da Saúde    | Qualificar a rede pública hospitalar, nos serviços de urgência/emergência com ampliação da oferta de leitos, leitos de UTI, UTI Neonatal, reabilitação, integrando a assistência hospitalar com uma política de tratamento em domicílio articulada com a atenção básica por meio de eficiente regulação.                                      | Região Noroeste – Colinas            |
|                        | Organizar a Rede de Atenção à Saúde, com ênfase na rede cegonha, principalmente quanto aos serviços de média e alta complexidade.   | Região Bico do Papagaio – Araguatins |
|                        | Organizar a Rede de Atenção à Saúde (ênfase nas doenças crônicas: oncologia e nefrologia), principalmente de média e alta complexidade.   | Região Sudeste I – Taguatinga        |

|   |  |                                |
|---|--|--------------------------------|
|   | Estadualizar o Hospital de Natividade em Porte 1   | Região Sudeste II – Natividade |
| Secretaria de Segurança Pública             | Aumentar o efetivo e qualificar os profissionais de Segurança Pública.   | Região Central                 |
| Secretaria do Trabalho e Assistência Social | Garantir cofinanciamento aos municípios dos serviços e benefícios. Garantir cofinanciamento aos municípios dos serviços e benefícios sócio assistenciais na proteção básica e especial.                          | Região Nordeste – Guracá       |
|   | Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.  | Região Norte – Araguaína       |
|   | Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.  | Região Oeste – Paraíso         |
| Secretaria de Infraestrutura                | Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades, e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo. | Região Jalapão – São Félix     |

Fonte: Elaboração própria.

Aprofundando ainda mais o escopo da pesquisa, foram utilizados os mesmos relatórios de consultas públicas regionais para levantar quais teriam sido as outras 5 (cinco) ações com maior votação após a ação mais votada como prioridade das prioridades.

Como havia 10 (dez) regiões administrativas no Estado em 2019, as “demais prioridades”, como são chamadas pela SEPLAN/TO, totalizaram 50 (cinquenta) prioridades, que também foram elencadas para posterior levantamento de resultados, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 7 – Demais prioridades escolhidas pelas populações de cada região do Estado do Tocantins em 2019 e os órgãos executores.

| REGIÃO              | DEMAIS PRIORIDADES  | ÓRGÃO EXECUTOR |
|---------------------|---|----------------|
| Região Sul – Gurupi | Fortalecer a Atenção Básica no município para que seja mais resolutiva. | SES            |

|   |   |           |
|---|---|-----------|
| <b>Região Noroeste – Colinas</b>            | Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.  | RURALTINS |
|   | Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado. | SEDUC     |
|   | Promover ações para a redução dos índices de violência contra a mulher.   | SETAS     |
|   | Desenvolver e ampliar as condições de trafegabilidade da malha rodoviária, pavimentando novos trechos e melhorando as condições das rodovias, a fim de garantir melhor eficiência do sistema rodoviário.  | AGETO     |
|   | Qualificar a rede pública hospitalar, nos serviços de urgência/emergência com ampliação da oferta de leitos, leitos de UTI, UTI Neonatal, reabilitação, integrando a assistência hospitalar com uma política de tratamento em domicílio articulada com a atenção básica por meio de eficiente regulação.                                      | SES       |
|   | Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural  | ITERTINS  |
|   | Valorizar os profissionais da Educação.   | SEDUC     |
|   | Assegurar o repasse financeiro para a oferta dos serviços e benefícios na proteção social básica e especial.  | SETAS     |
|   | Ampliar o investimento e estabelecer parcerias com os municípios para a manutenção de estradas vicinais.  | AGETO     |
|   | Ampliar e reestruturar a gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e distribuição de água nos municípios.   | ATS       |
| <b>Região Bico do Papagaio – Araguatins</b> | Proporcionar a regularização da produção da Agricultura familiar no que se refere à regularização sanitária, fundiária e ambiental para ter produtos de qualidade.  | RURALTINS |
|   | Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado. | SEDUC     |
|   | Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.   | SETAS     |

|                                       |   |                  |
|---------------------------------------|---|------------------|
| <b>Região Sudeste I – Taguatinga</b>  | Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades, e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo.  | AGETO            |
|                                       | Ampliar o acesso à moradia digna, serviços de saneamento básico, ações de mobilidade e acessibilidade urbana.   | SECIHD           |
|                                       | Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.  | RURALTINS        |
|                                       | Valorizar os profissionais da Educação.   | SEDUC            |
|                                       | Promover o acesso a estágio remunerado e ao primeiro emprego para estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino.   | SETAS            |
|                                       | Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando estabelecer modelos de governança e gestão pública, voltada ao desenvolvimento de programas e projetos para captação de recursos.   | NÃO IDENTIFICADO |
|                                       | Ampliar e reestruturar a gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e distribuição de água nos municípios.   | ATS              |
| <b>Região Sudeste II – Natividade</b> | Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado. | SEDUC            |
|                                       | Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.   | SETAS            |
|                                       | Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando à melhoria da infraestrutura urbana.  | AGETO            |
|                                       | Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.  | RURALTINS        |
| <b>Região Central</b>                 | Fortalecer a Atenção Básica no município para que seja mais resolutiva.   | SES              |
|                                       | Ampliar o acesso à moradia digna, serviços de saneamento básico, ações de mobilidade e acessibilidade urbana.   | SECIHD           |
|                                       | Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural  | ITERTINS         |
|                                       | Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.  | RURALTINS        |

|                                 |  |                  |
|---------------------------------|--|------------------|
| <b>Região Nordeste – Guaraí</b> | Construir, adequar e aparelhar as unidades escolares e universidade, atendendo às normas de segurança para emissão do alvará do corpo de bombeiros, de forma a integrar os ambientes físicos, garantir acessibilidade, climatização, cobertura de quadras poliesportivas, cozinhas adequadas conforme as normas do PNAE e vigilância sanitária, laboratório de ciências, informática, refeitório, auditório, bibliotecas, multimídias, mobiliário e equipamentos de som e vídeo, transporte escolar. | SEDUC            |
|                                 | Acessar e ampliar as especialidades na região, de acordo com as referências estabelecidas na Programação Pactuada e Integrada (PPI).   | SES              |
|                                 | Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural   | ITERTINS         |
|                                 | Valorizar os profissionais da Educação de acordo com o Plano Estadual de Educação (PEE), o Plano de Cargos, Carreira e Remunerações (PCCR) e assegurar a realização de concurso público.   | SEDUC            |
|                                 | Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades, e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo.   | AGETO            |
|                                 | Avançar na remoção/solução de obstáculos jurídico-administrativos para concessão áreas para atração e implantação de unidades produtivas - indústrias, comércio e serviços, bem como na regularização fundiária urbana e rural.  | ITERTINS         |
|                                 | Criação de uma clínica de recuperação de dependentes químicos para crianças e adolescentes.  | SAÚDE            |
|                                 | Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.   | RURALTINS        |
|                                 | Valorizar os profissionais da educação, priorizando a gestão democrática da escola pública, a remuneração digna, plano de carreira efetivo e formação de qualidade.  | SEDUC            |
| <b>Região Norte – Araguaína</b> | Ampliar o investimento e estabelecer parcerias com os municípios para a manutenção de estradas vicinais.   | AGETO            |
|                                 | Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando estabelecer modelos de governança e gestão pública, voltada ao desenvolvimento de programas e projetos para captação de recursos.  | Não identificado |
| <b>Região Oeste – Paraíso</b>   | Qualificar a rede pública hospitalar, nos serviços de urgência/emergência com ampliação da oferta de leitos, leitos de UTI, UTI Neonatal, reabilitação, integrando a assistência hospitalar com uma política de tratamento em domicílio articulada com a atenção básica por meio de eficiente regulação.   | SES              |

|                                   |   |                  |
|-----------------------------------|---|------------------|
| <b>Região Jalapão – São Félix</b> | Ampliar e reestruturar a gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e distribuição de água nos municípios.   | ATS              |
|                                   | Ampliar o acesso à moradia digna, serviços de saneamento básico, ações de mobilidade e acessibilidade urbana.   | SECIHD           |
|                                   | Proporcionar a regularização da produção da agricultura familiar para aumento da comercialização e distribuição pelo programa de aquisição de alimentos.  | RURALTINS        |
|                                   | Construir, adequar, e aparelhar as unidades escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, bibliotecas, brinquedotecas, videoteca, aparelhos de som, multimídia, mobiliário adequado; aparato tecnológico que viabilize o monitoramento diário com câmeras.   | SEDUC            |
|                                   | Fortalecer a atenção à saúde da mulher, na prevenção do câncer de colo de útero e mama, nos serviços de apoio, diagnósticos e terapêuticos.   | SES              |
|                                   | Implementar políticas de desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo, integrando-as regionalmente, considerando os aspectos materiais e imateriais da cultura local, patrimônio Histórico, cultural e ambiental, ampliando a rede de assistência técnica à agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto Ambiental.  | SECTUR           |
|                                   | Construir, adequar e aparelhar as UE's de forma a integrar os ambientes físicos garantir a acessibilidade, capacitações dos profissionais, climatização, cobertura de quadras poliesportivas, laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, bibliotecas, brinquedoteca, videoteca, aparelho de som, multimídia, notebook para professores, mobiliário adequado, valorizar os profissionais e seus auxiliares, ampliar e qualificar; garantia financeira para manutenção e reparação de frota. | SEDUC            |
|                                   | Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.   | SETAS            |
|                                   | Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando estabelecer modelos de governança e gestão pública, voltada ao desenvolvimento de programas e projetos para captação de recursos.   | Não identificado |

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode observar, a pesquisa documental, utilizando-se apenas dos relatórios de consultas públicas disponibilizados no site, evidenciou as 60 (sessenta) prioridades utilizadas como base para a resolução do problema geral de pesquisa.

A partir deste levantamento, identificou-se que 11 (onze) órgãos estaduais estariam responsáveis pela execução de políticas públicas que possivelmente contribuiriam com entregas ou serviços ligados as priorizações eleitas.

De posse destes dados iniciais, foram disparados 11 (onze) ofícios da própria Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins, direcionados aos secretários ou presidentes dos órgãos identificados no levantamento de prioridades, solicitando que apurassem junto às assessorias de planejamento de seus órgãos, os resultados que fossem relacionados ao escopo da prioridade eleita e que, os valores e entregas identificados deveriam ser discriminados conforme a região em que foram entregues.

Para organizar todo o trabalho, foram elaboradas planilhas customizadas para cada órgão com a discriminação da região envolvida e a priorização eleita. As planilhas indicavam os órgãos e a ação temática com orçamento destinado ao eixo temático em questão (educação, saúde, infraestrutura, segurança entre outros).

As planilhas deveriam apontar basicamente o número da ação do PPA 2020-2023, a meta inicial, a meta alcançada, o orçamento inicial e o estágio de execução de despesa. Estes dados foram utilizados para calcular o nível de entrega física da ação e o total de gastos realizados.

**Quadro 8 – Composição da planilha enviada aos órgãos solicitando as informações orçamentárias utilizadas para apuração dos resultados da pesquisa**

| Consulta Pública   | PPA 2020-2023                            |  | LOA (anos 2020,2021,2022 e 2023)     |                     |                     |                |
|--|--|--|--------------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|
| Prioridade escolhida na região                                       | Ação do PPA relacionada à prioridade     | Execução física da ação temática                           | Execução financeira da ação temática |                     |                     |                |
| Extraída do relatório de Consultas Públicas fornecido pela SEPLAN/TO | Ação temática publicada no PPA 2020-2023 | % da meta física executado (informado pelo órgão executor) | Orçamento autorizado                 | Orçamento empenhado | Orçamento liquidado | Orçamento pago |

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa realizada, no ano 2022-2023.

As ações temáticas (ações orçamentárias de investimento) tiveram como fonte documental a publicação da Lei do PPA 2020-2023 do Estado do Tocantins (Lei nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019).

As ações prioritárias eleitas nas consultas públicas estão disponíveis tanto no relatório de consultas públicas por região, presentes no sítio eletrônico da Secretaria de Planejamento, quanto na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Tocantins, com vigência entre 2020-2023 publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins.

O PPA, a LOA e a LDO foram utilizados pelos servidores das assessorias de planejamento envolvidos na pesquisa para levantar as ações orçamentárias e as priorizações necessárias para compor os ofícios resposta com as planilhas de resultados preenchidas.

A seguir, apresenta-se o resumo dos documentos utilizados na pesquisa documental.

**Quadro 9 – Relação de documentos utilizados na pesquisa documental.**

| <b>Tipo</b> | <b>Documento</b>  | <b>Órgão responsável</b> | <b>Descrição</b>                                       |
|-------------|-------------------|--------------------------|--|
| Lei         | Lei nº 3.621/2019 | Governo do Tocantins     | Dispõe sobre o PPA do Estado do Tocantins              |
| Relatório   | Arquivo SEPLAN    | SEPLAN-TO                | Relatório de Consulta Pública: Região Bico do Papagaio |
| Relatório   | Arquivo SEPLAN    | SEPLAN-TO                | Relatório de Consulta Pública: Região Central          |
| Relatório   | Arquivo SEPLAN    | SEPLAN-TO                | Relatório de Consulta Pública: Região Jalapão          |
| Relatório   | Arquivo SEPLAN    | SEPLAN-TO                | Relatório de Consulta Pública: Região Nordeste         |
| Relatório   | Arquivo SEPLAN    | SEPLAN-TO                | Relatório de Consulta Pública: Região Noroeste         |
| Relatório   | Arquivo SEPLAN    | SEPLAN-TO                | Relatório de Consulta Pública: Região Norte            |
| Relatório   | Arquivo SEPLAN    | SEPLAN-TO                | Relatório de Consulta Pública: Região Oeste            |

|                              |                                     |   |   |
|------------------------------|-------------------------------------|---|---|
| Relatório                    | Arquivo SEPLAN                      | SEPLAN-TO   | Relatório de Consulta Pública:<br>Região Sudeste I                        |
| Relatório                    | Arquivo SEPLAN                      | SEPLAN-TO   | Relatório de Consulta Pública:<br>Região Sudeste II                       |
| Relatório                    | Arquivo SEPLAN                      | SEPLAN-TO   | Relatório de Consulta Pública:<br>Região Sul                              |
| Manual                       | Arquivo SEPLAN                      | SEPLAN-TO   | Manual Técnico do Plano<br>Plurianual 2024-2027                           |
| Planilha<br>de<br>resultados | Ofício n° 013/2023/COPLAN           | Corpo de Bombeiros<br>Militar do Tocantins<br>– CBPM - TO                             | Relatório de resultados<br>consultas públicas PPA 2020-<br>2023 – CBPM-TO |
| Planilha<br>de<br>resultados | Ofício nº 030/2023-PM/6             | Polícia Militar do<br>Estado do Tocantins<br>- PMTO                                   | Relatório de resultados<br>consultas públicas PPA 2020-<br>2023 - PMTO    |
| Planilha<br>de<br>resultados | Ofício nº<br>866/2022/GABSEC/SECTUR | Secretaria da<br>Cultura e Turismo –<br>SECTUR-TO                                     | Relatório de resultados<br>consultas públicas PPA 2020-<br>2023 - SECTUR  |
| Planilha<br>de<br>resultados | Ofício<br>2189/2023/SES/GASEC       | Secretaria da Saúde<br>do Estado do<br>Tocantins - SES                                | Relatório de resultados<br>consultas públicas PPA 2020-<br>2023 - SES     |
| Planilha<br>de<br>resultados | Ofício nº<br>1268/2022/GABSEC       | Secretaria do<br>Trabalho e<br>Desenvolvimento<br>Social do Tocantins<br>– SETAS - TO | Relatório de resultados<br>consultas públicas PPA 2020-<br>2023 - SETAS   |
| Planilha<br>de<br>resultados | Ofício nº<br>402/2022/GABSEC/SICS   | Secretaria da<br>Indústria, Comércio<br>e Serviços do<br>Tocantins - SICS             | Relatório de resultados<br>consultas públicas PPA 2020-<br>2023 - SICS    |
| Planilha<br>de<br>resultados | Ofício nº 1182/2022-GASEC           | Secretaria da<br>Infraestrutura,<br>Cidades e Habitação<br>do Tocantins               | Relatório de resultados<br>consultas públicas PPA 2020-<br>2023 - SEINFRA |
| Planilha<br>de<br>resultados | Ofício nº 1182/2022-GASEC           | Agência de<br>Transportes e Obras<br>do Estado do<br>Tocantins - AGETO                | Relatório de resultados<br>consultas públicas PPA 2020-<br>2023 - AGETO   |
| Planilha<br>de<br>resultados | Ofício nº<br>826/2022/GABPRES/ATS   | Agência<br>Tocantinense de<br>Saneamento - ATS  | Relatório de resultados<br>consultas públicas PPA 2020-<br>2023 - ATS     |

|                        |                                   |   |  |
|------------------------|-----------------------------------|---|--|
| Planilha de resultados | Planilha (arquivo próprio SEPLAN) | Secretaria de Educação do Estado do Tocantins - SEDUC                 | Relatório de resultados consultas públicas PPA 2020-2023 - SEDUC     |
| Planilha de resultados | Planilha (arquivo próprio SEPLAN) | Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS                 | Relatório de resultados consultas públicas PPA 2020-2023 - ITERTINS  |
| Planilha de resultados | Planilha (arquivo próprio SEPLAN) | Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS | Relatório de resultados consultas públicas PPA 2020-2023 - RURALTINS |

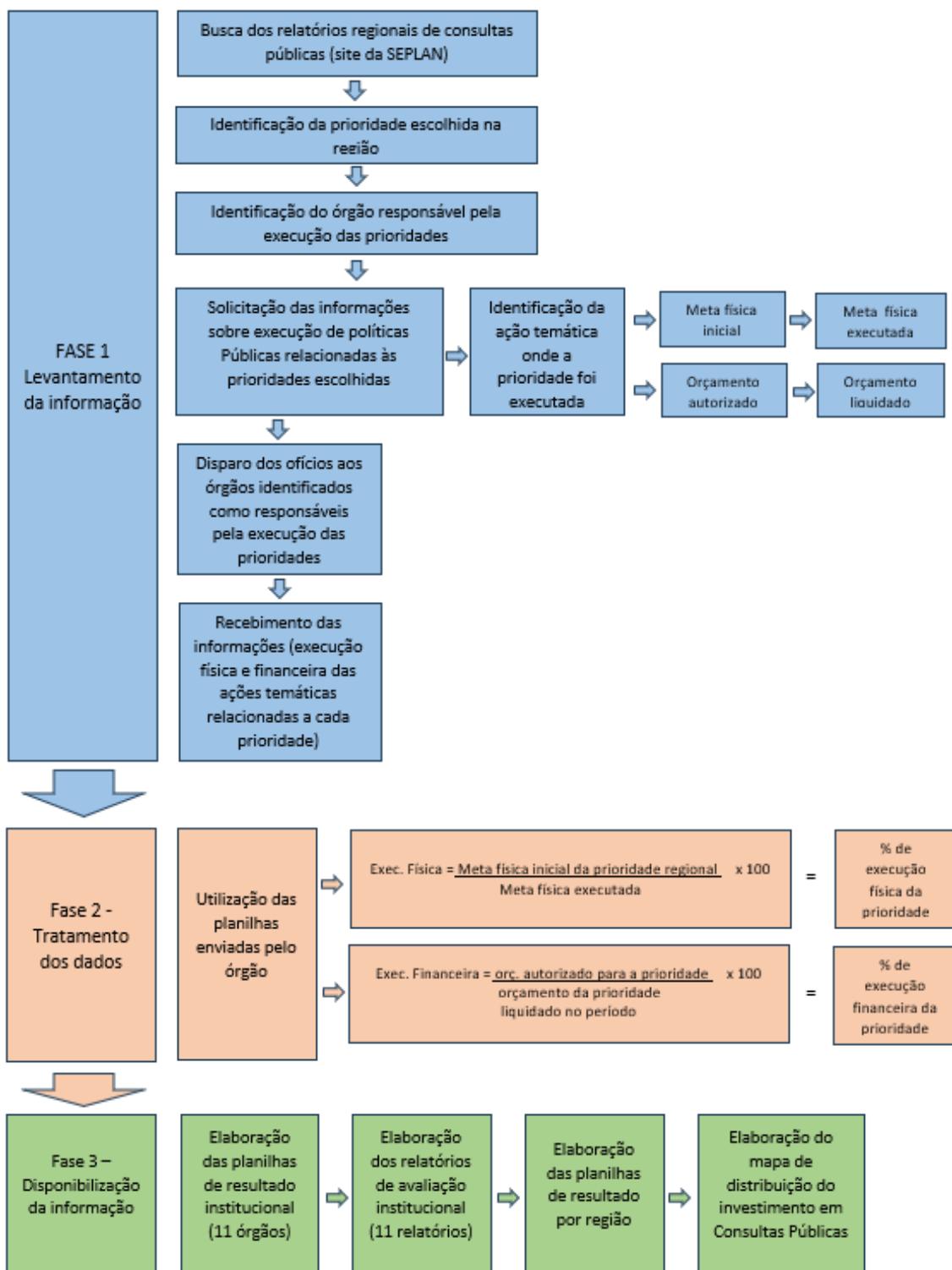
Fonte: Elaborado pelo autor.

A ferramenta utilizada na manipulação dos dados primários sobre a execução física e orçamentária das ações prioritárias em questão foi o SIAFETO (sistema de execução orçamentária do Estado do Tocantins). Após o levantamento destes dados pelos servidores das assessorias de planejamento dos órgãos executores e, encaminhamento à SEPLAN, os dados secundários foram tratados no programa *Excel*, onde se compilou os dados referentes às entregas e execução financeira referente a cada região do Estado do Tocantins.

Os resultados foram organizados na forma de gráficos em pizza e colunas para a exposição das principais constatações encontradas na pesquisa.

O caminho para o levantamento e consolidação das informações necessárias a esta pesquisa, sobretudo no que se refere às planilhas com os dados físicos e financeiros informados pelos órgãos, mostra-se muito extenso em função da complexidade que o planejamento público governamental exige em termos burocráticos e procedimentais. No entanto, o resumo do método de apuração apresentado a seguir pode contribuir para a compreensão do caminho seguido pelo pesquisador para cumprir os objetivos deste trabalho.

**FIGURA 14 – Resumo do método de apuração dos resultados das Consultas Públicas do PPA 2020-2023**



Fonte: Elaboração própria.

## **4.2 - Amostra**

O universo de pesquisa é delimitado pelos 44 (quarenta e quatro) órgãos estaduais, tais como Secretarias, fundações, agências, autarquias e institutos. A amostra é reduzida para os 11 (onze) órgãos estaduais da administração direta ou indireta que detenham responsabilidade sobre a execução das prioridades.

## **4.3 - Análise quantitativa**

A análise de dados utilizou a abordagem quantitativa, valendo-se de estatística descritiva, calculada através de resultados numéricos obtidos nos relatórios de execução físico-financeira disponibilizados pelos 11 (onze) órgãos públicos envolvidos na pesquisa.

Os dados referentes à execução da meta física foram comparados às metas iniciais propostas por ação temática, obtendo-se o resultado da execução física.

Os dados referentes à execução orçamentária foram obtidos através da diferença entre o orçamento inicial previsto na lei orçamentária (janeiro 2020) e o orçamento liquidado até dezembro/2023.

Os resultados foram transformados em percentuais e expostos em gráficos em pizza, para visualizar o grau de execução das prioridades e, em forma de barras, para apresentar os rankings de execução dos órgãos em questão.

Ao final da análise quantitativa, foram calculados os investimentos de cada região envolvida nas consultas públicas e distribuídos no espaço em que foram aplicados. Para a melhor visualização destes resultados, foi elaborado um mapa com o investimento específico em cada região.

## **4.4 - Procedimento relativo à credibilidade dos dados**

Após a tabulação dos dados a respeito das entregas físicas e gastos realizados com cada ação temática, os dados foram dispostos em planilhas, seguidas de uma análise geral por desempenho de cada órgão. Os resultados, além das entregas físicas, serviços e o investimento financeiro aplicado em cada uma, foram utilizados para elaborar três indicadores:

- Valor médio da meta;

- Valor a descoberto do orçamento; e
- *Déficit ou superavit* orçamentário para realização integral da meta.

A análise destes dados compôs um relatório de desempenho individual para cada órgão, contendo a análise de resultados auferidos durante o período. Antes da elaboração das conclusões finais da pesquisa e a consequente avaliação de resultados obtidos com as políticas públicas envolvidas, os representantes e responsáveis pelas informações fornecidas por cada órgão, puderam ratificar as informações contidas nestes relatórios, conferindo credibilidade aos mesmos, no método conhecido como “checagem pelos participantes”.

Embora verificações parciais sejam feitas ao longo de toda a pesquisa, esta é feita de modo mais completo e formal no final, apresentando-se aos participantes os resultados e conclusões, bem como outros aspectos do relatório julgados relevantes e pedindo-lhes que os avaliem quanto à precisão e relevância. Com base nas reações obtidas, é então elaborado o relatório final que será divulgado entre os interessados. (Alves; Gewandsznadjer, 2001, p. 172).

Estes relatórios individuais compuseram o Bloco IV do Relatório Global de Avaliação de resultados, subproduto do mestrado entregue a SEPLAN.

#### **4.5 - Produto**

O produto desta dissertação é uma nota técnica que sugere ao órgão central de elaboração e revisão do planejamento plurianual do Estado (SEPLAN-TO) que emita uma instrução normativa que melhore a visibilidade das metas específicas das prioridades destinadas à população e permita a apuração precisa da eficácia de cada entrega e, para trabalhos futuros, do indicador geral de eficiência elaborado a partir da comparação histórica das medidas de eficácia auferidas em cada PPA.

## **5 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS CONSULTAS PÚBLICAS DO PPA 2020-2023 DO ESTADO DO TOCANTINS**

A seguir, constam os resultados das políticas públicas abrangidas pelas ações eleitas nas consultas públicas realizadas em 2019.

Conforme mencionado anteriormente, ao final da consulta pública de cada região, a população indica ao Estado, por meio da votação realizada nas plenárias finais, uma prioridade regional (prioridade das prioridades) e outras cinco prioridades regionais com menor votação (demais prioridades), totalizando 50 (cinquenta) prioridades, divididas entre 10 (dez) prioridades das prioridades e 50 (cinquenta) demais prioridades.

Este capítulo apresentará o levantamento dos investimentos financeiros e as entregas físicas decorrentes diretamente de cada uma destas 60 prioridades, durante os quatro anos de execução do PPA 2020-2023, a fim de cumprir os objetivos da pesquisa (pág. 27, item 1.1 da Introdução).

Conforme foi demonstrado na metodologia, após a identificação de quais órgãos estariam responsáveis pela execução das prioridades elencadas nos relatórios de consultas públicas do PPA 2020-2023, o autor desta dissertação e também servidor público da SEPLAN/TO, encaminhou ofícios para 11 (onze) órgãos estaduais solicitando, via planilha modelo (Quadro 4), o orçamento liquidado e as entregas físicas (obras ou serviços) correspondentes a cada prioridade regional durante o período em análise.

Após alguns meses os órgãos contatados responderam a solicitação, encaminhando à Gerência de Monitoramento e Avaliação de Planejamento, as planilhas com os resultados solicitados (Anexo A).

Os resultados apurados são apresentados em três partes distintas:

**BLOCO I – Resumo dos principais resultados das Consultas Públicas do PPA 2020-2023;**

**BLOCO II – Resultados das prioridades das prioridades: 10 regiões – 10 prioridades das prioridades;**

**BLOCO III – Resultados das demais prioridades (Eleitas nas salas temáticas de cada região): 10 Regiões, 50 prioridades.**

No bloco I poderão ser visualizados os principais resultados das políticas públicas executadas em todo o Estado no período de vigência do PPA 2020-2023, no que se refere às ações vinculadas às demandas eleitas pelas populações das regiões consultadas. Trata-se de um resumo geral dos blocos II e III.

A leitura do bloco I permitirá compreender em que medida o Estado atendeu as demandas da população, após as consultas públicas, tendo como base o orçamento destinado e as seguintes questões:

Qual o valor do investimento de cada órgão?

Qual o investimento realizado em cada região?

Qual a participação do investimento em ações correlatas às consultas públicas comparado ao valor do investimento (ações temáticas) geral do Estado do Tocantins?

Quais as principais entregas realizadas pelo Estado às regiões?

Quanto custou cada uma das entregas realizadas pelo Estado à população tocantinense? Qual o valor médio destes serviços ou entregas?

Estas respostas são apresentadas em forma de tabelas, gráficos e um mapa, de forma a fornecer ao leitor uma visão clara e objetiva da atuação dos órgãos estatais em direção às demandas sociais que compuseram as consultas públicas realizadas em 2019.

No Bloco II, será apresentada uma análise mais detalhada, direcionando-se especificamente às 10 (dez) prioridades das prioridades eleitas nas 10 (dez) regiões administrativas do Estado do Tocantins.

A análise efetuada no bloco II é por excelência uma descrição de resultados apurada a partir das informações disponibilizadas pelas assessorias de planejamento de cada órgão executor cuja responsabilidade se identificou ao escopo da demanda votada pela população de cada região. Foram encaminhadas à SEPLAN a entrega física realizada no período e o orçamento liquidado para este fim.

Os resultados foram compilados e estão demonstrados em tabelas, onde cada tabela apresenta a região de apuração, a prioridade das prioridades eleita naquela região, as entregas físicas e o orçamento liquidado no período.

Ao final do bloco II, apresenta-se o total geral investido em prioridade das prioridades e uma tabela com um ranking das principais entregas verificadas nas políticas públicas envolvidas.

O Bloco III estende a apuração dos resultados também as prioridades eleitas pelas salas temáticas, analisando as entregas referentes a 50 (sessenta) desafios temáticos. Para facilitar a análise do Bloco III descrito neste trabalho, os resultados obtidos no período estão organizados a partir das regiões do Estado. Em cada bloco constará a região, os órgãos envolvidos na execução da prioridade, as entregas realizadas e o valor aplicado no período.

## 5.1 - BLOCO I - Resumo de resultados das Consultas Públicas

O quadro a seguir apresenta de forma resumida todo o investimento realizado pelos órgãos do Estado do Tocantins em resposta às prioridades eleitas nas Consultas Públicas realizadas em 2019. Ao longo dos quatro anos de execução do PPA 2020-2023 os órgãos envolvidos na execução das prioridades realizaram investimentos em obras e serviços nas regiões em que foram priorizados, sendo que parte dos investimentos foram destinados às prioridades mais votadas (prioridade das prioridades) e outra parte dos investimentos foi destinado a obras e serviços relacionados as demais prioridades votadas nas regiões.

Os resultados foram discriminados por órgão executor e assim ranqueados de forma a listar em ordem decrescente os órgãos com maior nível de investimento, acompanhados dos percentuais de participação do órgão sobre o total de investimento público destinado às priorizações das consultas realizadas em 2019.

Quadro 10 – Composição do Investimento em consultas públicas – Por órgão

| RANKING      | ÓRGÃO     | TOTAL DO INVESTIMENTO     | PROPORÇÃO      | PRIORIDADE DAS PRIORIDADES | DEMAIS PRIORIDADES        |
|--------------|-----------|---------------------------|----------------|----------------------------|---------------------------|
| 1º           | SEDUC     | R\$ 390.562.160,15        | 52,36%         | R\$ 26.779.691,00          | R\$ 363.782.469,15        |
| 2º           | AGETO     | R\$ 248.627.324,17        | 33,33%         | R\$ 50.150.797,85          | R\$ 198.476.526,32        |
| 3º           | SES       | R\$ 54.416.829,95         | 7,30%          | R\$ 30.180.108,85          | R\$ 24.236.721,10         |
| 4º           | SECIHD    | R\$ 21.625.987,77         | 2,90%          |                            | R\$ 21.625.987,77         |
| 5º           | SETAS     | R\$ 13.924.300,00         | 1,87%          | R\$ 5.641.000,00           | R\$ 8.283.300,00          |
| 6º           | ATS       | R\$ 5.761.124,56          | 0,77%          |                            | R\$ 5.761.124,56          |
| 7º           | PM        | R\$ 4.352.835,28          | 0,58%          | R\$ 4.352.835,28           |                           |
| 8º           | SECTUR    | R\$ 3.189.480,62          | 0,43%          |                            | R\$ 3.189.480,62          |
| 9º           | RURALTINS | R\$ 2.434.304,87          | 0,33%          |                            | R\$ 2.434.304,87          |
| 10º          | BOMBEIROS | R\$ 835.264,64            | 0,11%          | R\$ 835.264,64             |                           |
| 11º          | ITERTINS  | R\$ 150.183,50            | 0,02%          |                            | R\$ 150.183,50            |
| <b>TOTAL</b> |           | <b>R\$ 745.879.795,51</b> | <b>100,00%</b> | <b>R\$ 117.939.697,62</b>  | <b>R\$ 627.940.097,89</b> |

Fonte: SEPLAN, 2024.

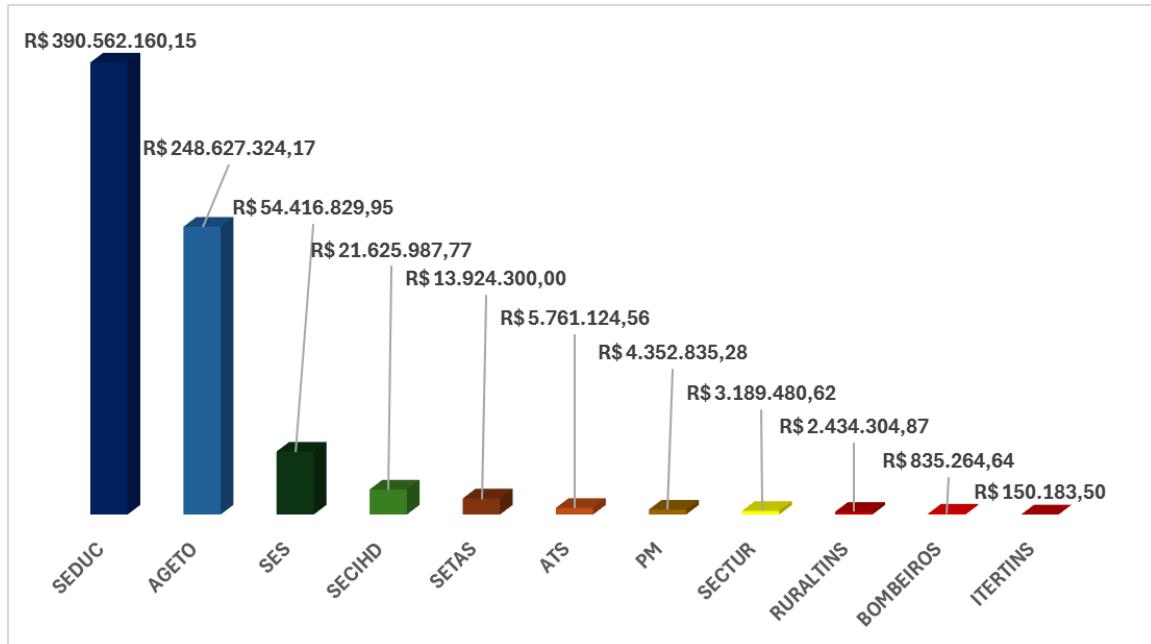
Para realizar as entregas correlacionadas às consultas públicas, o Estado do Tocantins mobilizou 11 (onze) órgãos do executivo estadual e investiu R\$ 745.879.795,51 (setecentos e quarenta e cinco milhões, oitocentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e um centavos). Este valor

contempla investimentos realizados para atender 10 (dez) prioridades das prioridades e 50 (cinquenta) demais prioridades eleitas nas 10 (dez) regiões do Estado, conforme será demonstrado nos Blocos II e III deste relatório.

O investimento em “prioridades das prioridades” contemplou aproximadamente 16 % de todo o investimento realizado nos quatro anos, enquanto o valor investido nas demais prioridades abarcou 85% de tudo o que foi investido no período. Na prática, as entregas realizadas demonstraram que, além do que foi eleito como a grande prioridade em cada região, o Estado investiu pelo menos cinco vezes mais nas demais ações que receberam votações menores em cada região.

O gráfico a seguir foi construído utilizando-se dos mesmos dados levantados para a confecção da Tabela 12. A exposição dos dados em formato de gráfico em torres permite uma melhor percepção visual da proporção dos investimentos que cada órgão estadual alocou no período.

**GRÁFICO 1 – Composição do Investimento em Consultas Públicas – Por Órgão**



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

O maior investimento foi realizado pela Secretaria de Educação (SEDUC), alcançando 52% de todo o investimento em ações destinadas às consultas públicas do PPA 2020-2023. A Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura do Tocantins

alcançou a 2<sup>a</sup> posição no ranking de investimentos com 33% do total investido. Estes dois órgãos juntos concentraram 85% de todo o valor das entregas realizadas pelo Estado às suas regiões administrativas. A Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins ocupou a 3<sup>a</sup> posição em investimentos no período com 7,3 % do total investido.

O perfil de investimento demonstrou que apenas três órgãos de estado concentraram juntos 93% de tudo o que foi investido em entregas relacionadas às prioridades mais votadas nas regiões. Os outros 8 (oito) órgãos estatais contabilizaram apenas 7% de todo o total de investimento em ações prioritárias no Estado.

Este gap é explicado pelo peso das entregas típicas dos órgãos de Educação, Infraestrutura e saúde, pastas responsáveis pelas maiores despesas em termos de gestão pública. Conforme pode ser visto na tabela 10, as reformas, construções e aparelhamento de escolas públicas, apenas na região Norte do Estado consumiram no último ciclo do PPA mais de setenta e cinco milhões em recursos públicos.

Cada quilômetro asfaltado no Tocantins consome mais de um milhão e trezentos mil reais, segundo estimativa realizada para este trabalho (tabela 11, linha 3).

Outro fator determinante para esta diferença entre os valores praticados por cada órgão está no próprio resultado das votações das consultas públicas. Os desafios relacionados à educação, saúde e infraestrutura foram os mais votados pela população das regiões do Estado.

A Secretaria de Educação, por exemplo, recebeu priorizações de 9 (nove) regiões do Estado, acompanhada pela AGETO e SES com priorizações em 6 (seis) regiões cada uma. Desta forma, os outros órgãos podem ter entregado resultados bastante significativos nas regiões analisadas, mas que não fizeram parte das prioridades eleitas naquela região.

O quadro a seguir apresenta os mesmos valores de investimentos realizados pelos órgãos estaduais em resposta às prioridades escolhidas nas Consultas Públicas de 2019 que foram apresentados no Quadro 12. No entanto, o próximo quadro discrimina os investimentos realizados a partir das regiões em que os recursos foram alocados, diferente do Quadro 12, onde os valores foram contabilizados para demonstrar o desempenho do órgão.

Quadro 11 – Composição do Investimento em consultas públicas – Por Região

| RANKING      | ÓRGÃO            | TOTAL DO INVESTIMENTO     | PRIORIDADE DAS PRIORIDADES | DEMAIS PRIORIDADES        |
|--------------|------------------|---------------------------|----------------------------|---------------------------|
| 1º           | NORTE            | R\$ 181.128.359,49        | R\$ 1.784.200,00           | R\$ 179.344.159,49        |
| 2º           | CENTRAL          | R\$ 110.450.611,33        | R\$ 5.188.099,92           | R\$ 105.262.511,41        |
| 3º           | BICO DO PAPAGAIO | R\$ 87.105.777,48         | R\$ 19.268.005,73          | R\$ 67.837.771,75         |
| 4º           | SUDESTE II       | R\$ 68.364.995,33         | R\$ 0,00                   | R\$ 68.364.995,33         |
| 5º           | JALAPÃO          | R\$ 66.350.453,69         | R\$ 50.150.797,85          | R\$ 16.199.655,84         |
| 6º           | SUL              | R\$ 60.842.811,72         | R\$ 26.779.691,00          | R\$ 34.063.120,72         |
| 7º           | NORDESTE         | R\$ 54.950.146,86         | R\$ 1.695.400,00           | R\$ 53.254.746,86         |
| 8º           | OESTE            | R\$ 53.984.198,94         | R\$ 2.161.400,00           | R\$ 51.822.798,94         |
| 9º           | NOROESTE         | R\$ 50.532.759,13         | R\$ 7.691.374,11           | R\$ 42.841.385,02         |
| 10º          | SUDESTE I        | R\$ 12.169.681,55         | R\$ 3.220.729,01           | R\$ 8.948.952,54          |
| <b>TOTAL</b> |                  | <b>R\$ 745.879.795,51</b> | <b>R\$ 117.939.697,62</b>  | <b>R\$ 627.940.097,89</b> |

Fonte: SEPLAN, 2024

A exemplo do ocorrido na análise de desempenho por órgão, a análise de desempenho regional apresentou grande diferença entre os órgãos com melhor desempenho em investimento e os últimos colocados.

O investimento realizado nas três regiões com melhor colocação no ranking, aglutinaram 50,77 % de todo o investimento direcionado a prioridades eleitas nas consultas públicas.

Compondo o segundo escalão de investimentos, temos as regiões Sudeste II (Natividade), Jalapão (São Félix) e Sul (Gurupi), com investimentos entre sessenta e setenta milhões de reais aproximadamente, ou 26 % do total do investimento no período.

As regiões Nordeste (Guaraí), Oeste (Paraíso) e Noroeste (Colinas) obtiveram investimentos próximos à casa de cinquenta milhões de reais, perfazendo juntas pouco mais de vinte e um por cento do investimento.

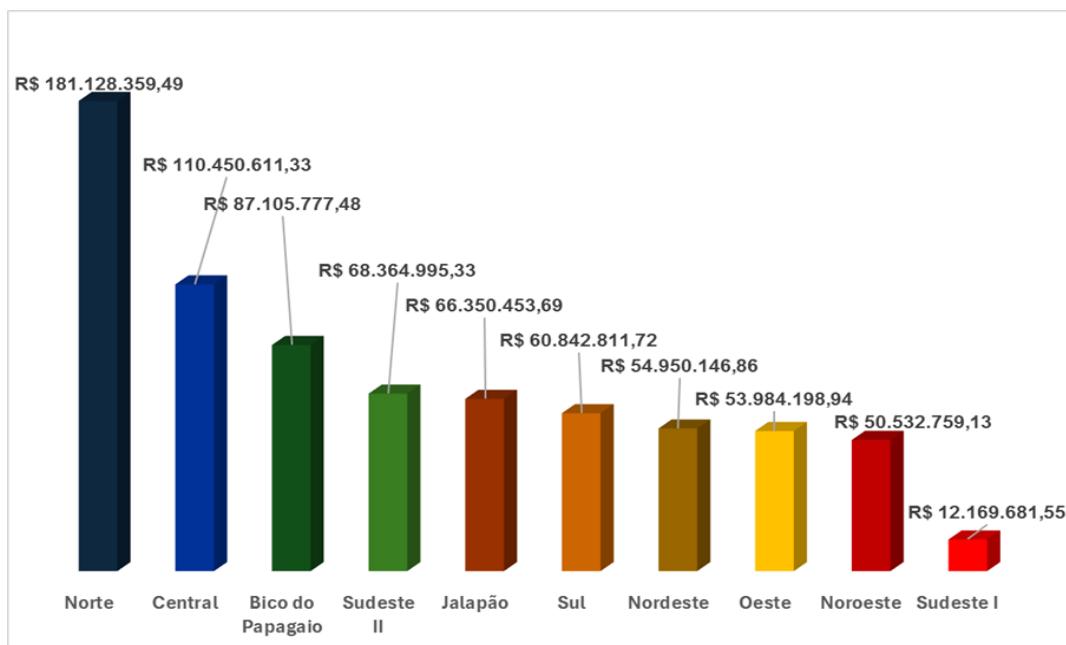
Por fim, temos a região Sudeste I que recebeu o menor nível de investimento entre todas as regiões com pouco mais de doze milhões em entregas relacionadas às prioridades eleitas na região, representando 1,63% do que foi investido em todas as regiões.

Observando-se a tabela é possível notar que a prioridade das prioridades da Região Sudeste II foi a única que não recebeu investimento. Conforme poderá ser verificado no texto sobre que trata do Bloco II (resultados das prioridades das prioridades), esta região elegeu o desafio “Estadualizar o Hospital de Natividade em Porte 1”. Este não foi um desafio elaborado pela estrutura do executivo estadual e apresentado à população para votação, mas, introduzido na votação da sala temática por iniciativa popular.

Conforme ofício enviado pela Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, a estadualização do hospital em questão não foi realizada, mas, apesar do não atendimento desta prioridade, a região Sudeste II recebeu parcela considerável de investimentos em outras prioridades menos votadas na consulta pública, colocando-se na 4<sup>a</sup> posição em investimento em prioridades no Estado.

Os dados referentes à distribuição do investimento em consultas públicas classificados por região foram utilizados para produzir também o gráfico do ranking em investimentos por região como forma de representar visualmente o comportamento do investimento público em cada espaço territorial do Estado.

GRÁFICO 2 – Composição do Investimento em Consultas Públicas – Por Região



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

É possível observar no Gráfico 2 que o investimento nas três regiões melhores colocadas apresenta uma diferença considerável, colocando a região norte como o maior investimento isolado em consultas públicas entre 2020 e 2023, com mais de setenta milhões a mais de recursos gastos nesta região.

Entre a segunda e a terceira posição, a diferença entre os gastos ficou abaixo de vinte milhões de reais, apresentando um distanciamento menor, porém, ainda considerável.

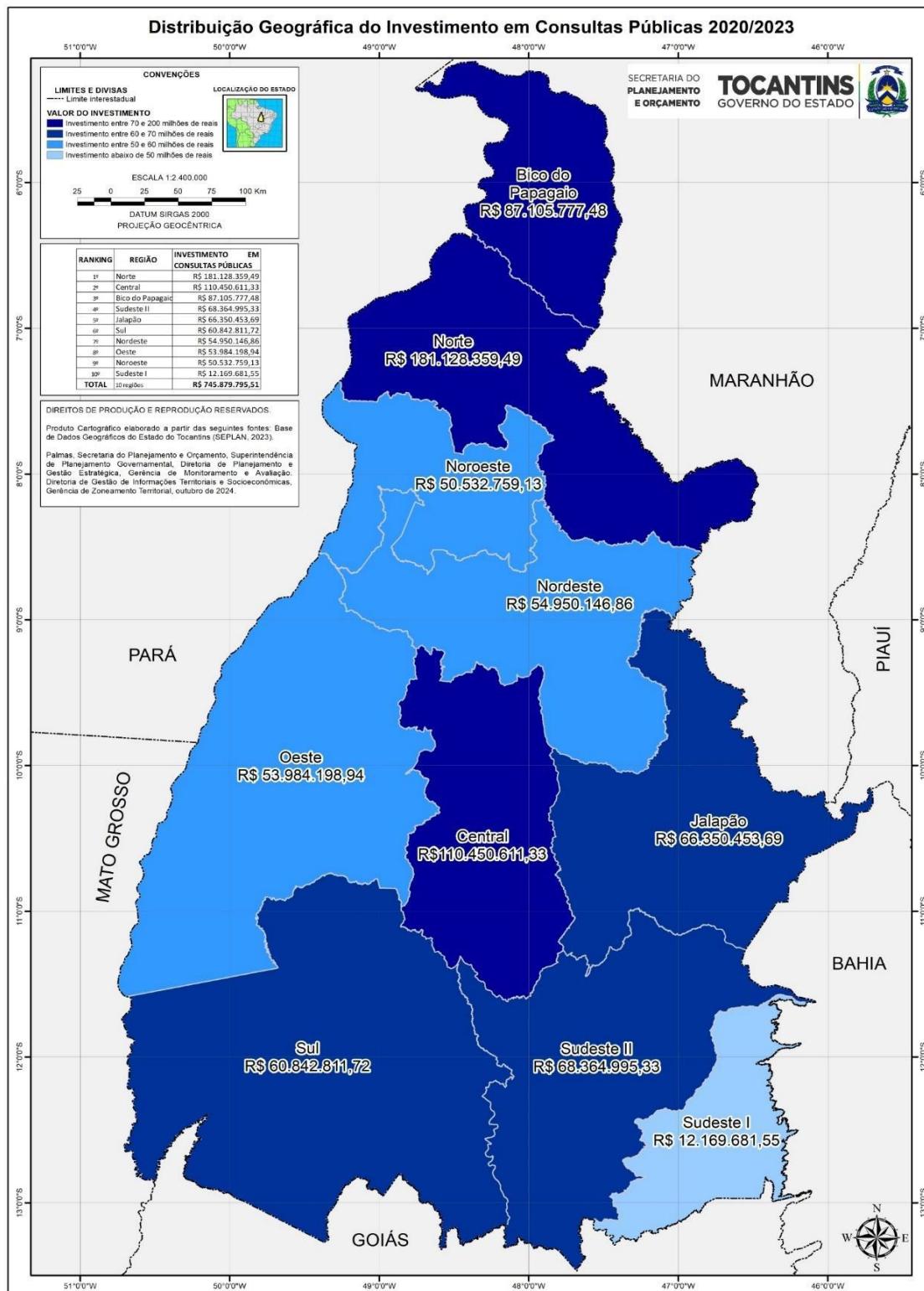
A partir destas posições, o gráfico demonstrou um certo equilíbrio na distribuição de recursos entre as regiões Sudeste II, Jalapão, Sul, Nordeste, Oeste e Noroeste, com investimentos entre cinquenta e sessenta e oito milhões de reais.

A última posição foi ocupada pela região Sudeste I, com pouco mais de doze milhões em investimentos.

O mapa a seguir responde ao terceiro objetivo específico desta dissertação (distribuição do investimento em cada região). Foi exposto a partir de um mapa com a intenção de visualizar o investimento de forma geográfica, proporcionando ao leitor um melhor vislumbre da distribuição do investimento público no espaço em que foi aplicado.

A estratégia do mapa é demonstrar áreas “quentes” e “frias” de investimento de modo a retratar desigualdades na distribuição de recursos que possam orientar os futuros investimentos em entregas decorrentes de votação popular.

Figura 15 – Distribuição Geográfica do Investimento em Consultas Públicas – PPA 2020-2023 – Por Região



Fonte: SEPLAN, 2024.

Para a construção do mapa os resultados foram estratificados em quatro níveis distintos, calculados a partir de um rateio proporcional de forma a criar classificações que permitissem estratificar os resultados em níveis hierárquicos de investimento. A intenção foi gerar um mapa que apontasse áreas quentes e frias conforme o volume de investimento alocado em cada região.

Quadro 12 – Faixas de investimento em consultas públicas segundo o resultado

| Cores        | Faixas de investimento                       | REGIÃO            | INVESTIMENTO EM CONSULTAS PÚBLICAS |
|--------------|--|-------------------|------------------------------------|
|              | Investimento entre 70 e 200 milhões de reais | Norte             | R\$ 181.128.359,49                 |
|              |  | Central           | R\$ 110.450.611,33                 |
|              |  | Bico do Papagaio  | R\$ 87.105.777,48                  |
|              | Investimento entre 60 e 70 milhões de reais  | Sudeste II        | R\$ 68.364.995,33                  |
|              |  | Jalapão           | R\$ 66.350.453,69                  |
|              |  | Sul               | R\$ 60.842.811,72                  |
|              | Investimento entre 50 e 60 milhões de reais  | Nordeste          | R\$ 54.950.146,86                  |
|              |  | Oeste             | R\$ 53.984.198,94                  |
|              |  | Noroeste          | R\$ 50.532.759,13                  |
|              | Investimento abaixo de 50 milhões de reais   | Sudeste I         | R\$ 12.169.681,55                  |
| <b>Total</b> | <b>4 faixas</b>                              | <b>10 regiões</b> | <b>R\$ 745.879.795,51</b>          |

Fonte: SEPLAN, 2024.

As regiões que se classificaram nas três primeiras colocações foram agrupadas na primeira faixa de investimento, isto é, regiões que receberam entre 70 (setenta) e 200 (duzentos) milhões de reais em recursos financeiros aplicados em entregas do ente estatal para a população.

Na segunda faixa, foram agrupadas as regiões que receberam investimentos entre 60 (sessenta) e 70 (setenta) milhões de reais.

Na terceira faixa, foram agrupadas as regiões que receberam investimentos entre 50 (cinquenta) e 60 (sessenta) milhões de reais.

A quarta faixa foi ocupada por uma única região, classificada como uma região que recebeu investimentos abaixo de 50 (cinquenta) milhões de reais.

Este dimensionamento foi feito observando-se a distribuição real do investimento a partir do gráfico em colunas. Com base na disposição das colunas,

buscou-se intervalos que apresentassem grupos com investimentos aproximados, conforme foi demonstrado no quadro 12.

Parte do segundo objetivo desta pesquisa consistia em levantar a execução financeira decorrente do orçamento de investimento destinado as prioridades eleitas nas consultas públicas do PPA 2020-2023.

O orçamento de investimento prioritário já foi demonstrado nos Quadros 10 e 11 deste trabalho. Porém, no quadro a seguir a intenção foi oferecer uma base comparativa entre o total investido em priorizações do PPA 2020-2023 em comparação com o total do orçamento de investimento do poder executivo.

**Quadro 13 – Participação do investimento em consultas públicas frente ao orçamento de investimento do PPAA 2020-2023**

| <b>Tipo de investimento</b>                                | <b>Valor</b>         | <b>Percentual</b> |
|--|----------------------|-------------------|
| Orçamento de investimento PPA 2020-2023                    | R\$ 5.142.500.173,00 | 85,49%            |
| Orçamento executado em ações ligadas às Consultas Públicas | R\$ 745.879.795,51   | 14,50%            |

Fonte: SEPLAN, 2024.

O orçamento de investimento foi apurado utilizando dados extraídos das LOA's dos anos de 2020 a 2023. A partir da análise das LOA's, foram retirados da contagem financeira, os orçamentos referentes ao orçamento de gestão, referente a pagamentos de despesas financeiras relacionadas à administração ou gestão dos órgãos de estado.

Estas despesas relacionam-se a pagamento de salários, faturas de energia elétrica, consumo de água, internet, combustível, manutenção em geral e despesas relacionadas a investimento em tecnologia da informação.

Estas despesas são consideradas despesas de custeio e diferenciam-se das despesas de investimento pelo fato destas se relacionarem diretamente a resultados (obras e serviços) direcionados diretamente à população.

Constatou-se, portanto, que o investimento realizado em ações relacionadas às prioridades escolhidas pela população no PPA 2020-2023 correspondeu a 14,5 % de tudo o que foi investido pelo Estado do Tocantins na gestão 2020-2023, conforme demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Participação do Investimento em Consultas Públicas Frente ao Orçamento de Investimento do PPA 2020-2023



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Neste dado, buscou-se comparar o peso do investimento em ações relacionadas às consultas públicas frente ao investimento total em ações temáticas gasto pelo Estado do Tocantins entre os anos de 2020 e 2023.

O orçamento de investimento é o orçamento que contém as ações temáticas, isto é, trata-se do orçamento que contém todos os gastos destinados a ações que geram produtos e serviços com destinação direta à população. Estes produtos e serviços têm correlação com as atividades típicas de Estado, como é o caso das áreas de saúde, educação, infraestrutura, saneamento básico, segurança pública, entre outras.

O orçamento estatal possui inúmeras outras despesas que não são consideradas investimento tais como, pagamento de salários, despesas com manutenção predial, limpeza, amortização de dívida, previdência, entre outras inúmeras despesas que não geram produtos e serviços que atendam diretamente às necessidades da população de seu território.

Para a elaboração do gráfico comparativo de investimento total do Estado e investimento em consultas públicas, considerou-se apenas o valor do gasto em investimento.

O resultado demonstrou que as ações executadas pelos 11 (onze) órgãos estatais representaram aproximadamente 15% de todo o investimento realizado pelo Estado no último PPA (2020-2023).

No decorrer da pesquisa outros dados importantes, mas que não haviam sido inicialmente levantados como objeto de investigação foram evidenciados. Exemplo disto foram as entregas informadas pelos órgãos pesquisados.

Constatou-se na apuração dos resultados que os órgãos estatais realizam entregas de diferentes tipos e aplicações conforme os produtos típicos ligados à sua atuação. Estes produtos ou entregas foram tipificados e utilizados para elaborar algumas análises descritas nesta dissertação, como o ranking de maiores entregas e os órgãos responsáveis, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 14 – Lista das maiores entregas em prioridades das consultas públicas do PPA 2020-2023

| Posição | Entrega  | Valor             | Região           | Órgão |
|---------|--|-------------------|------------------|-------|
| 1º      | 51 reformas, 17 ampliações, 3 construções e 70 instalações de equipamento de segurança                                 | R\$ 76.479.898,77 | Norte            | SEDUC |
| 2º      | Pavimentação de 27,8 kgm de trecho da Rodovia TO-020 (Campos Lindos ao KM 33)  | R\$ 57.063.732,21 | Norte            | AGETO |
| 3º      | Asfaltamento de 43 km do trecho da TO-247 que liga Lagoa do Tocantins ao município de São Félix                        | R\$ 50.150.797,85 | Jalapão          | AGETO |
| 4º      | 210 reformas, 19 ampliações, 2 construções e 22 instalações de equipamentos de segurança                               | R\$ 41.562.242,85 | Central          | SEDUC |
| 5º      | 125 reformas, 6 ampliações, 2 construções e 76 instalações de equipamentos de segurança                                | R\$ 40.979.946,92 | Bico do Papagaio | SEDUC |
| 6º      | 38 reformas, 10 ampliações, 1 construção e 3 instalações de equipamentos de segurança                                  | R\$ 31.617.382,85 | Oeste            | SEDUC |
| 7º      | Pavimentação de 13,8 km da Rodovia TO-365 – Trecho Entroncamento da BR-153 ao KM 50 (Gurupi)                           | R\$ 28.326.600,88 | Sul              | AGETO |
| 8º      | 67 reformas, 9 ampliações, 1 construção e 41 instalações de equipamentos de segurança                                  | R\$ 28.320.594,05 | Nordeste         | SEDUC |
| 9º      | Pavimentação da Rodovia TO-141 – Trecho que liga Palmeirópolis à Divisa do TO/GO com extensão de 26,25 km.             | R\$ 19.310.530,34 | Sudeste II       | AGETO |
| 10º     | Restauração e conservação de 197 km (valor atribuído por rateio) de estradas estaduais pavimentadas na Região Noroeste | R\$ 19.263.361,21 | Noroeste         | AGETO |

Fonte: SEPLAN, 2024.

O ranking das 10 (dez) maiores entregas realizadas pelas consultas públicas foi ocupado exclusivamente por dois órgãos: SEDUC e AGETO.

As entregas realizadas pelos órgãos consistiram basicamente em reformas, ampliações, construções e instalação de equipamentos de segurança em escola, realizados pela SEDUC e pavimentação/conservação de rodovias, executadas pela AGETO.

As maiores entregas do Estado corresponderam ao investimento de R\$ 393.075.087,93 (trezentos e noventa e três milhões, setenta e cinco mil, oitenta e sete reais e noventa e três centavos). Apenas as dez maiores entregas destes dois órgãos corresponderam a aproximadamente 53% de todo o investimento em consultas públicas no período.

A maior parte do gasto foi realizado pela SEDUC com 55,70% de participação, seguida pela AGETO com 44,30% de participação sobre o total do gasto em maiores entregas.

Os dados referentes as entregas, por fim, foram utilizados para se realizar o cálculo do valor médio por entrega. Diferente do ranking apresentado no Quadro 16, que agrupou todas as entregas por órgão, o quadro a seguir, apresenta o valor individual de cada produto ou serviço realizado pelos órgãos de estado em atendimento às priorizações das consultas públicas, conforme se verifica a seguir.

**Quadro 15 – Tipos e valores médios de entregas realizadas pelo Estado do Tocantins em atendimento às prioridades das Consultas Públicas do PPA 2020-2023.**

| Valor médio da entrega | Tipo de entrega                                  | Qtd.   | TOTAL              | Órgão     |
|------------------------|--|--------|--------------------|-----------|
| R\$ 8.735.335,69       | hospital ampliado/reformado                      | 1      | R\$ 8.735.335,69   | SES       |
| R\$ 2.238.693,98       | municípios atendidos com asfalto                 | 10     | R\$ 22.386.939,75  | AGETO     |
| R\$ 1.399.440,96       | quilômetro de rodovia asfaltada                  | 125    | R\$ 174.930.120,00 | AGETO     |
| R\$ 916.515,00         | leito de UTI                                     | 10     | R\$ 9.165.150,00   | SES       |
| R\$ 343.357,40         | espaço maker para escola                         | 2      | R\$ 686.714,80     | SEDUC     |
| R\$ 235.000,00         | repasse de emendas parlamentares a municípios    | 12     | R\$ 2.820.000,00   | SES       |
| R\$ 212.487,77         | aparelhamento de unidade escolar                 | 446    | R\$ 94.769.545,42  | SEDUC     |
| R\$ 204.495,12         | afastamento para mestrado                        | 10     | R\$ 2.044.951,20   | SEDUC     |
| R\$ 155.000,00         | aparelho de ultrassom                            | 77     | R\$ 11.935.000,00  | SES       |
| R\$ 136.512,74         | repasse de recursos a municípios                 | 102    | R\$ 13.924.299,48  | SETAS     |
| R\$ 131.061,16         | afastamento para doutorado                       | 13     | R\$ 1.703.795,08   | SEDUC     |
| R\$ 108.000,00         | van  | 1      | R\$ 108.000,00     | SES       |
| R\$ 101.601,29         | laboratório móvel escolar                        | 19     | R\$ 1.930.424,51   | SEDUC     |
| R\$ 83.113,97          | contrapartida de farmácia básica para municípios | 114    | R\$ 9.474.992,58   | SES       |
| R\$ 77.907,56          | escola equipada (tecnologia)                     | 25     | R\$ 1.947.689,00   | SEDUC     |
| R\$ 54.611,08          | construção de Habitação de Interesse Social      | 468    | R\$ 25.557.985,44  | SECIHD    |
| R\$ 33.495,25          | quilômetro de rodovia conservada/recuperada      | 1.198  | R\$ 40.127.310,36  | AGETO     |
| R\$ 30.169,36          | aquisição de equipamentos para atenção primária  | 8      | R\$ 241.354,88     | SES       |
| R\$ 25.073,12          | melhoria em sistemas de tratamento de água       | 130    | R\$ 3.259.505,60   | ATS       |
| R\$ 9.768,75           | validação de municípios                          | 3      | R\$ 29.306,25      | SECTUR    |
| R\$ 7.266,04           | efetivação de bombeiros na CBPM-TO               | 110    | R\$ 799.264,40     | CBPM-TO   |
| R\$ 3.670,57           | eventos realizados                               | 20     | R\$ 73.411,40      | SECTUR    |
| R\$ 1.857,45           | cirurgia eletiva                                 | 8.538  | R\$ 15.858.908,10  | SES       |
| R\$ 1.030,35           | Efetivação de soldados na PM                     | 1.000  | R\$ 1.030.350,00   | PM        |
| R\$ 651,47             | Treinamento de soldado na PM                     | 5.100  | R\$ 3.322.497,00   | PM        |
| R\$ 605,58             | emissão de título de domínio de imóvel rural     | 248    | R\$ 150.183,84     | ITERTINS  |
| R\$ 261,27             | formação continuada                              | 9.677  | R\$ 2.528.309,79   | SEDUC     |
| R\$ 106,80             | capacitação de pessoas                           | 252    | R\$ 26.913,60      | SECTUR    |
| R\$ 106,23             | atendimentos em extensão rural                   | 22.915 | R\$ 2.434.260,45   | RURALTINS |
| R\$ 103,36             | extensão de rede de distribuição                 | 24.202 | R\$ 2.501.518,72   | ATS       |

Fonte: SEPLAN, 2024.

Os valores médios de cada entrega foram calculados dividindo-se o valor total gasto pelo órgão durante o período de execução das consultas públicas pela quantidade informada.

Grande parte dos valores médios foi calculada por estimativa, pois os órgãos não informaram as diferenças de custo por município ou região. Desta forma, os valores informados nesta tabela, em sua maioria, são valores estimados através de rateio.

O quadro demonstra o alto grau de diversidade entre os produtos e serviços disponibilizados para a população e oferece uma estimativa de custos que permitirão orçar com maior precisão o valor das futuras entregas do PPA 2024-2027 para a população destas regiões.

A exemplo das outras análises realizadas até aqui, o valor médio das entregas também mostra enorme grau de disparidade entre as maiores e as menores entregas. Enquanto a ampliação de um hospital pode custar até oito milhões de reais para o estado, a formação continuada de um professor custa apenas R\$ 261,27 (duzentos e sessenta e um reais e vinte e sete centavos).

O custo de cada entrega pode fornecer ao tomador de decisão informações estratégicas para a realização do investimento público em áreas de maior impacto para a população.

## **5.2 - BLOCO II - RESULTADOS DAS “PRIORIDADES DAS PRIORIDADES” - 10**

### **Regiões: 10 prioridades das prioridades**

Para a exposição dos resultados auferidos pela pesquisa de “prioridade das prioridades” foram elaboradas 10 tabelas, contidas da descrição da prioridade votada na região, acompanhada da discriminação de cada entrega, sua quantidade e a execução financeira relacionada a cada entrega.

Conforme descrito na metodologia de pesquisa, os dados aqui compilados e apresentados em forma de quadros foram informados pelos órgãos executores em resposta à solicitação encaminhada via ofício que partiu da SEPLAN.

As tabelas (documentos) das quais foram extraídas as informações contidas neste discriminativo de entregas constam do Anexo A para efeito de comprovação da fonte de informações necessárias para uma proposta científica como esta.

O resumo geral destas informações já foi demonstrado no Bloco I, restando a análise dos blocos II e III, como um demonstrativo mais específico sobre os resultados dos órgãos estaduais em cumprir as priorizações recebidas da população.

Além disso, a discriminação dos resultados específicos das consultas públicas foi necessária em virtude de cumprimento de parte do objetivo 2 desta dissertação, a saber:

- Levantar as entregas realizadas e a execução financeira decorrente do orçamento de investimento prioritário destinado as prioridades eleitas nas consultas públicas do PPA 2020-2023.

Antes de partir para a análise de resultados propriamente dita, retomemos o quadro discriminativo das prioridades das prioridades apresentado anteriormente.

**Quadro 16 – Regiões consultadas e prioridades eleitas**

| REGIÃO                               | PRIORIDADE DAS PRIORIDADES  | ÓRGÃO EXECUTOR         |
|--------------------------------------|---|------------------------|
| Região Sul – Gurupi                  | Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado. | Secretaria de Educação |
| Região Noroeste – Colinas            | Qualificar a rede pública hospitalar, nos serviços de urgência/emergência com ampliação da oferta de leitos, leitos de UTI, UTI Neonatal, reabilitação, integrando a assistência hospitalar com uma política de tratamento em domicílio articulada com a atenção básica por meio de eficiente regulação.                                      |                        |
| Região Bico do Papagaio – Araguatins | Organizar a Rede de Atenção à Saúde, com ênfase na rede cegonha, principalmente quanto aos serviços de média e alta complexidade.   | Secretaria da Saúde    |
| Região Sudeste I – Taguatinga        | Organizar a Rede de Atenção à Saúde (ênfase nas doenças crônicas: oncologia e nefrologia), principalmente de média e alta complexidade.   |                        |
| Região Sudeste II – Natividade       | Estadualizar o Hospital de Natividade em Porte 1  |                        |

|                                   |   |   |
|-----------------------------------|---|---|
| <b>Região Central</b>             | <b>Aumentar o efetivo e qualificar os profissionais de Segurança Pública.</b>   | Secretaria de Segurança Pública             |
| <b>Região Nordeste – Guaraí</b>   | <b>Garantir cofinanciamento aos municípios dos serviços e benefícios Garantir cofinanciamento aos municípios dos serviços e benefícios sócio assistenciais na proteção básica e especial.</b>                           | Secretaria do Trabalho e Assistência Social |
| <b>Região Norte – Araguaína</b>   | <b>Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.</b>  |   |
| <b>Região Oeste – Paraíso</b>     | <b>Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.</b>  |   |
| <b>Região Jalapão – São Félix</b> | <b>Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades, e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo.</b> | Secretaria de Infraestrutura                |

Fonte: SEPLAN, 2022.

A Secretaria de Saúde foi o órgão mais demandado com relação às consultas públicas, recebendo prioridades de 4 (quatro) regiões do Estado (40% das priorizações), seguida pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social com prioridades eleitas em três regiões (30% das priorizações), ficando por fim as Secretarias de Educação, Segurança Pública e Infraestrutura, cada uma com sua região com priorizações eleitas em sua área de atuação (10% cada).

Percebeu-se uma grande concentração de atribuições de apenas dois órgãos de estado, aglutinando juntos, 70% das prioridades mais votadas.

Esta primeira análise demonstra que estes órgãos têm grande peso no que diz respeito às necessidades da população do Estado do Tocantins. Não significa dizer que o restante das priorizações não possui o mesmo peso ou importância, mas a análise demonstra a necessidade de maior atenção nas políticas públicas típicas destas áreas de resultado.

A seguir, serão apresentadas as entregas físicas e o investimento financeiro proveniente de cada entrega realizada pelo estado durante a execução do PPA 2020-2023, discriminado por região consultada e sua respectiva prioridade escolhida.

### **5.2.1 DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 1 – PRIORIDADE DAS PRIORIDADES DA REGIÃO SUL.**

A Consulta Pública da Região Sul para o PPA 2020-2023 foi realizada em 30 de abril de 2019 na cidade de Gurupi. A prioridade mais votada na plenária final desta região foi:

“Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado”.

A responsabilidade pela execução desta prioridade foi incumbida a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC). As entregas realizadas por este órgão que puderam ser correlacionadas ao desafio escolhido pela população estão expressas no quadro a seguir.

Quadro 17 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na Região Sul

| PRIORIDADE DAS PRIORIDADES  | ÓRGÃO RESPONSÁVEL | EXECUÇÃO FÍSICA |   | EXECUÇÃO FINANCEIRA |
|---|-------------------|-----------------|---|---------------------|
| <b>Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis,</b> |                   | 68              | Reformas                                      | R\$ 11.288.559,28   |
|   |                   | 10              | Ampliações                                    |                     |
|   |                   | 53              | Instalações de equipamento de segurança móvel |                     |
|   |                   | 1               | Espaço maker                                  | R\$ 339.711,89      |
|   |                   | 160             | Chromebooks                                   | R\$ 662.127,94      |
|   |                   | 70              | Notebooks                                     |                     |
|   |                   | 4               | Carrinhos de recarga                          |                     |
|   |                   |                 | Escolas municipais atendidas com              |                     |

|   |       |    |  |                          |
|---|-------|----|--|--------------------------|
| <b>refeitórios,<br/>biblioteca,<br/>brinquedoteca,<br/>videoteca, aparelhos<br/>de som, multimídia e<br/>mobiliário adequado.</b> | SEDUC | 8  | equipamentos tecnológicos  | R\$ 1.947.688,90         |
|   |       | 17 | Escolas estaduais atendidas<br>com equipamentos<br>tecnológicos      |                          |
|   |       | 4  | Laboratórios móveis para<br>UE que ofertam educação<br>profissional  | R\$ 435.274,20           |
|   |       | 72 | Aparelhamentos de<br>unidade escolar (Cadeiras,<br>mesas e armários) | R\$ 12.106.328,79        |
| <b>TOTAL Investido na prioridade das prioridades da Região Sul (Gurupi)</b>   |       |    |  | <b>R\$ 26.779.691,00</b> |

Fonte: SEDUC, 2024.

## 5.2.2 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 2 – PRIORIDADE DAS PRIORIDADES DA REGIÃO NOROESTE

A Consulta Pública da Região Noroeste para o PPA 2020-2023 foi realizada em 13 de setembro de 2019 na cidade de Colinas. A prioridade mais votada na plenária final desta região foi:

“Qualificar a rede pública hospitalar, nos serviços de urgência/emergência com ampliação da oferta de leitos, leitos de UTI, UTI Neonatal, reabilitação, integrando a assistência hospitalar com uma política de tratamento em domicílio articulada com a atenção básica por meio de eficiente regulação”.

A responsabilidade pela execução desta prioridade foi incumbida a Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins (SES). As entregas realizadas por este órgão que puderam ser correlacionadas ao desafio escolhido pela população estão expressas no quadro a seguir.

Quadro 18 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na Região Noroeste

| PRIORIZAÇÃO ELEITA  | ÓRGÃO RESPONSÁVEL  | EXECUÇÃO FÍSICA   | EXECUÇÃO FINANCEIRA |
|---|--------------------|---|---------------------|
| <b>Qualificar a rede pública hospitalar, nos serviços de urgência/emergência com ampliação da oferta de leitos, leitos de UTI, UTI Neonatal, reabilitação, integrando a assistência hospitalar com uma política de tratamento em domicílio articulada com a atenção básica por meio de eficiente regulação.</b> | Noroeste - Colinas | Repasso regular de contrapartida da farmácia básica para 13 municípios da região. | R\$ 1.184.374,11    |
|   |                    | Distribuição de 8 aparelhos de ultrassonografia.                                  | R\$ 1.240.000,00    |
|   |                    | Realização de 2.506 cirurgias eletivas.   | R\$ 5.267.000,00    |
| <b>TOTAL Investido na prioridade das prioridades da Região Noroeste</b>   |                    | <b>R\$ 7.691.374,11</b>   |                     |

Fonte: SES, 2024.

### **5.2.3 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 3 – PRIORIDADE DAS PRIORIDADES DA REGIÃO BICO DO PAPAGAIO.**

A Consulta Pública da Região do Bico do Papagaio para o PPA 2020-2023 foi realizada em 28 de maio de 2019 na cidade de Araguatins. A prioridade mais votada na plenária final desta região foi:

“Organizar a Rede de Atenção à Saúde, com ênfase na rede cegonha, principalmente quanto aos serviços de média e alta complexidade”.

A responsabilidade pela execução desta prioridade foi incumbida a Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins (SES). As entregas realizadas por este órgão que puderam ser correlacionadas ao desafio escolhido pela população estão expressas no quadro a seguir.

**Quadro 19 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na Região do Bico do Papagaio**

| PRIORIZAÇÃO ELEITA   | ÓRGÃO RESPONSÁVEL             | EXECUÇÃO FÍSICA  | EXECUÇÃO FINANCEIRA      |
|--|-------------------------------|--|--------------------------|
| <b>Organizar a Rede de Atenção à Saúde, com ênfase na rede cegonha, principalmente quanto aos serviços de média e alta complexidade.</b> | Bico do Papagaio - Araguatins | Repasso regular de contrapartida da farmácia básica para 25 municípios da região.      | R\$ 1.184.374,00         |
|  |                               | Distribuição de 21 aparelhos de ultrassonografia.                                      | R\$ 3.255.000,00         |
|  |                               | Realização de 427 cirurgias eletivas.  | R\$ 1.091.407,03         |
|  |                               | Reforma e ampliação do Hospital Regional de Augustinópolis (52,34% da obra executada). | R\$ 4.572.074,70         |
|  |                               | Implantação de 10 leitos de UTI.   | R\$ 9.165.150,00         |
| <b>TOTAL Investido na prioridade das prioridades da Região Bico do Papagaio</b>  |                               |  | <b>R\$ 19.268.005,73</b> |

Fonte: SES, 2024.

### **5.2.4 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 4 – PRIORIDADE DAS PRIORIDADES DA REGIÃO SUDESTE I.**

A Consulta Pública da Região Sudeste I para o PPA 2020-2023 foi realizada em 15 de maio de 2019 na cidade de Taguatinga. A prioridade mais votada na plenária final desta região foi:

“Organizar a Rede de Atenção à Saúde, com ênfase na rede cegonha, principalmente quanto aos serviços de média e alta complexidade”.

A responsabilidade pela execução desta prioridade foi incumbida a Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins (SES). As entregas realizadas por este órgão que puderam ser correlacionadas ao desafio escolhido pela população estão expressas no quadro a seguir.

Quadro 20 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na Região Sudeste I

| PRIORIZAÇÃO ELEITA   | ÓRGÃO RESPONSÁVEL      | EXECUÇÃO FÍSICA  | EXECUÇÃO FINANCEIRA     |
|--|------------------------|--|-------------------------|
| <b>Organizar a Rede de Atenção a Saúde, com ênfase na rede cegonha, principalmente quanto aos serviços de média e alta complexidade.</b> | Sudeste I - Taguatinga | Repasso regular de contrapartida da farmácia básica para 8 municípios da região. | R\$ 1.184.374,11        |
|  |                        | Distribuição de 3 aparelhos de ultrassonografia.                                 | R\$ 465.000,00          |
|  |                        | Realização de cirurgias 613* eletivas.   | R\$ 1.330.000,00        |
|  |                        | Aquisição de equipamentos para atenção primária em 8 municípios.                 | R\$ 241.354,90          |
| <b>TOTAL Investido na prioridade das prioridades da Região Sudeste I</b>   |                        |  | <b>R\$ 3.220.729,01</b> |

Fonte: SES, 2024.

## **5.2.5 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 5 – PRIORIDADE DAS PRIORIDADES DA REGIÃO SUDESTE II**

A Consulta Pública da Região Sudeste II para o PPA 2020-2023 foi realizada em 15 de maio de 2019 na cidade de Taguatinga. A prioridade mais votada na plenária final desta região foi:

“Estadualizar o Hospital de Natividade em Porte 1”.

A responsabilidade pela execução desta prioridade foi incumbida a Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins (SES). Esta prioridade foi a única dentre as prioridades das prioridades que não foi escolhida através da lista de desafios entregue pelos órgãos partícipes da sala temática, mas inserido através de iniciativa popular no momento da primeira votação (votação da sala temática).

Esta prioridade também foi a única que não recebeu entregas por parte do órgão responsável, no que tange ao rol das dez prioridades mais votadas.

Quadro 21 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na Região Sudeste II

| PRIORIZAÇÃO ELEITA  | ÓRGÃO RESPONSÁVEL       | EXECUÇÃO FÍSICA | EXECUÇÃO FINANCEIRA |
|---|-------------------------|-----------------|---------------------|
| <b>Estadualizar o Hospital de Natividade em Porte 1</b>                   | Sudeste II - Natividade | Não realizado   | -                   |
| <b>TOTAL Investido na prioridade das prioridades da Região Sudeste II</b> |                         |                 | <b>R\$ 0,00</b>     |

Fonte: SES, 2024

## 5.2.6 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 6 – PRIORIDADE DAS PRIORIDADES DA REGIÃO CENTRAL.

A Consulta Pública da Região Central para o PPA 2020-2023 foi realizada em 20 de setembro de 2019 na cidade de Palmas. A prioridade mais votada na plenária final desta região foi:

“Aumentar o efetivo e qualificar os profissionais de segurança pública”.

A responsabilidade pela execução desta prioridade foi incumbida a dois órgãos sob coordenação da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins: O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Tocantins (CBPM-TO) e a Polícia Militar do Estado do Tocantins (PM-TO). As entregas realizadas por estes órgãos que puderam ser correlacionadas ao desafio escolhido pela população estão expressas no quadro a seguir.

Quadro 22 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na Região Central

| PRIORIDADE DAS PRIORIDADES   | ÓRGÃO RESPONSÁVEL            | EXECUÇÃO FÍSICA  | EXECUÇÃO FINANCEIRA     |
|--|------------------------------|--|-------------------------|
| Aumentar o efetivo e qualificar os profissionais de segurança pública  | Corpo de Bombeiros (CBPM-TO) | 1 concurso público realizado – 110 novos profissionais.        | R\$ 799.264,64          |
|  |                              | Nivelamento de conhecimento INC/BM/2023.                       | R\$ 13.500,00           |
|  |                              | Curso de habilitação de oficiais da administração – CHOA/2023. | R\$ 0,00                |
|  |                              | Curso de vistoria técnica CVT.                                 | R\$ 22.500,00           |
|  |                              | Curso de aperfeiçoamento de sargentos – CAS.                   | R\$ 0,00                |
|  | Polícia Militar - (PM-TO)    | 1 concurso público realizado – 1.000 soldados convocados       | R\$ 629.747,28          |
|  |                              | 1.500 peças de fardamento adquiridas                           | R\$ 400.600,00          |
|  |                              | 1.600 soldados aperfeiçoados                                   | R\$ 921.958,00          |
|  |                              | 3.500 soldados formados  | R\$ 2.400.530,00        |
| <b>TOTAL Investido na prioridade das prioridades da Região Central</b> |                              |  | <b>R\$ 5.188.099,92</b> |

Fonte: CBPM-TO (2024) e PM-TO (2024).

### **5.2.7 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 7 – PRIORIDADE DAS PRIORIDADES DA REGIÃO NORDESTE**

A Consulta Pública da Região Nordeste para o PPA 2020-2023 foi realizada em 30 de agosto de 2019 na cidade de Guaraí. A prioridade mais votada na plenária final desta região foi:

“Garantir cofinanciamento aos municípios dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para Assistência Social”.

A responsabilidade pela execução desta prioridade foi incumbida a Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado do Tocantins (SETAS). As entregas realizadas por este órgão que puderam ser correlacionadas ao desafio escolhido pela população estão expressas no quadro a seguir.

Quadro 23 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na Região Nordeste

| PRIORIDADE DAS PRIORIDADES   | ÓRGÃO RESPONSÁVEL                                   | EXECUÇÃO FÍSICA  | EXECUÇÃO FINANCEIRA     |
|--|---|--|-------------------------|
| Garantir cofinanciamento aos municípios dos serviços e benefícios sócio assistenciais na proteção básica e especial. | Secretaria do Trabalho e Assistência Social - SETAS | Repasso de recursos do FECOEP destinado a benefícios eventuais da assistência social no Estado para 14 municípios:<br>Bom Jesus do Tocantins, Centenário, Colmeia, Fortaleza do Tabocão, Goianorte, Guaraí, Itacajá, Pedro Afonso, Pequizeiro, Recursolândia e Rio dos Bois. | R\$ 1.695.400,00        |
| <b>TOTAL Investido na prioridade das prioridades da Região Nordeste</b>  |   |  | <b>R\$ 1.695.400,00</b> |

Fonte: SETAS, 2024.

### **5.2.8 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 8 – PRIORIDADE DAS PRIORIDADES DA REGIÃO NORTE**

A Consulta Pública da Região Norte para o PPA 2020-2023 foi realizada em 18 de junho de 2019 na cidade de Araguaína. A prioridade mais votada na plenária final desta região foi:

“Garantir cofinanciamento aos municípios dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para Assistência Social”.

A responsabilidade pela execução desta prioridade foi incumbida a Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado do Tocantins (SETAS). As entregas realizadas por este órgão que puderam ser correlacionadas ao desafio escolhido pela população estão expressas no quadro a seguir.

Quadro 24 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na Região Norte

| PRIORIDADE DAS PRIORIDADES   | ÓRGÃO RESPONSÁVEL                                   | EXECUÇÃO FÍSICA   | EXECUÇÃO FINANCEIRA     |
|--|---|---|-------------------------|
| Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para Assistência Social | Secretaria do Trabalho e Assistência Social - SETAS | Repasso de recursos do FECOEP destinado a benefícios eventuais da assistência social no Estado para 15 municípios:<br>Aragominas, Araguaína, Araguanã, Babaçulândia, Barra do Ouro, Campos Lindos, Carmolândia, Filadélfia, Goiatins, Muricilândia, Nova Olinda, Piraquê, Santa Fé do Araguaia, Wanderlândia e Xambioá. | R\$ 1.784.200,00        |
| <b>TOTAL Investido na prioridade das prioridades da Região Norte</b>   |   |   | <b>R\$ 1.784.200,00</b> |

Fonte: SETAS, 2024.

### **5.2.9 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 9 – PRIORIDADE DAS PRIORIDADES DA REGIÃO OESTE.**

A Consulta Pública da Região Oeste para o PPA 2020-2023 foi realizada em 16 de agosto de 2019 na cidade de Paraíso. A prioridade mais votada na plenária final desta região foi:

“Garantir cofinanciamento aos municípios dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para Assistência Social”.

A responsabilidade pela execução desta prioridade foi incumbida a Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado do Tocantins (SETAS). As entregas realizadas por este órgão que puderam ser correlacionadas ao desafio escolhido pela população estão expressas no quadro a seguir.

Quadro 25 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na Região Oeste

| PRIORIDADE DAS PRIORIDADES   | ÓRGÃO RESPONSÁVEL                                   | EXECUÇÃO FÍSICA   | EXECUÇÃO FINANCEIRA     |
|--|---|---|-------------------------|
| Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para Assistência Social | Secretaria do Trabalho e Assistência Social - SETAS | Repasso de recursos do FECOEP destinado a benefícios eventuais da assistência social no Estado para 17 municípios: Abreulândia, Araguacema, Barrolândia, Caseara, Chapada de Areia, Cristalândia, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Fátima, Lagoa da Confusão, Marianópolis do Tocantins, Monte Santo do Tocantins, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Paraíso do Tocantins, Pium e Pugmil. | R\$ 2.161.400,00        |
| <b>TOTAL Investido na prioridade das prioridades da Região Oeste</b>   |   |   | <b>R\$ 2.161.400,00</b> |

Fonte: SETAS, 2024.

## 5.2.10 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 10 – PRIORIDADE DAS PRIORIDADES DA REGIÃO JALAPÃO

A Consulta Pública da Região Jalapão para o PPA 2020-2023 foi realizada em 9 de agosto de 2019 na cidade de Novo Acordo. A prioridade mais votada na plenária final desta região foi:

“Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo”.

A responsabilidade pela execução desta prioridade foi incumbida a Agência Tocantinense de Transportes e Obras (AGETO). As entregas realizadas por este órgão que puderam ser correlacionadas ao desafio escolhido pela população estão expressas no quadro a seguir.

Quadro 26 – Resultados da prioridade das prioridades eleita na Região Jalapão

| PRIORIDADE DAS PRIORIDADES  | ÓRGÃO RESPONSÁVEL | EXECUÇÃO FÍSICA  | EXECUÇÃO FINANCEIRA      |
|---|-------------------|--|--------------------------|
| Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo. | AGETO             | Asfaltamento de 43 km do trecho da TO-247 que liga Iagoa do Tocantins ao município de São Félix. | R\$ 50.150.797,85        |
| <b>TOTAL Investido na prioridade das prioridades da Região Jalapão</b>  |                   |  | <b>R\$ 50.150.797,85</b> |

Fonte: AGETO, 2024.

O quadro a seguir apresenta um resumo de todas as entregas realizadas em consonância às 10 prioridades mais votadas nas 10 regiões do Estado do Tocantins.

**Quadro 27 – Resumo de resultados de “prioridade das prioridades” com orçamento liquidado no PPA 2020-2023**

| Região       | Prioridade das prioridades   | Entregas  | Valor             |
|--------------|--|---|-------------------|
| Sul - Gurupi | <b>Construir, adequar e<br/>aparelhar as Unidades<br/>Escolares de forma a integrar<br/>os ambientes físicos, garantir<br/>a acessibilidade, climatização,<br/>cobertura das quadras<br/>poliesportivas; laboratórios<br/>de ciências, informática,<br/>parques infantis, refeitórios,<br/>biblioteca, brinquedoteca,<br/>videoteca, aparelhos de som,<br/>multimídia e mobiliário<br/>adequado.</b> | 68 reformas;<br><br>10 ampliações;<br><br>53 Instalações de<br>equipamento de<br>segurança móvel;<br><br>1 Espaço maker;<br><br>160 Chromebooks;<br><br>70 Notebooks;<br><br>4 carrinhos de recarga;<br><br>8 Escolas municipais<br>atendidas com<br>equipamentos<br>tecnológicos;<br><br>17 Escolas estaduais<br>atendidas com<br>equipamentos<br>tecnológicos;<br><br>4 laboratórios móveis<br>para UE que ofertam<br>educação profissional;<br><br>72 Aparelhamentos de<br>unidade escolar<br>(Cadeiras, mesas e<br>armários). | R\$ 26.779.691,00 |
|              | <b>Qualificar a rede pública<br/>hospitalar, nos serviços de<br/>urgência/emergência com<br/>ampliação da oferta de leitos,<br/>leitos de UTI, UTI Neonatal,<br/>reabilitação, integrando a<br/>assistência hospitalar com<br/>uma política de tratamento</b>  | Repasso regular de<br>contrapartida da<br>farmácia básica para 13<br>municípios da região;<br><br>Distribuição de 8<br>aparelhos de   |                   |

|                               |  |   |                   |
|-------------------------------|--|---|-------------------|
| Noroeste - Colinas            | <b>em domicílio articulada com a atenção básica por meio de eficiente regulação.</b>   | ultrassonografia;<br>Realização de 2.506 cirurgias eletivas.  | R\$ 7.691.374,11  |
| Bico do Papagaio - Araguatins | <b>Organizar a Rede de Atenção à Saúde, com ênfase na rede cegonha, principalmente quanto aos serviços de média e alta complexidade.</b>       | Repasso regular de contrapartida da farmácia básica para 25 municípios da região;<br><br>Distribuição de 21 aparelhos de ultrassonografia;<br><br>Realização de 427 cirurgias eletivas;<br><br>Reforma e ampliação do Hospital Regional de Augustinópolis (52,34% da obra executada);<br><br>Implantação de 10 leitos de UTI. | R\$ 19.268.005,73 |
| Sudeste I - Taguatinga        | <b>Organizar a Rede de Atenção à Saúde (ênfase nas doenças crônicas: oncologia e nefrologia), principalmente de média e alta complexidade.</b> | Repasso regular de contrapartida da farmácia básica para 8 municípios da região;<br><br>Distribuição de 3 aparelhos de ultrassonografia;<br><br>Realização de 613 cirurgias eletivas;<br><br>Aquisição de equipamentos para atenção primária em 8 municípios.   | R\$ 3.220.729,01  |
| Sudeste II - Natividade       | <b>Estadualizar o Hospital de Natividade em Porte 1</b>  | Não realizado   | R\$ 0,00          |
|                               |  | 1 concurso público realizado – 110 novos profissionais;<br><br>Nivelamento de conhecimento INC/BM/2023;<br><br>Curso de habilitação de oficiais da administração – CHOA/2023;   |                   |

|   |   |  |                           |
|---|---|--|---------------------------|
| Central - Palmas  | <b>Aumentar o efetivo e qualificar os profissionais de Segurança Pública.</b>   | <p>Curso de vistoria técnica CVT;</p> <p>Curso de aperfeiçoamento de sargentos – CAS;</p> <p>1 concurso público realizado – 1.000 soldados convocados;</p> <p>1.500 peças de fardamento adquiridas;</p> <p>1.600 soldados aperfeiçoados;</p> <p>3.500 soldados formados.</p> | R\$ 5.188.099,92          |
| Nordeste - Guaraí   | <b>Garantir cofinanciamento aos municípios dos serviços e benefícios sócio assistenciais na proteção básica e especial.</b>   | Repasso de recursos do FECOEP destinados a benefícios eventuais da assistência social no Estado para 14 municípios.  | R\$ 1.695.400,00          |
| Norte - Araguaína   | <b>Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.</b>  | Repasso de recursos do FECOEP destinados a benefícios eventuais da assistência social no Estado para 15 municípios.  | R\$ 1.784.200,00          |
| Oeste – Paraíso   | <b>Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.</b>  | Repasso de recursos do FECOEP destinados a benefícios eventuais da assistência social no Estado para 17 municípios.  | R\$ 2.161.400,00          |
| Jalapão – São Félix                                       | <b>Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades, e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo.</b> | Asfaltamento de 43 km do trecho da TO-247 que liga lagoa do Tocantins ao município de São Félix.   | R\$ 50.150.797,85         |
| <b>Total do gasto com as “Prioridade das prioridades”</b> |   |  | <b>R\$ 117.939.697,62</b> |

Fonte: SEPLAN, 2024.

O Estado do Tocantins investiu R\$ 117.939.697,62 (cento e dezessete milhões, novecentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos) em ações e projetos relacionados as necessidades apontadas como prioridade das prioridades em 9 (nove) das 10 (dez) regiões do Estado.

A seguir apresenta-se uma tabela resumo com o ranking do valor investido em cada região

Quadro 28 – Composição do investimento em “prioridade das prioridades” por região.

| CLASSIFICAÇÃO | REGIÃO            | VALOR                     |
|---------------|-------------------|---------------------------|
| 1º            | Jalapão           | R\$ 50.150.797,85         |
| 2º            | Sul               | R\$ 26.779.691,00         |
| 3º            | Bico do Papagaio  | R\$ 19.268.005,73         |
| 4º            | Noroeste          | R\$ 7.691.374,11          |
| 5º            | Central           | R\$ 5.188.099,92          |
| 6º            | Sudeste I         | R\$ 3.220.729,01          |
| 7º            | Oeste             | R\$ 2.161.400,00          |
| 8º            | Norte             | R\$ 1.784.200,00          |
| 9º            | Nordeste          | R\$ 1.695.400,00          |
| 10º           | Sudeste II        | R\$ 0,00                  |
| <b>TOTAL</b>  | <b>10 regiões</b> | <b>R\$ 117.939.697,62</b> |

Fonte: SEPLAN, 2024.

Dentre todas as entregas, o maior esforço financeiro direcionou-se à pavimentação de uma rodovia estadual que dá acesso ao Parque Estadual do Jalapão, seguido de investimentos em educação na região Sul do Estado e investimentos na área de saúde na região do Bico do Papagaio.

As entregas do Quadro 29 foram utilizadas para se elaborar um ranking das maiores entregas realizadas no período. A seguir apresenta-se um quadro com as três maiores entregas realizadas pelo Estado dentre as prioridades das prioridades.

**Quadro 29 – Ranking das maiores entregas em “prioridade das prioridades das consultas públicas – PPA 2020-2023**

| Posição | Região           | Órgão | Entrega   | Valor             |
|---------|------------------|-------|---|-------------------|
| 1º      | Jalapão          | AGETO | Asfaltamento de 43 km do trecho da TO-247 que liga lagoa do Tocantins ao município de São Félix | R\$ 50.150.797,85 |
| 2º      | Sul              | SEDUC | Reformas, ampliações e instalação de equipamentos de segurança móvel em escolas da região       | R\$ 11.288.559,28 |
| 3º      | Bico do Papagaio | SES   | Implantação de 10 leitos de UTI em hospitais da região  | R\$ 9.165.150,00  |
| TOTAL   |                  |       |   | R\$ 70.604.507,13 |

Fonte: Elaboração própria (2024) com base nos dados da pesquisa.

As três maiores entregas efetuadas pelo Estado à população correspondem a 60 % de tudo o que foi investido nas prioridades das prioridades no PPA 2020-2023.

As regiões do Bico do Papagaio e Noroeste também elegeram priorizações na área de saúde pública, recebendo investimentos que figuraram entre a quarta e a quinta posição do ranking de investimentos.

Ao todo, a Secretaria de Saúde do Tocantins efetuou um gasto de R\$ 30.180.108,85 (trinta milhões, cento e oitenta mil, cento e oito reais e oitenta e cinco centavos) em três regiões do Estado neste período.

De todas as priorizações na área de saúde, apenas a região Sudeste II não recebeu entregas relacionadas a sua priorização que consistia em “Estadualizar o Hospital de Natividade em Porte 1”.

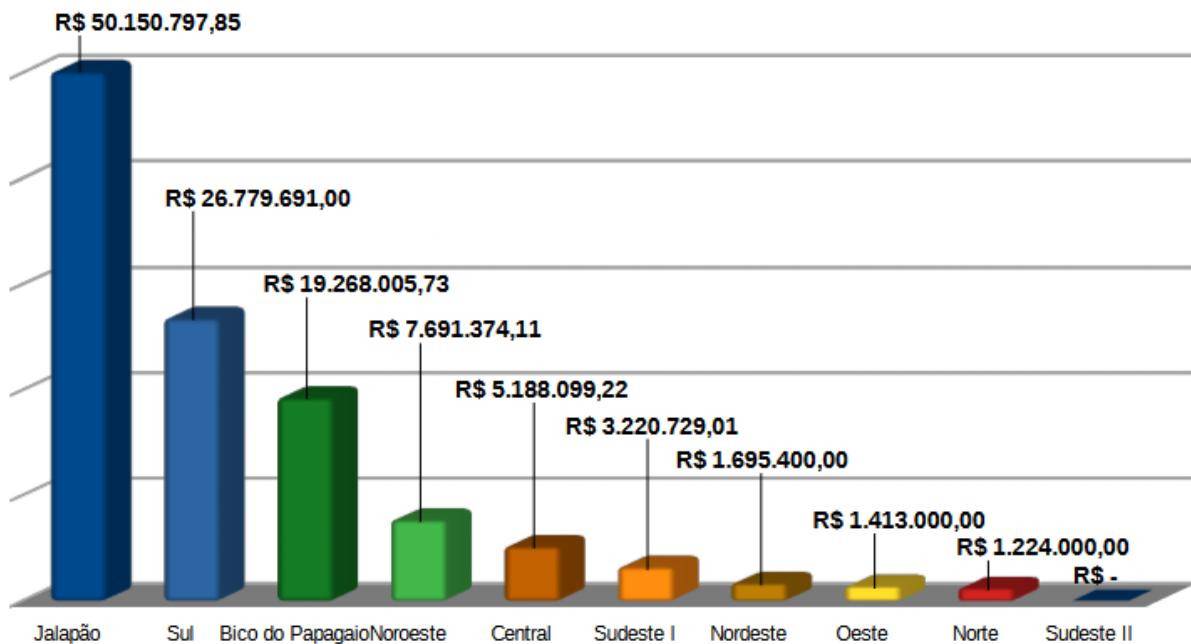
Houve diversas entregas do mesmo tipo das que foram realizadas nas outras três regiões do Estado. No entanto, como a priorização da Região Sudeste II foi bastante específica, as entregas realizadas nas outras regiões não possuíam correlação com a estadualização do hospital solicitada e, portanto, não foram incluídas no relatório.

Os repasses de recursos financeiros foram efetuados para todos os municípios de todas as regiões que definiram os repasses financeiros destinados a cobertura da assistência social de seus municípios, atingindo 100% de execução física e financeira.

Juntos, os repasses financeiros ocupam a terceira, quarta e quinta posição no ranking de investimento em prioridades no Estado, como demonstrou a planilha de resultado da SETAS (Anexo A), apresentado adiante. A última posição no ranking de investimentos ficou com o aumento de efetivo e qualificação dos profissionais de segurança pública, prioridade eleita na região central do Estado.

A seguir, apresenta-se o gráfico do ranking geral de investimento em prioridades das prioridades nas 10 (dez) regiões do Estado.

GRÁFICO 4 – Composição dos investimentos nas “Prioridades das prioridades” – Por Região



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Percebe-se uma grande variação regional do investimento, ocasionada, sobretudo, por uma obra de asfaltamento da rodovia que dá acesso ao Jalapão. Esta obra, realizada pela Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura do Estado do Tocantins (AGETO), consumiu sozinha 42,99% do investimento total alocado nas prioridades das prioridades.

A Região Sul, que escolheu sua prioridade principal na área de educação, recebeu da SEDUC investimentos de R\$ 26.799.691,00, representando a metade dos recursos investidos na área de infraestrutura no Jalapão.

A Região do Bico do Papagaio ficou com a terceira colocação em investimentos públicos, recebendo do estado R\$ 19.268.005,73 (dezenove milhões, duzentos e sessenta e oito mil, cinco reais e setenta e três centavos) que foram aplicados na área de saúde.

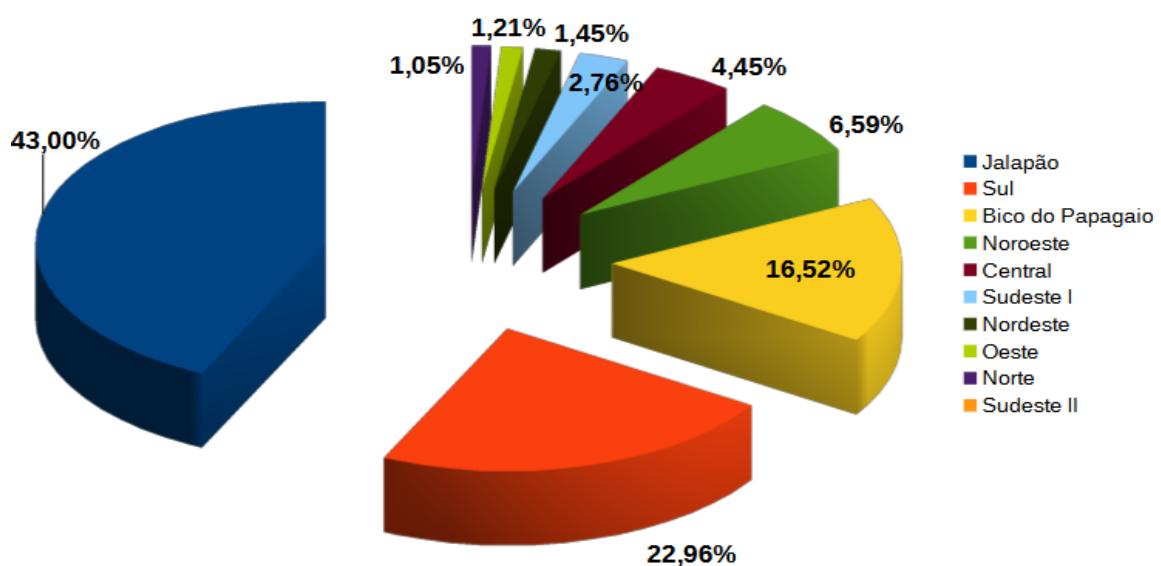
Somando o investimento regional realizado pelo Estado do Tocantins em prioridade das prioridades, percebe-se que as três primeiras colocadas concentraram 60% do investimento total, restando 40% do valor global do investimento para aplicação em outras 7 (sete) regiões do Estado.

Os dados do gráfico mostram uma queda quase que constante entre os recursos aplicados na região melhor colocada e a última, que não recebeu nenhum recurso.

Não se pode dizer, porém, que algumas regiões foram beneficiadas em detrimento de outras. Os resultados apurados refletem apenas o investimento que foi realizado conforme a escolha realizada pela população durante as Consultas Públicas de 2019. Todas as regiões recebem investimentos em todas as áreas de atuação estatal. O resultado desta análise reflete então, apenas um recorte de estudo, não representando uma análise que justificaria dizer que o investimento estatal não está equânime em se tratando da análise comparativa entre o investimento global do orçamento do Estado em suas regiões.

Os valores do ranking de investimento foram convertidos em percentuais de modo a demonstrar o grau de participação de cada região frente ao orçamento destinado às prioridades das prioridades das Consultas Públicas de 2019, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

**GRÁFICO 5 – Composição do Investimento em Percentual das “Prioridades das prioridades” – Por Região**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Ressalta-se que os dados levantados para este relatório se referem apenas a ações relacionadas às consultas públicas do PPA 2020-2023, isto é, tratam de uma parcela pequena do orçamento geral do Estado do Tocantins em um período de 4 (quatro) anos.

Isto significa que a distribuição regional do orçamento (LOA 2020-2023), considerados todos os órgãos do executivo e todas as ações temáticas do PPA 2020-2023, podem assumir uma composição totalmente distinta do que foi aqui verificado.

No entanto, nada impede que a discrepância entre os percentuais aplicados nas prioridades possam vir a ser objeto de nova análise comparativa, a fim de se melhorar o equilíbrio no investimento entre as regiões, no que diz respeito às próximas priorizações realizadas pelo Estado do Tocantins.

### **5.3 - BLOCO III- RESULTADOS DAS DEMAIS PRIORIDADES - 10 regiões: 50 prioridades.**

A partir desta parte da pesquisa empírica da dissertação serão apresentados os resultados de outras 5 (cinco) prioridades que receberam menor votação nas salas temáticas das 10 (dez) regiões, totalizando 50 (cinquenta) prioridades.

Para efeito de diferenciação e organização, estas prioridades com votação menos expressiva receberam a denominação de “demais prioridades” conforme dito anteriormente.

Quadro 30 – Regiões consultadas e demais prioridades eleitas

| REGIÃO                           | DEMAIS PRIORIDADES  | ÓRGÃO EXECUTOR |
|----------------------------------|---|----------------|
| <b>Região Sul – Gurupi</b>       | Fortalecer a Atenção Básica no município para que seja mais resolutiva.   | SES            |
|                                  | Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.  | RURALTINS      |
|                                  | Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado. | SEDUC          |
|                                  | Promover ações para a redução dos índices de violência contra a mulher.   | SETAS          |
|                                  | Desenvolver e ampliar as condições de trafegabilidade da malha rodoviária, pavimentando novos trechos e melhorando as condições das rodovias, a fim de garantir melhor eficiência do sistema rodoviário.  | AGETO          |
| <b>Região Noroeste – Colinas</b> | Qualificar a rede pública hospitalar, nos serviços de urgência/emergência com ampliação da oferta de leitos, leitos de UTI,   |                |
|                                  | UTI Neonatal, reabilitação, integrando a assistência hospitalar com uma política de tratamento em domicílio articulada com a atenção básica por meio de eficiente regulação.  | SES            |

|   |   |                  |
|---|---|------------------|
|   | Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural  | ITERTINS         |
|   | Valorizar os profissionais da Educação.   | SEDUC            |
|   | Assegurar o repasse financeiro para a oferta dos serviços e benefícios na proteção social básica e especial.  | SETAS            |
|   | Ampliar o investimento e estabelecer parcerias com os municípios para a manutenção de estradas vicinais.  | AGETO            |
| <b>Região Bico do Papagaio – Araguatins</b> | Ampliar e reestruturar a gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e distribuição de água nos municípios.   | ATS              |
|   | Proporcionar a regularização da produção da Agricultura familiar no que se refere à regularização sanitária, fundiária e ambiental para ter produtos de qualidade.  | RURALTINS        |
|   | Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado. | SEDUC            |
|   | Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.   | SETAS            |
|   | Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades, e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo.  | AGETO            |
| <b>Região Sudeste I – Taguatinga</b>        | Ampliar o acesso à moradia digna, serviços de saneamento básico, ações de mobilidade e acessibilidade urbana.   | SECIHD           |
|   | Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.  | RURALTINS        |
|   | Valorizar os profissionais da Educação.   | SEDUC            |
|   | Promover o acesso a estágio remunerado e ao primeiro emprego para estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino.   | SETAS            |
|   | Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando estabelecer modelos de governança e gestão pública, voltada ao desenvolvimento de programas e projetos para captação de recursos.   | NÃO IDENTIFICADO |
| <b>Região Sudeste II – Natividade</b>       | Ampliar e reestruturar a gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e distribuição de água nos municípios.   | ATS              |

|                                 |   |  |
|---------------------------------|---|--|
|                                 | <p>Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado.</p> <p>Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.</p> <p>Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando à melhoria da infraestrutura urbana.</p> <p>Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.</p> | SEDED                                  |
|                                 | <p>Fortalecer a Atenção Básica no município para que seja mais resolutiva.</p> <p>Ampliar o acesso à moradia digna, serviços de saneamento básico, ações de mobilidade e acessibilidade urbana.</p> <p>Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural</p> <p>Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.</p>   | SETAS<br>AGETO<br>RURALTINS            |
| <b>Região Central</b>           | <p>Construir, adequar e aparelhar as unidades escolares e universidade, atendendo às normas de segurança para emissão do alvará do corpo de bombeiros, de forma a integrar os ambientes físicos, garantir acessibilidade, climatização, cobertura de quadras poliesportivas, cozinhas adequadas conforme as normas do PNAE e vigilância sanitária, laboratório de ciências, informática, refeitório, auditório, bibliotecas, multimídias, mobiliário e equipamentos de som e vídeo, transporte escolar.</p>   | SES<br>SECIHD<br>ITERTINS<br>RURALTINS |
| <b>Região Nordeste – Guaraí</b> | <p>Acessar e ampliar as especialidades na região, de acordo com as referências estabelecidas na Programação Pactuada e Integrada (PPI).</p> <p>Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural</p> <p>Valorizar os profissionais da Educação de acordo com o Plano Estadual de Educação (PEE), o Plano de Cargos, Carreira e Remunerações (PCCR) e assegurar a realização de concurso público.</p>   | SES<br>ITERTINS<br>SEDED               |

|                                 |  |           |
|---------------------------------|--|-----------|
| <b>Região Norte – Araguaína</b> | Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades, e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo.   | AGETO     |
|                                 | Avançar na remoção/solução de obstáculos jurídico-administrativos para concessão áreas para atração e implantação de unidades produtivas - indústrias, comércio e serviços, bem como na regularização fundiária urbana e rural.  | ITERTINS  |
|                                 | Criação de uma clínica de recuperação de dependentes químicos para crianças e adolescentes.  | SAÚDE     |
|                                 | Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.   | RURALTINS |
|                                 | Valorizar os profissionais da educação, priorizando a gestão democrática da escola pública, a remuneração digna, plano de carreira efetivo e formação de qualidade.  | SEDUC     |
|                                 | Ampliar o investimento e estabelecer parcerias com os municípios para a manutenção de estradas vicinais.   | AGETO     |
| <b>Região Oeste – Paraíso</b>   | Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando estabelecer modelos de governança e gestão pública, voltada ao desenvolvimento de programas e projetos para captação de recursos.  | -         |
|                                 | Qualificar a rede pública hospitalar, nos serviços de urgência/emergência com ampliação da oferta de leitos, leitos de UTI, UTI Neonatal, reabilitação, integrando a assistência hospitalar com uma política de tratamento em domicílio articulada com a atenção básica por meio de eficiente regulação.   | SES       |
|                                 | Ampliar e reestruturar a gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e distribuição de água nos municípios.  | ATS       |
|                                 | Ampliar o acesso à moradia digna, serviços de saneamento básico, ações de mobilidade e acessibilidade urbana.  | SECIHD    |
|                                 | Proporcionar a regularização da produção da agricultura familiar para aumento da comercialização e distribuição pelo programa de aquisição de alimentos.   | RURALTINS |
|                                 | Construir, adequar, e aparelhar as unidades escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, bibliotecas, brinquedotecas, videoteca, aparelhos de som, multimídia, mobiliário adequado; aparato tecnológico que viabilize o monitoramento diário com | SEDUC     |

|                                   |  |        |
|-----------------------------------|--|--------|
|                                   | câmeras.   |        |
| <b>Região Jalapão – São Félix</b> | Fortalecer a atenção à saúde da mulher, na prevenção do câncer de colo de útero e mama, nos serviços de apoio, diagnósticos e terapêuticos.  | SES    |
|                                   | Implementar políticas de desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo, integrando-as regionalmente, considerando os aspectos materiais e imateriais da cultura local, patrimônio Histórico, cultural e ambiental, ampliando a rede de assistência técnica à agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto Ambiental.   | SECTUR |
|                                   | Construir, adequar e aparelhar as UEs de forma a integrar os ambientes físicos garantir a acessibilidade, capacitações dos profissionais, climatização, cobertura de quadras poliesportivas, laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, bibliotecas, brinquedoteca, videoteca, aparelho de som, multimídia, notebook para professores, mobiliário adequado, valorizar os profissionais e seus auxiliares, ampliar e qualificar; garantia financeira para manutenção e reparação de frota. | SEDUC  |
|                                   | Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.  | SETAS  |
|                                   | Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando estabelecer modelos de governança e gestão pública, voltada ao desenvolvimento de programas e projetos para captação de recursos.  | -      |
|                                   |  |        |

Fonte: SEPLAN, 2022.

A Secretaria da Educação foi o órgão mais demandado com relação às consultas públicas, recebendo prioridades de 9 (nove) regiões do Estado, seguida pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (RURALTINS) com prioridades eleitas em 7 (sete) regiões. A Agência Tocantinense de Transportes e Obras (AGETO), a Secretaria da Saúde (SES) e a Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETAS), foram demandadas em 6 (seis) regiões. A Agência Tocantinense de Saneamento (ATS), o Instituto de Terras do Estado do Tocantins (ITERTINS) e a Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional (SECIHD) receberam prioridades de 3 (três) regiões. A Secretaria do Turismo (SECTUR) foi demandada apenas em 1 (uma) região.

A seguir, serão apresentadas as entregas físicas e o investimento financeiro proveniente de cada entrega referente às demais prioridades, realizadas pelo estado durante a execução do PPA 2020-2023, discriminado por região consultada e sua respectiva prioridade escolhida.

### **5.3.1 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 11 – DEMAIS PRIORIDADES DA REGIÃO SUL.**

Os participantes da Consulta Pública realizada na Região Sul do Estado do Tocantins, com sede em Gurupi, votaram em outras cinco prioridades além da prioridade mais votada apresentada anteriormente.

Estas demais prioridades também foram objeto de apuração desta pesquisa e seus órgãos executores, as entregas realizadas entre os anos de 2020 e 2023 às populações destas regiões e seus respectivos investimentos constam no quadro demonstrativo a seguir.

Quadro 31 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Sul

| PRIORIZAÇÃO  | ÓRGÃO RESPONSÁVEL | EXECUÇÃO FÍSICA  | EXECUÇÃO FINANCEIRA      |
|--|-------------------|--|--------------------------|
| Fortalecer a Atenção Básica no município para que seja mais resolutiva.  | SES               | Repasso regular da contrapartida da Farmácia Básica para 17 municípios                       | R\$ 1.184.374,11         |
|  |                   | Repasso de emendas parlamentares estaduais para atenção primária de 6 municípios da região.  | R\$ 1.890.000,00         |
|  |                   | Distribuição de 9 aparelhos de ultrassonografia para uso na assistência ao pré-natal         | R\$ 1.395.000,00         |
|  |                   | Realização de cirurgias eletivas   | R\$ 902.000,00           |
| Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.                   | RURALTINS         | Realização de 3.349 atendimentos em extensão rural   | R\$ 365.145,73           |
| Promover ações para a redução dos índices de violência contra a mulher.  | SETAS             | Não informado  | R\$ 0,00                 |
| Desenvolver e ampliar as condições de trafegabilidade da malha rodoviária, pavimentando novos trechos e melhorando as condições das rodovias, a fim de garantir melhor eficiência do sistema rodoviário. | AGETO             | Pavimentação de 13,8 km da Rodovia TO-365 – Trecho Entroncamento da BR-153 ao KM 50 (Gurupi) | R\$ 28.326.600,88        |
| Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando estabelecer modelos de governança e gestão pública, voltada ao desenvolvimento de programas e projetos para captação de recursos.              | Não identificado  | 0  | R\$ 0,00                 |
| <b>TOTAL Investido nas demais prioridades da Região Sul</b>  |                   |  | <b>R\$ 34.063.120,72</b> |

Fonte: SEPLAN, 2024.

A pesquisa identificou que 4 órgãos estaduais estariam diretamente relacionados à execução de entregas relacionadas às demais prioridades escolhidas na Região Sul do Estado: Secretaria da Saúde (SES), Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS), Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETAS) e Agência de Transportes e Obras do Estado do Tocantins (AGETO).

Não foi possível identificar o órgão executor para a prioridade “Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando estabelecer modelos de governança e gestão pública, voltada ao desenvolvimento de programas e projetos para captação de recursos” pois a redação desta prioridade apresentou problemas que dificultaram sua vinculação a um órgão específico.

O escopo da prioridade mostrou-se demasiadamente subjetivo, contemplando diversos conceitos muito abrangentes como cooperação entre Estado e municípios, modelos de governança e captação de recursos.

O generalismo e a imprecisão da prioridade geraria um esforço enorme de identificação de diferentes iniciativas e exigiria investigação de praticamente toda a estrutura de gestão do governo do Estado do Tocantins.

Além disso, a subjetividade da proposta também não permitiu identificar um objeto ou uma entrega direta à população pois os acordos, cooperações ou recursos captados poderiam ser utilizados para produzir uma gama de bens ou serviços fornecidos pelo Estado aos cidadãos, impossibilitando o estabelecimento de um produto a ser descrito na pesquisa realizada.

Não foi informada execução de ações ou investimento em resposta a prioridade cuja descrição versava sobre promoção de ações para redução dos índices de violência contra a mulher. Esta ação foi incluída no rol de prioridades da Região Sul por iniciativa popular, uma vez que não constava da lista de desafios proposta pelos órgãos estaduais.

Percebe-se que, a exemplo da proposta de Estadualização do Hospital da Região Sudeste II, as propostas de iniciativa popular não tiveram entregas comunicadas, demonstrando que os órgãos estaduais apresentam dificuldades em realizarem obras ou serviços que já não estejam contemplados em sua “lista” costumeira de entregas. Observações como esta, demandam destas instituições uma necessidade em se criar condições para que na próxima Consulta Pública consiga desenvolver projetos que finalmente consigam atender estas demandas exógenas a sua agenda governamental.

Das entregas realizadas pelos órgãos nesta região, o maior destaque foi a pavimentação de aproximadamente 13 km da Rodovia TO 365, que dá acesso à cidade de Gurupi. Esta obra apresentou um custo de mais de vinte e oito milhões de reais, contabilizando sozinha 83,15% de tudo o que foi investido em resposta às demais prioridades nesta região do estado.

### 5.3.2 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 12 – DEMAIS PRIORIDADES DA REGIÃO NOROESTE

O quadro a seguir apresenta as cinco demais prioridades escolhidas na Consulta Pública realizada na Região Noroeste do Estado do Tocantins, com sede em Colinas, seguidas de seus órgãos executores, as entregas realizadas e o investimento atribuído a cada entrega durante a execução do PPA 2020 e 2023 nesta região.

Quadro 32 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Noroeste.

| PRIORIZAÇÃO  | ÓRGÃO RESPONSÁVEL | EXECUÇÃO FÍSICA  | EXECUÇÃO FINANCEIRA      |
|--|-------------------|--|--------------------------|
| Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural   | ITERTINS          | Emissão de 1 título de domínio   | R\$ 615,75               |
| Valorizar os profissionais da Educação   | SEDUC             | Aparelhamento de 19 unidades escolares   | R\$ 7.507.505,53         |
|  |                   | 33 reformas  |                          |
|  |                   | 3 ampliações   |                          |
|  |                   | Instalações 26 de equipamentos de segurança PPCIP  | R\$ 12.332.466,09        |
|  |                   | Formação continuada de 1219 profissionais e servidores   | R\$ 276.184,53           |
|  |                   | 80 Chromebooks   |                          |
|  |                   | 35 Notebooks   | R\$ 331.063,97           |
|  |                   | 2 carrinhos de recarga   |                          |
| Assegurar o repasse financeiro para a oferta dos serviços e benefícios na proteção social básica e especial  | SETAS             | Repasso de recursos do FECOEP para assistência social em 13 municípios   | R\$ 1.529.600,00         |
| Ampliar o investimento e estabelecer parcerias com os municípios para a manutenção de estradas vicinais  | AGETO             | Conservação e manutenção de 400 km (valor atribuído por rateio) de estradas vicinais na Região Noroeste                | R\$ 1.600.587,94         |
|  |                   | Restauração e conservação de 197 km (valor atribuído por rateio) de estradas estaduais pavimentadas na Região Noroeste | R\$ 19.263.361,21        |
| Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental. | RURALTINS         | 0  | R\$ 0,00                 |
| <b>TOTAL Investido nas demais prioridades da Região Noroeste</b>   |                   |  | <b>R\$ 42.841.385,02</b> |

Fonte: SEPLAN, 2024.

A pesquisa identificou que 5 órgãos estaduais estariam diretamente relacionados à execução de entregas relacionadas às demais prioridades escolhidas na Região Sul do Estado: Instituto de Terras do Estado do Tocantins (ITERTINS), Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC), Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETAS), Agência de Transportes e Obras do Estado do Tocantins (AGETO) e Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS).

As maiores entregas realizadas pelo estado nesta região foram realizadas pela AGETO, com R\$ 20.863.949,15 investidos em restauração e conservação de rodovias, seguida da SEDUC, com 20.447.220,12 investidos em aparelhamento, reformas, ampliação, aquisição de equipamentos e formação de professores na região pesquisada.

Juntos, os investimentos realizados por estes órgãos contabilizaram 96% de tudo o que foi investido na região.

As entregas da SETAS, a exemplo das demais regiões, realizou repasses de recursos para todos os treze municípios contidos na região, respondendo à priorização referente a repasse de recursos financeiros aos municípios para oferta de serviços e benefícios na proteção social básica e especial.

Os repasses de recursos, no entanto, totalizam uma ínfima parte se comparados a investimentos realizados por órgãos como SEDUC e AGETO, demonstrando a necessidade em se efetuar uma investigação acerca da real necessidade que os serviços de proteção social devem investir em cada região do Estado do Tocantins.

### 5.3.3 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 13 – DEMAIS PRIORIDADES DA REGIÃO BICO DO PAPAGAIO.

O quadro a seguir apresenta as cinco demais prioridades escolhidas na Consulta Pública realizada na Região do Bico do Papagaio, extremo Norte do Estado do Tocantins, com sede em Araguatins, seguidas de seus órgãos executores, as entregas realizadas e o investimento atribuído a cada entrega durante a execução do PPA 2020 e 2023 nesta região.

Quadro 33 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Bico do Papagaio

| PRIORIZAÇÃO   | ÓRGÃO RESPONSÁVEL | EXECUÇÃO FÍSICA   | EXECUÇÃO FINANCEIRA      |
|---|-------------------|---|--------------------------|
| Ampliar e reestruturar a gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e  | ATS               | Extensão de RD  | R\$ 926.625,02           |
|   |                   | Melhoria dos sistemas de  | R\$ 1.823.663,38         |
|   |                   | Tratamento de água  | R\$ 91.136,41            |
| Proporcionar a regularização da produção da Agricultura familiar no que se refere à regularização sanitária, fundiária e ambiental para ter produtos de qualidade.  | RURALTINS         | 3.244 atendimentos em extensão rural  | R\$ 340.802,68           |
| Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado. | SEDUC             | 125 reformas  | R\$ 40.979.946,92        |
|   |                   | 6 ampliações  |                          |
|   |                   | 2 construções   |                          |
|   |                   | 76 instalações de equipamento de segurança PPCIP  |                          |
|   |                   | 4 laboratórios móveis   | R\$ 358.137,00           |
|   |                   | 320 chromebooks   | R\$ 1.312.214,15         |
|   |                   | 137 notebooks   |                          |
|   |                   | 8 carrinhos de recarga  |                          |
| Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.   | SETAS             | Repasso de recursos do FECOEP para 25 municípios, destinando-se a benefícios eventuais da assistência social no Estado. | R\$ 4.865.600,00         |
| Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades, e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo.  | AGETO             | Pavimentação de 1,65 km da Rodovia TO-201 – Trecho de Sítio Novo ao Povoado Olho D'Água                                 | R\$ 3.386.876,19         |
|   |                   | Pavimentação de 6,7 Km da Rodovia TO-201 – Trecho de Esperantina ao Rio Araguaia (Divisa do TO/PA)                      | R\$ 13.752.769,99        |
| <b>TOTAL Investido nas demais prioridades da Região Bico do Papagaio</b>  |                   |   | <b>R\$ 67.837.771,75</b> |

Fonte: SEPLAN, 2024.

Todos os órgãos demandados na Região do Bico do Papagaio realizaram entregas em suas respectivas áreas de atuação.

Os órgãos que realizaram os maiores investimentos foram novamente a SEDUC e a AGETO.

A SEDUC aportou investimentos da ordem de R\$ 42.650.298,07 (quarenta e dois milhões, seiscentos e cinquenta mil, duzentos e noventa e oito reais e sete centavos) em aparelhamento, reformas, ampliação, aquisição de equipamentos e formação de professores na região, enquanto a AGETO investiu R\$ 17.139.646,18 (dezessete milhões, cento e trinta e nove mil, seiscentos e quarenta e seis reais e dezoito centavos) em pavimentação de trechos da TO 201.

Os investimentos destes órgãos, somados, totalizaram 88% do total investido em demais prioridades na Região do Bico do Papagaio.

A SETAS realizou repasses de recursos no valor de R\$ 4.865.600,00 para todos os 25 municípios contidos na região, respondendo à priorização referente a repasse de recursos financeiros aos municípios para oferta de serviços e benefícios na proteção social básica e especial.

A Agência Tocantinense de Saneamento (ATS) recebeu uma priorização que versava sobre ampliação e reestruturação da gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e distribuição de água nos municípios. A agência informou ter investido R\$ 2.841.424,81 (dois milhões, oitocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e um centavos) em obras de extensão de redes de distribuição de água e melhoria dos sistemas de tratamento de água.

Em resposta à prioridade relacionada à regularização da produção de agricultura familiar, regularização sanitária, fundiária e ambiental o RURALTINS informou ter prestado 3.244 atendimentos em extensão rural nos municípios da região no quadriênio em análise. Para realizar estes atendimentos o órgão declarou ter gasto R\$ 340.802,68 (trezentos e quarenta mil, oitocentos e dois reais e sessenta e oito centavos), apresentando o menor investimento em prioridades em comparação aos demais órgãos pesquisados.

### 5.3.4 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 14 – DEMAIS PRIORIDADES DA REGIÃO SUDESTE I

O quadro a seguir apresenta as cinco demais prioridades escolhidas na Consulta Pública realizada na Região Sudeste I, com sede em Taguatinga, seguidas de seus órgãos executores, as entregas realizadas e o investimento atribuído a cada entrega durante a execução do PPA 2020 e 2023 nesta região.

Quadro 34 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Sudeste I

| PRIORIZAÇÃO   | ÓRGÃO            | EXECUÇÃO FÍSICA   | EXECUÇÃO FINANCEIRA     |
|---|------------------|---|-------------------------|
| Ampliar o acesso à moradia digna, serviços de saneamento básico, ações de mobilidade e acessibilidade urbana.   | SECIHD           | Construção de 26 Habitações de interesse social                     | R\$ 1.419.888,09        |
| Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.      | RURALTINS        | 3.052 atendimentos em extensão rural                                | R\$ 316.459,63          |
| Valorizar os profissionais da Educação.   | SEDUC            | 1.186 profissionais e servidores com formação continuada            | R\$ 356.278,52          |
|   |                  | 2 afastamentos para doutorado                                       | R\$ 317.783,04          |
|   |                  | 3 afastamentos para mestrado  | R\$ 266.371,90          |
|   |                  | 80 chromebooks  |                         |
|   |                  | 34 notebooks  | R\$ 327.050,06          |
|   |                  | 2 carrinhos de recarga  |                         |
|   |                  | Aparelhamento de 31 unidades escolares (mesas, cadeiras e armários) | R\$ 5.945.121,30        |
| Promover o acesso a estágio remunerado e ao primeiro emprego para estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino.   | SETAS            | Não informado   | R\$ 0,00                |
| Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando estabelecer modelos de governança e gestão pública, voltada ao desenvolvimento de programas e projetos para captação de recursos. | Não identificado | 0   | R\$ 0,00                |
| <b>TOTAL Investido nas demais prioridades da Região Sudeste I</b>   |                  |   | <b>R\$ 8.948.952,54</b> |

Fonte: SEPLAN, 2024.

A pesquisa identificou que 4 órgãos estaduais estariam diretamente relacionados à execução de entregas relacionadas às demais prioridades escolhidas na Região Sudeste I: Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional (SECIHD), Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS), Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC) e Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETAS).

A exemplo do ocorrido na Região Sul, não foi possível identificar o órgão executor para a prioridade “Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando estabelecer modelos de governança e gestão pública, voltada ao desenvolvimento de programas e projetos para captação de recursos” pois o escopo da prioridade mostrou-se demasiadamente generalista e subjetivo.

Conforme foi relatado anteriormente, propostas muito abstratas não permitem a identificação de um objetivo concreto, nem o estabelecimento de produtos ou entregas claras, além de não permitir a definição dos órgãos que atuariam isolada ou conjuntamente para auferir os resultados necessários para a prioridade.

Experiências como esta sinalizam aos gestores da área de planejamento dos órgãos estaduais a necessidade de se estabelecer desafios mais claros e objetivos a serem apresentados para a população nas próximas consultas públicas, a fim de se evitar a escolha de propostas que não sejam passíveis de execução e apuração de resultados plausíveis para a população.

As maiores entregas realizadas pelo estado nesta região foram realizadas pela SEDUC, com aplicação de recursos da ordem de R\$ 7.212.604,82 (sete milhões, duzentos e doze mil, seiscentos e quatro reais e oitenta e dois centavos) investidos em aparelhamento, reformas, ampliação, aquisição de equipamentos e formação de professores na região pesquisada.

O segundo maior volume de investimentos na região foi aplicado pela SECIHD na construção de 26 (vinte e seis) Habitações de Interesse Social. O órgão informou ter gastado R\$ 1.419.888,09 (um milhão, quatrocentos e dezenove mil, oitocentos e oitenta e oito reais e nove centavos) para realizar estas entregas.

O RURALTINS também foi priorizado nesta região e informou ter gastado R\$ 316.459,63 (trezentos e dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e sessenta e três centavos) para executar 3.052 (três mil e cinquenta e dois) atendimentos em extensão rural na Região Sudeste I.

A SETAS, apesar de ter recebido uma priorização na região, não informou ter realizado ações que pudessem responder à demanda relacionada a promoção de acesso a estágio remunerado e ao primeiro emprego para estudantes dos municípios da região.

De todas as regiões do Estado do Tocantins, a Região Sudeste I foi a que recebeu o menor volume de investimentos destinados às prioridades eleitas nas Consultas Públicas, sinalizando para o governo do Estado do Tocantins a possibilidade de se efetuar uma análise mais aprofundada quanto aos possíveis motivos que teriam ocasionado o baixíssimo volume de investimento em prioridades nesta região do estado.

### 5.3.5 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 15 – DEMAIS PRIORIDADES DA REGIÃO SUDESTE II.

O quadro a seguir apresenta as cinco demais prioridades escolhidas na Consulta Pública realizada na Região Sudeste II, com sede em Natividade, seguidas de seus órgãos executores, as entregas realizadas e o investimento atribuído a cada entrega durante a execução do PPA 2020 e 2023 nesta região.

Quadro 35 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Sudeste II

| PRIORIZAÇÃO   | ÓRGÃO            | EXECUÇÃO FÍSICA  | EXECUÇÃO FINANCEIRA      |
|---|------------------|--|--------------------------|
| Ampliar e reestrutar a gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e distribuição de água nos   | ATS              | Extensão de RD   | R\$ 803.717,33           |
|   |                  | Melhoria dos sistemas de distribuição  | R\$ 212.572,25           |
|   |                  | Tratamento de água   | R\$ 92.253,44            |
| Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado. | SEDUC            | Aparelhamento de 28 unidades escolares (mesas, cadeiras e armários)  | R\$ 5.816.457,19         |
|   |                  | 89 reformas  |                          |
|   |                  | 9 ampliações   |                          |
|   |                  | Instalação de 73 equipamentos de segurança PPCIP   | R\$ 17.770.743,97        |
|   |                  | Aquisição de 4 Laboratórios móveis para Unidades Escolares   | R\$ 523.431,00           |
|   |                  | 80 chromebooks   |                          |
|   |                  | 34 notebooks   | R\$ 327.050,06           |
|   |                  | 2 carrinhos de recarga   |                          |
| Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.   | SETAS            | Repasso de recursos do FECOEP destinado a benefícios eventuais da assistência social no Estado.  | R\$ 1.121.300,00         |
| Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando à melhoria da infraestrutura urbana.  | AGETO            | Pavimentação da Rodovia TO-141 – Trecho que liga Palmeirópolis à Divisa do TO/GO com extensão de 26,25 km.   | R\$ 19.310.530,34        |
|   |                  | Construção do Anel Viário de Palmas - Avenida NS-15. Obras de pavimentação de rodovias em mais de 113 municípios do Estado. O valor investido em todo o estado foi rateado para compor o resultado proporcional de municípios da região Sudeste II (10 municípios) | R\$ 22.386.939,75        |
| Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.  | Não identificado | -  | R\$ 0,00                 |
| <b>TOTAL Investido nas demais prioridades da Região Sudeste I</b>   |                  |  | <b>R\$ 68.364.995,33</b> |

Fonte: SEPLAN, 2024.

Quatro dos cinco órgãos demandados na priorização da Região Sudeste II realizaram entregas à população.

Os órgãos que realizaram os maiores investimentos foram novamente a SEDUC e a AGETO.

A SEDUC aportou investimentos da ordem de R\$ 24.437.682,22 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos) em aparelhamento, reformas, ampliação, aquisição de equipamentos e formação de professores na região, enquanto a AGETO investiu R\$ 41.697.470,09 (quarenta e um milhões, seiscentos e noventa e sete mil, quatrocentos e setenta reais e nove centavos) em pavimentação de aproximadamente 26 quilômetros da Rodovia TO-141 e pavimentação de trechos de rodovias em 10 municípios contidos na região pesquisada.

Os investimentos destes órgãos, somados, totalizaram 96,73% do total investido em demais prioridades na Região Sudeste II.

A SETAS realizou repasses de recursos no valor de R\$ 1.121.300,00 (um milhão, cento e vinte e um mil e trezentos reais) para os municípios desta região, respondendo à priorização referente a repasse de recursos financeiros para aplicação em serviços e benefícios nos CRAS e CREAS (assistência social).

A Agência Tocantinense de Saneamento (ATS) recebeu uma priorização que demandava ampliação e reestruturação da gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e distribuição de água nos municípios. A agência informou ter investido R\$ 1.108.543,02 (um milhão, cento e oito mil, quinhentos e quarenta e três reais e dois centavos) em obras de extensão de redes de distribuição de água e melhoria dos sistemas de tratamento de água.

Uma das prioridades escolhidas, referente ao fortalecimento da gestão da Política Estadual de Educação Ambiental e ampliação da rede de assistência técnica a agricultura familiar não foi atendida pelo RURALTINS, apesar de o órgão ter efetuado entregas relacionadas a esta mesma prioridade em outras regiões.

### 5.3.6 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 16 – DEMAIS PRIORIDADES DA REGIÃO CENTRAL

O quadro a seguir apresenta as cinco demais prioridades escolhidas na Consulta Pública realizada na Região Central, com sede na Capital Palmas, seguidas de seus órgãos executores, as entregas realizadas e o investimento atribuído a cada entrega durante a execução do PPA 2020 e 2023 nesta região.

Quadro 36 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Central

| PRIORIZAÇÃO  | ÓRGÃO     | EXECUÇÃO FÍSICA  | EXECUÇÃO FINANCEIRA       |
|--|-----------|--|---------------------------|
| Fortalecer a Atenção Básica no município para que seja mais resolutiva.  | SES       | Repasse regular da contrapartida da Farmácia Básica para 12 municípios                       | R\$ 1.184.374,11          |
|  |           | Distribuição de 10 aparelhos de ultrassonografia para uso na assistência ao pré-natal        | R\$ 1.550.000,00          |
|  |           | Aquisição de equipamentos de informática (computadores e projetor)                           | R\$ 241.354,90            |
|  |           | Aquisição de 1 Van para transporte das mães nutriz, do Hospital e Maternidade Dona Regina    | R\$ 108.000,00            |
|  |           | Repasse de emendas parlamentares estaduais para atenção primária de 6 municípios da região.  | R\$ 930.000,00            |
|  |           | Realização de 82 cirurgias eletivas  | R\$ 662.000,00            |
| Ampliar o acesso à moradia digna, serviços de saneamento básico, ações de mobilidade e acessibilidade urbana.  | SECIHD    | Construção de 351 Habitações de interesse social   | R\$ 19.168.489,16         |
| Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural   | ITERTINS  | Emissão de 237 títulos de domínio  | R\$ 143.515,35            |
| Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.   | RURALTINS | 6603 atendimentos em extensão rural  | R\$ 705.948,41            |
| Construir, adequar e aparelhar as unidades escolares e universidade, atendendo às normas de segurança para emissão do alvará do corpo de bombeiros, de forma a integrar os ambientes físicos, garantir acessibilidade, climatização, cobertura de quadras poliesportivas, cozinhas adequadas conforme as normas do PNAE e vigilância sanitária, laboratório de ciências, informática, refeitório, auditório, bibliotecas, multimídias, mobiliário e equipamentos de som e vídeo, transporte escolar. | SEDUC     | Aparelhamento de 115 unidades escolares (Cadeiras, mesas e armários)                         | R\$ 35.936.861,70         |
|  |           | 210 reformas   |                           |
|  |           | 19 ampliações  |                           |
|  |           | 2 construções  |                           |
|  |           | Instalação de 22 equipamentos de segurança PPCIP   | R\$ 41.562.242,85         |
|  |           | Aquisição de 5 Laboratórios móveis para Unidades Escolares que ofertam educação profissional | R\$ 437.268,80            |
|  |           | 640 chromebooks  |                           |
|  |           | 276 notebooks  |                           |
|  |           | 16 carrinhos de recarga  | R\$ 2.632.456,12          |
|  |           | <b>TOTAL Investido nas demais prioridades da Região Central</b>                              | <b>R\$ 105.262.511,41</b> |

Fonte: SEPLAN, 2024.

Todos os órgãos demandados na Região Central do Estado realizaram entregas em suas respectivas áreas de atuação.

Os maiores resultados obtidos na região foram apresentados pela SEDUC com um investimento de R\$ 80.568.829,47 (oitenta milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos) em aparelhamento, reformas, ampliação, aquisição de equipamentos e formação de professores.

O segundo maior nível de investimento na região foi executado pela SECIHD com investimentos no valor de R\$ 19.168.489,16 (dezenove milhões, cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos) utilizados na construção de 351 (trezentos e cinquenta e uma) habitações de interesse social.

Juntas, a SEDUC e a SECIHD foram responsáveis por 80,98% de tudo o que foi investido em priorizações na Região Central.

A SES aplicou R\$ 4.675.729,01 (quatro milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, setecentos e vinte e nove reais e um centavo) em repasses de contrapartida de farmácia básica para municípios, distribuição de aparelhos de ultrassonografia, aquisição de van, aparelhos de informática, repasse de emendas parlamentares a municípios para atendimento a atenção primária e realização de cirurgias eletivas na região.

Estes investimentos colocaram a SES como o terceiro maior nível de investimento em prioridades escolhidas em consultas públicas na Região Central do Estado.

O ITERTINS emitiu no período 237 (duzentos e trinta e sete) títulos de domínio na região e o RURALTINS prestou 6.603 (seis mil, seiscentos e três) atendimentos em extensão rural no período. Estes dois órgãos fizeram, na região central do estado, suas maiores entregas dentre todas as outras regiões em que foram priorizados.

### 5.3.7 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 17 – DEMAIS PRIORIDADES DA REGIÃO NORDESTE

O quadro a seguir apresenta as cinco demais prioridades escolhidas na Consulta Pública realizada na Região Nordeste, com sede na cidade de Guaraí, seguidas de seus órgãos executores, as entregas realizadas e o investimento atribuído a cada entrega durante a execução do PPA 2020 e 2023 nesta região.

**Quadro 37 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Nordeste**

| PRIORIZAÇÃO   | ÓRGÃO    | EXECUÇÃO FÍSICA  | EXECUÇÃO FINANCEIRA   |
|---|----------|--|---|
| Acessar e ampliar as especialidades na região, de acordo com as referências estabelecidas na Programação Pautada e Integrada (PPI).   | SES      | Repasso regular da contrapartida da Farmácia Básica para 14 municípios<br>Distribuição de 10 aparelhos de ultrassonografia para uso na assistência ao pré-natal  | R\$ 1.184.374,11<br>R\$ 1.550.000,00  |
| Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural  | ITERTINS | Emissão de 10 títulos de domínio   | R\$ 6.052,40  |
| Valorizar os profissionais da Educação de acordo com o Plano Estadual de Educação (PEE), o Plano de Cargos, Carreira e Remunerações (PCCR) e assegurar a realização de concurso público.  | SEDUC    | 3.107 profissionais e servidores com formação continuada<br>1 afastamento para doutorado<br>2 afastamentos para mestrado<br>67 reformas<br>9 ampliações<br>1 construção<br>Instalação de 41 equipamentos de segurança PPCIP<br>Aparelhamento de 30 unidades escolares (Mesas, cadeiras e armários)<br>160 Chromebooks<br>69 Notebooks<br>4 Caminhos de recarga | R\$ 738.529,01<br>R\$ 126.001,10<br>R\$ 231.906,12<br>R\$ 28.320.594,05<br>R\$ 7.917.997,39<br>R\$ 658.114,03 |
| Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades, e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo.                | AGETO    | Pavimentação de 6,1 Km da Rodovia TO-239 – Trecho de Itapiratins (KM 12) a Itacajá.  | R\$ 12.521.178,65   |
| Avançar na remoção/solução de obstáculos jurídico-administrativos para concessão áreas para atração e implantação de unidades produtivas - indústrias, comércio e serviços, bem como na regularização fundiária urbana e rural. | ITERTINS | Ação cruzada com a prioridade sob responsabilidade da ITERTINS: "Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural"   | R\$ 0,00  |
| <b>TOTAL Investido nas demais prioridades da Região Nordeste</b>  |          |  | <b>R\$ 53.254.746,86</b>  |

Fonte: SEPLAN, 2024.

Esta região também recebeu entregas de todos os órgãos demandados nas Consultas Públicas de 2019.

A SEDUC realizou entregas que totalizaram R\$ 37.993.141,70 (trinta e sete milhões, novecentos e noventa e três mil, cento e quarenta e um reais e setenta centavos) em aparelhamento, reformas, ampliação, aquisição de equipamentos e formação de professores, mostrando-se, a exemplo das outras regiões, como o órgão com o maior volume de investimentos e entregas no que tange a prioridades das consultas públicas.

A AGETO realizou pavimentação asfáltica de seis quilômetros da Rodovia TO 239 com investimentos de R\$ 12.521.178,65 (doze milhões, quinhentos e vinte e um mil, cento e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos) alcançando a segunda posição em investimentos na região Nordeste do Estado.

Na terceira posição em investimentos a SES alocou 2.734.374,11 (dois milhões, setecentos e trinta e quatro mil, trezentos e setenta e quatro reais e onze centavos) em repasses de contrapartida em farmácia básica para municípios e distribuição de aparelhos de ultrassonografia.

O ITERTINS emitiu 10 títulos de domínio na região que custaram ao estado a quantia de R\$ 6.052,40 (seis mil e cinquenta e dois reais e quarenta centavos).

O ITERTINS também recebeu uma prioridade na área de avanço na remoção de obstáculos jurídico-administrativos para concessão de áreas para atração e implantação de unidades produtivas, como indústrias, comércio e serviços.

O órgão relatou que esta ação se trata de objetivo cruzado com a ação de apoio aos municípios na regularização fundiária e rural, já relatada nas planilhas que deram base a apuração deste trabalho.

### 5.3.8 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 18 – DEMAIS PRIORIDADES DA REGIÃO NORTE

O quadro a seguir apresenta as cinco demais prioridades escolhidas na Consulta Pública realizada na Região Norte, com sede na cidade de Araguaína, seguidas de seus órgãos executores, as entregas realizadas e o investimento atribuído a cada entrega durante a execução do PPA 2020 e 2023 nesta região.

Quadro 38 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Norte

| PRIORIZAÇÃO   | ÓRGÃO            | EXECUÇÃO FÍSICA  | EXECUÇÃO FINANCEIRA  |
|---|------------------|--|--|
| Criação de uma clínica de recuperação de dependentes químicos para crianças e adolescentes.   | SES              | NÃO REALIZADO  | R\$ 0,00   |
| Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.      | RURALTINS        | 3.421 atendimentos em extensão rural   | R\$ 365.145,73   |
| Valorizar os profissionais da educação, priorizando a gestão democrática da escola pública, a remuneração digna, plano de carreira efetivo e formação de qualidade.                         | SEDUC            | Formação continuada de 4.165 profissionais e servidores<br>10 afastamentos para doutorado<br>5 afastamentos para mestrado<br>51 reformas<br>17 ampliações<br>3 construções<br>Instalação de 70 equipamentos de segurança PPCIP | R\$ 1.157.300,55<br>R\$ 2.806.684,15<br>R\$ 76.479.898,77<br>R\$ 15.404.318,51<br>R\$ 347.002,91<br>R\$ 4.856.127,51 |
| Ampliar o investimento e estabelecer parcerias com os municípios para a manutenção de estradas vicinais.  | AGETO            | Melhoramento de 402 km de estradas vicinais.<br>Restauração/conservação de 197 km de rodovias<br>Pavimentação de 27,8 kgm de trecho da Rodovia TO-020 (Campos Lindos ao KM 33)   | R\$ 1.600.587,94<br>R\$ 19.263.361,21<br>R\$ 57.063.732,21   |
| Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando estabelecer modelos de governança e gestão pública, voltada ao desenvolvimento de programas e projetos para captação de recursos. | Não identificado | -  | R\$ 0,00   |
| <b>TOTAL Investido nas demais prioridades da Região Norte</b>   |                  |  | <b>R\$ 179.344.159,49</b>  |

Fonte: SEPLAN, 2024.

Três dos cinco órgãos demandados na priorização da Região Norte realizaram entregas à população.

A exemplo das demais regiões pesquisadas, os órgãos que realizaram os maiores investimentos foram novamente a SEDUC e a AGETO.

A SEDUC investiu R\$ 101.051.332,40 (cento e um milhões, cinquenta e um mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta centavos) em aparelhamento, reformas, ampliação, aquisição de equipamentos e formação de professores na região, enquanto a AGETO investiu R\$ 77.927.681,36 (setenta e sete milhões, novecentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos) em pavimentação e melhorias de estradas da Região Norte.

Os investimentos destes órgãos, somados, totalizaram 99,79% de tudo o que foi investido em prioridades na região.

A Região Norte do Tocantins é a segunda maior região em termos populacionais no estado. Apesar de aglutinar o segundo maior volume populacional, esta foi a região com maior volume de recursos investidos em prioridades das Consultas Públicas do PPA 2020-2023, superando o investimento realizado na Região Central que abriga Palmas, a capital do estado.

Esta região também incluiu como prioridade uma ação de iniciativa popular que solicitou do estado a criação de uma clínica de recuperação de dependentes químicos para crianças e adolescentes. A Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins não executou esta prioridade, a exemplo do que ocorreu com as demais prioridades de iniciativa popular incluídas pela população nas demandas recebidas nas consultas públicas de 2019.

O não atendimento das demandas exógenas aos órgãos demonstrou que o estado deve desenvolver projetos próprios para atender aos pleitos da participação social propositiva, conforme discorrido em capítulo anterior.

### 5.3.9 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 19 – DEMAIS PRIORIDADES DA REGIÃO OESTE

O quadro a seguir apresenta as cinco demais prioridades escolhidas na Consulta Pública realizada na Região Oeste, com sede na cidade de Paraíso, seguidas de seus órgãos executores, as entregas realizadas e o investimento atribuído a cada entrega durante a execução do PPA 2020 e 2023 nesta região.

Quadro 39 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Oeste

| PRIORIZAÇÃO   | ÓRGÃO     | EXECUÇÃO FÍSICA   | EXECUÇÃO FINANCEIRA      |
|---|-----------|---|--------------------------|
| Qualificar a rede pública hospitalar, nos serviços de urgência/emergência com ampliação da oferta de leitos, leitos de UTI, UTI Neonatal, reabilitação, integrando a assistência hospitalar com uma política de tratamento em domicílio articulada com a atenção básica por meio de eficiente regulacão.  | SES       | Repasso regular da contrapartida da Farmácia Básica para 17 municípios                | R\$ 1.184.374,11         |
|   |           | Distribuição de 12 aparelhos de ultrassonografia para uso na assistência ao pré-natal | R\$ 1.860.000,00         |
|   |           | Realização de 4.359 cirurgias eletivas  | R\$ 6.606.495,65         |
| Ampliar e reestruturar a gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e distribuição de água nos municípios.   | ATS       | Extensão de RD  | R\$ 771.276,72           |
|   |           | Melhoria dos sistemas de distribuição   | R\$ 868.422,80           |
|   |           | Tratamento de água  | R\$ 171.457,21           |
| Ampliar o acesso à moradia digna, serviços de saneamento básico, ações de mobilidade e acessibilidade urbana.   | SECIHD    | Construção de 19 habitações de interesse social                                       | R\$ 1.037.610,52         |
| Proporcionar a regularização da produção da agricultura familiar para aumento da comercialização e distribuição pelo programa de aquisição de alimentos.  | RURALTINS | 3.246 atendimentos em extensão rural  | R\$ 340.802,68           |
| Construir, adequar, e equipar as unidades escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, bibliotecas, brinquedotecas, videoteca, aparelhos de som, multimídia, mobiliário adequado; aparato tecnológico que viabilize o monitoramento diário com câmeras. | SEDUC     | Aparelhamento de 48 unidades escolares (mesas, cadeiras e armários)                   | R\$ 7.037.926,33         |
|   |           | 38 reformas   | R\$ 31.617.382,85        |
|   |           | 10 ampliações   |                          |
|   |           | 1 construção  |                          |
|   |           | Instalação de 3 equipamentos de segurança PPCIP                                       |                          |
|   |           | 80 chromebooks  |                          |
|   |           | 34 notebooks  |                          |
|   |           | 2 carrinhos de recarga  | R\$ 327.050,06           |
| <b>TOTAL Investido nas demais prioridades da Região Oeste</b>   |           |   | <b>R\$ 51.822.798,94</b> |

Fonte: SEPLAN, 2024.

Todos os órgãos demandados na Região Oeste do Estado realizaram entregas em suas respectivas áreas de atuação.

Os maiores resultados obtidos na região foram apresentados pela SEDUC com um investimento de R\$ 38.982.359,24 (trinta e oito milhões, novecentos e oitenta e dois reais, trezentos e cinquenta e nove reais e vinte e quatro centavos) em aparelhamento, reformas, ampliação, aquisição de equipamentos e formação de professores.

O segundo maior nível de investimento na região foi executado pela SES com investimentos no valor de R\$ 9.650.869,76 (nove milhões, seiscentos e cinquenta mil, oitocentos e sessenta e nove reais e setenta e seis centavos) aplicados em repasses de contrapartida em farmácia básica para municípios, distribuição de aparelhos de ultrassonografia e realização de 4.359 cirurgias eletivas.

Juntas, a SEDUC e a SES foram responsáveis por 93% de tudo o que foi investido em priorizações na Região Oeste.

A (ATS) informou ter investido R\$ 1.811.156,73 (um milhão, oitocentos e onze mil, cento e cinquenta e seis reais e setenta e três centavos) em obras de extensão de redes de distribuição de água e melhoria dos sistemas de tratamento de água.

A SECIHD utilizou R\$ 1.037.610,52 (um milhão, trinta e sete mil, seiscentos e dez reais e cinquenta e dois centavos) em recursos para realizar uma entrega de 19 (dezenove) habitações de interesse social na região.

O RURALTINS também foi priorizado nesta região e informou ter gasto R\$ 340.802,68 (trezentos e quarenta mil, oitocentos e dois reais e sessenta e oito centavos) para executar 3.246 (três mil, duzentos e quarenta e seis) atendimentos em extensão rural na Região Oeste.

### 5.3.10 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 20 – DEMAIS PRIORIDADES DA REGIÃO JALAPÃO

Município sede: São Félix

Quadro 40 – Resultados das demais prioridades eleitas na Região Jalapão

| PRIORIZAÇÃO  | ÓRGÃO  | EXECUÇÃO FÍSICA   | EXECUÇÃO FINANCEIRA                |
|--|--------|---|------------------------------------|
| Fortalecer a atenção à saúde da mulher, na prevenção do câncer de colo de útero e mama, nos serviços de apoio, diagnósticos e terapêuticos.  | SES    | Repasse regular da contrapartida da Farmácia Básica para 8 municípios<br>Distribuição de 4 aparelhos de ultrassonografia para uso na assistência ao pré-natal   | R\$ 1.184.374,11<br>R\$ 620.000,00 |
| Implementar políticas de desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo, integrando-as regionalmente, considerando os aspectos materiais e imateriais da cultura local, patrimônio Histórico, cultural e ambiental, ampliando a rede de assistência técnica à agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto Ambiental. | SECTUR | 1ª oficina de gastronomia na comunidade Quilombola Barra de Aroeira em Santa Terezinha - TO. Capacitação de 19 pessoas.<br>Oficina de Planejamento e Efetivação de Roteiros de Turismo de Base Comunitária. Capacitação de 54 pessoas.<br>Capacitação na rede hoteleira no município de São Félix. Capacitação de 39 pessoas.<br>Realização de oficinas gastronômicas previstas no Projeto de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas comunidades quilombolas Rio Novo, Mumbuca, Prata e Barra do Aroeira. Capacitação de 56 pessoas.<br>Realização de oficinas de artesanato - gestão do negócio, tecnologia, designer e inovação. Capacitação de 39 pessoas.<br>Blitz educativa nas entradas da cidade de Ponte Alta do Tocantins e visita aos meios de hospedagem para orientação e sensibilização quanto a implantação do Selo TO Seguro. Capacitação de 45 pessoas. | R\$ 15.686,18<br>R\$ 11.226,75     |
|  |        | Festa da Colheita do Capim Dourado<br>Encontro de Violas de Buritis e Oficina de Transmissão de Saberes<br>Edital Dona Miúda - Reconhecimento de mestre, mestras, Grilos, Grupos de Cultura Populares e Tradicional e Aprendizes dos saberes e fazeres da cultura popular do Estado do Tocantins. Distribuição de 46 prêmios.<br>Festa da Rapadura<br>Festa da Colheita   | R\$ 38.082,75                      |
|  |        | Círculo gastronômico Mr. Bull   | R\$ 3.063.520,54                   |
|  |        | Realização das Oficinas, participação em audiências, visitas técnicas, viagens de intercâmbio, audiências públicas, levantamentos e diagnósticos em turismo, entre outras atividades referentes ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas Comunidades Tradicionais Quilombolas do Jalapão. Realização de 14 eventos  | R\$ 31.658,15                      |
|  |        | Realização de capacitação em Mateiros/TO, com a equipe técnica que atua nas Dunas para validação do sistema do voucher turístico; Validação de 03 (três) municípios (Aurora, Juarina e Mateiros) no SISMAPA.  | R\$ 29.306,25                      |

|   |  |  |                          |
|---|--|--|--------------------------|
| Construir, adequar e<br>aparelhar as UEs de forma a<br>integrar os ambientes físicos<br>garantir a acessibilidade,<br>capacitações dos<br>profissionais, climatização,<br>cobertura de quadras<br>poliesportivas, laboratórios<br>de ciências, informática,<br>parques infantis, refeitórios,<br>bibliotecas, brinquedoteca,<br>videoteca, aparelho de som,<br>multimídia, notebook para<br>professores, mobiliário<br>adequado, valorizar os<br>profissionais e seus<br>auxiliares, ampliar e<br>qualificar; garantia financeira<br>para manutenção e<br>reparação de frota. | SE DUC   | Aparelhamento de 20 unidades<br>escolares  | R\$ 2.913.484,42         |
|   |  | 11 reformas  | R\$ 3.820.608,57         |
|   |  | 4 ampliações   |                          |
|   | Implantação de 2 laboratórios móveis<br>para Unidades Escolares que ofertam<br>educação profissional | Aquisição de 1.360 chromebooks   | R\$ 176.313,60           |
|   |  | Aquisição de 100 notebooks   |                          |
|   |  | Aquisição de 34 Carrinhos de recarga   | R\$ 3.528.594,52         |
| Assegurar o repasse<br>financeiro para oferta dos<br>serviços e benefícios nos<br>CRAS e CREAS, como porta<br>de entrada para a<br>Assistência Social.  | SETAS  | Repasso de recursos do FECOEP<br>para 8 municípios, destinados a<br>benefícios eventuais da assistência<br>social no Estado. | R\$ 766.800,00           |
| Fortalecer a cooperação<br>entre Estado e municípios<br>visando estabelecer modelos<br>de governança e gestão<br>pública, voltada ao<br>desenvolvimento de<br>programas e projetos para<br>captação de recursos.  | -  | Não identificado   | R\$ 0,00                 |
| <b>TOTAL Investido nas demais prioridades da Região Oeste</b>   |  |  | <b>R\$ 16.199.655,84</b> |

Fonte: SEPLAN, 2024.

Os órgãos que realizaram os maiores investimentos na Região Jalapão foram SEDUC e SECTUR.

A SEDUC investiu R\$ 10.439.001,11 (dez milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, um real e onze centavos) em aparelhamento, reformas, ampliação, aquisição de equipamentos e formação de professores na região, enquanto a SECTUR investiu R\$ 3.189.480,62 (três milhões, cento e oitenta e nove mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e dois centavos) em eventos na área de divulgação do turismo, artesanato local, bem como em capacitação de rede hoteleira e profissionais da área de turismo.

Os investimentos destes órgãos, somados, totalizaram 84,12% de tudo o que foi investido em prioridades na região.

A SES destinou R\$ 1.804.374,11 (um milhão, oitocentos e quatro mil, trezentos e setenta e quatro reais e onze centavos) em recursos que foram aplicados em

contrapartida para farmácia básica nos municípios e distribuição de aparelhos de ultrassonografia.

A SETAS realizou repasses de recursos do FECOEP no valor de R\$ 766.800,00 (setecentos e sessenta e seis mil e oitocentos reais) para todos os 8 municípios que compõem esta região, respondendo à priorização referente a repasse de recursos financeiros para aplicação em serviços e benefícios nos CRAS e CREAS (assistência social).

O Estado do Tocantins investiu R\$ 627.940.097,89 (seiscentos e vinte e sete milhões, novecentos e quarenta mil, noventa e sete reais e oitenta e nove centavos) em ações e projetos relacionados às necessidades apontadas como demais prioridades em 10 (dez) regiões do Estado.

De um total de 50 (cinquenta) demais prioridades, foram realizados entregas e investimentos em 40 (quarenta) priorizações, atingindo, portanto, 80 % das priorizações eleitas.

O não atendimento às priorizações citadas deu-se sobretudo quanto à priorização “Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando estabelecer modelos de governança e gestão pública, voltada ao desenvolvimento de programas e projetos para captação de recursos”. Esta ação mostrava caráter transversal, tratando, no entanto, de uma generalização demasiada acerca de modelos de governança e gestão pública a serem desenvolvidos entre o Estado e municípios.

Segundo esta prioridade, o objetivo final demonstraria a necessidade de se desenvolver programas e projetos para captar recursos. Ocorre que a responsabilização e determinação de funções para esta agenda transversal não foi assimilada por nenhum dos órgãos consultados, dificultando inclusive identificar entre as dezenas de órgãos da administração direta do Estado, quais estariam incumbidos de tal empreitada.

O maior investimento na área de “demais prioridades” foi realizado na Região Norte do Estado, ocasionado sobretudo por ações sob responsabilidade da SEDUC. Este órgão, sozinho foi responsável por um investimento de R\$ 101.051.332,40 (cento e um milhões, cinquenta e um mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta centavos). Somado ao investimento de R\$ 77.927.681,36 (setenta e sete milhões, novecentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos) realizado pela

AGETO, a Região Norte do Tocantins aglutinou 28,56 % de todo o valor investido em demais prioridades.

A segunda posição em investimento em demais prioridades ficou com a Região Central, sendo encabeçada pelo investimento de R\$ 80.568.829,47 (oitenta milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos) realizados também pela Secretaria de Educação.

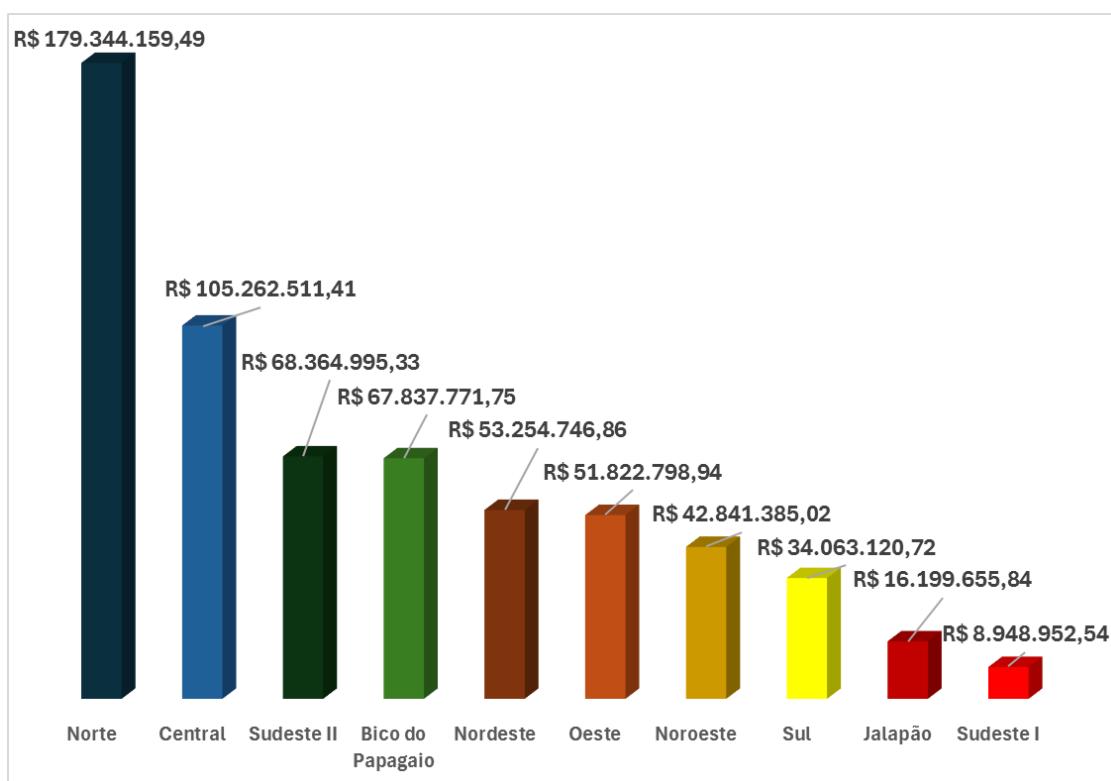
Outro grande investimento na Região Central foi realizado pela Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional, executando a construção de 351 (trezentos e cinquenta e uma) habitações de interesse social, com investimento de R\$ 19.168.489,16 (dezenove milhões, cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos) nesta região.

A SEDUC e a AGETO foram, portanto, responsáveis por quase que a totalidade dos investimentos nesta região do Tocantins.

As regiões Sudeste II e Bico do Papagaio mostraram-se quase empatadas na terceira e quarta posição no ranking regional de investimento, registrando R\$ 68.364.995,33 (sessenta e oito milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e cinco reais e trinta e três centavos) e R\$ 67.837.771,75 (sessenta e sete milhões, oitocentos e trinta e sete mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos) respectivamente.

A seguir, apresenta-se o gráfico da composição de investimentos realizados nas demais prioridades por região.

GRÁFICO 6 – Composição do Investimento nas “Demais Prioridades” – Por Região



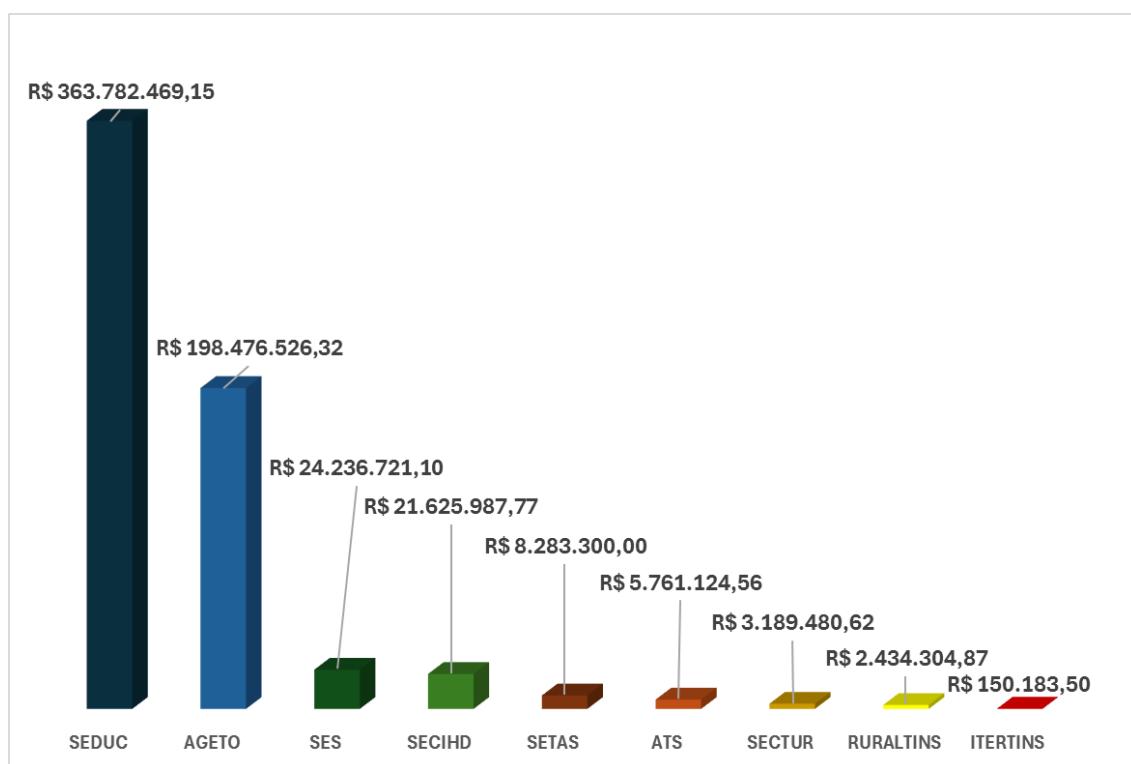
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

As regiões Nordeste e Oeste também registraram investimentos em prioridades quase empatados, registrando ambos, valores próximos a cinquenta e dois milhões de reais em cada região.

A exemplo do que foi verificado nos resultados obtidos em prioridade das prioridades, o orçamento de investimento aplicado nas demais 50 (cinquenta) priorizações, apresentou uma grande variação nos valores aplicados entre a região que recebeu maior investimento e a região que registrou a última posição no ranking. A Região Norte, primeira colocada, registrou 95% a mais de recursos do que a Região Sudeste I, última colocada no ranking.

A seguir, dar-se-á prosseguimento à análise dos resultados das demais prioridades, desta vez, utilizando-se a classificação por desempenho de cada órgão, conforme demonstra o gráfico 7.

GRÁFICO 7 – Composição do Investimento nas “Demais Prioridades” – Por Órgão



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

O maior investimento em demais prioridades foi realizado pela Secretaria de Educação, ocupando o top 3 do ranking de maiores entregas realizadas para a população no período e também como órgão com o maior investimento, totalizando R\$ 363.782.469,15 (trezentos e sessenta e três milhões, setecentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quinze centavos) investidos em 10 (dez) regiões.

O segundo maior nível de investimento foi realizado pela AGETO, totalizando R\$ 198.476.526,32 (cento e noventa e oito milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quinhentos e vinte e seis reais e trinta e dois centavos) investidos em 7 (sete) regiões do Estado.

A terceira posição em investimentos realizados em demais prioridades foi auferida pela Secretaria de Saúde (SES) com investimentos da ordem de R\$ 24.236.721,10 (vinte e quatro milhões, duzentos e trinta e seis mil, setecentos e vinte e um reais e dez centavos) em 7 (sete) regiões do Estado do Tocantins.

A Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional ocupa a 4<sup>a</sup> posição no ranking de investimentos com R\$ 21.625.987,77 (vinte e um milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos) alocados em construções de habitações de interesse social em 3 (três) regiões do estado.

A Secretaria do Trabalho e Assistência Social investiu R\$ 8.283.300,00 (oito milhões, duzentos e oitenta e três mil e trezentos reais) em 81 (oitenta e um) municípios distribuídos em 7 (sete) regiões do estado. Este investimento refere-se a repasse de recursos do Fundo Estadual de Combate a Erradicação da Pobreza (FECOEP) destinado a benefícios eventuais da assistência social no Estado, sendo repassados na verdade a todos os 139 (cento e trinta e nove) municípios do Tocantins.

Para este relatório, contabilizou-se os repasses apenas das regiões que priorizaram a assistência social nas consultas públicas. Com estes repasses, a SETAS ocupou a 5<sup>a</sup> posição no ranking de investimentos em demais prioridades.

A Agência Tocantinense de Saneamento (ATS) recebeu demandas de priorização nas regiões do Bico do Papagaio, Oeste e Sudeste II, alocando recursos em diversos serviços divididos principalmente em tratamento de água, extensão de redes de distribuição e melhorias dos sistemas de distribuição. Ao todo, os investimentos realizados pela ATS no período perfizeram a soma de R\$ 5.761.124,56 (cinco milhões, setecentos e sessenta e um mil, cento e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos), colocando o órgão na 6<sup>a</sup> posição em investimentos em demais prioridades das consultas públicas.

A Secretaria de Turismo foi priorizada apenas na região do Jalapão. Durante a vigência do PPA 2020-2023 o órgão realizou atividades relacionadas principalmente a apoio a eventos, festas regionais e capacitação de pessoas para o turismo na região. O investimento nas atividades turísticas do Jalapão correspondeu a R\$ 3.189.480,60 (três milhões, cento e oitenta e nove mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta centavos).

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS) prestou 22.915 (vinte e dois mil, novecentos e quinze) atendimentos

em extensão rural em 6 (seis) regiões do estado, desembolsando R\$ 2.434.304,87 (dois milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, trezentos e quatro reais e oitenta e sete centavos) no período. Este investimento colocou o RURALTINS na penúltima posição em investimentos dentre os órgãos de estado envolvidos nas priorizações.

O Instituto de Terras do Estado do Tocantins (ITERTINS) emitiu 248 (duzentos e quarenta e oito) títulos de domínio em três regiões onde recebeu priorização na área de regularização fundiária. Deste total, a maioria absoluta de títulos de domínio (237) foram emitidos na Região Central, 10 títulos na Região Nordeste e apenas 1 (um) título na Região Noroeste. Para a emissão destes títulos o RURALTINS informou ter gastado R\$ 150.183,50 (cento e cinquenta mil, cento e oitenta e três reais e cinquenta centavos), ocupando a 8<sup>a</sup> e última posição no ranking de investimentos por órgão.

Os investimentos realizados pela SEDUC e a AGETO, somados, contabilizaram 90 % de todo o investimento realizado pelos órgãos nas consultas públicas, colocando a educação e a infraestrutura como as contas de maior peso no que se refere as entregas relacionadas às consultas públicas no Estado.

A Secretaria de Saúde e a Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional realizaram investimentos próximos a vinte milhões de reais cada uma. Somando os investimentos destes dois órgãos, temos o segundo escalão de destaque de gastos relacionados às consultas públicas, sendo responsáveis por 7,34 % do total investido no período.

Os demais órgãos envolvidos nas priorizações, isto é, SETAS, ATS, RURALTINS e ITERTINS, contabilizaram investimentos de R\$ 16.628.912,93 (dezesseis milhões, seiscentos e vinte e oito mil, novecentos e doze reais e noventa e três centavos), o que corresponde a menos de 3% do que foi investido no período.

## 6.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo averiguar em que medida o Estado do Tocantins executou as prioridades escolhidas pela população nas 10 regiões contempladas pelas consultas públicas do PPA 2020-2023.

Quanto ao primeiro objetivo específico, relacionado à identificação das ações temáticas do PPA comprometidas com a realização das prioridades e os respectivos órgãos responsáveis, constatou-se duas questões importantes.

A grande maioria das assessorias técnicas dos órgãos acionados para que informassem o número das ações orçamentárias (temáticas) das quais foram empenhados os recursos financeiros para a realização das entregas previstas não informou a ação orçamentária que foi utilizada. Apenas quatro dos onze órgãos consultados informaram o número da ação orçamentária que constava do PPA 2020-2023. Obviamente, os recursos aplicados na execução das prioridades possuem um lastro financeiro, publicado por meio do PPA e da LOA ou, não teria sido possível realizar qualquer das entregas descritas nesta dissertação em virtude do trâmite burocrático, das ações de controle e dos relatórios de prestação de contas impostos aos órgãos públicos, tanto por parte da CGE, quanto do TCE.

No entanto, no que diz respeito à transparência do gasto público e da qualidade da informação, notou-se que algumas representações dos órgãos, em virtude de os dados terem sido solicitados pela SEPLAN e não por um órgão de controle oficial, não se ativeram a este detalhe importante da informação, isto é, relacionar o gasto realizado à fonte orçamentária específica.

A segunda questão relacionada ao primeiro objetivo específico relaciona-se com a identificação dos órgãos envolvidos na priorização. Neste quesito, não houve maiores dificuldades na identificação da responsabilidade direta dos órgãos estatais quanto à execução das prioridades escolhidas, com exceção de um único caso.

Apenas a prioridade “Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando estabelecer modelos de governança e gestão pública, voltada ao desenvolvimento de programas e projetos para captação de recursos” apresentou problemas que dificultaram sua vinculação a um órgão específico. O escopo da prioridade mostrou-se demasiadamente subjetivo, contemplando diversos conceitos muito abrangentes como cooperação entre Estado e municípios, modelos de governança e captação de recursos.

O generalismo e a imprecisão da prioridade geraria um esforço enorme de identificação de diferentes iniciativas e exigiria investigação de praticamente toda a estrutura de gestão do governo do Estado do Tocantins.

Além disso, a subjetividade da proposta também não permitiu identificar um objeto ou uma entrega direta à população pois os acordos, cooperações ou recursos captados poderiam ser utilizados para produzir uma gama de bens ou serviços fornecidos pelo Estado aos cidadãos, impossibilitando o estabelecimento de um produto a ser descrito na pesquisa realizada.

Por estes motivos, pode-se dizer que o primeiro objetivo específico desta pesquisa foi parcialmente concluído no que diz respeito à identificação das ações orçamentárias e parcialmente concluído no quesito identificação dos órgãos envolvidos na execução das prioridades.

O segundo objetivo específico consistiu em levantar as entregas realizadas e a execução financeira decorrente do orçamento de investimento prioritário destinado às prioridades eleitas nas consultas públicas do PPA 2020-2023.

Para cumprir este objetivo, foram enviados ofícios partindo da Secretaria de Planejamento e Orçamento e remetidos aos Secretários(as) dos órgãos ou Presidentes de autarquia já citados, solicitando que, a partir dos dados das ações temáticas e dos relatórios de execução financeira extraídos do SIAFE, preenchessem as planilhas anexadas aos ofícios e as remetesseem para a SEPLAN.

Os ofícios foram recebidos e deram subsídio para a elaboração de dois tipos de relatórios: Os relatórios de desempenho institucional, contendo uma análise de eficácia de execução física e financeira de cada órgão envolvido na pesquisa; e o relatório global de resultados das consultas públicas, ambos entregues para a Secretaria de Planejamento e Orçamento em 2024, contendo a análise dos resultados discriminados por órgão e região.

O maior problema desta pesquisa foi constatado nesta fase. Uma parte dos órgãos não informou a meta física inicial de suas prioridades regionais, mas apenas as quantidades de entregas que realizaram no período analisado. Ocorre que a ausência da meta inicial não permitiu realizar a comparação entre o previsto e o realizado, pois é desta comparação que se realiza a avaliação quanto a eficácia da política pública.

A ausência da maior parte das metas iniciais dos órgãos fez com que o escopo do projeto desta dissertação fosse alterado de uma proposta inicial de avaliação da

eficácia das políticas públicas decorrentes da participação popular no planejamento, para uma análise da execução financeira relacionados aos resultados das Consultas Públicas.

O terceiro objetivo específico da pesquisa consistiu em apresentar os resultados diretamente relacionados às prioridades escolhidas nas consultas públicas para o PPA 2020-2023 e a distribuição do investimento em cada região.

Este objetivo foi inteiramente atingido, conforme se pode depreender da leitura das tabelas (demonstrativos de resultados) contidos ao longo dos blocos II (Resultados das prioridades das prioridades) e III (Resultados das demais prioridades), pois apesar de muitos órgãos não informarem especificamente a ação orçamentária utilizada para financiar as priorizações, informaram as entregas realizadas, onde foram realizadas e o valor investido em cada uma, respondendo assim, na íntegra, o terceiro objetivo específico da dissertação.

Constatou-se que entre as 10 prioridades mais votadas nas 10 regiões do Estado do Tocantins, estiveram envolvidos 5 órgãos de Estado (Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria do Trabalho e Assistência Social e Secretaria de Infraestrutura).

Estes órgãos realizaram entregas variadas nos territórios tocantinenses com destaque para reformas, ampliações e aparelhamento de escolas estaduais, aquisição de equipamentos hospitalares, ampliação de hospital, realização de cirurgias eletivas, repasses de recursos para compra de medicamentos, contratação e treinamento de profissionais em segurança pública, repasse de recursos para assistência social em municípios e pavimentação/recuperação de estradas.

A execução financeira decorrente dos recursos investidos nas prioridades das prioridades totalizou R\$ 117.939.697,62 (cento e dezessete milhões, novecentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa e sete mil e sessenta e dois centavos) durante os anos de 2020 a 2023.

Entre as 50 prioridades com menor votação nas regiões (demais prioridades), estiveram envolvidos 11 órgãos de Estado (Secretaria da Educação, Agência de Transportes e Obras, Secretaria da Saúde, Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Urbano, Secretaria do Trabalho e Assistência Social, Agência Tocantinense de Saneamento, Polícia Militar, Secretaria do Turismo, Agência de Desenvolvimento Rural, Corpo de Bombeiros e Instituto de Terras do Tocantins.

Os órgãos estaduais envolvidos efetuaram entregas relacionadas a produtos ou serviços similares aos descritos anteriormente, perfazendo uma execução financeira de R\$ 627.940.097,89 (seiscentos e vinte e sete milhões, novecentos e quarenta mil, noventa e sete reais e oitenta e nove centavos) no mesmo período (2020 a 2023).

O Estado realizou 30 tipos de entregas entre obras, aquisição de produtos, e contratação de pessoas ou serviços nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, segurança pública, saneamento básico, regularização fundiária, entre outras apresentadas na tabela de tipos e valores médios de entregas apresentada no Bloco I da pesquisa.

O mapa da distribuição regional do investimento demonstrou que a Região Norte do Estado, com sede na cidade de Araguaína, concentrou sozinha 24,28% de todo o investimento realizado em priorizações. A região mais populosa do Estado (Central) com sede na capital Palmas, por exemplo, concentrou apenas 14,81% dos recursos ali investidos.

A terceira posição em investimento público em prioridades do PPA 2020-2023 ficou com a Região do Bico do Papagaio.

Localizada no extremo norte do Estado e com sede regional na cidade de Araguaatins, esta região recebeu investimentos da ordem de aproximadamente oitenta e sete milhões de reais, o que correspondeu a 11,68% do total investido em prioridades no período.

Estas três regiões juntas aglutinaram 50,77% do volume de recursos investido, contra os restantes 50% divididos entre as 7 outras regiões do Estado do Tocantins.

Chamou atenção a discrepância em investimentos verificada entre a Região Norte e a Região Sudeste I, última colocada no *ranking* de investimentos em prioridades.

A região Sudeste I, com sede na cidade de Taguatinga recebeu apenas R\$ 12.169.681,55 (doze milhões, cento e sessenta e nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta e cinco centavos) correspondendo apenas a 1,63% do volume de investimentos.

Não se pode afirmar que esta discrepância é fruto de algum descaso ou favorecimento de uma região em detrimento da outra, pois, esta pesquisa analisou o investimento financeiro através do recorte das prioridades advindas das Consultas

Públicas e não o valor global do investimento do Estado do Tocantins em todas as suas áreas de atuação.

O contingente populacional, o tamanho e a quantidade de cidades em cada região influenciam os valores investidos por cada órgão em sua respectiva área de atuação. O tipo de escolha prioritária que as populações fizeram também interferiram no volume de recursos que foi aplicado. Exemplo disso foi a pavimentação da rodovia que dá acesso ao Jalapão, que se mostrou a entrega mais cara realizada pelo estado em todo o rol de ações contempladas pelas Consultas Públicas de 2019. Em contrapartida a Região Sudeste II havia priorizado a estadualização de um Hospital e não foi atendida, não auferindo nenhum investimento na região, durante o período analisado.

As outras 6 regiões do Estado do Tocantins, porém, demonstraram certa homogeneidade na distribuição dos recursos. Estas regiões receberam investimentos entre cinquenta ou sessenta e oito milhões de reais cada uma, sendo a única constante próxima de uma uniformidade nos investimentos verificada por esta pesquisa.

Os resultados demonstrados pela alocação dos recursos no espaço geográfico pesquisado, podem indicar problemas na capacidade alocativa do orçamento do Estado, indicando a necessidade de realização de futuros trabalhos a investigação dos problemas que estariam ocasionando a lacuna de entregas verificada nestas áreas.

De todas as 60 priorizações eleitas em 2019, o Estado realizou ao menos alguma entrega em 49 delas (9 prioridades das prioridades e 40 demais prioridades), alcançando aproximadamente 82% de aderência das demandas referentes à participação popular no planejamento ao PPA.

A execução financeira total decorrente do orçamento de investimento destinado a todas as prioridades que obtiveram alguma entrega por parte do Estado foi de R\$ 745.879.795,51 (setecentos e quarenta e cinco milhões, oitocentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e um centavos).

Este investimento representou 14,50% do total dos investimentos realizados pelo poder executivo do Estado do Tocantins entre os anos de 2020-2023. Este percentual não indica, por si só, um indicador que aponte para qualquer nível de eficácia, eficiência ou efetividade. Por outro lado, a partir deste ponto, outras análises ou avaliações que investiguem o resultado direto de um processo de participação

popular a nível de planejamento, seja no Tocantins ou em outros estados que se interessem pelo tema, poderão ter, através deste percentual, uma base numérica comparativa para embasarem seus trabalhos.

Para atender ao quarto objetivo específico, foi elaborada uma nota técnica (além dos outros produtos entregues à SEPLAN) com apontamentos que sugeriram a melhoria quanto às dificuldades de acesso à informação encontradas na pesquisa. Os apontamentos sugeridos na nota técnica indicaram basicamente três iniciativas importantes:

- ✓ Discriminação do número da ação orçamentária que empenhou os recursos financeiros para execução de cada prioridade regional;
- ✓ Estipulação de meta física e financeira para as prioridades escolhidas nas consultas públicas; e
- ✓ Construção de um projeto ou carteira de projetos específica para atendimento às 10 (dez) prioridades das prioridades advindas das consultas públicas.

Os dois primeiros apontamentos poderão dar subsídios para que se realize uma avaliação de eficácia dos resultados das consultas públicas a serem realizadas para o PPA 2024-2027, uma vez que o apontamento e publicação da ação orçamentária e da meta física prevista para a prioridade permitirá a comparação entre o previsto e o realizado, indicando finalmente o grau de eficácia envolvida nas consultas públicas.

O terceiro apontamento da nota técnica visa conferir às prioridades eleitas um tratamento mais efetivo em questão de políticas públicas propriamente ditas. Até o momento, o Estado não determina um tratamento diferenciado para elaboração de políticas públicas para responder diretamente às prioridades escolhidas pela população, com análise do problema, diagnóstico situacional, entrevistas, definição de estratégias, orçamento, prazos, responsáveis e metas específicas para cada prioridade.

As Limitações da pesquisa estiveram relacionadas à ausência de critérios específicos de transparência da informação sobre a execução das políticas públicas relacionadas à participação social no Estado do Tocantins.

Os relatórios de consultas públicas puderam ser visualizados pois estavam disponibilizados no site da SEPLAN de forma organizada e identificada. No entanto, a identificação das ações do PPA que correspondiam às prioridades, causou grandes

dificuldades até mesmo para os técnicos das assessorias de planejamento dos órgãos envolvidos.

Se profissionais da área de planejamento apresentaram essa dificuldade, a população ou seus representantes não conseguiriam extrair esses resultados de uma documentação ampla e complexa como são os instrumentos de planejamento e orçamento públicos.

Caso as sugestões sejam implantadas no que diz respeito à estipulação de metas e projetos específicos para as prioridades regionais, futuras pesquisas poderão ser realizadas buscando finalmente avaliar a eficácia estatal na execução de políticas públicas voltadas ao atendimento das prioridades escolhidas pelas populações das regiões Tocantinenses.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Rafael; HENRIQUES, Suellem; LAQUINI, Natália. **PPA do Estado do Rio de Janeiro: Trajetória Recente, Funções e Propostas Futuras.** Boletim de Análise Político-Institucional. N 34. Mar.2023. Disponível em [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11847/1/BAPI\\_34\\_Artigo\\_4.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11847/1/BAPI_34_Artigo_4.pdf). Acesso em 26/2/2024 às 9:41h.

ADJAFRE, Giovana Augusta Moura; DIAS, José Ricardo Moreira, et.al. **Panorama das atividades de monitoramento e avaliação de políticas públicas pelo estado do Ceará.** Rev. Controle, Fortaleza, v. 17, n.1, p. 307-327, jan/jun, 2019. Disponível em <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/524/439>. Acesso em 20/2/2024 às 09:13h.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Planejamento no Brasil: memória histórica. Parcerias estratégicas,** Brasília, v. 18, n. 1, p. 157-190, 2004.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa.** 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Thomson, 2001. Disponível em [http://professor.ufop.br/sites/default/files/shei/files/alves\\_mazzotti\\_gewandsznajder\\_completo-1.pdf](http://professor.ufop.br/sites/default/files/shei/files/alves_mazzotti_gewandsznajder_completo-1.pdf). Acesso em 29-2-2024 às 10:41h.

AMARAL, Lucas Alves. **PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTEÚDO ESTRATÉGICO NOS PPAs ESTADUAIS.** Texto para discussão 1998 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3281/1/td\\_1998.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3281/1/td_1998.pdf). Acesso em: 22/5/2025.

ARANTES PAULO, Luiz Fernando. **PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica.** Revista do Serviço Público. 61 (2): 171-187. Abr/Jun 2010. Brasília: RSP, 2010. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/1620/1/O%20PPA%20como%20instrumento%20de%20planejamento%20e%20gest%C3%A3o%20estrat%C3%A3gica.pdf>. Acesso em 26/5/2025.

ARAÚJO, Anna Clara Ferreira de. **Planejamento Participativo: a experiência do processo de elaboração do Plano Plurianual Participativo de Natal/RN (2022-2025).** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Natal, RN, 2024. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/62522/1/Planejamentoparticipativoexperiencia\\_Araujo\\_2024.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/62522/1/Planejamentoparticipativoexperiencia_Araujo_2024.pdf). Acesso em 25/4/2025.

ATAÍDE, Luciano Quintão. **Democracia digital e planejamento estratégico de governo: um estudo sobre o Plano Plurianual Participativo do Estado da Bahia 2012-2015 e 2016-2019.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia,

Escola de Administração, Salvador, 2016. Disponível em:  
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/21426/1/Ata%c3%adde%2c%20Luciano%20Quint%c3%a3o.pdf>. Acesso em 21/3/2025.

ABELINO, D. P. **Planejamento, orçamento e participação social.** In: GIMENE, M.; COUTO, L. F. (Orgs.). Planejamento e orçamento público no Brasil. Brasília: Enap; Assecor, 2017.

AVRITZER, Leonardo. **O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço**

**crítico.** 2007, disponível em: [https://www.ufrgs.br/observaop/wp-content/uploads/2025/03/83-Leonardo\\_avritzer.pdf-OP-e-a-teoria-democratica-Balanco-critico.pdf](https://www.ufrgs.br/observaop/wp-content/uploads/2025/03/83-Leonardo_avritzer.pdf-OP-e-a-teoria-democratica-Balanco-critico.pdf). Acesso em 14/5/2025.

BARRETO, Wxley Ragne de Lima; DIAS, Thiago Ferreira. **O Planejamento Público e a Participação Social no Plano Plurianual Participativo 2018-2021 da Prefeitura do Natal/RN.** XLVI Encontro da ANPAD – EnANPAD. Maringá: Anpad, 2022. Disponível em:  
<https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/bd4d08cd70f4be1982372107b3b448ef.pdf>. Acesso em 7/3/2025.

BESERRA, Débora Nogueira. **O Processo de Elaboração do Plano Plurianual 2016-2019: desafios ao planejamento de políticas públicas pela ótica participativa.** Boletim de Análise Político-Institucional. n. 28. Abr.2021. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em  
[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10592/1/bapi\\_28\\_processo.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10592/1/bapi_28_processo.pdf). Acesso em 22/2/2024 às 09:20h.

BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Diretrizes para Consultas e Engajamento de Partes Interessadas em Projetos do BID.** Unidade de Salvaguardas Ambientais (VPS/ESG). [s.l.]: BID, 2013. Disponível em:  
<file:///C:/Users/87515326387/Downloads/Diretrizes-para-consultas-e-engajamento-de-partes-interessadas-em-projetos-do-BID.pdf>. Acesso em 11/2/2025.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.** Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Disponível em:  
<https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/4615/material/BOBbio%20-%20FUTURO%20DA%20DEMOCRACIA.pdf>. Acesso em 18/6/2025.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Instrumentos de Planejamento e Orçamento.** Brasília: Congresso Nacional, 2005. Texto de Vander Gontijo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/planejamento>. Acesso em 4/6/2025.

BRASIL. Congresso Nacional. Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. **Subsídios à apreciação do projeto de lei do Plano Plurianual para o período de 2020 a 2023.** Brasília: Congresso Nacional, 2019. (Nota Técnica Conjunta, n. 03/2019). Disponível em:

file:///C:/Users/87515326387/Downloads/Nota%20Tecnica\_PLPPA%202020-2023\_final\_web.pdf. Acesso em 2/6/2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 20/2/2024 às 10:19h.

BRASIL. Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos e Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Apresentação Instrumentos de Planejamento Federal e Desenvolvimento Regional**. [arquivo] Instrumentos de Planejamento Federal e DR – SEPLAN MP (2). Servidor de arquivos de rede da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins. Pasta DPGE/DPPP/ Diretoria/ Diretoria 2019/ PPA 2020-2023. Praça dos Girassóis, Palmas, Brasil.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000: Lei de Responsabilidade Fiscal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 de maio de 2000. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em 26/2/2024 às 14:35h.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleitorado Tocantinense é composto por 50,53% de mulheres e 49,47% de homens**. Matéria publicada no site oficial do TRE. Disponível em: <https://www.tre-to.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Agosto/eleitorado-tocantinense-e-composto-por-50-53-de-mulheres-e-49-47-de-homens>. Acesso em 20/6/2025.

CALMOM, Katya; GUSSO, Divonzir. **A experiência de avaliação do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal no Brasil**. Planejamento e políticas públicas, nº 25. Brasília:  
IPEA, jun./ dez. 2002. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4022/1/PPP\\_n25\\_Experiencia.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4022/1/PPP_n25_Experiencia.pdf). Acesso em 5/2/2025.

CAVALCANTE, Pedro Luíz. **O Plano Plurianual: resultados da mais recente reforma do Planejamento e Orçamento no Brasil**. Revista do Serviço Público Brasília 58 (2): 129-150 Abr./Jun. 2007. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/1386/1/2007%20Vol.58%2cn.2%20Cavalante.pdf>. Acesso em 13/5/2025.

CONTI, José Maurício. Planejamento e Responsabilidade Fiscal. In: SCAFF, Fernando Facury e CONTI, José Maurício (orgs.). **Lei de Responsabilidade Fiscal – 10 anos de Vigência – Questões Atuais**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, p. 39-56.

CONTI, José Maurício. **Levando o Direito Financeiro a Sério: a luta continua**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2018.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. **Das razões e vantagens do PPA como aliado estratégico para o processo de governar em sociedades democráticas complexas.** CARDOSO JÚNIOR, José Celso (Org.). **Planejamento Brasil Século XXI:** inovação institucional e refundação administrativa: elementos para o pensar e o agir. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5253/1/Planejamento%20Brasil%20s%C3%A3culo%20XXI.pdf>. Acesso em 16/4/2025.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso; COUTO, Leandro Freitas. **A FUNÇÃO DOS PLANOS PLURIANUAIS NO DIRECIONAMENTO DOS ORÇAMENTOS ANUAIS: AVALIAÇÃO DA TRAJETÓRIA DOS PPAS NO CUMPRIMENTO DA SUA MISSÃO CONSTITUCIONAL E O LUGAR DO PPA 2020-2023.** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9801/1/td\\_2549.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9801/1/td_2549.pdf). Acesso em 19/5/2025.

COSTA, D.M.D. **Vinte anos de orçamento participativo: análise das experiências em municípios brasileiros.** Cadernos de Gestão Pública e Cidadania. v. 15, n. 56. 2010. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/3190/2093>. Acesso em 29/1/2025 às 16:21h.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cesar. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos.** Rio de Janeiro 37 (5):969-92, Set./Out.2003. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Disponível em <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6509/5093>. Acesso em 29/2/2024.

COUTO, L. F. **Planejamento e orçamento participativos à luz da trajetória dos PPAs federais.** Revista Campo de Públicas: Conexões e Experiências, v. 1, n. 1, p. 51-69, jan./jul. 2022. Disponível em: [https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/30.03\\_Revista-6.-Planejamento-e-Orcamento-Participativos.pdf](https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/30.03_Revista-6.-Planejamento-e-Orcamento-Participativos.pdf). Acesso em: 26/5/2025.

COUTO, L.F.; CARDOSO JÚNIOR, José Celso. **Função dos Planos Pluripcionais no Direcionamento dos Orçamentos Anuais: Avaliação da Trajetória dos PPAs no Cumprimento da sua Missão Constitucional e o Lugar do PPA 2020-2023.** Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9801/1/td\\_2549.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9801/1/td_2549.pdf). Acesso em 26/5/2025.

DAHL, R. After the triumph: what next? In: Nelson Polsby e Raymond (orgs). **On Parties:** essay honoring Austin Ranney. Berkeley, Institute of Governmental Studies, 1998.

DALAQUA, Gustavo Hessmann. **Democracia representativa, consenso e conflito em J. S. Mill /** - São Paulo, USP, 2019. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-07112019-173316/publico/2019\\_GustavoHessmannDalaqua\\_VCorr\\_Port.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-07112019-173316/publico/2019_GustavoHessmannDalaqua_VCorr_Port.pdf). Acesso em 25/8/2023.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado.** 20 ed. São

Paulo: Saraiva. 1998. 307p. Disponível em:  
[https://docs.google.com/file/d/0B7SkIzUpoEx4UHFXNFBUbkltV1U/edit?pli=1&resourcekey=0-VozIN2WxO\\_k4rEU6FvVvtA](https://docs.google.com/file/d/0B7SkIzUpoEx4UHFXNFBUbkltV1U/edit?pli=1&resourcekey=0-VozIN2WxO_k4rEU6FvVvtA). Acesso em 28/4/2025.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** (Edição revista e atualizada em 2016). Artigo. São Paulo: 2016. Disponível em: <https://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/06/16-08podlocal-revisa%CC%83o-2016.pdf>. Acesso em 14/4/2025.

DROR, Yehezkel. **La Capacidad de Gobernar.** Fondo de Cultura Econômica. 1996.

DUTRA, Carlos Eduardo Aguiar de. **PARTICIPAÇÃO POPULAR E DESENVOLVIMENTO: a experiência de orçamento participativo no governo do Maranhão.** Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Facultad Latino-Americana de Ciencias Sociales, Fundación Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, año. 2023. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/19327/2/TFLACSO-2023CEDA.pdf>. Acesso em 16/4/2025.

ENGEL, Guido Irineu. Artigo **Pesquisa-ação**. Curitiba: Educar, n. 16, p. 181-191.2000. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/er/a/dDzfLYyDpPZ3kM9xNSqG3cw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 6/2/2025.

FERREIRA, Renato Potter Martins. **Efeitos da Experiência de Orçamento Participativo no Brasil. Dissertação** (mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2025. Disponível em  
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-14122023-173406/publico/RenatoPotterMartinsFerreiraOriginal.pdf>

FRANÇA, Viviane Souza. **Democracia participativa e planejamento estatal: o exemplo do plano plurianual do Município de Contagem.** Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2018. Disponível em  
[https://bib.pucminas.br/teses/Direito\\_FrancaVS\\_1.pdf](https://bib.pucminas.br/teses/Direito_FrancaVS_1.pdf). Acesso em 3/4/2025.

GARCIA, Queli Cristina Jonas. **PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO: Planejamento Político Cidadão?** Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC. São Paulo: UFABC, 2015.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **A Reorganização do Processo de Planejamento do Governo Federal: Texto para Discussão nº 726.** Brasil: IPEA, 2000. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2334/1/TD\\_726.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2334/1/TD_726.pdf). Acesso em 8/5/2025.

GENVIGIR, Darling Sílvia Maffato; GALVÃO, Elaine Galvão; TERUEL, Rosangela Portella. **Instrumentos de planejamento, gestão e monitoramento de políticas públicas** [livro eletrônico]. Londrina, PR: Ed. Das Auroras, 2021. - - (Coleção planejamento, gestão e controle social de políticas públicas: por mais participação das mulheres; v.3) PDF. Disponível em <https://books.google.com.br/books?hl=pt>

BR&lr=&id=cWJbEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA11&dq=%22monitoramento+e+avalia%C3%A7%C3%A3o%22++%2B+PPA&ots=o-qDfRSuUr&sig=tsbyrQTgMBYCVGLnDNBGT-YoU\_Y&redir\_esc=y#v=onepage&q=%22monitoramento%20e%20avalia%C3%A7%C3%A3o%22%20%20%2B%20PPA&f=false. Acesso em 12/3/2025.

GENRO, Tarso. **Instituições Políticas no Socialismo**. – 1<sup>a</sup> ed. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. – (Coleção Socialismo em Discussão). Disponível em: [https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2017/05/instituicoes\\_politicas\\_no\\_socialismo.pdf](https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2017/05/instituicoes_politicas_no_socialismo.pdf). Acesso em 14/4/2025.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz. **Planejamento e orçamento governamental**; coletânea. Organizadores: James Giacomoni e José Luiz Pagnussat. – Brasília: ENAP, 2006. 2 v. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/807/1/Colet%C3%A2nea%20Planejamento%20e%20Or%C3%A7amento%20-%20A%20experi%C3%A1ncia%20brasileira%20em%20planejamento%20econ%C3%B4mico.pdf>. Acesso em 21/5/2025.

GOMES, Vera Núbia Zandonadi. **Desencontros entre planejamento e controle na implementação de políticas públicas: análise do PPA 2016-2019 do Estado de Goiás e o controle de contas**. - São Paulo: Editora Dialética, 2023. Disponível em <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=YNewEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT136&dq=monitoramento+avalia%C3%A7%C3%A3o%22pol%C3%Adicas+p%C3%Ablicas%22+estadual+ppa&ots=YQvbWnb9IU&sig=h5XNEMz5k679YJvd1pB-z2G3jrg#v=onepage&q=monitoramento%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20%22pol%C3%Adicas%20p%C3%Ablicas%22%20estadual%20ppa&f=false> . Acesso em 20/02/2024 às 11:23h.

GOMES, Wilson. **Democracia digital: Que democracia?** In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010, v. , p. 241-259. Versão similar em: [http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/gt\\_ip-wilson.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/gt_ip-wilson.pdf). 2010. Acesso em 24/3/2025.

GRUGINSKIE, Gilson Alberto dos Santos. **A experiência do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã do Rio Grande do Sul – SISPARCI: um estudo de caso a partir da Primeira Conferência Estadual do Povo do Terreiro**. Dissertação (Magister em Estado, Gobierno y Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo. Porto Alegre: FLACSO/FPA, 2023. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/19111/2/TFLACSO-2023GASG.pdf>. Acesso em 18/3/2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: Resultados Preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to.html>. Acesso em: 18/6/2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em Desenvolvimento : Estado, planejamento e políticas públicas.** Brasília : Ipea, 2010. 270 p. 3 v. : gráfs., mapas, tabs. (Brasil: o Estado de uma Nação). Disponível em [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3801/1/Livro\\_Brasil\\_em\\_desenvolvimento\\_2010\\_v\\_3.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3801/1/Livro_Brasil_em_desenvolvimento_2010_v_3.pdf). Acesso em 6/3/2025.

LEMOS, Rodrigo Silva; JÚNIOR, Antônio Pereira Magalhães; WSTANE, Carla. **Planejamento e gestão territorial: reflexões a partir da modernidade, da ciência e da participação social.** Caderno de Geografia, v.29, n.58, 2019. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/19570/15062>. Acesso em 11/8/2023.

LOPES, Gustavo Andrey Fernandes; GRIN, Eduardo José; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho; REHNER, Marcos. **E os Estados? Federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas no Brasil contemporâneo** (Capítulo 16). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2023. Disponível em [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12032/1/E\\_os\\_Estados\\_Cap16.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12032/1/E_os_Estados_Cap16.pdf). Acesso em 28/2/2024.

MACEDO, Ramon Novaes de. **Democracia e participação social no plano plurianual participativo (2014-2017) do município de Quixabeira-BA.** Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, 2019. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/17295/2/TFLACSO-2021RNM.pdf>. Acesso em 7/5/2025.

MAGALHÃES, Álvaro. **Planejamento e Orçamento Participativo: do caso de Porto Alegre a apontamentos para um sistema nacional.** Boletim de Análise Político-Institucional. N 34. Mar.2023. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11827/8/BAPI\\_34\\_Artigo\\_7.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11827/8/BAPI_34_Artigo_7.pdf). Acesso em 26/5/2025.

MATSUDA, Yasuhiko; SHEPHERD, Geoffrey e WENCESLAU, Juliana. **Gestão e Avaliação no Contexto do Plano Plurianual (PPA); Institucionalização sem Impacto?.** Relatório produzido por funcionários do Banco Mundial a pedido do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não consistindo estudo oficial do BIRD. Brasília, nov. 2006.

MATUS, C. MAKON. **Política, Planejamento e Governo.** IPEA. 1993. Disponível em: file:///C:/Users/87515326387/Downloads/politica\_planejamento\_governo\_t1.pdf. Acesso em 13/5/2025.

MATUS, C. MAKON, M. ARRIECHE, V. **Bases Teóricas do Orçamento por Programa.** Revista ABOP, v. 5, no1, abr. 1980. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/873/1/Colet%C3%A2nea%20Planejamento%20e%20Or%C3%A7amento%20>

%20%20Reforma%20gerencial%20dos%20processos%20de%20planejamento%20e%20or%C3%A7amento.pdf. Acesso em 13/5/2025.

MENDES, Constantito Cronemberger; SOUZA, Thiago Silva; ABREU, Welles Matias de. **Plano Plurianual 2016-2019: REALISMO E ADERÊNCIA**. Boletim de análise político institucional. n. 28. Abril de 2021. Disponível em [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10584/4/bapi\\_28\\_plano.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10584/4/bapi_28_plano.pdf). Acesso em 21/2/2024 às 09:12h.

MENEGUELLO, Raquel. Entrevista: **Brasil vive uma crise de desconfiança política**. [Entrevista concedida a Alessando Silva]. Campinas: Portal da Unicamp, 2013. Disponível em <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/573/brasil-vive-crise-de-confianca-politica-diz-rachel-meneguello>. Acesso em 22/8/2023.

MORONI, J. **O direito à participação no governo Lula**. In: AVRITZER, L. (Org). Experiências nacionais de participação social. Belo Horizonte: Cortez; UFMG, 2010. Disponível em: [https://www.icsw.org/images/docs/Events/2006\\_Brazil/19\\_07\\_PDF/joseantonio\\_moroni.pdf](https://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/19_07_PDF/joseantonio_moroni.pdf). Acesso em 22/5/2025.

OLIVEIRA, João Narclécio Fernandes de. **A participação da sociedade no plano plurianual (PPA) do Estado do Ceará: avaliando o planejamento público participativo no Vale do Jaguaribe (2016-2019)** Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2019. Disponível em [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/46361/1/2019\\_dis\\_jnfoliveira.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/46361/1/2019_dis_jnfoliveira.pdf). Acesso em: 3/2/2025.

OLIVEIRA, Valéria Rezende de. **Participação social nos planos plurianuais do governo federal: uma história recente. Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento (RBPO)**. Volume 3, nº 1. 2013. pág. 24 – 43. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao%20nos%20ppas%20da%20unio.pdf>. Acesso em 22/5/2025.

PINTO, Élida Graziane. **Planejamento à frente do orçamento: um resgate em prol do devido processo de ordenação legítima de prioridades**. Revista eletrônica Campo de Públicas: conexões e experiências.v.1 n.1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022. Disponível em: <https://repositorio.fjp.mg.gov.br/server/api/core/bitstreams/42b6c077-f4c6-41a0-a49d-96af97aa3a63/content>. Acesso em: 5/5/2025.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The concept of representation**. Berkley: University of California Press, 1972.

PRZEWORSKI, Adam. Livro: **Crises da Democracia**. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Editora Zahar, 2020. Disponível em [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang\\_pt&id=QjnnDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=democracia&ots=Fa\\_oe28zol&sig=24DqGGNTRobuBKorR8WCBOI9WyY#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=QjnnDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=democracia&ots=Fa_oe28zol&sig=24DqGGNTRobuBKorR8WCBOI9WyY#v=onepage&q&f=false). Acesso em 22/8/2023.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Orçamentos Participativos Digitais:** Um Mapeamento mundial das experiências já realizadas e suas contribuições para e-participação e e-democracia. 2014. 361 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/25219/1/Tese-Rafael%20Cardoso%20Sampaio-2014.pdf>. Acesso em 24/3/2025.

SCAVO, Davide Giacobbo. **A teoria democrática e a participação popular: as trajetórias participativas no Recife e em Módena /** Davide Giacobbo Scavo. – 2010. 166 f.: il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Natal, 2010. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/13604/1/TeoriaDemocr%C3%A1ticaParticipa%C3%A7%C3%A3o\\_Scavo\\_2010.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/13604/1/TeoriaDemocr%C3%A1ticaParticipa%C3%A7%C3%A3o_Scavo_2010.pdf). Acesso em 11/4/2025.

SANTOS, E. A. V. **O confronto entre o planejamento governamental e o PPA.** In: CARDOSO JUNIOR, J. C. (Org.). A reinvenção do planejamento governamental no Brasil. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3182/1/A%20reinven%C3%A7%C3%A3o%20do%20planejamento%20governamental%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 19/5/2025.

SILVA, Juvêncio Borges; IZÁ, Adriana de Oliveira. **A Importância da Participação Popular na Elaboração do Orçamento e os Limites Estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para a Administração Pública.** 2020. Disponível em <file:///C:/Users/87515326387/Downloads/598-2411-1-PB.pdf>. Acesso em 8/8/2023 às 11:23h.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conceito teórico e metodológico da pesquisa avaliativa.** In: SILVA, Maria Ozanira da Silva (Org.). Pesquisa avaliativa: aspectos teóricos metodológicos.2. ed. São Paulo: Veras, 2013

SIMÕES, G. L.; SIMÕES, J. M. Reflexões sobre o conceito de participação social no contexto brasileiro. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas.** UFMA, v. 25, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/reflexoes-sobre-o-conceito-de-participacao-social-no-contexto-brasileiro.pdf>. Acesso em: 15 de mar. de 2023.

SOARES, Carla Giane da Cunha. **AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS: tendências recentes e experiências no Brasil.** Porto Alegre: Revista Estudos de Planejamento – Edição n. 12, dez. 2018. Disponível em <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/estudos-planejamento/article/view/4298/4056>. Acesso em 29/2/2024 às 14:38h.

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão 2.515/2019. **Acompanhamento do planejamento governamental com enfoque na elaboração do PPA 2020-2023.** Brasília: TCU, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao->

completo/2515%252F2019/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520?uuid=4f13c210-f440-11e9-b3a0-fdd44e132ab1. Acesso em 2/6/2025.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação** [livro eletrônico]. -1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2022. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=OTSDEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=pesquisa-a%C3%A7%C3%A3o&ots=vbBAPLsPng&sig=JicBvC3O1AhuPlhZvNFR4KLnQxA#=onepage&q=pesquisa-a%C3%A7%C3%A3o&f=false>. Acesso em 6/2/2025.

TOCANTINS, 2019. **Plano Plurianual 2020-2023 – Consultas Públicas**. Disponível em: [https://ppa.seplan.to.gov.br/site/document/TO\\_SEFAZ\\_APRESENTACAO\\_CONSULTAS\\_PUBLICAS\\_EIXOS\\_TEMATICOS.pdf](https://ppa.seplan.to.gov.br/site/document/TO_SEFAZ_APRESENTACAO_CONSULTAS_PUBLICAS_EIXOS_TEMATICOS.pdf). Acesso em: 25/5/2024.

TOCANTINS. **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS**. Palmas, Diário Oficial do Estado do Tocantins, 1989. Disponível em [https://www.al.to.leg.br/arquivos/documento\\_68367.PDF#dados](https://www.al.to.leg.br/arquivos/documento_68367.PDF#dados). Acesso em 26/2/2024 às 10:38h.

TOCANTINS. **Lei nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019: PPA do Quadriênio 2020-2023 do Estado do Tocantins**. Palmas: Diário Oficial do Estado do Tocantins, 2019. Disponível em [http://servicos.casacivil.to.gov.br/leis/resources/pdf/lei\\_3621.pdf;jsessionid=CC95C066E22CB4E06ED9D52E5FEC6955#:~:text=dezembro%20de%202019.-,Institui%20o%20Plano%20Plurianual%20do%20Estado,para%20o%20quadri%C3%AAAnio%202020%2D2023](http://servicos.casacivil.to.gov.br/leis/resources/pdf/lei_3621.pdf;jsessionid=CC95C066E22CB4E06ED9D52E5FEC6955#:~:text=dezembro%20de%202019.-,Institui%20o%20Plano%20Plurianual%20do%20Estado,para%20o%20quadri%C3%AAAnio%202020%2D2023). Acesso em 26/2/2024 às 10:14h.

TOCANTINS. **Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027. Versão 2024**. Palmas: SEPLAN, 2024. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/398232>. Acesso em 29/2/2024 às 15:29h.

TOCANTINS, 2019. **Mapa das Consultas Públicas**. [arquivo]. Servidor de arquivos de rede da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins. Pasta DPGE/ DPPP/ Diretoria/ Diretoria 2019/ PPA 2020-2023. Praça dos Girassóis, Palmas, Brasil.

TOCANTINS. **Tocantins 2030: O futuro do Estado e o Estado do futuro**. Palmas: SEPLAN, 2015. Disponível em <https://www.to.gov.br/seplan/planejamento-do-estado/7aues0v8sxm5>. Acesso em 7/4/2025.

TRE – TO - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS. **Estatística do Eleitorado do Tocantins (2024)**. Palmas: TRE, 2024. Disponível em: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/home?p0\\_uf=TO&session=106857505175879](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/home?p0_uf=TO&session=106857505175879). Acesso em 23/9/2025.

VEQUI, Matheus José e FERNANDES, Eduardo Augusto. **AS INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA ATENIENSE**. Anais de Constitucionalismo, Transnacionalidade e Sustentabilidade. Itajaí. Vol. 7. n 1. 2020. Disponível em <https://periodicos.univali.br/index.php/acts/article/view/17131>. Acesso em 15/6/2025.

**APÊNDICE A – Ofícios expedidos aos órgãos do executivo – Solicitação de informações sobre execução física e financeira nos anos de 2020 a 2024.**

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

**TOCANTINS**  
GOVERNO DO ESTADO



**OFÍCIO N° 2024/DPI/SP**

A Sua Excelência o Senhor  
**MÁRCIO PINHEIRO RODRIGUES**  
Presidente da Agência Tocantinense de Transportes e Obras (AGETO)  
**N E S T A**

**Assunto: Apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020/2023**

**Senhor Presidente,**

Considerando o encerramento do PPA 2020-2023 e prosseguindo a apuração final dos resultados referentes as prioridades eleitas nas consultas públicas do referido ciclo orçamentário, a Secretaria do Planejamento e Orçamento, solicita a Vossa Excelência, o encaminhamento dos resultados das prioridades sob execução deste órgão executadas durante o ano de 2023.

No anexo, consta planilha previamente preenchida com os resultados anteriormente enviados por este órgão, referentes aos anos de 2020 a 2022, devendo serem encaminhadas à SEPLAN tão somente os novos dados sobre a execução realizada em 2023.

A planilha em anexo, via formato PDF, será também encaminhada a assessoria de planejamento deste órgão em formato eletrônico para preenchimento e posterior envio à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica da SEPLAN. Maiores informações poderão ser solicitadas aos servidores Daniel Guedes, Gerência de Monitoramento e avaliação, whatsapp (63) 9 8144-4909 ramal 3212-4508, e-mail [danielgueedes2@hotmail.com](mailto:danielgueedes2@hotmail.com) e Silvia Rodrigues, Gerência de Planejamento Setorial, ramal 3212-4483, e-mail [dpseplan@gmail.com](mailto:dpseplan@gmail.com).

**Atenciosamente,**

*Assinatura Eletrônica*  
**SERGISLEI SILVA DE MOURA**  
Secretário do Planejamento e Orçamento



**OFÍCIO N° 2024/DP/SP**

A Sua Exceléncia o Senhor

**ANTONIO DAVI GOVEIA JÚNIOR**

Presidente da Agência Tocantinense de Saneamento

**N E S T A**

**Assunto: Apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020/2023**

**Senhor Presidente,**

Considerando o encerramento do PPA 2020-2023 e prosseguindo a apuração final dos resultados referentes as prioridades eleitas nas consultas públicas do referido ciclo orçamentário, a Secretaria do Planejamento e Orçamento, solicita a Vossa Exceléncia, o encaminhamento dos resultados das prioridades sob execução deste órgão executadas durante o ano de 2023.

No anexo, consta planilha previamente preenchida com os resultados anteriormente enviados por este órgão, referentes aos anos de 2020 a 2022, devendo serem encaminhadas à SEPLAN tão somente os novos dados sobre a execução realizada em 2023.

A planilha em anexo, via formato PDF, será também encaminhada a assessoria de planejamento deste órgão em formato eletrônico para preenchimento e posterior envio à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica da SEPLAN. Maiores informações poderão ser solicitadas aos servidores Daniel Guedes, Gerência de Monitoramento e avaliação, whatsapp (63) 9 8144-4909 ramal 3212-4508, e-mail [danielgueedes2@hotmail.com](mailto:danielgueedes2@hotmail.com) e Sílvia Rodrigues, Gerência de Planejamento Setorial, ramal 3212-4483, e-mail [dpseplan@gmail.com](mailto:dpseplan@gmail.com).

**Atenciosamente,**

*Assinatura Eletrônica*

**SERGISLEI SILVA DE MOURA**  
Secretário do Planejamento e Orçamento

**OFÍCIO N° 2024/DP/SP**

A Sua Exceléncia o Senhor  
**CEL. PETERSON QUEIROZ DE ORNELAS**  
Comandante Geral do Corpo de Bombeiros da Policia Militar  
**N E S T A**

**Assunto: Apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020/2023**

**Senhor Presidente,**

Considerando o encerramento do PPA 2020-2023 e prosseguindo a apuração final dos resultados referentes as prioridades eleitas nas consultas públicas do referido ciclo orçamentário, a Secretaria do Planejamento e Orçamento, solicita a Vossa Exceléncia, o encaminhamento dos resultados das prioridades sob execução deste órgão executadas durante o ano de 2023.

No anexo, consta planilha previamente preenchida com os resultados anteriormente enviados por este órgão, referentes aos anos de 2020 a 2022, devendo serem encaminhadas à SEPLAN tão somente os novos dados sobre a execução realizada em 2023.

A planilha em anexo, via formato PDF, será também encaminhada a assessoria de planejamento deste órgão em formato eletrônico para preenchimento e posterior envio à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica da SEPLAN. Maiores informações poderão ser solicitadas aos servidores Daniel Guedes, Gerência de Monitoramento e avaliação, whatsapp (63) 9 8144-4909 ramal 3212-4508, e-mail [danielgueedes2@hotmail.com](mailto:danielgueedes2@hotmail.com) e Silvia Rodrigues, Gerência de Planejamento Setorial, ramal 3212-4483, e-mail [dpseplan@gmail.com](mailto:dpseplan@gmail.com).

**Atenciosamente,**

**Assinatura Eletrônica**  
**SERGISLEI SILVA DE MOURA**  
Secretário do Planejamento e Orçamento

**OFÍCIO N° 2024/DP/SP**

A Sua Excelência o Senhor  
**THIAGO LOPES BENFICA**  
Secretário de Cidades, Habitação e Desenvolvimento Urbano  
**N E S T A**

**Assunto: Apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020/2023**

Senhor Presidente,

Considerando o encerramento do PPA 2020-2023 e prosseguindo a apuração final dos resultados referentes as prioridades eleitas nas consultas públicas do referido ciclo orçamentário, a Secretaria do Planejamento e Orçamento, solicita a Vossa Excelência, o encaminhamento dos resultados das prioridades sob execução deste órgão executadas durante o ano de 2023.

No anexo, consta planilha previamente preenchida com os resultados anteriormente enviados por este órgão, referentes aos anos de 2020 a 2022, devendo serem encaminhadas à SEPLAN tão somente os novos dados sobre a execução realizada em 2023.

A planilha em anexo, via formato PDF, será também encaminhada a assessoria de planejamento deste órgão em formato eletrônico para preenchimento e posterior envio à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica da SEPLAN. Maiores informações poderão ser solicitadas aos servidores Daniel Guedes, Gerência de Monitoramento e avaliação, whatsapp (63) 9 8144-4909 ramal 3212-4508, e-mail [danielguedes2@hotmail.com](mailto:danielguedes2@hotmail.com) e Sílvia Rodrigues, Gerência de Planejamento Setorial, ramal 3212-4483, e-mail [dpseplan@gmail.com](mailto:dpseplan@gmail.com).

Atenciosamente,

Assinatura Eletrônica  
**SERGISLEI SILVA DE MOURA**  
Secretário do Planejamento e Orçamento

**OFÍCIO N° 2024/DP/SP**

A Sua Excelência o Senhor  
**ROBSON MOURA FIGUEIREDO**  
Presidente do **ITERTINS**  
**N E S T A**

**Assunto: Apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020/2023**

Senhor Presidente,

Considerando o encerramento do PPA 2020-2023 e prosseguindo a apuração final dos resultados referentes as prioridades eleitas nas consultas públicas do referido ciclo orçamentário, a Secretaria do Planejamento e Orçamento, solicita a Vossa Excelência, o encaminhamento dos resultados das prioridades sob execução deste órgão executadas durante o ano de 2023.

No anexo, consta planilha previamente preenchida com os resultados anteriormente enviados por este órgão, referentes aos anos de 2020 a 2022, devendo serem encaminhadas à SEPLAN tão somente os novos dados sobre a execução realizada em 2023.

A planilha em anexo, via formato PDF, será também encaminhada a assessoria de planejamento deste órgão em formato eletrônico para preenchimento e posterior envio à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica da SEPLAN. Maiores informações poderão ser solicitadas aos servidores Daniel Guedes, Gerência de Monitoramento e avaliação, whatsapp (63) 9 8144-4909 ramal 3212-4508, e-mail [danielgueedes2@hotmail.com](mailto:danielgueedes2@hotmail.com) e Sílvia Rodrigues, Gerência de Planejamento Setorial, ramal 3212-4483, e-mail [dpseplan@gmail.com](mailto:dpseplan@gmail.com).

Atenciosamente,

*Assinatura Eletrônica*  
**SERGISLEI SILVA DE MOURA**  
Secretário do Planejamento e Orçamento



OFÍCIO N° 2024/DP/SP

A Sua Excelência o Senhor

**CEL. MÁRCIO ANTÔNIO BARBOSA DE MENDONÇA**

Comandante Geral da Polícia Militar

**N E S T A**

Assunto: Apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020/2023

Senhor Presidente,

Considerando o encerramento do PPA 2020-2023 e prosseguindo a apuração final dos resultados referentes as prioridades eleitas nas consultas públicas do referido ciclo orçamentário, a Secretaria do Planejamento e Orçamento, solicita a Vossa Excelência, o encaminhamento dos resultados das prioridades sob execução deste órgão executadas durante o ano de 2023.

No anexo, consta planilha previamente preenchida com os resultados anteriormente enviados por este órgão, referentes aos anos de 2020 a 2022, devendo serem encaminhadas à SEPLAN tão somente os novos dados sobre a execução realizada em 2023.

A planilha em anexo, via formato PDF, será também encaminhada a assessoria de planejamento deste órgão em formato eletrônico para preenchimento e posterior envio à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica da SEPLAN. Maiores informações poderão ser solicitadas aos servidores Daniel Guedes, Gerência de Monitoramento e avaliação, whatsapp (63) 9 8144-4909 ramal 3212-4508, e-mail [danielguedes2@hotmail.com](mailto:danielguedes2@hotmail.com) e Silvia Rodrigues, Gerência de Planejamento Setorial, ramal 3212-4483, e-mail [dpseplan@gmail.com](mailto:dpseplan@gmail.com).

Atenciosamente,

Assinatura Eletrônica

**SERGISLEI SILVA DE MOURA**

Secretário do Planejamento e Orçamento

**OFÍCIO N° 2024/DP/SP**

A Sua Exceléncia o Senhor  
**WASHINGTON LUIS CAMPOS AYRES**  
Presidente do Ruraltins  
**N E S T A**

**Assunto: Apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020/2023**

**Senhor Presidente,**

Considerando o encerramento do PPA 2020-2023 e prosseguindo a apuração final dos resultados referentes as prioridades eleitas nas consultas públicas do referido ciclo orçamentário, a Secretaria do Planejamento e Orçamento, solicita a Vossa Exceléncia, o encaminhamento dos resultados das prioridades sob execução deste órgão executadas durante o ano de 2023.

No anexo, consta planilha previamente preenchida com os resultados anteriormente enviados por este órgão, referentes aos anos de 2020 a 2022, devendo serem encaminhadas à SEPLAN tão somente os novos dados sobre a execução realizada em 2023.

A planilha em anexo, via formato PDF, será também encaminhada a assessoria de planejamento deste órgão em formato eletrônico para preenchimento e posterior envio à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica da SEPLAN. Maiores informações poderão ser solicitadas aos servidores Daniel Guedes, Gerência de Monitoramento e avaliação, whatsapp (63) 9 8144-4909 ramal 3212-4508, e-mail [danielgueDES2@hotmail.com](mailto:danielgueDES2@hotmail.com) e Silvia Rodrigues, Gerência de Planejamento Setorial, ramal 3212-4483, e-mail [dpseplan@gmail.com](mailto:dpseplan@gmail.com).

**Atenciosamente,**

*Assinatura Eletrônica*  
**SERGISLEI SILVA DE MOURA**  
Secretário do Planejamento e Orçamento



OFÍCIO N° 2024/DP/SP

A Sua Excelência o Senhor  
**HERCY AYRES RODRIGUES FILHO**  
Secretário da Cultura e Turismo  
**N E S T A**

Assunto: Apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020/2023

Senhor Presidente,

Considerando o encerramento do PPA 2020-2023 e prosseguindo a apuração final dos resultados referentes as prioridades eleitas nas consultas públicas do referido ciclo orçamentário, a Secretaria do Planejamento e Orçamento, solicita a Vossa Excelência, o encaminhamento dos resultados das prioridades sob execução deste órgão executadas durante o ano de 2023.

No anexo, consta planilha previamente preenchida com os resultados anteriormente enviados por este órgão, referentes aos anos de 2020 a 2022, devendo serem encaminhadas à SEPLAN tão somente os novos dados sobre a execução realizada em 2023.

A planilha em anexo, via formato PDF, será também encaminhada a assessoria de planejamento deste órgão em formato eletrônico para preenchimento e posterior envio à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica da SEPLAN. Maiores informações poderão ser solicitadas aos servidores Daniel Guedes, Gerência de Monitoramento e avaliação, whatsapp (63) 9 8144-4909 ramal 3212-4508, e-mail [danielgueedes2@hotmail.com](mailto:danielgueedes2@hotmail.com) e Silvia Rodrigues, Gerência de Planejamento Setorial, ramal 3212-4483, e-mail [dpseplan@gmail.com](mailto:dpseplan@gmail.com).

Atenciosamente,

Assinatura Eletrônica  
**SERGISLEI SILVA DE MOURA**  
Secretário do Planejamento e Orçamento

**OFÍCIO N° 2024/DP/SP**

A Sua Exceléncia o Senhor  
**EDER MARTINS FERNANDES**  
Secretário da Educação  
**N E S T A**

**Assunto: Apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020/2023**

**Senhor Presidente,**

Considerando o encerramento do PPA 2020-2023 e prosseguindo a apuração final dos resultados referentes as prioridades eleitas nas consultas públicas do referido ciclo orçamentário, a Secretaria do Planejamento e Orçamento, solicita a Vossa Exceléncia, o encaminhamento dos resultados das prioridades sob execução deste órgão executadas durante o ano de 2023.

No anexo, consta planilha previamente preenchida com os resultados anteriormente enviados por este órgão, referentes aos anos de 2020 a 2022, devendo serem encaminhadas à SEPLAN tão somente os novos dados sobre a execução realizada em 2023.

A planilha em anexo, via formato PDF, será também encaminhada a assessoria de planejamento deste órgão em formato eletrônico para preenchimento e posterior envio à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica da SEPLAN. Maiores informações poderão ser solicitadas aos servidores Daniel Guedes, Gerência de Monitoramento e avaliação, whatsapp (63) 9 8144-4909 ramal 3212-4508, e-mail [danielguedes2@hotmail.com](mailto:danielguedes2@hotmail.com) e Sílvia Rodrigues, Gerência de Planejamento Setorial, ramal 3212-4483, e-mail [dpseplan@gmail.com](mailto:dpseplan@gmail.com).

**Atenciosamente,**

*Assinatura Eletrônica*  
**SERGISLEI SILVA DE MOURA**  
Secretário do Planejamento e Orçamento



OFÍCIO N° 2024/DP/SP

A Sua Exceléncia o Senhor  
**AFONSO PIVA DE SANTANA**  
Secretário de Estado da Saúde  
**N E S T A**

**Assunto: Apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020/2023**

**Senhor Presidente,**

Considerando o encerramento do PPA 2020-2023 e prosseguindo a apuração final dos resultados referentes as prioridades eleitas nas consultas públicas do referido ciclo orçamentário, a Secretaria do Planejamento e Orçamento, solicita a Vossa Exceléncia, o encaminhamento dos resultados das prioridades sob execução deste órgão executadas durante o ano de 2023.

No anexo, consta planilha previamente preenchida com os resultados anteriormente enviados por este órgão, referentes aos anos de 2020 a 2022, devendo serem encaminhadas à SEPLAN tão somente os novos dados sobre a execução realizada em 2023.

A planilha em anexo, via formato PDF, será também encaminhada a assessoria de planejamento deste órgão em formato eletrônico para preenchimento e posterior envio à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica da SEPLAN. Maiores informações poderão ser solicitadas aos servidores Daniel Guedes, Gerência de Monitoramento e avaliação, whatsapp (63) 9 8144-4909 ramal 3212-4508, e-mail [danielgueedes2@hotmail.com](mailto:danielgueedes2@hotmail.com) e Silvia Rodrigues, Gerência de Planejamento Setorial, ramal 3212-4483, e-mail [dpseplan@gmail.com](mailto:dpseplan@gmail.com).

Atenciosamente,

Assinatura Eletrônica  
**SERGISLEI SILVA DE MOURA**  
Secretário do Planejamento e Orçamento



OFÍCIO N° 2024/DP/SP

A Sua Excelência o Senhor  
**ZORIVAN MONTEIRO DE CASTRO SOARES**  
Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social  
**N E S T A**

Assunto: Apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020/2023

Senhor Presidente,

Considerando o encerramento do PPA 2020-2023 e prosseguindo a apuração final dos resultados referentes as prioridades eleitas nas consultas públicas do referido ciclo orçamentário, a Secretaria do Planejamento e Orçamento, solicita a Vossa Excelência, o encaminhamento dos resultados das prioridades sob execução deste órgão executadas durante o ano de 2023.

No anexo, consta planilha previamente preenchida com os resultados anteriormente enviados por este órgão, referentes aos anos de 2020 a 2022, devendo serem encaminhadas à SEPLAN tão somente os novos dados sobre a execução realizada em 2023.

A planilha em anexo, via formato PDF, será também encaminhada a assessoria de planejamento deste órgão em formato eletrônico para preenchimento e posterior envio à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica da SEPLAN. Maiores informações poderão ser solicitadas aos servidores Daniel Guedes, Gerência de Monitoramento e avaliação, whatsapp (63) 9 8144-4909 ramal 3212-4508, e-mail [danielguedes2@hotmail.com](mailto:danielguedes2@hotmail.com) e Sílvia Rodrigues, Gerência de Planejamento Setorial, ramal 3212-4483, e-mail [dpseplan@gmail.com](mailto:dpseplan@gmail.com).

Atenciosamente,

Assinatura Eletrônica  
**SERGISLEI SILVA DE MOURA**  
Secretário do Planejamento e Orçamento

**APÊNDICE B – NOTA TÉCNICA SEPLAN-TO****NOTA TÉCNICA****Análise dos Resultados das Consultas  
Públicas do PPA 2020-2023 do Estado  
do Tocantins****Resultados e  
Recomendações**



## **NOTA TÉCNICA**

### **Análise dos Resultados das Consultas Públicas do PPA 2020-2023 do Estado do Tocantins**

O documento é resultado da dissertação de mestrado intitulada “Democracia, Planejamento e Participação popular: Uma análise dos resultados das Consultas Públicas do Planejamento Plurianual 2020-2023 no Estado do Tocantins”.

#### **AUTOR**

DANIEL GUEDES DOS SANTOS

#### **ORIENTADORA**

DRA. MÔNICA APARECIDA DA ROCHA SILVA

Palmas,  
2025.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 – Apresentação.....</b>   | <b>8</b>  |
| <b>1.1 - Resumo dos resultados das prioridades escolhidas pela população do Estado do Tocantins nas Consultas Públicas do PPA 2020-2023.....</b> | <b>9</b>  |
| <b>1.1.2 - Considerações quanto à primeira etapa.....</b>  | <b>9</b>  |
| <b>1.1.3 - Recomendações quanto a etapa 1.....</b>   | <b>11</b> |
| <b>1.1.4 - Considerações quanto à segunda etapa.....</b>   | <b>11</b> |
| <b>1.1.5 - Recomendação quanto a etapa 2.....</b>  | <b>16</b> |
| <b>1.1.6 - Considerações quanto a terceira etapa.....</b>  | <b>17</b> |
| <b>1.1.7 - Recomendações quanto à terceira etapa.....</b>  | <b>21</b> |

## **LISTA DE FIGURAS**

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 – Distribuição Geográfica do Investimento em Consultas Públicas<br>– PPA 2020-2023 – Por Região..... | 19 |
|---|----|

## **LISTA DE QUADROS**

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 – Prioridade das prioridades escolhida na Região do Jalapão.....                              | 13 |
| Quadro 2 – Cálculo da eficácia e principais indicadores da prioridade<br>das prioridades da AGETO..... | 14 |
| Quadro 3 – Prioridade escolhida na Região Bico do Papagaio.....  | 15 |
| Quadro 4 – Cálculo da eficácia e principais indicadores de uma<br>das prioridades da ATS.....          | 16 |

## 1 – Apresentação

A presente nota técnica foi elaborada com o objetivo de fornecer uma análise sobre os resultados obtidos pelos órgãos do Estado do Tocantins, quanto ao desempenho acerca da execução física e financeira das prioridades escolhidas pelas populações das regiões do Estado do Tocantins durante as Consultas Públicas realizadas em 2019, antecedendo a elaboração do PPA 2020-2023.

O documento é resultado da pesquisa de Mestrado intitulada “Democracia, Planejamento e Participação popular: Uma análise dos resultados das Consultas Públicas do Planejamento Plurianual 2020-2023 no Estado do Tocantins”, na qual se verificou em que medida o Estado do Tocantins executou as prioridades escolhidas pela população nas 10 regiões contempladas pelas consultas públicas do PPA 2020-2023.

O objetivo geral da dissertação consistia em verificar, através de uma análise quantitativa, a capacidade do Estado do Tocantins em responder às priorizações eleitas pela população tocantinense, medindo o grau de eficácia de cada política pública envolvida na priorização.

Uma das abordagens principais do trabalho consistia em destacar a relevância estratégica da participação direta dos destinatários das políticas públicas nos projetos de seu interesse, evidenciando a função central do planejamento público como promotor e interlocutor da interação entre a participação popular e sua efetivação no PPA, evidenciando o papel democrático do PPA como instrumento de cidadania e participação social.

Com base na análise dos resultados obtidos com esta pesquisa, a SEPLAN-TO poderá aprimorar a avaliação de eficácia e os principais indicadores referentes às prioridades escolhidas pela população nas consultas públicas coordenadas pelo órgão nas regiões tocantinenses.

A Nota Técnica reforça a importância da definição de metas físicas e financeiras pelos órgãos que ainda não o fizeram e a elaboração de uma carteira de projetos específica para as prioridades escolhidas para as próximas consultas públicas com a identificação da respectiva ação orçamentária vinculada à execução da prioridade no PPA.

## **1.1 - Resumo dos resultados das prioridades escolhidas pela população do Estado do Tocantins nas Consultas Públicas do PPA 2020-2023**

O trabalho que deu origem a esta nota técnica diferiu da literatura majoritária na área de estudos em planejamento público e participação social, pois dedicou-se a avaliar não só a legitimação das prioridades escolhidas pela população através da inclusão no PPA (aderência da participação) ou a inclusão dos grupos sociais nos processos de decisão acerca das políticas públicas (abrangência da participação) ou presença dos grupos sociais em todos os processos decisórios sobre as políticas públicas (qualidade da participação), mas dedicou-se a apuração das entregas diretas realizadas à população e o valor investido em cada uma delas, mostrando-se como uma análise de resultados quantitativos.

Para cumprir este objetivo o mestrando passou por algumas etapas que foram cumpridas no decorrer dos anos de 2019 a 2024, a fim de satisfazer os pré-requisitos necessário para o levantamento das informações, análise dos dados, compilação e exposição dos resultados, conforme descritos a seguir:

1 - Identificação das ações temáticas do PPA comprometidas com a realização das prioridades e os respectivos órgãos responsáveis;

2 - Levantamento das entregas realizadas e a execução financeira decorrente do orçamento de investimento prioritário destinado as prioridades eleitas nas consultas públicas do PPA 2020-2023;

3 - Apresentação dos resultados diretamente relacionados às prioridades escolhidas nas consultas públicas para o PPA 2020-2023 e a distribuição do investimento em cada região;

4 - Elaboração do relatório (nota técnica) destinado a SEPLAN-TO com recomendações para aprimoramento do método de avaliação quantitativa de resultados das Consultas Públicas.

### **1.1.2 - Considerações quanto à primeira etapa:**

No que diz respeito à primeira etapa, relacionada à identificação das ações temáticas do PPA comprometidas com a realização das prioridades e os respectivos órgãos responsáveis, constatou-se duas variáveis importantes.

A primeira variável diz respeito à identificação das ações temáticas do PPA comprometidas com a execução das prioridades. A grande maioria das assessorias técnicas dos órgãos acionados para que informassem o número das ações orçamentárias (temáticas) das quais foram empenhados os recursos financeiros para a realização das entregas previstas não informou a ação orçamentária que foi utilizada.

Apenas quatro dos onze órgãos consultados informaram o número da ação orçamentária que constava do PPA 2020-2023. Obviamente, os recursos aplicados na execução das prioridades possuem um lastro financeiro, publicado através do PPA e da LOA ou, não teria sido possível realizar qualquer das entregas descritas nesta dissertação em virtude do trâmite burocrático, das ações de controle e dos relatórios de prestação de contas impostos aos órgãos públicos, tanto por parte da CGE, quanto do TCE.

No entanto, no que diz respeito à transparência do gasto público e da qualidade da informação, notou-se que algumas representações dos órgãos, em virtude de os dados terem sido solicitados pela SEPLAN e não por um órgão de controle oficial, não se ativeram a este detalhe importante da informação, isto é, relacionar o gasto realizado à fonte orçamentária específica.

A segunda variável relacionada ao primeiro objetivo específico relaciona-se com a identificação dos órgãos envolvidos na priorização. Neste quesito, não houve maiores dificuldades na identificação da responsabilidade direta dos órgãos estatais quanto à execução das prioridades escolhidas, com exceção de um único caso.

A prioridade “Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando estabelecer modelos de governança e gestão pública, voltada ao desenvolvimento de programas e projetos para captação de recursos” apresentou problemas que dificultaram sua vinculação a um órgão específico. O escopo da prioridade mostrou-se demasiadamente subjetivo, contemplando diversos conceitos muito abrangentes como cooperação entre Estado e municípios, modelos de governança e captação de recursos.

A descrição da prioridade mostrou alto grau de generalismo e abstração pois, qualquer órgão estatal pode realizar cooperação técnica em diversas áreas da gestão pública e implantar modelos próprios de governança e elaborar diversos projetos para captação de recursos com outros tantos órgãos de diferentes esferas de governo.

Esta imprecisão geraria um esforço enorme de identificação de diferentes iniciativas e exigiria investigação de praticamente toda a estrutura de gestão do governo do Estado do Tocantins.

Além disso, a subjetividade da proposta também não permitiu identificar um objeto ou uma entrega direta à população pois os acordos, cooperações ou recursos captados poderiam ser utilizados para produzir uma gama de bens ou serviços fornecidos pelo Estado aos cidadãos, impossibilitando o estabelecimento de um produto a ser descrito na pesquisa realizada.

### **1.1.3 - Recomendações quanto a etapa 1**

- Discriminação do número da ação orçamentária que empenhou os recursos financeiros para execução de cada prioridade regional;
- Evitar a adoção de desafios genéricos que não permitam a identificação de um produto ou entrega específica que dificulte relacioná-la a um órgão executor.

### **1.1.4 - Considerações quanto à segunda etapa**

A segunda etapa consistia em levantar as entregas realizadas e a execução financeira decorrente do orçamento de investimento prioritário destinado as prioridades eleitas nas consultas públicas do PPA 2020-2023.

A maior parte dos órgãos não informou a meta física inicial de suas prioridades regionais, mas apenas as quantidades de entregas que realizaram no período analisado.

A meta financeira, em função do generalismo da ação temática, também não pôde ser identificada. No caso do PPA do Estado do Tocantins, identificou-se que, em função da metodologia de elaboração das ações temáticas, o orçamento destinado a cada ação orçamentária, pode ser utilizado para financiar diversos tipos de produtos englobados pelo escopo da ação orçamentária.

Sabe-se que essa aglutinação de produtos ou entregas afinizadas é utilizada no PPA para dar certa flexibilidade à execução destas ações e evitar excesso na quantidade de ações orçamentárias destinadas a produtos ou serviços do mesmo tipo,

justificando a adoção de certa “generalidade” para o escopo das ações temáticas do PPA.

Ocorre que a ausência de meta inicial, seja para as entregas, seja para o orçamento, não permitiu realizar a comparação entre o previsto e o realizado, pois é desta comparação que se realiza a avaliação quanto a eficácia da política pública.

Para que a eficácia geral de um grande projeto de participação popular no planejamento público de um Estado seja calculada, seria necessário que todos os órgãos houvessem estipulado suas metas iniciais para que, ao final, o indicador geral de eficácia das políticas públicas implementadas nas regiões fosse auferido.

Como a avaliação de eficácia de alguns órgãos pôde ser calculada e de outros não, a elaboração do indicador geral forçaria o resultado para baixo, se fosse atribuída nota 0 ao órgão que não informou a meta inicial, ou para cima, caso fosse atribuída nota 100 ao órgão que não informou a meta inicial.

Em ambos os casos, atribuindo nota 0 ou 100, a avaliação de eficácia estaria corrompida, pois prejudicaria a avaliação individual dos órgãos que efetivamente atribuíram metas iniciais para as prioridades das consultas públicas sob sua responsabilidade.

A simples ausência de uma meta inicial para uma política pública fez com que todo o escopo do projeto de inicial da dissertação fosse alterado, pois, em um primeiro momento a proposta realizada para o Mestrado em Gestão de Políticas Públicas seria a avaliação de eficácia das políticas públicas decorrentes da participação popular no planejamento.

No entanto, em meio ao processo de compilação dos primeiros dados recebidos pelo mestrando, percebeu-se a ausência das metas iniciais das prioridades averiguadas, o que forçou a readequação do escopo do projeto de pesquisa, alterando-o para uma análise de resultados em detrimento da proposta inicial de realizar uma avaliação de eficácia.

Além da avaliação da eficácia geral (física e financeira) quanto à execução das prioridades relacionadas às consultas públicas realizada pelo estado, outros indicadores pretendidos pela pesquisa não puderam ser auferidos. São eles:

- ✓ Valor médio da meta;
- ✓ Valor não realizado;
- ✓ Valor a descoberto do orçamento; e
- ✓ Déficit ou superávit orçamentário para realização integral da meta.

Para demonstrar como a presença da meta possibilita a apuração da eficácia de uma prioridade tomemos como exemplo o caso da prioridade das prioridades escolhida na Região do Jalapão.

Quadro 1 – Prioridade das prioridades escolhida na Região do Jalapão

| Região              | Prioridade das prioridades   | Órgão responsável |
|---------------------|--|-------------------|
| Jalapão – São Félix | Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades, e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo. | AGETO             |

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

A assessoria de planejamento da AGETO, informou à SEPLAN através de ofício que, sobre esta prioridade havia uma meta inicial de 50 km a serem pavimentados no trecho da TO-247 que liga lagoa do Tocantins ao município de São Félix.

O órgão autorizou, para esta entrega, recursos da ordem de R\$ 61.833.093,13 (sessenta e um milhões, oitocentos e trinta e três mil, noventa e três reais e treze centavos), configurando-se este recurso como a meta financeira para efeito desta avaliação.

Para atender a esta priorização na região do Jalapão a AGETO utilizou a ação temática 3112 (pavimentação de rodovias), ação integrante do Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos.

Entre os anos de 2020-2023, período de execução do PPA em análise, a AGETO informou ter gasto R\$ 50.150.797,85 (cinquenta milhões, cento e cinquenta mil, setecentos e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos), entregando 43 (quarenta e três) quilômetros do trecho da TO-247.

Utilizando estes dados para calcular os indicadores inicialmente previstos no projeto de dissertação, temos os seguintes resultados:

Quadro 2 – Cálculo da eficácia e principais indicadores da prioridade das prioridades da AGETO

| PRINCIPAIS ÍNDICES “PRIORIDADE DAS PRIORIDADES”  |  |    |                                       |                  |  |                     |
|--|--|----|---------------------------------------|------------------|--|---------------------|
| RESULTADO FÍSICO FINANCEIRO  |  |    |                                       | EM %             |  | Em R\$ / Un. Medida |
| VALOR AUTORIZADO PARA A PRIORIDADE   |  |    |                                       |                  |  | R\$ 61.833.093,13   |
| ORÇAMENTO PRIORITÁRIO  | <b>Tipo de entrega:</b><br>rodovias asfaltadas | Km | Executada                             | 81,11%           |  | R\$ 50.150.797,85   |
|  |  |    | Não executada                         | 18,89%           |  | R\$ 11.682.295,28   |
| META FÍSICA PRIORITÁRIA  |  |    | META FÍSICA INICIAL PARA A PRIORIDADE |                  |  | 50                  |
|  |  |    | Executada                             | 86,00%           |  | 43                  |
|  |  |    | Não executada                         | 14,00%           |  | 7                   |
| PRINCIPAIS ÍNDICES DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA PRIORIDADE DAS PRIORIDADES  |  |    |                                       |                  |  |                     |
| Valor médio da meta (orçamento executado/meta realizada)   |  |    |                                       | R\$ 1.166.297,62 |  |                     |
| Valor não realizado (meta física não realizada x valor médio da meta)  |  |    |                                       | R\$ 8.164.083,37 |  |                     |
| Valor a descoberto do orçamento ((Meta não executada x valor médio da meta) - Residual do Orçamento))  |  |    |                                       | R\$ 3.518.211,91 |  |                     |
| Déficit orçamentário para realização integral da meta de “Prioridade das prioridades” ((Valor a descoberto do orçamento x 100) / Orçamento autorizado) / 100 |  |    |                                       | 5,69%            |  |                     |

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

A AGETO asfaltou 43 dos 50 quilômetros previstos, obtendo um índice de eficácia de 86% no que diz respeito à execução física da prioridade das prioridades na Região do Jalapão.

O órgão utilizou para executar esta entrega um total de R\$ 50.150.797,85 (cinquenta milhões, cento e cinquenta mil, setecentos e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos, obtendo um índice de 81,11% de eficácia financeira, calculado a partir da meta financeira inicial prevista para a ação (R\$ 61.833.093,13).

Pode-se observar que a presença das metas iniciais possibilitou calcular tanto a eficácia na execução da ação, quanto os índices pretendidos, a saber: Valor médio da meta, valor não realizado, valor a descoberto do orçamento e déficit orçamentário para realização integral da meta.

Estes indicadores permitem afirmar que, considerando o valor médio do quilômetro asfaltado, restavam ainda R\$ 8.164.083,37 (oito milhões, cento e sessenta e quatro mil, oitenta e três reais e trinta e sete centavos) para que a AGETO cumprisse a integralidade da meta física da prioridade das prioridades, ou seja, pavimentar os 50 (cinquenta) quilômetros previstos na obra. Considerando o valor autorizado para esta entrega, mesmo a AGETO completando integralmente a obra, restariam ainda cerca de três milhões e meio de reais ou 5,69% de sobra orçamentária. Os indicadores

apresentam equilíbrio entre a execução física e financeira, demonstrando ainda números positivos quanto a previsão orçamentária para o encerramento da obra na região.

Em contrapartida, para demonstrar como a ausência da meta impossibilita a apuração da eficácia de uma prioridade tomemos como exemplo o caso de uma prioridade escolhida na Região do Bico do Papagaio.

Quadro 3 – Prioridade escolhida na Região Bico do Papagaio

| Região                        | Demais prioridades   | Órgão responsável |
|-------------------------------|--|-------------------|
| Bico do Papagaio - Araguatins | Ampliar e reestruturar a gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e distribuição de água nos municípios | ATS               |

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Para atender a esta prioridade, a ATS informou ter realizado 6.000 metros de extensão em redes de distribuição, contemplando os municípios de Luzinópolis, Maurilândia, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha e São Bento.

Para executar estas extensões de rede de distribuição a ATS gastou R\$ 2.841.424,81 (dois milhões, oitocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e um centavos).

Nota-se que o órgão realizou entregas à população vinculadas à prioridade escolhida na região, aplicando recursos consideráveis na ação, demonstrando que a ATS atingiu tanto a aderência da prioridade ao seu PPA, quanto resultados factíveis quanto às atribuições sob sua responsabilidade.

No entanto, o órgão não atribuiu uma meta inicial para a prioridade, bem como não informou um orçamento específico para a realização das extensões de redes de distribuição.

Em função disto, o cálculo da eficácia do órgão em executar esta prioridade, bem como os indicadores da ação não puderam ser auferidos, conforme demonstra a tabela a seguir.

Quadro 4 – Cálculo da eficácia e principais indicadores de uma das prioridades da ATS

| RESULTADO FÍSICO FINANCEIRO  |                                   | EM %                                  | Em R\$ / Un. Medida     |  |
|--|-----------------------------------|---------------------------------------|-------------------------|--|
| VALOR AUTORIZADO PARA A PRIORIDADE   |                                   |                                       | Não informado           |  |
| ORÇAMENTO PRIORITÁRIO  | Extensão de Redes de Distribuição | Executada                             | #VALOR!                 |  |
|  |                                   | Não executada                         | #VALOR!                 |  |
| META FÍSICA PRIORITÁRIA  | Extensão de Redes de Distribuição | META FÍSICA INICIAL PARA A PRIORIDADE |                         |  |
|  |                                   | Executada                             | 100,00%                 |  |
|  |                                   | Não executada                         | 0,00%                   |  |
| PRINCIPAIS ÍNDICES DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA PRIORIDADE DAS PRIORIDADES  |                                   |                                       |                         |  |
| Valor médio da meta (orçamento executado/meta realizada)   |                                   |                                       | R\$ 473,57              |  |
| Valor não realizado (meta física não realizada x valor médio da meta)  |                                   |                                       | Não foi possível apurar |  |
| Valor a descoberto do orçamento = Residual do orçamento -(Meta não executada x valor médio da meta)  |                                   |                                       | Não foi possível apurar |  |
| Déficit ou superávit orçamentário para realização integral da meta de “Prioridade das prioridades” ((Valor a descoberto do orçamento x 100) / Orçamento não executado) / 100 |                                   |                                       | Não foi possível apurar |  |

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Nota-se que os percentuais de execução física e financeira não puderam ser calculados.

Dos indicadores desejáveis para avaliar o desempenho do órgão na execução da prioridade, apenas o indicador de valor médio da meta pode ser apurado, pois é calculado através da divisão do orçamento executado e as metas executadas, dados que foram informados pelo órgão.

Na ausência dos demais indicadores não se pode perceber, por exemplo, se há residual de meta a ser entregue para a população ou quanto ainda seria necessário efetuar em gastos do orçamento da ATS para realizar a meta integralmente.

Estes indicadores são informações orçamentárias importantes para que se tenha noção do quanto ainda existe de esforço estatal para realizar as entregas necessárias para a satisfação integral da necessidade verificada junto à população.

#### 1.1.5 - Recomendação quanto a etapa 2

- ✓ Estipulação de meta física e financeira para as prioridades escolhidas nas consultas públicas; e

### **1.1.6 - Considerações quanto a terceira etapa**

A terceira etapa consistia em apresentar os resultados diretamente relacionados às prioridades escolhidas nas consultas públicas para o PPA 2020-2023 e a distribuição do investimento em cada região.

Este objetivo foi inteiramente atingido, conforme se pode depreender da leitura do Relatório Global de Consultas Públicas, subproduto desta dissertação entregue à Superintendência de Planejamento do Estado do Tocantins.

Constatou-se que dentre as 60 prioridades averiguadas nesta pesquisa o Estado realizou, através de 11 órgãos envolvidos na execução, ao menos uma entrega em 49 delas (9 prioridades das prioridades e 40 demais prioridades), alcançando aproximadamente 82% de aderência das demandas referentes à participação popular no planejamento ao PPA.

A execução financeira total decorrente do orçamento de investimento destinado a todas as prioridades que obtiveram alguma entrega por parte do Estado foi de R\$ 745.879.795,51 (setecentos e quarenta e cinco milhões, oitocentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e um centavos).

Este investimento representou 14,50% do total dos investimentos realizados pelo poder executivo do Estado do Tocantins entre os anos de 2020-2023. Este percentual não indica, por si só, um indicador que aponte para qualquer nível de eficácia, eficiência ou efetividade. Por outro lado, a partir deste ponto, outras análises ou avaliações que investiguem o resultado direto de um processo de participação popular a nível de planejamento, seja no Tocantins ou em outros estados que se interessem pelo tema, poderão ter, através deste percentual, uma base numérica comparativa para embasarem seus trabalhos.

Com o investimento informado os órgãos estaduais realizaram 30 tipos de entregas entre obras, aquisição de produtos, e contratação de pessoas ou serviços nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, segurança pública, saneamento básico, regularização fundiária, entre outras.

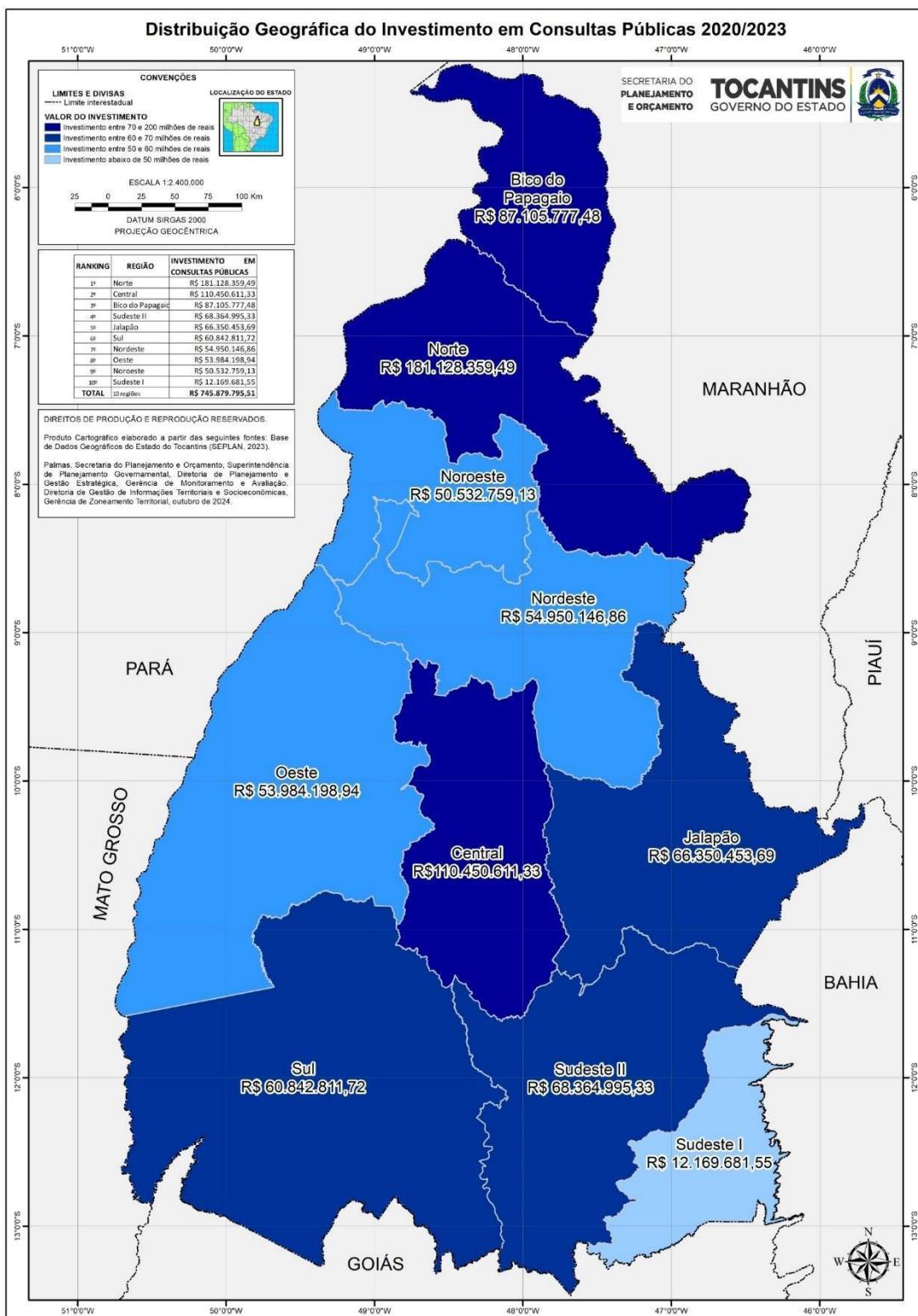
Estas entregas de produtos ou serviços não são resultado de um projeto de intervenção específico elaborado em atendimento as necessidades apontadas nas consultas públicas realizadas em 2019, tratando-se de entregas típicas realizadas pelos órgãos estaduais que, por ocasião do levantamento de resultados deste projeto

de pesquisa, foram associados às prioridades eleitas e expostos nos demonstrativos de resultado que fundamentaram os relatórios desenvolvidos para esta análise.

No que diz respeito a distribuição do investimento em cada região, adaptou-se um mapa construído a partir do mapa das regiões de planejamento do Estado do Tocantins utilizado para a realização das consultas em 2019.

O mapa de distribuição do investimento foi uma colaboração de servidores da Diretoria de Gestão e Informações Territoriais e Socioeconômicas da SEPLAN que, a pedido do pesquisador, lançaram os resultados obtidos na pesquisa no espaço geográfico tocantinense, conforme demonstra a figura a seguir.

Figura 1 – Distribuição Geográfica do Investimento em Consultas Públicas – PPA 2020-2023 – Por Região



Fonte: SEPLAN, 2024.

A estratégia do mapa é demonstrar áreas “quentes” e “frias” de investimento de modo a retratar desigualdades na distribuição de recursos que possam orientar os futuros investimentos em entregas decorrentes de votação popular.

O mapa da distribuição regional do investimento demonstrou que a Região Norte do Estado, com sede na cidade de Araguaína, concentrou sozinha 24,28% de todo o investimento realizado em priorizações. A região mais populosa do Estado (Central) com sede na capital Palmas, por exemplo, concentrou apenas 14,81% dos recursos ali investidos.

A terceira posição em investimento público em prioridades do PPA 2020-2023 ficou com a Região do Bico do Papagaio.

Localizada no extremo norte do Estado e com sede regional na cidade de Araguatins, esta região recebeu investimentos da ordem de aproximadamente oitenta e sete milhões de reais, o que correspondeu a 11,68% do total investido em prioridades no período.

Estas três regiões juntas aglutinaram 50,77% do volume de recursos investido, contra os restantes 50% divididos entre as 7 outras regiões do Estado do Tocantins.

Chamou atenção a discrepância em investimentos verificada entre a Região Norte e a Região Sudeste I, última colocada no ranking de investimentos em prioridades.

A região Sudeste I, com sede na cidade de Taguatinga recebeu apenas R\$ 12.169.681,55 (doze milhões, cento e sessenta e nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta e cinco centavos) correspondendo apenas a 1,63% do volume de investimentos.

As outras 6 regiões do Estado do Tocantins, porém, demonstraram certa homogeneidade na distribuição dos recursos. Estas regiões receberam investimentos entre cinquenta ou sessenta e oito milhões de reais cada uma, sendo a única constante próxima de uma uniformidade nos investimentos verificada por esta pesquisa.

Os resultados demonstrados pela alocação dos recursos no espaço geográfico pesquisado, podem indicar problemas na capacidade alocativa do orçamento do Estado, indicando a necessidade de realização de futuros trabalhos a investigação dos problemas que estariam ocasionando a lacuna de entregas verificada nestas áreas.

### **1.1.7 - Recomendações quanto à terceira etapa**

- ✓ Construção de uma carteira de projetos específica para atendimento às prioridades escolhidas nas próximas consultas públicas;
- ✓ Elaboração do mapa de investimento nas consultas públicas do PPA 2024-2027, que leve em consideração um indicador que contemple a população de cada região.

**ANEXO A – Ofícios expedidos pelos órgãos do executivo em resposta às solicitações de informações sobre execução física e financeira nos anos de 2020 a 2024**

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA  
CIDADES E HABITAÇÃO



Ofício nº 1182/2022 – GASEC

SDG: 2022/37009/023419

Palmas, 15 de dezembro de 2022.

Ao Senhor

**SERGISLEI SILVA DE MOURA**

Secretário do Planejamento e Orçamento - SEPLAN

Palmas – TO

Assunto: Resposta ao Ofício Circular Nº 422/2022/GABSEC.

Referência: Relatório de execução das prioridades, definidas por região e setor nas consultas públicas para a elaboração do PPA 2020-2023.

Senhor Secretário,

Após cumprimentá-lo cordialmente, sirvo-me do presente para, em resposta ao ofício em epígrafe, tendo como expediente a apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020 - 2023, encaminhar o relatório de execução das prioridades, definidas por região e setor nas consultas públicas para a elaboração do PPA 2020-2023, realizadas em 2019, conforme o anexo.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "MÁRCIO PINHEIRO RODRIGUES".  
**MÁRCIO PINHEIRO RODRIGUES**

Presidente da Agência Tocantinense de Transportes e Obras (AGETO)  
*Respondendo pela SEINF – ATO N° 1.124 – DSG – DOE N° 6087*

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS

PLANILHA DE CONTROLE E MONITORAMENTO DE RESULTADOS – CONSULTA PÚBLICA PPA 2020-2023

**PRIORIZAÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO:** SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO E AGENCIA TOCANINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS.

## PRIORIDADE DAS PRIORIDADES

| AÇÕES PRIORITÁRIAS   |   |                          |  |                                |                   |                   |                   |  |            |
|--|---|--------------------------|--|--------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--|------------|
| EIXO TEMÁTICO  | PRIORIZAÇÃO   | REGIÃO                   | PROJETOS / AÇÕES ENVOLVIDAS  | Estágio da execução Financeira |                   |                   |                   | RESULTADO / ENTREGA  |            |
|  |   |                          |  | Em andamento                   |                   | Executado         |                   | Especificar unidade de medida. Ex: %, unid., km, etc.  |            |
|  |   |                          |  | Autorizado                     | Empenhado         | Liquidado         | Pago              | Executado  | A executar |
| Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades | Ampliar o acesso à moradia digna, serviços de saneamento básico, ações de mobilidade e acessibilidade urbana. | Região Norte – Araguaína | Programa Pró-Moradia / Ação 1153 - Estruturação de Habitação de Interesse Social | R\$ 41.232.920,00              | R\$ 16.703.700,28 | R\$ 11.128.339,80 | R\$ 10.739.523,28 | Não há execução de unidades de habitação de interesse social para o município de Araguaína em específico, porém para esta região, encontra-se em execução o contrato do programa Pró-Moradia com execução de obras de HIS em Camos Lindos. |            |
|  |   | Região Central           |  |                                |                   |                   |                   | Foram entregues 281 habitações de interesse social das 394 planejadas para o quadriênio do PPA 2020-2023.  |            |
|  |   | Região Oeste – Paraíso   |  |                                |                   |                   |                   | Foram entregues 19 habitações de interesse social das 11 planejadas para o quadriênio do PPA 2020-2023.  |            |

|  |  |                            |  |                    |                   |                   |                   |  |
|--|--|----------------------------|--|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--|
| Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades | <b>Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades, e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo.</b><br><br><b>Desenvolver e ampliar as condições de trafegabilidade da malha rodoviária, pavimentando novos trechos e melhorando as condições das rodovias, a fim de garantir melhor eficiência do sistema rodoviário.</b> | Região Bico do Papagaio    |  |                    |                   |                   |                   | Encontra-se em fase de reabertura de processo, a execução do projeto de pavimentação referente a TO-134 que liga a cidade de Axixá ao povoado Jatobá, no município de Praia Norte na Região do Bico. |
|  |  | Região Nordeste – Guaraí   | Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos / 3112 - Pavimentação de Rodovias | R\$ 397.574.689,00 | R\$ 53.841.452,39 | R\$ 45.094.478,33 | R\$ 44.922.667,01 | Para essa Região, foram executados 4 km no Trecho da Rodovia TO-239 que liga Itapiratins (km 12) ao município de Itacajá, numa extensão de 32,05 km.   |
|  |  | Região Jalapão – São Félix |  |                    |                   |                   |                   | Foram executados 29 km no Trecho da TO-247 que liga Lagoa do Tocantins ao município de São Félix, na Região do Jalapão, com extensão de 51 km.   |
|  |  | Região Sul – Gurupi        |  |                    |                   |                   |                   | Foram pavimentados cerca de 5 km no Trecho da Rodovia TO-365 ligando Gurupi ao Trevo da Praia num total de 50,25 km em execução.   |

|  |  |                                   |   |
|--|--|-----------------------------------|---|
| Infraestrutura,<br>Desenvolvimento<br>Regional e<br>Rede de<br>Cidades | Apoiar a economia verde, criativa e os eixos culturais (folclore, danças, arte, música, etc.) da base social municipal, utilizando seu potencial dinamizador do crescimento do capital social e econômico. | Região Sudeste I –<br>Taguatinga  | Não é responsabilidade de promoção da SEINFRA/AGETO.  |
| Infraestrutura,<br>Desenvolvimento<br>Regional e<br>Rede de<br>Cidades | Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando à melhoria da infraestrutura urbana.   | Região Sudeste II –<br>Natividade | <p>Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos / 3114 - Pavimentação de Vias Urbanas</p> <p>R\$ 105.262.790,08      R\$ 96.293.724,25      R\$ 94.627.057,59      R\$ 93.617.057,93</p> <p>Foram destinados cerca de R\$ 2.000.000,00 para execução de calçamento e pavimentação de vias urbanas. Até o presente momento foram executados 33% do contrato entre o município de Natividade e o Governo do Estado. Cabe salientar que o valor destacado refere-se ao repasse aos municípios beneficiados pelo PROFEGE.</p> |

|   |  |                        |  |                      |                    |                    |                    |  |
|---|--|------------------------|--|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--|
| Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades          | Ampliar o investimento e estabelecer parcerias com os municípios para a manutenção de estradas vicinais. | Região Norte Araguaína | - Ação 4495 - Conservação e Manutenção da Malha Viária | R\$ 537.819.466,00   | R\$ 495.288.799,21 | R\$ 428.830.699,34 | R\$ 411.882.121,73 | Nesta ação, são executadas as obras e serviços de manutenção, conservação, recuperação e melhoramento das rodovias estaduais pavimentadas e não pavimentadas assim como as melhorias em estradas vicinais solicitadas pelos municípios tocantinenses ao Governo do Estado.<br>No PPA 2022-2023, até a presente data, por meio de parcerias, foram executadas por meio das Residências da AGETO, melhorias em mais de 2 mil km de estradas vicinais nos diversos municípios tocantinense.<br>Residência de Porto Nacional – 413 km<br>Residência de Araguaína – 198 km<br>Residência de Tocantípolis – 241 km<br>Residência de Guraci – 354 km<br>Residência de Gurupi – 638 km<br>Dianópolis – 283 km<br>Paraíso do Tocantins – 60 km. |
| <b>TOTAL PARCIAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO</b>                       |  |                        |  | R\$ 1.040.656.945,08 | R\$ 645.423.975,85 | R\$ 568.552.235,26 | R\$ 550.421.846,67 |  |
| <b>TOTAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PRIORITÁRIO EM INFRAESTRUTURA</b> |  |                        |  | 1.040.656.945,08     | 645.423.975,85     | 568.552.235,26     | 550.421.846,67     |  |



## OFÍCIO N° 1268/2022/GABSEC

Palmas, 23 de novembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor,  
**SERGISLEI SILVA DE MOURA**  
 Secretário do Planejamento e Orçamento  
 PALMAS-TO

**Assunto: Avaliação dos resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020-2023, vinculada a SETAS.**

Senhor Secretário,

1. Após cordiais cumprimentos, em atendimento ao Ofício N°. 424/2022/GABSEC, de 07 de novembro de 2022, que trata da solicitação quanto à apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020/2023, segue em anexo o relatório da execução das prioridades definidas por região, referente a esta Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.
2. Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do gabinete desta Pasta, no e-mail: [gabinetesetasto@gmail.com](mailto:gabinetesetasto@gmail.com) ou pelos telefones (63) 3218-1990, 3218-1944 ou 1997.

Atenciosamente,

**ZORIVAN MONTEIRO DE CASTRO SOARES**  
 Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, Plano Diretor, Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002  
 Telefone: +55 63 3218-1900 | e-mail: [gabinetesetasto@gmail.com](mailto:gabinetesetasto@gmail.com)



Documento foi assinado digitalmente por ZORIVAN MONTEIRO DE CASTRO em 23/11/2022 16:44:40.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-eid.toc.gov.br/verificador>, informando o código verificador: E80FD4CE0127FF05



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÊNIOS

VALOR COFINANCIADO COM RECURSOS DO FECOEP - DESTINADO AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO TOCANTINS 2020 À 2022 E MUNICÍPIOS SEDE/VINCULADOS DOS 3 CREAS REGIONAIS NO ESTADO.

| MUNICÍPIO POR REGIONAL NORTE |                      | PORTE MUN.   | 2ª PARCELA       | 3ª PARCELA        |  | TOTAL REPASSADO   | CREAS REGIONAL MUNÍCIPIOS IMPLANTADOS | CREAS REGIONAL MUNÍCIPIOS À IMPLANTAR |
|------------------------------|----------------------|--------------|------------------|-------------------|--|-------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
|                              |                      |              | PAGO 2020        | PAGO 2021         | PAGO 2022 IMPACTADOS ENCHENTES JANEIRO |                   |                                       |                                       |
| 1                            | Aragominas           | Porte I      |                  |                   |  | 81.000,00         | 81.000,00                             | CREAS Wanderlândia                    |
| 2                            | Araguaína            | Grande Porte |                  |                   |  | 126.000,00        | 126.000,00                            |                                       |
| 3                            | Araguanã             | Porte I      |                  | 54.000,00         | 27.000,00                              |                   | 81.000,00                             | CREAS Wanderlândia                    |
| 4                            | Babaçulândia         | Porte I      |                  |                   |  | 81.000,00         | 81.000,00                             | CREAS Wanderlândia                    |
| 5                            | Barra do Ouro        | Porte I      | 9.000,00         | 54.000,00         | 27.000,00                              |                   | 90.000,00                             |                                       |
| 6                            | Campos Lindos        | Porte I      |                  |                   |  | 27.000,00         | 27.000,00                             |                                       |
| 7                            | Carmolândia          | Porte I      | 9.000,00         | 54.000,00         |  | 27.000,00         | 90.000,00                             | CREAS Wanderlândia                    |
| 8                            | Filadélfia           | Porte I      |                  | 54.000,00         | 27.000,00                              |                   | 81.000,00                             |                                       |
| 9                            | Goiatins             | Porte I      |                  | 54.000,00         | 27.000,00                              |                   | 81.000,00                             |                                       |
| 10                           | Muricilândia         | Porte I      |                  | 54.000,00         |  | 27.000,00         | 81.000,00                             | CREAS Wanderlândia                    |
| 11                           | Nova Olinda          | Porte I      |                  | 54.000,00         |  | 27.000,00         | 81.000,00                             |                                       |
| 12                           | Piraquê              | Porte I      |                  | 54.000,00         |  | 27.000,00         | 81.000,00                             | CREAS Wanderlândia                    |
| 13                           | Santa Fé do Araguaia | Porte I      |                  | 54.000,00         |  | 27.000,00         | 81.000,00                             | CREAS Wanderlândia                    |
| 14                           | Wanderlândia         | Porte I      |                  | 54.000,00         |  | 27.000,00         | 81.000,00                             | CREAS Wanderlândia                    |
| 15                           | Xambioá              | Porte I      |                  | 54.000,00         |  | 27.000,00         | 81.000,00                             |                                       |
| <b>TOTAL</b>                 |                      |              | <b>18.000,00</b> | <b>594.000,00</b> | <b>108.000,00</b>                      | <b>504.000,00</b> | <b>1.224.000,00</b>                   |                                       |



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÉNIOS

VALOR COFINANCIADO COM RECURSOS DO FECOEP - DESTINADO AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO TOCANTINS 2020 À 2022 E MUNÍCIPIOS SEDE/VINCULADOS DOS 3 CREAS REGIONAIS NO ESTADO.

| MUNICÍPIO POR REGIONAL OESTE | PORTE MUN. | PAGO 2020       | 2ª PARCELA        | 3ª PARCELA                     |                   | TOTAL REPASSADO     | CREAS REGIONAL MUNÍCIPIOS IMPLANTADOS | CREAS REGIONAL MUNÍCIPIOS À IMPLANTAR |
|------------------------------|------------|-----------------|-------------------|--------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
|                              |            |                 | PAGO 2021         | PAGO 2022 IMPACTADOS ENCHENTES | PAGO 2022 JUNHO   |                     |                                       |                                       |
| 1 Abreulândia                | Porte I    |                 | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 2 Araguacema                 | Porte I    |                 | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 3 Barrolândia                | Porte I    |                 | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 4 Caseara                    | Porte I    |                 | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 5 Chapada de Areia           | Porte I    |                 | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 6 Cristalândia               | Porte I    |                 | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 7 Divinópolis do Tocantins   | Porte I    |                 | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 8 Dois Irmãos do Tocantins   | Porte I    |                 | 54.000,00         | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 9 Fátima                     | Porte I    |                 | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 10 Lagoa da Confusão         | Porte I    |                 | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 11 Marianópolis do Tocantins | Porte I    |                 | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 12 Monte Santo do Tocantins  | Porte I    | 9.000,00        | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 90.000,00           |                                       |                                       |
| 13 Nova Rosalândia           | Porte I    |                 | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 14 Oliveira de Fátima        | Porte I    |                 | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 15 Paraíso do Tocantins      | Porte II   |                 | 72.000,00         |                                | 36.000,00         | 108.000,00          |                                       |                                       |
| 16 Pium                      | Porte I    |                 | 54.000,00         | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 17 Pugmil                    | Porte I    |                 | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| <b>TOTAL</b>                 |            | <b>9.000,00</b> | <b>936.000,00</b> | <b>54.000,00</b>               | <b>414.000,00</b> | <b>1.413.000,00</b> |                                       |                                       |



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
GERENCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÊNIOS

VALOR COFINANCIADO COM RECURSOS DO FECOEP - DESTINADO AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO TOCANTINS 2020 À 2022 E MUNÍCIPIOS SEDE/VINCULADOS DOS 3 CREAS REGIONAIS NO ESTADO.

| MUNICÍPIO POR REGIONAL BICO DO PAPAGAIO | PORTE MUN. |                  | 2 <sup>ª</sup> PARCELA | 3 <sup>ª</sup> PARCELA         |                   | TOTAL REPASSADO     | CREAS REGIONAL MUNÍCIPIOS IMPLANTADOS | CREAS REGIONAL MUNÍCIPIOS À IMPLANTAR |
|---|------------|------------------|------------------------|--------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
|   |            | PAGO 2020        | PAGO 2021              | PAGO 2022 IMPACTADOS ENCHENTES | PAGO 2022 JUNHO   |                     |                                       |                                       |
| 1 Aguiarnópolis                         | Porte I    |                  | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 2 Ananás                                | Porte I    |                  | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 3 Angico                                | Porte I    | 9.000,00         | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 90.000,00           |                                       |                                       |
| 4 Araguatins                            | Porte II   |                  | 72.000,00              |                                | 36.000,00         | 108.000,00          |                                       |                                       |
| 5 Augustinópolis                        | Porte I    |                  | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 6 Arixá do Tocantins                    | Porte I    |                  | 54.000,00              | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 7 Buriti do Tocantins                   | Porte I    |                  | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 8 Cachoeirinha                          | Porte I    |                  | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 9 Carrasco Bonito                       | Porte I    |                  | 54.000,00              | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 10 Darcinópolis                         | Porte I    | 9.000,00         | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 90.000,00           |                                       | CREAS Axixá                           |
| 11 Esperantina                          | Porte I    |                  | 54.000,00              | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           |                                       | CREAS Axixá                           |
| 12 Itaguatins                           | Porte I    |                  | 54.000,00              | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           |                                       | CREAS Axixá                           |
| 13 Luzinópolis                          | Porte I    |                  | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       | CREAS Axixá                           |
| 14 Maurilândia do Tocantins             | Porte I    |                  | 27.000,00              | 27.000,00                      |                   | 54.000,00           |                                       | CREAS Axixá                           |
| 15 Nazaré                               | Porte I    |                  | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 16 Palmeiras do Tocantins               | Porte I    |                  | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 17 Praia Norte                          | Porte I    | 9.000,00         | 54.000,00              | 27.000,00                      |                   | 90.000,00           |                                       |                                       |
| 18 Riachinho                            | Porte I    |                  | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 19 Sampaio                              | Porte I    |                  | 54.000,00              | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 20 Santa Terezinha do Tocantins         | Porte I    | 9.000,00         | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 90.000,00           |                                       |                                       |
| 21 São Bento do Tocantins               | Porte I    |                  | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 22 São Miguel do Tocantins              | Porte I    |                  | 54.000,00              | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 23 São Sebastião do Tocantins           | Porte I    |                  | 54.000,00              | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 24 Sítio Novo do Tocantins              | Porte I    | 9.000,00         | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 90.000,00           |                                       |                                       |
| 25 Tocantinópolis                       | Porte II   | -                | 72.000,00              | 36.000,00                      |                   | 108.000,00          |                                       |                                       |
| <b>TOTAL</b>                            |            | <b>45.000,00</b> | <b>1.359.000,00</b>    | <b>279.000,00</b>              | <b>414.000,00</b> | <b>2.097.000,00</b> |                                       |                                       |



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
GERENCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÊNIOS

VALOR COFINANCIADO COM RECURSOS DO FECOEP - DESTINADO AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO TOCANTINS 2020 À 2022 E MUNÍCIPIOS SEDE/VINCULADOS DOS 3 CREAS REGIONAIS NO ESTADO.

| MUNICÍPIO POR REGIONAL NOROESTE | PORTE MUN. |           | 2 <sup>a</sup> PARCELA | 3 <sup>a</sup> PARCELA         |                   | TOTAL REPASSADO     | CREAS REGIONAL MUNÍCIPIOS IMPLANTADOS | CREAS REGIONAL MUNÍCIPIOS À IMPLANTAR |
|---------------------------------|------------|-----------|------------------------|--------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
|                                 |            | PAGO 2020 | PAGO 2021              | PAGO 2022 IMPACTADOS ENCHENTES | PAGO 2022 JUNHO   |                     |                                       |                                       |
| 1 Arapoema                      | Porte I    |           | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 2 Bandeirantes do Tocantins     | Porte I    |           | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 3 Bernardo Sayão                | Porte I    |           | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 4 Brasilândia do Tocantins      | Porte I    |           | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 5 Colinas do Tocantins          | Porte II   |           | 72.000,00              |                                | 36.000,00         | 108.000,00          |                                       |                                       |
| 6 Couto de Magalhães            | Porte I    |           | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 7 Itapiratins                   | Porte I    |           | 54.000,00              | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           | CREAS Pedro Afonso                    |                                       |
| 8 Itaporã do Tocantins          | Porte I    |           | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 9 Juarina                       | Porte I    |           | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 10 Palmeirante                  | Porte I    |           |                        | 27.000,00                      | 54.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 11 Pau D'Arco                   | Porte I    |           |                        |                                | 81.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 12 Presidente Kennedy           | Porte I    |           | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 13 Tupiratins                   | Porte I    |           | 54.000,00              | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           |                                       |                                       |
| <b>TOTAL</b>                    |            | -         | <b>612.000,00</b>      | <b>81.000,00</b>               | <b>387.000,00</b> | <b>1.080.000,00</b> |                                       |                                       |



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÉNIOS

VALOR COFINANCIADO COM RECURSOS DO FECOEP - DESTINADO AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO TOCANTINS 2020 À 2022 E MUNÍCIPIOS SEDE/VINCULADOS DOS 3 CREAS REGIONAIS NO ESTADO.

|              | MUNICÍPIO POR REGIONAL NORDESTE | PORTE MUN. | 2ª PARCELA |                   | 3ª PARCELA                     |                   | TOTAL REPASSADO     | CREAS REGIONAL MUNÍCIPIOS IMPLANTADOS | CREAS REGIONAL MUNÍCIPIOS À IMPLANTAR |
|--------------|---------------------------------|------------|------------|-------------------|--------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
|              |                                 |            | PAGO 2020  | PAGO 2021         | PAGO 2022 IMPACTADOS ENCHENTES | PAGO 2022 JUNHO   |                     |                                       |                                       |
| 1            | Bom Jesus do Tocantins          | Porte I    |            | 54.000,00         | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           | CREAS Pedro Afonso                    |                                       |
| 2            | Centenário                      | Porte I    |            | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           | CREAS Pedro Afonso                    |                                       |
| 3            | Colmeia                         | Porte I    |            | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 4            | Tabocão                         | Porte I    |            | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 5            | Goianorte                       | Porte I    |            | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 6            | Guarai                          | Porte II   |            | 72.000,00         |                                | 36.000,00         | 108.000,00          |                                       |                                       |
| 7            | Itacajá                         | Porte I    |            | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           | CREAS Pedro Afonso                    |                                       |
| 8            | Pedro Afonso                    | Porte I    |            | 54.000,00         | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 9            | Pequizeiro                      | Porte I    |            | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 10           | Recursolândia                   | Porte I    |            | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           | CREAS Pedro Afonso                    |                                       |
| 11           | Rio dos Bois                    | Porte I    |            | 54.000,00         | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 12           | Rio Sono                        | Porte I    |            | 54.000,00         |                                | 27.000,00         | 81.000,00           | CREAS Palmas                          |                                       |
| 13           | Santa Maria do Tocantins        | Porte I    |            | 54.000,00         | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           | CREAS Pedro Afonso                    |                                       |
| 14           | Tupirama                        | Porte I    |            | 54.000,00         | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           | CREAS Pedro Afonso                    |                                       |
| <b>TOTAL</b> |                                 |            | -          | <b>774.000,00</b> | <b>135.000,00</b>              | <b>252.000,00</b> | <b>1.161.000,00</b> |                                       |                                       |



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
GERENCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÊNIOS

VALOR COFINANCIADO COM RECURSOS DO FECOEP - DESTINADO AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO TOCANTINS 2020 À 2022 E MUNÍCIPIOS SEDE/VINCULADOS DOS 3 CREAS REGIONAIS NO ESTADO.

| MUNICÍPIO POR REGIONAL CENTRAL | PORTE MUN.   |                  | 2 <sup>ª</sup> PARCELA | 3 <sup>ª</sup> PARCELA         |                   | TOTAL REPASSADO     | CREAS REGIONAL MUNÍCIPIOS IMPLANTADOS | CREAS REGIONAL MUNÍCIPIOS À IMPLANTAR |
|--------------------------------|--------------|------------------|------------------------|--------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
|                                |              | PAGO 2020        | PAGO 2021              | PAGO 2022 IMPACTADOS ENCHENTES | PAGO 2022 JUNHO   |                     |                                       |                                       |
| 1 Aparecida do Rio Negro       | Porte I      |                  | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           | CREAS Palmas                          |                                       |
| 2 Brejinho de Nazaré           | Porte I      |                  |                        | 27.000,00                      | 54.000,00         | 81.000,00           | CREAS Palmas                          |                                       |
| 3 Ipueiras                     | Porte I      | 9.000,00         | 54.000,00              | 27.000,00                      |                   | 90.000,00           |                                       |                                       |
| 4 Lajeado                      | Porte I      |                  | 54.000,00              | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 5 Miracema do Tocantins        | Porte II     |                  | 72.000,00              | 36.000,00                      |                   | 108.000,00          |                                       |                                       |
| 6 Miranorte                    | Porte I      |                  | 54.000,00              | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           |                                       |                                       |
| 7 Monte do Carmo               | Porte I      |                  | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           | CREAS Palmas                          |                                       |
| 8 Palmas                       | Grande Porte |                  | 126.000,00             |                                | 63.000,00         | 189.000,00          | CREAS Palmas                          |                                       |
| 9 Porto Nacional               | Porte II     |                  | 72.000,00              | 36.000,00                      |                   | 108.000,00          |                                       |                                       |
| 10 Santa Rosa do Tocantins     | Porte I      | 9.000,00         | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 90.000,00           |                                       |                                       |
| 11 Silvanópolis                | Porte I      |                  | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00           | CREAS Palmas                          |                                       |
| 12 Tocantínia                  | Porte I      |                  | 54.000,00              | 27.000,00                      |                   | 81.000,00           |                                       |                                       |
| <b>TOTAL</b>                   |              | <b>18.000,00</b> | <b>702.000,00</b>      | <b>207.000,00</b>              | <b>225.000,00</b> | <b>1.152.000,00</b> |                                       |                                       |

| MUNICÍPIO POR REGIONAL JALAPÃO | PORTE MUN. |           | 2 <sup>ª</sup> PARCELA | 3 <sup>ª</sup> PARCELA         |                   | TOTAL REPASSADO   | CREAS REGIONAL MUNÍCIPIOS IMPLANTADOS | CREAS REGIONAL MUNÍCIPIOS À IMPLANTAR |
|--------------------------------|------------|-----------|------------------------|--------------------------------|-------------------|-------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
|                                |            | PAGO 2020 | PAGO 2021              | PAGO 2022 IMPACTADOS ENCHENTES | PAGO 2022 JUNHO   |                   |                                       |                                       |
| 1 Lizarda                      | Porte I    |           | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00         | CREAS Palmas                          |                                       |
| 2 Lagoa do Tocantins           | Porte I    |           | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00         | CREAS Palmas                          |                                       |
| 3 Mateiros                     | Porte I    |           | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00         | CREAS Palmas                          |                                       |
| 4 Novo Acordo                  | Porte I    |           | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00         | CREAS Palmas                          |                                       |
| 5 Pindorama do Tocantins       | Porte I    |           | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00         | CREAS Palmas                          |                                       |
| 6 Ponte Alta do Tocantins      | Porte I    |           | 54.000,00              |                                | 27.000,00         | 81.000,00         | CREAS Palmas                          |                                       |
| 7 Santa Terezinha do Tocantins | Porte I    |           |                        |                                | 54.000,00         | 54.000,00         |                                       |                                       |
| 8 São Félix do Tocantins       | Porte I    |           |                        |                                |                   | -                 | CREAS Palmas                          |                                       |
| <b>TOTAL</b>                   |            | <b>-</b>  | <b>324.000,00</b>      | <b>-</b>                       | <b>216.000,00</b> | <b>540.000,00</b> |                                       |                                       |



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
GERENCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÊNIOS

VALOR COFINANCIADO COM RECURSOS DO FECOEP - DESTINADO AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO TOCANTINS 2020 À 2022 E MUNÍCIPIOS SEDE/VINCULADOS DOS 3 CREAS REGIONAIS NO ESTADO.

| MUNICÍPIO POR REGIONAL<br>SUDESTE I  |                           | PORTE MUN. | 2ª PARCELA       |                   | 3ª PARCELA                                      |                    | TOTAL REPASSADO   | CREAS REGIONAL<br>MUNÍCIPIOS IMPLANTADOS | CREAS REGIONAL<br>MUNÍCIPIOS À<br>IMPLANTAR |
|--------------------------------------|---------------------------|------------|------------------|-------------------|---|--------------------|-------------------|--|---|
|                                      |                           |            | PAGO 2020        | PAGO 2021         | PAGO 2022<br>IMPACTADOS<br>ENCHENTES            | PAGO 2022<br>JUNHO |                   |  |   |
| 1                                    | Arraias                   | Porte I    |                  | 54.000,00         | 27.000,00                                       |                    | 81.000,00         | CREAS Taguatinga                         |   |
| 2                                    | Aurora do Tocantins       | Porte I    |                  | 27.000,00         |   | 27.000,00          | 54.000,00         | CREAS Taguatinga                         |   |
| 3                                    | Combinado                 | Porte I    | 9.000,00         | 54.000,00         |   | 27.000,00          | 90.000,00         | CREAS Taguatinga                         |   |
| 4                                    | Lavandeira                | Porte I    |                  | 54.000,00         |   | 27.000,00          | 81.000,00         | CREAS Taguatinga                         |   |
| 5                                    | Novo Alegre               | Porte I    |                  | 54.000,00         |   | 27.000,00          | 81.000,00         | CREAS Taguatinga                         |   |
| 6                                    | Novo Jardim               | Porte I    |                  |                   |   | 81.000,00          | 81.000,00         | CREAS Taguatinga                         |   |
| 7                                    | Ponte Alta do Bom Jesus   | Porte I    |                  | 54.000,00         |   | 27.000,00          | 81.000,00         | CREAS Taguatinga                         |   |
| 8                                    | Taguatinga                | Porte I    |                  | 54.000,00         |   | 27.000,00          | 81.000,00         |  |   |
| <b>TOTAL</b>                         |                           |            | <b>9.000,00</b>  | <b>351.000,00</b> | <b>27.000,00</b>                                | <b>243.000,00</b>  | <b>630.000,00</b> |  |   |
| MUNICÍPIO POR REGIONAL<br>SUDESTE II |                           | PORTE MUN. | 2ª PARCELA       |                   | 3ª PARCELA                                      |                    | TOTAL REPASSADO   | CREAS REGIONAL<br>MUNÍCIPIOS IMPLANTADOS | CREAS REGIONAL<br>MUNÍCIPIOS À<br>IMPLANTAR |
|                                      |                           |            | PAGO 2020        | PAGO 2021         | PAGO 2022<br>IMPACTADOS<br>ENCHENTES<br>JANEIRO | PAGO 2022<br>JUNHO |                   |  |   |
| 1                                    | Almas                     | Porte I    |                  | 54.000,00         |   | 27.000,00          | 81.000,00         |  |   |
| 2                                    | Chapada da Natividade     | Porte I    |                  | 54.000,00         |   | 27.000,00          | 81.000,00         |  |   |
| 3                                    | Conceição do Tocantins    | Porte I    |                  | 54.000,00         |   | 27.000,00          | 81.000,00         |  |   |
| 4                                    | Dianópolis                | Porte I    | 9.000,00         | 54.000,00         |   | 27.000,00          | 90.000,00         |  |   |
| 5                                    | Natividade                | Porte I    |                  | 54.000,00         |   | 27.000,00          | 81.000,00         |  |   |
| 6                                    | Paranã                    | Porte I    |                  | 54.000,00         | 27.000,00                                       |                    | 81.000,00         |  |   |
| 7                                    | Porto Alegre do Tocantins | Porte I    |                  | 54.000,00         |   | 27.000,00          | 81.000,00         | CREAS Taguatinga                         |   |
| 8                                    | Rio da Conceição          | Porte I    |                  | 54.000,00         |   | 27.000,00          | 81.000,00         |  |   |
| 9                                    | São Valério da Natividade | Porte I    | 9.000,00         | 54.000,00         | 27.000,00                                       |                    | 90.000,00         |  | CREAS Gurupi                                |
| 10                                   | Taipas do Tocantins       | Porte I    |                  | 54.000,00         |   | 27.000,00          | 81.000,00         |  |   |
| <b>TOTAL</b>                         |                           |            | <b>18.000,00</b> | <b>540.000,00</b> | <b>54.000,00</b>                                | <b>216.000,00</b>  | <b>828.000,00</b> |  |   |



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÉNIOS

VALOR COFINANCIADO COM RECURSOS DO FECOEP - DESTINADO AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO TOCANTINS 2020 À 2022 E MUNÍCIPIOS SEDE/VINCULADOS DOS 3 CREAS REGIONAIS NO ESTADO.

| MUNICÍPIO POR REGIONAL SUL   | PORTE MUN.  |                  | 2ª PARCELA        | 3ª PARCELA                             |                   | TOTAL REPASSADO     |
|------------------------------|-------------|------------------|-------------------|--|-------------------|---------------------|
|                              |             | PAGO 2020        | PAGO 2021         | PAGO 2022 IMPACTADOS ENCHENTES JANEIRO | PAGO 2022 JUNHO   |                     |
| 1 Aliança do Tocantins       | Porte I     | 9.000,00         | 54.000,00         | 27.000,00                              |                   | 90.000,00           |
| 2 Alvorada                   | Porte I     | 9.000,00         | 54.000,00         |  | 27.000,00         | 90.000,00           |
| 3 Araguaçu                   | Porte I     |                  | 54.000,00         |  | 27.000,00         | 81.000,00           |
| 4 Cariri do Tocantins        | Porte I     |                  | 54.000,00         |  | 27.000,00         | 81.000,00           |
| 5 Crixás do Tocantins        | Porte I     |                  | 54.000,00         |  | 27.000,00         | 81.000,00           |
| 6 Dueré                      | Porte I     |                  | 54.000,00         |  | 27.000,00         | 81.000,00           |
| 7 Figueirópolis              | Porte I     |                  | 54.000,00         |  | 27.000,00         | 81.000,00           |
| 8 Formoso do Araguaia        | Porte I     |                  | 54.000,00         | 27.000,00                              |                   | 81.000,00           |
| 9 Gurupi                     | Médio Porte |                  | 86.400,00         |  | 43.200,00         | 129.600,00          |
| 10 Jaú do Tocantins          | Porte I     |                  | 54.000,00         |  | 27.000,00         | 81.000,00           |
| 11 Palmeirópolis             | Porte I     |                  | 54.000,00         |  | 27.000,00         | 81.000,00           |
| 12 Peixe                     | Porte I     |                  | 54.000,00         | 27.000,00                              |                   | 81.000,00           |
| 13 Sandolândia               | Porte I     | 9.000,00         | 54.000,00         |  | 27.000,00         | 90.000,00           |
| 14 Santa Rita do Tocantins   | Porte I     |                  | 54.000,00         | 27.000,00                              |                   | 81.000,00           |
| 15 São Salvador do Tocantins | Porte I     |                  | 54.000,00         | 27.000,00                              |                   | 81.000,00           |
| 16 Sucupira                  | Porte I     |                  | 54.000,00         |  | 27.000,00         | 81.000,00           |
| 17 Talismã                   | Porte I     |                  | 54.000,00         |  | 27.000,00         | 81.000,00           |
| <b>TOTAL</b>                 |             | <b>27.000,00</b> | <b>950.400,00</b> | <b>135.000,00</b>                      | <b>340.200,00</b> | <b>1.452.600,00</b> |

| CREAS REGIONAL MUNÍCIPIOS IMPLANTADOS | CREAS REGIONAL MUNÍCIPIOS À IMPLANTAR |
|---------------------------------------|---------------------------------------|
|                                       | CREAS Gurupi                          |
|                                       |                                       |
|                                       |                                       |
|                                       | CREAS Gurupi                          |
|                                       |                                       |
|                                       |                                       |
|                                       | CREAS Gurupi                          |
|                                       | CREAS Gurupi                          |
|                                       | CREAS Gurupi                          |
|                                       |                                       |
|                                       |                                       |
|                                       | CREAS Gurupi                          |
|                                       | CREAS Gurupi                          |
|                                       | CREAS Gurupi                          |
|                                       |                                       |
|                                       |                                       |

**PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA,  
CIDADES E HABITAÇÃO - SEINF**

Infraestrutura é o conjunto de serviços fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico de uma região tais como saneamento, transporte, energia, telecomunicação, obras públicas, desenvolvimento urbano entre outros. A falta de infraestrutura dificulta a atração de investimentos, a competitividade das empresas e a geração de novos empregos.

O Estado do Tocantins tem sido preparado para liderar um processo de desenvolvimento de grande envergadura no Norte do Brasil. O núcleo central deste projeto são os investimentos em infraestrutura, sobretudo em novos arranjos institucionais, logística de transportes, energia, e mobilidade urbana, garantindo ao Tocantins uma posição de destaque na esfera nacional.

Pensando nisso, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Infraestrutura, Cidades e Habitação atuou fortemente com vistas a promover o desenvolvimento regional por meio do desenvolvimento urbano e das cidades, desenvolvimento das infraestruturas públicas de atendimento aos cidadãos e de obras de irrigação e drenagem para promoção da agricultura do Estado.

### **1. IRRIGAÇÃO**

Com o objetivo do *Incentivar a Uso Racional dos Recursos Hídricos, do Solo e de Tecnologias*, visando a construção de barragens, canais, estações de bombeamento, estações de drenagem, implementação de obras de infraestrutura hidráulica, gerenciamento, fiscalização, supervisão e assessoria técnica; execução dos planos e programas básicos ambientais destinados a mitigação dos impactos ambientais além da elaboração do estudo de viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental para a instalação de barramentos, a SEINF por meio da Superintendência de Irrigação e Drenagem, constatando que o clima, o período de chuva e o maior aumento de água para a irrigação em algumas regiões favoreceram para uma maior colheita de frutas e hortaliças, proporcionando maior valor da

atividade agrícola tocantinense, atuou de forma competente para garantir o cumprimento de seus objetivos.

Além disso, fatores tecnológicos vêm sendo utilizados mais intensamente, tanto na produção agrícola de sistema de irrigação, como nas atividades pecuárias, a destacar a produção de leite, criação de aves e outros produtos comercializados pelos produtores rurais do Estado. Em relação à disponibilidade hídrica do Estado, observou-se que a capacidade de armazenamento dos reservatórios, possibilita o aumento da produção de algumas culturas irrigadas.

No exercício do ano de 2022 foi dada a continuidade na captação de recursos advindos da geração de energia elétrica da Pequena Central Hidrelétrica – PCH do Projeto de Irrigação Manuel Alves, com previsão de recebimento pelo Governo do Estado de cerca de R\$ 600.000,00 pela energia comercializada no ano corrente. A PCH Manuel Alves tem potencial de geração de aproximadamente 8 MW, que através do contrato de Concessão Onerosa de Direito de Uso garante os recebimentos durante um período de 30 anos.

Outro ponto ligado à geração de energia é a implantação de um pátio de geração de energia fotovoltaica no Projeto de Irrigação Manuel Alves, com potencial de geração de aproximadamente 1,211 MW, que foi licitado, contratado e emitida a Ordem de Início de Serviço em 2022, tendo previsão de conclusão da instalação e início de geração em até 06 meses, onde serão aplicados cerca de R\$ 7.000.000,00, gerando-se diretamente 30 empregos diretos e 40 empregos indiretos. Com geração de energia através do Pátio Manuel Alves 01, a demanda atual de energia será suprida. Os recursos financeiros para sua implantação são de convênio da Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação com o Ministério do Desenvolvimento Regional. Está em tratativa com o Ministério do Desenvolvimento Regional a possibilidade de utilização de saldo do mesmo convênio para a implantação do Pátio Manuel Alves 02, com o incremento de aproximadamente 1,5 MW no ano de 2023.

Com os recursos financeiros do convênio do Projeto de Irrigação Manuel Alves em 2022 foi instalada balança de pesagem, licitada a aquisição de transformadores, contratada a manutenção da Estação de Bombeamento Principal, adquiridos dois veículos para fiscalização e adquiridos equipamentos de medição e controle de vazão das estações de pressurização, que em conjunto com os pátios de



geração de energia fotovoltaicos, possibilitarão ao Distrito de Irrigação Manuel Alves assumir o empreendimento em questão.

No Projeto de Irrigação São João, está em implantação o pátio de geração de energia fotovoltaico, com potencial de geração de aproximadamente 3,125 MW, no valor de R\$ 15.173.737,40, onde foram pagos através do Banco Mundial cerca de R\$ 12.000.000,00, ficando o restante a ser executado durante a implantação das obras. Todo o material, placas, inversores, cabos e acessórios já estão entregues, restando os serviços de instalação, que estão em andamento.

Ainda no Projeto de Irrigação São João, houveram investimentos em 2022 na construção do pórtico de entrada, na instalação da cerca do perímetro do projeto, reforma do centro administrativo, aquisição de materiais elétricos e de acabamento para as estações de pressurização, licitação para aquisição e instalação dos hidrômetros de medição de água e a licitação para reposição de peças e equipamentos mecânicos-eletro-eletrônicos dos conjuntos motobombas de alta potência. Desta forma pode-se cumprir determinações do Ministério do Desenvolvimento Regional.

No ano de 2022 houve o apoio da SEINF na eleição dos membros do Distrito de Irrigação São João, para que os irrigantes possam atuar de forma participativa nas ações do projeto e iniciem o processo de transição para assumir a administração do empreendimento.

No Projeto Rio Formoso, houve a conclusão do termo de referência e estudo técnico preliminar para a recuperação de suas barragens através de convênio junto à CODEVASF no valor de R\$ 153.000.000,00, sendo que estão empenhados cerca de R\$ 30.000.000,00. Com a autorização do setor técnico da CODEVASF, já se pode realizar o processo licitatório de contratação das obras de recuperação dos barramentos Taboca e Calumbi.

No Projeto Rio Arraias – EIXO 16, foi iniciado os procedimentos para contratação do Projeto Executivo. Estão disponíveis em conta o valor de aproximadamente R\$ 17.000.000,00 para a retomada das obras da barragem, que será licitada a partir da apresentação do Projeto Executivo ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

Em Lagoa da Confusão, houve o inicio das obras de recuperação das Barragens Autovertentes do Rio Urubu - Eixos Tartaruga e Ponte, visando elevar o nível de produção de grão na região através da garantia hidrica, pois atualmente o município ocupa a 59ª posição entre os mais ricos do País. Cabe salientar que estas obras contam com investimentos do Governo Federal através de convênio junto à Caixa Econômica Federal – CEF.

Foi contratada uma patrulha mecanizada para atuação na recuperação de estradas internas, drenos, canais e apoio à obras estruturantes nos projetos de irrigação do Estado do Tocantins.

Houve também a participação da SEINF com o setor de irrigação na AGROTINS/2022, apresentando o potencial do Estado e as tecnologias disponíveis para a ampliação da área produtiva através da irrigação.



Estruturas a serem recuperadas no Projeto Rio Formoso.



Estradas internas dos projetos de Irrigação em recuperação.



Instalação do pátio de geração de energia fotovoltaica do Projeto São João.



Barragem do Projeto de Irrigação  
Manuel Alves



Secretaria da Infraestrutura leva  
Projetos de Irrigação à Agrotins  
2022.



## 2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL, URBANO E HABITAÇÃO

Objetivando proporcionar moradia digna a população com segurança jurídica e enfrentamento do déficit habitacional urbano, a SEINF alinhou ao fundamento do objetivo de Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação, que pauta pela inclusão social de indivíduos e grupos sociais em situação de vulnerabilidade, propiciando direitos humanos e civis reconhecidos e assegurados, o PPA 2020- 2023, traz como proposta o Desenvolvimento Regional e Urbano.

Referido tema amplia a perspectiva de alcance de resultados para o trato diferenciado entre a questão habitacional urbana e rural. Porém, a busca se volta para resolução do enfrentamento as condições precárias de moradia, considerando o déficit habitacional e a inadequação das habitações e a relação habitação e regularização fundiária rural. As ações na área habitacional objetivam a oferta de moradia digna para as famílias que, historicamente, vem sendo excluídas dos mecanismos de mercado para aquisição da casa própria.

Com base nisso, a SEINF por meio da Superintendência de Habitação, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano entregou à população tocantinense em 2022 cerca de 149 unidades habitacionais de interesse social nos municípios de Sítio Novo (4 his), Talismã (3 his) e Palmas – Jardim Taquari (142 his).



Unidades Habitacional de Interesse Social – Jardim Taquari em Palmas.

No exercício ainda foram assistidas mais de 1.601 famílias beneficiárias dos programas sociais habitacionais com visitas técnicas, reuniões, palestras, plantões sociais e atividades socioeducativas.



**Plantão Social – Entrega de Habitação de Interesse Social no Jardim Taquari – Palmas.**

Visando promover o desenvolvimento urbano e metropolitano das cidades do Estado, a SEINF promoveu por meio de emendas de parlamentares a destinação de recursos para 12 municípios com diversas obras, onde podemos destacar:

- Miranorte – Construção da 3ª Etapa da Rodoviária Municipal;
- Araguacema – Revitalização da Praça dos Romeiros do Povoado do Senhor do Bonfim;
- Barra do Ouro – Apoio a Reforma e Revitalização da Praça Nemésio Miranda;
- Centenário – Construção de um Portal Turístico na entrada;
- Porto Alegre do Tocantins – Regularização Fundiária;
- Santa Tereza do Tocantins – Regularização Fundiária;
- Muricilândia – Construção de Quadra Poliesportiva no Distrito de Cocalândia;
- Muricilândia – Construção de Quadra Poliesportiva no Setor Nova Muricilândia;



- Juarina – Aquisição de Iluminação Pública;
- Presidente Kennedy – Reforma do pátio do Centro de Eventos;
- Porto Nacional – Reforma da Rodoviária Municipal;
- Dois Irmãos do Tocantins – Aquisição de Iluminação de LED;
- Babaçulândia – Revitalização do Mercado do Bairro das Areias.

Com fundos oriundos do Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos, foi possível destinar recursos para 37 municípios tocantinenses com obras de infraestrutura pública como construções, reformas e revitalizações de praças, parques, ciclovias, avenidas entre outros, destinando aproximadamente cerca de R\$ 13.237.557,68 para alcance do desenvolvimento urbano.



Construção, reforma e ampliação da Praça do Canteiro Central de Barrolândia.

### 3. INFRAESTRUTURA PÚBLICA

O Governo do Tocantins está estruturado para oferecer um conjunto de serviços públicos e planejar, construir, reformar e manter obras de infraestrutura física. A gama que envolve serviços públicos como o gerenciamento da saúde, educação, segurança e programas sociais, por exemplo, exige uma estrutura organizada, eficiente e sustentável, para que o Estado mantenha seu equilíbrio fiscal sempre em dia. Além disso, a construção e reforma de escolas, hospitais, creches e outros aparelhos da infraestrutura social são fundamentais para garantir a qualidade dos

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77001-970 – Palmas/TO | (63) 3218-7101/7104  
E-mail: [gasec@seinf.to.gov.br](mailto:gasec@seinf.to.gov.br)

*[Handwritten signature]*

serviços prestados à população. Também é necessário preservar sempre a capacidade do Tocantins de seguir investindo em novas obras estruturantes, com vistas a promover o desenvolvimento regional e social do Estado.

Assim sendo, a Superintendência de Obras Públicas da SEINFRA, vistoriou e fiscalizou as obras de construção, reforma, ampliação, adequação, manutenção, implementação dentre outros, das seguintes obras:

|   |  |
|---|--|
|   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Hospital Regional de Augustinópolis - HRA;</li> </ul> |
|  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Hospital Geral de Palmas - HGP;</li> </ul>            |
|   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Hospital Geral de Araguaína - HGA;</li> </ul>         |



- Quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar em Palmas;

- Alargamento da Avenida Goiás – Distrito Industrial em Gurupi;
- Implantação do Parque Industrial de Guaraí;
- Sede da Agência Estadual de Meteorologia – AEM em Palmas;
- Pavilhão Anexo ao Palacinho para abrigar o acervo do Museu e atividades culturais em Palmas;
- Manutenção corretiva e preventiva no prédio da SECAD em Palmas; Unidade de Radioterapia – UNACON em Araguaína; Anexo do QCG em Palmas; Batalhão de Polícia Militar Rodoviário e de Divisas em Porto Nacional e Terminal Rodoviário de Cristalândia.



- Reforma do Prédio da SECAD.

**Desenvolvimento energético**

**Principais realizações:**



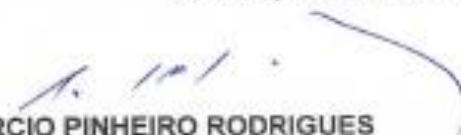
- Execução de manutenção preventiva/corretiva e operação dos sistemas elétricos das pontes da Amizade e da Integração em Palmas e dos Imigrantes Nordestinos - Padre Cicero José de Sousa em Lajeado.

- Implantação de projeto de energia renovável para os diversos municípios do Tocantins;



- Execução de obras de eletrificação de novos empreendimentos em diversos assentamentos rurais do Estado.

Palmas, 15 de dezembro de 2022.

  
**MÁRCIO PINHEIRO RODRIGUES**

Presidente da Agência Tocantinense de Transportes e Obras (AGETO)  
Respondendo pela SEINF – ATO Nº 1.124 – DSG – DOE nº 6087

Ofício SEPLAN nº 74/2023/GABSEC

Palmas, 23 de fevereiro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
**Coronel MÁRCIO ANTONIO BARBOSA DE MENDONÇA**  
 Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins  
**N E S T A**

Assunto: Apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020/2023.

Senhor Comandante-Geral,

Com o objetivo de estruturar o planejamento de elaboração do PPA 2024-2027, solicita de Vossa Excelência a gentileza de encaminhar relatório, com fotos e vídeos, da execução das prioridades, definidas por região e setor, das consultas públicas referentes ao PPA 2020-2023, realizadas em 2019, conforme proposto em anexo.

Informo que a planilha, em anexo, será também encaminhada a assessoria de planejamento desse Órgão, em formato eletrônico, para preenchimento e posterior envio à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica desta Secretaria.

Caso sejam necessárias informações adicionais, disponibilizo os seguintes contatos:

1. Daniel Guedes, Gerência de Monitoramento e avaliação, telefone 3212-4508, e-mail [danielgueedes2@hotmail.com](mailto:danielgueedes2@hotmail.com);
2. Silvia Rodrigues, Gerência de Planejamento Setorial, telefone 3212-4483, e-mail [dpseplan@gmail.com](mailto:dpseplan@gmail.com).

Atenciosamente,

*Assinatura Eletrônica*  
**SERGISLEI SILVA DE MOURA**  
 Secretário do Planejamento e Orçamento



Documento foi assinado digitalmente por SERGISLEI SILVA DE MOURA em 24/02/2023 09:02:40.

A autenticidade desse documento pode ser verificada no site <https://sgd.tocantins.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 204615830137A261.



**TOCANTINS**  
GOVERNO DO ESTADO



Missão da PMTO: "Promover segurança pública, por meio do policiamento ostensivo e de ordens, fundamentada nos princípios dos Direitos Humanos, visando à paz social no Estado do Tocantins".

Ofício nº 030/2023-PM/6  
SGD: 2023/09039/018151

Palmas, 1º de março de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
**Sergislei Silva de Moura**  
Secretário do Planejamento e Orçamento  
PALMAS-TO

**Assunto: Apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020/2023 (responde)**

Senhor Secretário,

Após cordiais cumprimentos, em atenção ao Ofício SEPLAN no. 74/2023/GABSEC, SGD 2023/13019/001293, de 23 de fevereiro de 2023, para estruturar o planejamento de elaboração do PPA 2024- 2027, e que solicita relatório, com fotos e vídeos, da execução das prioridades, definidas por região e setor, das consultas públicas referentes ao PPA 2020-2023, realizadas em 2019, informamos:

**PLANILHA DE CONTROLE E MONITORAMENTO DE RESULTADOS – CONSULTA PÚBLICA PPA 2020-2023**

| PRIORIDADE DAS PRIORIDADES   |  |         |  |                                |              |  |  |  |
|--|--|---------|--|--------------------------------|--------------|--|--|--|
| EIXO TEMÁTICO  | PRIORIZAÇÃO  | REGIÃO  | PROJETOS / AÇÕES ENVOLVIDAS<br>(Colocar nesta coluna as ações temáticas do PPA que atendem/impactam e geram resultados para esta prioridade) | Estágio da execução Financeira |              | RESULTADO / ENTREGA<br>Especificar unidade de medida. Ex: %, unid., concursos realizados, alunos capacitados, etc. |  |  |
|  |  |         |  | Em andamento                   | Executado    |  |  |  |
| Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos                       | Aumentar o efetivo e qualificar os profissionais de Segurança Pública. | Central | Concurso público de 1000 soldados  |                                | 629.747,28   | 1  |  |  |
|  |  |         | Curso de formação de 1000 soldados   |                                | 2.400.530,00 | 3.500  |  |  |
|  |  |         | Aquisição de peças fardamento para 1000 soldados   | 400.600,00                     |              | 1.500  |  |  |
| <b>TOTAL PARCIAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO</b>                          |  |         |  | 400.600,00                     | 3.030.277,28 |  |  |  |
| <b>TOTAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PRIORITÁRIO EM SEGURANÇA PÚBLICA</b> |  |         |  | 400.600,00                     | 3.030.277,28 |  |  |  |

Ademais, elevo votos de estima e consideração, colocando a PMTO

Av. LO 5, Quadra AE - 304 Sul, Lote 02, CEP: 77021-022 - PALMAS-TO  
Tel: (63) 3218-2708 / 3218-2703 - e-mail: [gcpmtb@gmail.com](mailto:gcpmtb@gmail.com)

Documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO ANTONIO BARBOSA DE MENDONÇA em 01/03/2023 13:03:47.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://legi.govt.br/verificador>, informando o código verificador: A800000101300FB3.





**TOCANTINS**  
GOVERNO DO ESTADO



Missão da PMTO: "Promover segurança pública, por meio do policiamento ostensivo e de ordem, fundamentada nos princípios dos Direitos Humanos, visando à paz social no Estado do Tocantins".

sempre à disposição.

Atenciosamente,

*Assinado Digitalmente*

**Márcio Antônio Barbosa de Mendonça - CEL QOPM**  
Comandante-Geral da PMTO - Secretário de Estado

Av. LO 5, Quadra AE - 304 Sul, Lote 02, CEP: 77021-022 - PALMAS-TO  
Tel.: (63) 3218-2708 / 3218-2703 - e-mail: [gcpento@gmail.com](mailto:gcpento@gmail.com)

Documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO ANTONIO BARBOSA DE MENDONÇA em 01/03/2023 13:03:47.

A autenticidade desse documento pode ser verificada no site <https://sgd.tj.gov.br/verificador/>, informando o código verificador: A360050101300FB3.



PRAÇA DOS GIRASSÓIS,  
ESPLANADA DAS SECRETARIAS, S/N  
PALMAS - TOCANTINS - CEP: 77.001-002  
+55 63 3218-6801

SECRETARIA DA  
CULTURA E TURISMO

2022/77019/019049

OFÍCIO N°866/2022/GABSEC/SECTUR

Palmas, 02 de dezembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor,  
**SERGISLEI SILVA DE MOURA**  
Secretário do Planejamento e Orçamento  
Nesta

Assunto: Apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020-2023

Senhor Secretário,

Em Resposta ao Ofício SEPLAN nº 420/2022/GABSEC, para estruturação do Planejamento da Elaboração do PPA- 2024-2027, encaminho a Vossa Excelência, planilha das ações solicitadas, os Relatórios das Execuções das Ações Prioritárias da Secretaria de Cultura e Turismo –SECTUR na região do Jalapão para nova Consulta Pública, constando os Projetos de Investimentos que foram realizados nos anos de 2020 a 2022 e dos projetos em andamento a serem executados no exercício de 2023.

Atenciosamente,

Assinatura Eletrônica  
**Hercy Ayres Rodrigues Filho**  
Secretário



Documento foi assinado digitalmente por HERCY AYRES RODRIGUES FILHO em 05/12/2022 12:32:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://legis.tce.toc.br/verificador>, informando o código verificador: D65B01ACD12A0E45

PRAÇA DOS GIRASSÓIS,  
ESPLANADA DAS SECRETARIAS, S/N  
PALMAS - TOCANTINS - CEP: 77.001-002  
+55 63 3218-5801

SECRETARIA DA  
CULTURA E TURISMO

TOCANTINS  
GOVERNO DO ESTADO



#### AÇÕES PRIORITÁRIAS da 4340

| EIXO<br>TEMÁTICO                                 | PRIORIZAÇÃO   | REGIÃO                     | PROJETOS / AÇÕES ENVOLVIDAS  | Estágio da execução Financeira |           |           |           | RESULTADO /<br>ENTREGA         |            |
|--|---|----------------------------|--|--------------------------------|-----------|-----------|-----------|--------------------------------|------------|
|  |   |                            |  | Em andamento                   |           | Executado |           | Especificar unidade de medida. |            |
|  |   |                            |  | Autorizado                     | Empenhado | Liquidado | Pago      | Executado                      | A executar |
| Estrutura produtiva e sustentabilidade ambiental | Implementar políticas de desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo, integrando-as regionalmente, considerando os aspectos materiais e imateriais da cultura local, patrimônio Histórico, cultural e ambiental, ampliando a rede de assistência técnica à agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto | Região Jalapão – São Félix | <p><b>Ano 2020:</b></p> <p>Foi realizada 1ª oficina de gastronomia na comunidade Quilombola Barra de Aroeira em Santa Tereza - TO - capacitadas 19 pessoas com recurso do PDRIS;</p> <p><b>Ano: 2021</b></p> <p>a) Oficina de Planejamento e Efetivação de Roteiros de Turismo de Base Comunitária sendo capacitadas 15 pessoas na comunidade do Mumbuca, 04 pessoas na comunidade do Rio Novo, 19 pessoas na comunidade da Barra do Aroeira e 16 pessoas na comunidade do Prata;</p> <p>b) Orientação quanto aos protocolos de segurança e capacitação na rede hoteleira no município de São Félix do Tocantins no período de 16 a 24 de maio de 2021 onde foram visitados 13 empreendimentos entre pousadas e hotéis além de atrativos, bares e restaurantes totalizando 39 pessoas capacitadas e qualificadas; 56 (cinquenta e seis) pessoas capacitadas nas oficinas gastronômicas previstas no Projeto de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas comunidades quilombolas Rio Novo, Mumbuca, Prata e Barra do Aroeira; 39 (trinta e nove) pessoas capacitadas nas oficinas de artesanato - gestão do negócio, tecnologia, designer e inovação previstas no Projeto de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas</p> | 275.000,00                     | 15.686,18 | 15.686,18 | 15.686,18 | 200%                           | 50%        |



Documento foi assinado digitalmente por HERCY AYRES RODRIGUES FILHO em 05/12/2022 12:32:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.toc.br/verificador>, informando o código verificador: D65BB1AE012A0EAS

PRAÇA DOS GIRASSÓIS,  
ESPLANADA DAS SECRETARIAS, S/N  
PALMAS - TOCANTINS - CEP: 77001-002  
+55 63 3218-5801

SECRETARIA DA  
CULTURA E TURISMO

TOCANTINS  
GOVERNO DO ESTADO



|  |  |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  | <p>comunidades quilombolas rio Novo, Mumbuca, Prata e Barra do Aroeira,</p> <p>Blitz educativa nas entradas da cidade de Ponte Alta do Tocantins e visita aos meios de hospedagem para orientação e sensibilização quanto a implantação do Selo TO Seguro no dia 16 de junho de 2021 onde foram visitados 15 empreendimentos entre bares, hotéis e restaurantes totalizando 45 pessoas capacitadas e qualificadas;</p> <p><u>Ano:2022</u></p> <p>03 pessoas capacitadas e qualificadas na plataforma integrada do turismo (PIT) na cidade de Mateiros TO</p> <p>Realizado cursos para fortalecer a Produção Associada ao Turismo (Bolos e bolachas tradicionais, na comunidade do Prata no município de São Félix do Tocantins</p> <p><u>AÇÕES PREVISTAS PARA O JALAPÃO 2023.</u></p> <p>Metas Estruturante Prioritária:<br/>Promover e/ou apoiar a capacitação de 250 pessoas na região turística Encantos do Jalapão.</p> |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

**TOTAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PRIORITÁRIO 4340**

A cadeia produtiva do turismo compreende vários setores da economia com destaque para o setor hoteleiro e gastronômico. As ações executadas nos períodos acima citados, no processo de qualificação beneficiou a qualidade do receptivo aumentando o fluxo turístico e fortalecendo a economia de local. A execução das atividades impacto negativo considerando a necessidade de isolamento social em função da Pandemia da Covid-19 que paralisou as atividades turísticas.



Documento foi assinado digitalmente por HERCY AYRES RODRIGUES FILHO em 05/12/2022 12:32:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-atl.tocantins.gov.br/verificador>, informando o código verificador: D65BB1AE012A0EAS

PRAÇA DOS GIRASSÓIS,  
ESPLANADA DAS SECRETARIAS, S/N  
PALMAS - TOCANTINS - CEP: 77.001-002  
+55 63 3218-5801

SECRETARIA DA  
CULTURA E TURISMO

TOCANTINS  
GOVERNO DO ESTADO



4333 – (Fomento e preservação da cultura) e 4336 – (Fomento à produção, circulação e promoção da arte, da cultura e do turismo cultural), nos anos citados a gerência, identificou as seguintes ações realizadas no Jalapão:

| EIXO<br>TEMÁTICO                 | PRIORIZAÇÃO  | REGIÃO                       | PROJETOS / AÇÕES<br>DESENVOLVIDAS  | Estágio da execução Financeira |           |           |       | RESULTADO /<br>ENTREGA          |            |
|----------------------------------|--|------------------------------|--|--------------------------------|-----------|-----------|-------|---------------------------------|------------|
|                                  |  |                              |  | Em andamento                   |           | Executado |       | Especificiar unidade de medida. |            |
|                                  |  |                              |  | Autorizado                     | Empenhado | Liquidado | Pago  | Executado                       | A executar |
| Fomento e preservação da cultura | Salvaguarda do patrimônio dos povos indígenas, tradicionais, afrodescendentes, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, grupos populares, sertanejos e amazônicos. Proporcionando o reconhecimento das expressões artísticas e culturais, fomentando a regionalização e desenvolvimento sustentável dos fazeres e saberes culturais, promovendo às gerações futuras, acesso aos testemunhos de sua história e aos domínios da vida social que dão significado aos complexos processos de construção de identidades, registrando, reconhecendo, apoiando e difundindo a cultura destes povos. | Região Jalapão/<br>São Félix | <u>Ano 2020:</u><br>Não houve ações realizadas<br><br><u>Ano: 2021</u><br>B )Participação no Projeto Viola de Buriti, premiado pela Lei Aldir Blanc, na Comunidade Mumbuca, em Mateiros;<br><br>Realização de entregas de 10.000 (dez mil) cestas básicas, em todo Estado. Ação que contemplou a região em questão. Projeto de Assistência a classe artística e cultural durante a pandemia da COVID-19; | 00,00                          | 00,00     | 00,00     | 00,00 | 52,50%                          | 47,50%     |



Documento foi assinado digitalmente por HERCY AYRES RODRIGUES FILHO em 05/12/2022 12:32:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-atl.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: D65BB1AE012A0EAS

PRAÇA DOS GIRASSÓIS,  
ESPLANADA DAS SECRETARIAS, S/N  
PALMAS - TOCANTINS - CEP: 77001-002  
+55 63 3218-5801

SECRETARIA DA  
CULTURA E TURISMO

**TOCANTINS**  
GOVERNO DO ESTADO



|  |  |   |           |           |           |           |        |        |
|--|--|---|-----------|-----------|-----------|-----------|--------|--------|
|  |  | <p>Realização de inventariação cultural no município de São Felix do Tocantins;</p> <p>Apoio com passagem aérea para promoção do turismo cultural nas comunidades quilombolas do Jalapão.</p> <p>Não Houve significativa execução neste período, a Ação foi executada parcialmente em consonância com o Decreto nº 6.074 de 30 de março de 2020, revogado pelo Decreto nº 6.092, de 05 de maio de 2021, que estabelece medidas de redução e de controle das despesas e o Decreto nº 6.083, de 13 de abril de 2020, e a Lei Federal 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 que veta a realização de eventos e de reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado. E o Decreto nº 6.257, de 14 de maio de 2021, que trata da jornada de trabalho presencial e remoto.</p> <p><u>Ano: 2022:</u></p> <p>Na Festa da Colheita do Capim Dourado, aconteceu em setembro de 2021;</p> | 40.000,00 | 38.082,75 | 38.082,75 | 38.082,75 | 90,00% | 10,00% |
|--|--|---|-----------|-----------|-----------|-----------|--------|--------|



Documento foi assinado digitalmente por HERCY AYRES RODRIGUES FILHO em 05/12/2022 12:32:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-atl.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: D65BB1AE012A0EAS

PRAÇA DOS GIRASSÓIS,  
ESPLANADA DAS SECRETARIAS, S/N  
PALMAS - TOCANTINS - CEP: 77001-002  
+55 63 3218-5801

SECRETARIA DA  
CULTURA E TURISMO

TOCANTINS  
GOVERNO DO ESTADO



|  |  |   |              |              |              |              |       |       |
|--|--|---|--------------|--------------|--------------|--------------|-------|-------|
|  |  | <p>Promoção e Parceiras Culturais, com itens que contemplam o artesanato da região citada</p> <p><b>Encontro de Violas de Buritis e Oficina de Transmissão de Saberes</b>, atendendo a comunidade do Mumbuca com a capacitação de 20 crianças</p> <p><b>Edital Dona Miúda</b> - Para a conclusão do Edital Dona Miúda, mestre, mestras, Griôs, Grupos de Cultura Populares e Tradicional e Aprendizes, que entregou 48 prêmios, aos saberes e fazeres da cultura popular do nosso Estado, forma feitas diárias para o deslocamento das equipes que estiveram envolvidas na realização do evento.</p> <p><b>Festa da Rapadura</b> - apoio a realização do evento com show e estrutura</p> <p><b>Festa da Colheita</b> - com apoio para Shows e estrutura</p> <p><b>AÇÃO 4336</b></p> <p><b>Ano 2020:</b></p> <p>Receptivo e apoio ao chefe de cozinha Mario Portella no primeiro circuito gastronômico Mr. Bull e visita ao Jalapão, nos dias 01, 02, 03 e 04 de março de 2020</p> |              |              |              |              |       |       |
|  |  |   | 4.633.225,00 | 3.654.728,50 | 3.063.520,54 | 2.866.520,54 | 82,50 | 17,50 |



Documento foi assinado digitalmente por HERCY AYRES RODRIGUES FILHO em 05/12/2022 12:32:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-atf.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: D65BB1AE012A0EAS

PRAÇA DOS GIRASSÓIS,  
ESPLANADA DAS SECRETARIAS, S/N  
PALMAS - TOCANTINS - CEP: 77.001-002  
+55 63 3218-5801

SECRETARIA DA  
CULTURA E TURISMO

TOCANTINS  
GOVERNO DO ESTADO



|  |  |  |  |              |            |            |            |        |        |
|--|--|--|--|--------------|------------|------------|------------|--------|--------|
|  |  |  | <p><u>Ano: 2021</u></p> <p>No Exercício de 2021, na fonte 104 não houve movimentação financeira empenhada no primeiro quadrimestre devido a pandemia paralização de eventos culturais;</p> <p>OBS: Com participação dos artesãos da região do Jalapão</p> <p><u>Ano:2022</u></p> <p><b>Mostra Permanente de Artesanatos Tocantinenses</b> - com o objetivo de fomentar e criar um espaço de exposição da produção artesanal do Estado. A mostra foi montada com o envio já existente na pasta, na sala da gerência apoio para Shows e estrutura</p> <p><u>Ações Previstas para o Jalapão 2023 para as Ações:</u> 4333 e 4336</p> <p>Participar de (03) três feiras nacionais dentro do segmento de fomento e promoção da cultura local, impactando as lideranças da comunidade com a troca de saberes.</p> <p>Apoiar a realização da Festa da Colheita do Capim Dourado, na comunidade quilombola do Mumbuca, a ação impacta</p> | 2.244.700,00 | 877.543,45 | 877.543,45 | 877.543,45 | 85,65% | 17,50% |
|--|--|--|--|--------------|------------|------------|------------|--------|--------|



Documento foi assinado digitalmente por HERCY AYRES RODRIGUES FILHO em 05/12/2022 12:32:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-dti.tce.gov.br/verificador>, informando o código verificador: D65BB1AE012A0EAS

PRAÇA DOS GIRASSÓIS,  
ESPLANADA DAS SECRETARIAS, S/N  
PALMAS - TOCANTINS - CEP: 77.001-002  
+55 63 3218-5801

SECRETARIA DA  
CULTURA E TURISMO

TOCANTINS  
GOVERNO DO ESTADO



|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  | <p>diretamente as comunidades do Prata, Carrapato e Mumbuca e os municípios do entorno.<br/>Colaborar com a reestruturação do Conselho Regulador da Indicação Geográfica do Capim Dourado, fortalecendo a arte produzida nas comunidades tradicionais.</p> |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|



Documento foi assinado digitalmente por HERCY AYRES RODRIGUES FILHO em 05/12/2022 12:32:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-eid.toc.gov.br/verificador>, informando o código verificador: D65BB1AE012A0EAS

PRAÇA DOS GIRASSÓIS,  
ESPLANADA DAS SECRETARIAS, S/N  
PALMAS – TOCANTINS – CEP: 77001-002  
+55 63 3218-5801

SECRETARIA DA  
CULTURA E TURISMO

TOCANTINS  
GOVERNO DO ESTADO



| AÇÕES<br>PRIORITÁRIAS 4339  |   |                            |  |                                |           |           |           |  |
|---|---|----------------------------|--|--------------------------------|-----------|-----------|-----------|--|
| EIXO<br>TEMÁTICO  | PRIORIZAÇÃO   | REGIÃO                     | PROJETOS /<br>AÇÕESENVOLVIDAS  | Estágio da execução Financeira |           |           |           | RESULTADO /<br>ENTREGA<br><br>Especificar unidade de medida. |
|   |   |                            |  | Em andamento                   |           | Executado |           |  |
|   |   |                            |  | Autorizado                     | Empenhado | Liquidado | Pago      | Executado  |
| Ordenamento territorial e desenvolvimento de produtos/roteiros turísticos | Regiões Turísticas Ordenadas<br><br>Estruturação e ordenamento da atividade turística; gestão e controle das atividades de visitação nos atrativos turísticos (capacidade de carga); revisão e atualização de instrumentos de ordenamento territorial como mapa das regiões turísticas e o funcionamento das instâncias de governança; cadastro de pessoas físicas e jurídicas; aplicar as normas técnicas oficiais da ABNT entre outros instrumentos legais para os segmentos de ecoturismo, turismo de aventura, pesca esportiva, cultural, etnoturismo, negócios e eventos, turismo industrial, sol e praia entre outros segmentos. Implementar padrões de qualidade e segurança turística bem como fomentar o turismo de base comunitária para os vários segmentos. | Região Jalapão – São Félix | <p><b>Ano: 2020</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Realização das Oficinas de Melhoria do Planejamento e Operação dos Eventos Tradicionais, nas comunidades quilombolas do Prata, em São Félix e na Comunidade Mumbuca, em Mateiros. Essa ação faz parte do Contrato nº 15/2019/GPRES/ADETUC referente ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas Comunidades Tradicionais Quilombolas do Jalapão.</li> <li>Organização e participação na oficina de gastronomia na Comunidade Barra do Aroeira, em Santa Terezinha. Essa ação faz parte do Contrato nº 15/2019/GPRES/ADETUC referente ao Projeto de Desenvolvimento do</li> </ul> | 2.094.000,00                   | 32.874,25 | 31.658,15 | 31.658,15 | 30,00%<br>70,00%   |



Documento foi assinado digitalmente por HERCY AYRES RODRIGUES FILHO em 05/12/2022 12:32:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-atl.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: D65BB1AE012A0EAS

PRAÇA DOS GIRASSÓIS,  
ESPLANADA DAS SECRETARIAS, S/N  
PALMAS - TOCANTINS - CEP: 77.001-002  
+55 63 3218-5801

SECRETARIA DA  
CULTURA E TURISMO

TOCANTINS  
GOVERNO DO ESTADO



|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  | Turismo de Base Comunitária nas Comunidades Tradicionais Quilombolas do Jalapão. <ul style="list-style-type: none"><li>• Realização de viagem de intercâmbio, acompanhando as comunidades quilombolas do jalapão, para troca de experiências com as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira-Eldorado - SP. Essa ação faz parte do Contrato nº 15/2019/GPRES/ADETUC referente ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas Comunidades Tradicionais Quilombolas do Jalapão.</li><li>• Participação de Audiência Pública na Comissão Minas, Energia, Meio Ambiente e Turismo, para discutir o ordenamento turístico do Povoado Azuis, em Aurora-TO, nos dias 06 a 07 de março;</li><li>• Visita técnica na região Encantos do Jalapão para acompanhamento das ações do Programa INVEST TURISMO juntamente com representantes do</li></ul> |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|



Documento foi assinado digitalmente por HERCY AYRES RODRIGUES FILHO em 05/12/2022 12:32:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-atl.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: D65BB1AE012A0EAS

PRAÇA DOS GIRASSÓIS,  
ESPLANADA DAS SECRETARIAS, S/N  
PALMAS - TOCANTINS - CEP: 77001-002  
+55 63 3218-5801

SECRETARIA DA  
CULTURA E TURISMO

TOCANTINS  
GOVERNO DO ESTADO



|  |  |  |   |  |  |  |  |  |
|--|--|--|---|--|--|--|--|--|
|  |  |  | <p>Ministério do Turismo, de 06 a 08/03.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Realização de levantamento da infraestrutura dos atrativos turísticos de Ponte Alta do TO, Almas, Rio da Conceição e Dianópolis, de 01 a 02/02/2020.</li><li>• Realização dos testes dos roteiros de pesca esportiva, nos municípios de Palmas e Peixe.</li><li>• Levantamento das necessidades de infraestrutura para a implantação da pesca esportiva no rio Caiapó, em Araguacema-TO;</li><li>• Levantamento das necessidades de infraestrutura para a implantação da pesca esportiva nos municípios de Pau D'Arco, Arapoema, Juarina e Couto Magalhães.</li><li>• Participação em reunião com Prefeitos e empresários locais para discutir as tratativas e protocolos de retomada da atividade turística nos municípios de Ponte Alta do Tocantins, Mateiros e São Félix do Tocantins.</li></ul> |  |  |  |  |  |
|--|--|--|---|--|--|--|--|--|



Documento foi assinado digitalmente por HERCY AYRES RODRIGUES FILHO em 05/12/2022 12:32:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ad.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: D59B1A0D12A0EAS

PRAÇA DOS GIRASSÓIS,  
ESPLANADA DAS SECRETARIAS, S/N  
PALMAS - TOCANTINS - CEP: 77001-002  
+55 63 3218-5801

SECRETARIA DA  
CULTURA E TURISMO

TOCANTINS  
GOVERNO DO ESTADO



|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  | <p>Verificar os procedimentos necessários para a implantação das barreiras sanitárias.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Acompanhamento junto ao governador e empresários em visita ao município de Lagoa da Confusão, a fim de reconhecimento da cidade para possíveis investimentos.</li><li>• Acompanhamento junto ao governador e empresários em visita ao município de Caseara, a fim de reconhecimento da cidade para possíveis investimentos.</li><li>• Apoiar a comunidade quilombola do Prata, em São Félix TO, na formatação das atividades e do roteiro que será disponibilizado para divulgação do Estado e orientar sobre a implantação dos protocolos de segurança sanitária</li><li>• Acompanhar empresários para reconhecimento de área para possível investimento na região do Jalapão</li><li>• Realizar reunião com os representantes dos</li></ul> |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|



Documento foi assinado digitalmente por HERCY AYRES RODRIGUES FILHO em 05/12/2022 12:32:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-atl.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: D65BB1AE012A0EAS

PRAÇA DOS GIRASSÓIS,  
ESPLANADA DAS SECRETARIAS, S/N  
PALMAS - TOCANTINS - CEP: 77001-002  
+55 63 3216-5801

SECRETARIA DA  
CULTURA E TURISMO

TOCANTINS  
GOVERNO DO ESTADO



|  |  |   |              |            |            |            |        |     |
|--|--|---|--------------|------------|------------|------------|--------|-----|
|  |  | <p>Conselhos Municipais de Turismo e Fórum Regional de Turismo da região de Serras Gerais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar reunião com os representantes dos Conselhos Municipais de Turismo, Instâncias de Governança Regional e Secretários Municipais de Turismo para tratar sobre os novos critérios para inclusão no Mapa do Turismo Brasileiro 2021/2023 e processo de formalização das instâncias de governança 2021/2023.</li> <li>• Realizar captação de imagens para promoção turística (criação de material promocional, participação em feiras).</li> <li>• Acompanhar a realização do FAMTOUR do segmento de pesca esportiva nos municípios de Peixe e São Salvador.</li> </ul> <p><u>Ano: 2021</u></p> <p>Participação no Projeto Viola de Buriti, premiado pela Lei Aldir Blanc, na Comunidade Mumbuca, em Mateiros;</p> |              |            |            |            |        |     |
|  |  |   | 1.139.000,00 | 408.071,26 | 408.071,26 | 408.071,26 | 60,00% | 40% |



Documento foi assinado digitalmente por HERCY AYRES RODRIGUES FILHO em 05/12/2022 12:32:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-atl.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: D65BB1AE012A0EAS

PRAÇA DOS GIRASSÓIS,  
ESPLANADA DAS SECRETARIAS, S/N  
PALMAS – TOCANTINS – CEP: 77001-002  
+55 63 3216-5801

SECRETARIA DA  
CULTURA E TURISMO

TOCANTINS  
GOVERNO DO ESTADO



|  |  |  |   |            |           |           |           |       |       |
|--|--|--|---|------------|-----------|-----------|-----------|-------|-------|
|  |  |  | Realização de entregas de 10.000 (dez mil) cestas básicas, em todo Estado. Ação que contemplou a região em questão. Projeto de Assistência a classe artística e cultural durante  |            |           |           |           |       |       |
|  |  |  | <b>Ano: 2022</b><br><br>Realização de capacitação, em Mateiros/TO, com a equipe técnica que atua nas Dunas para validação do sistema do voucher turístico; Validação de 03 (três) municípios (Aurora, Juarina e Mateiros) no SISMAPA – Sistema do Mapa do Turismo Brasileiro, ação vinculada ao Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo, do Ministério do Turismo;<br><br>Reunião presencial em Novo Acordo, com a participação dos municípios de Lizarda Mateiros, Ponte Alta do TO e São Félix do TO para eleição da Diretoria da Instância de Governança Regional – IGR, denominada Fórum Regional de Turismo da região turística “Encantos | 519.000,00 | 29.306,25 | 29.306,25 | 29.306,25 | 0,00% | 0,00% |



Documento foi assinado digitalmente por HERCY AYRES RODRIGUES FILHO em 05/12/2022 12:32:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-at.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: D65BB1AE012A0EAS

PRAÇA DOS GIRASSÓIS,  
ESPLANADA DAS SECRETARIAS, S/N  
PALMAS – TOCANTINS – CEP: 77.001-002  
+55 63 3218-5801

SECRETARIA DA  
CULTURA E TURISMO

TOCANTINS  
GOVERNO DO ESTADO



|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  | <p>do Jalapão” e apresentação dos critérios obrigatórios para inclusão no SISMAPA – Sistema do Mapa do Turismo Brasileiro. Treinamento da equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Mateiros para inserção dos documentos/informações no Sistema do Mapa do Turismo – SISMAPA.</p> <p><b>Ano: 2023</b></p> <p>Implantar e adequar o ordenamento turístico municipal e regional.</p> |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

OBS: A cumprimento de Meta acima do esperado no quadriestre anterior foi considerando que a previsão inicial era 05 regiões turísticas ordenadas. No entanto, o estado possui 07 regiões e foi possível realizar ações nas sete regiões.

OBS: Foi ajustado na revisão do PPA 2022 as metas dessa ação para 2023.



Documento foi assinado digitalmente por HERCY AYRES RODRIGUES FILHO em 05/12/2022 12:32:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: D65BB1AED12A0EAE

SECRETARIA  
DA SAÚDE

**TOCANTINS**  
GOVERNO DO ESTADO



Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N  
Palmas – Tocantins – CEP: 77.015-007  
Tel.: +55 63 3218-1700  
[saude.to.gov.br](http://saude.to.gov.br)

**SGD: 2023/30559/080437**  
**OFÍCIO - 2189/2023/SES/GASEC**

Palmas, 30/03/2023.

A Sua Excelência o Senhor  
**SERGISLEI SILVA DE MOURA**  
 Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento  
 Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento  
 Nesta

**Assunto: Relatório sobre a execução das prioridades eleitas para a saúde nas consultas públicas do PPA 2020-2023 (SGD 2022/13019/009960).**

Senhor Secretário,

Ao cumprimentar V. Sa. encaminhamos em atenção ao Ofício nº 423/2022 GABSEC, Relatório contendo dados de apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020-2023 da Secretaria da Saúde – valores acumulados no anos de 2020, 2021 e 2022.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos no setor de Planejamento desta Secretaria – contato: Luiza Regina, telefones (63) 3218-3265 / 1737 / 5520; (63) 99243-7653.

Atenciosamente,

Assinatura Digital  
**AFONSO PIVA DE SANTANA**  
 Secretário de Estado da Saúde

SES/OGAE



Documento foi assinado digitalmente por AFONSO PIVA DE SANTANA em 30/03/2023 09:38:14.

A autenticidade desse documento pode ser verificada no site <https://agd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 9379104001300057

**ANEXO AO SGD: 2023/30559/080437**

**PLANILHA DE CONTROLE E MONITORAMENTO DE RESULTADOS – CONSULTA PÚBLICA PPA 2020-2023**  
**PRIORIZAÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO: SECRETARIA DA SAÚDE**

| EIXO<br>TEMÁTI<br>CO | PRIORIZAÇÃO   | PROJETOS / AÇÕES<br>ENVOLVIDAS  | REGIÃO   | AÇÃO<br>ORÇAME<br>NTÁRIA | Estágio da execução Financeira 2020-2022 |               |               |               | RESULTADO / ENTREGA   |            |
|----------------------|---|---|--|--------------------------|--|---------------|---------------|---------------|---|------------|
|                      |   |   |  |                          | Em andamento                             |               | Executado     |               |   |            |
|                      |   |   |  |                          | Autorizado                               | Empenhado     | Liquidado     | Pago          | Executado   | A executar |
| Saúde                | Fortalecer a Atenção Básica no município para que seja mais resolutiva.   | Recurso da contrapartida da Farmácia Básica repassado regularmente, sem atrasos: R\$3.947.913,72/ano.   | Região Central<br>Região Sul – Gurupi                    | -                        | 11.843.741,18                            | 11.843.741,18 | 11.843.741,18 | 11.843.741,18 | Todos os 139 municípios das 8 Regiões de Saúde receberam regularmente o recurso da Farmácia Básica.   | -          |
|                      |   | Implantação do Laboratório de Sequenciamento Genético no LACEN-TO e do Núcleo de Vigilância Genômica no LACEN-TO atendendo aos 139 municípios.    |  | -                        | -  | -             | -             | -             | A Vigilância Genômica é a forma de monitorar a possível modificação da sequência genética do vírus SARS-CoV-2, oportunizando a avaliação do comportamento do vírus e a dispersão de variantes de importância ou atenção. Importante para entender o comportamento epidemiológico da COVID-19. | -          |
| Saúde                | Organizar a Rede de Atenção à Saúde, com ênfase na rede cegonha, principalmente quanto aos serviços de média e alta complexidade. | Distribuição de aparelhos de ultrassonografia para uso na assistência ao pré-natal que é um dos componentes da rede cegonha.                      | Região Bico do Papagaio<br>Região Sudeste I – Taguatinga | -                        | 13.950.000,00                            | 13.950.000,00 | 13.950.000,00 | 13.950.000,00 | Foram distribuídos 90 aparelhos de Ultrassonografia para 86 municípios – conforme lista anexa. Todas as Regiões Administrativas e de Saúde foram beneficiadas   | -          |
|                      |   | Van para transporte das mães nutrizes, do Hospital e Maternidade Dona Regina  |  | -                        | 108.000,00                               | 108.000,00    | 108.000,00    | 108.000,00    | O Hospital e Maternidade Dona Regina Siqueira Campos um veículo, tipo van, para o transporte de mães nutrizes, que estão com seus recém-nascidos internados em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) ou Unidade de Cuidados Intensivos (UCI) da unidade hospitalar.                          | -          |
| Saúde                | Acessar e ampliar as especialidades na região, de acordo com as referências estabelecidas na Programação                          | Repasse de recursos para os Hospitais Municipais realizarem cirurgias eletivas - Colinas do Tocantins foi um dos municípios com este recurso para | Região Nordeste – Guarai                                 | -                        | 7.649.707,03                             | 7.649.707,03  | 7.649.707,03  | 7.649.707,03  | 16 Municípios foram beneficiados: Sítio Novo; Taguatinga; Colinas do Tocantins; Araguacema; Cristalândia; Divinópolis; Dueré; Formoso do Araguaia; Miranorte; Natividade;   | -          |

Documento foi assinado digitalmente por APONSO PIVA DE SANTANA em 30/03/2023 08:38:14.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 93F91048013ECC57



| EIXO<br>TEMÁTI<br>CO | PRIORIZAÇÃO  | PROJETOS / AÇÕES<br>ENVOLVIDAS   | REGIÃO                     | AÇÃO<br>ORÇAME<br>NTÁRIA | Estágio da execução Financeira 2020-2022               |                |                |                | RESULTADO / ENTREGA   |                             |
|----------------------|--|--|----------------------------|--------------------------|--|----------------|----------------|----------------|---|-----------------------------|
|                      |  |  |                            |                          | Em andamento   |                | Executado      |                |   |                             |
|                      |  |  |                            |                          | Autorizado   | Empenhado      | Liquidado      | Pago           | Executado   | A executar                  |
|                      | Pactuada e<br>Integrada (PPI).   | fortalecimento do Hospital Municipal e ampliação das especialidades.   |                            |                          |  |                |                |                | Plum; Tocantinópolis; Monte do Carmo.<br>Estes municípios realizaram 1.311 cirurgias.   |                             |
|                      |  | Ampliação do número de cirurgias eletivas nos Hospitais Estaduais no ano de 2022.                                    |                            |                          | Não há centro de custo para dimensionar o custo total. |                |                |                | Realizou em 2022 8.418 cirurgias nos Hospitais Estaduais, superando os números dos últimos 5 anos.<br>- Em 2017: 3.637 cirurgias.<br>- Em 2018: 4.657 cirurgias.<br>- Em 2019: 6.157 cirurgias.<br>- Em 2020: 2.698 cirurgias.<br>- Em 2021: 2.678 cirurgias. |                             |
|                      |  | Reforma e ampliação do Hospital Regional de Augustinópolis – Bloco do Papagalo.                                      |                            |                          | 4.572.074,70   | 4.572.074,70   | 4.572.074,70   | 4.572.074,70   | Reforma e ampliação do Hospital Regional de Augustinópolis, concentrada em 2022 no Bloco da Maternidade está com 59,36% de obra executada.  | Falta executar 40% da obra. |
|                      |  | Implantação de 10 Leitos de UTI em Augustinópolis – Região do Bloco do Papagalo                                      |                            |                          | 9.165.150,00   | 9.165.150,00   | 9.165.150,00   | 9.165.150,00   | Investimentos na Infraestrutura do Hospital Regional de Augustinópolis – construção da ambulância dos leitos de UTI. Em julho de 2022 os leitos entraram em operação.   |                             |
|                      |  | Implantação de 131 Leitos de UTI em 2022.  |                            |                          | 120.063.465,00   | 120.063.465,00 | 120.063.465,00 | 120.063.465,00 | Aumento de 91% no número de leitos de UTI - salindo de 144 leitos para 275 leitos em 2022   |                             |
| Saúde                | Criação de uma clínica de recuperação de dependentes químicos para crianças e adolescentes.                    | Não realizada  | Região Norte – Araguaína   |                          |  |                |                |                |   |                             |
| Saúde                | Fortalecer a atenção à saúde da mulher, na prevenção do câncer de colo de útero e mama, nos serviços de apoio. | Implantação de exames de citologia anatomia patológica e biópsia para os municípios referenciados - (organização dos | Região Jalapão – São Félix |                          |  |                |                |                | Laboratório de Criopatologia (LABCITO) realizando exames preventivos para câncer de colo de útero a 57 municípios: 24 do Bloco do Papagalo, 17 do Cerrado Tocantins Araguaia e 16 do  |                             |

Documento foi assinado digitalmente por AG. Ofício Privado 0447454 em 30/03/2023 08:38:14.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 93F91048013EC057



| EIXO<br>TEMÁTI<br>CO                                       | PRIORIZAÇÃO  | PROJETOS / AÇÕES<br>ENVOLVIDAS  | REGIÃO                           | AÇÃO<br>ORÇAME<br>NTÁRIA  | Estágio da execução Financeira 2020-2022 |                |                |                | RESULTADO / ENTREGA |            |
|--|--|---|----------------------------------|---------------------------|--|----------------|----------------|----------------|---------------------|------------|
|  |  |   |                                  |                           | Em andamento                             |                | Executado      |                |                     |            |
|  |  |   |                                  |                           | Autorizado                               | Empenhado      | Liquidado      | Pago           | Executado           | A executar |
|  | diagnósticos e terapêuticos.   | exames de citologia no LACEN).  |                                  |                           |  |                |                |                |                     |            |
| Saúde  | Qualificar a rede pública hospitalar, nos serviços de urgência/emergência com ampliação da oferta de leitos, leitos de UTI, UTI Neonatal, reabilitação, Integrando a assistência hospitalar com uma política de tratamento em domicílio articulada com a atenção básica por meio de eficiente regulação. | Instalada uma base de 01 UTI Móvel no Hospital Regional de Pará do Tocantins; Em obra a Implantação de 10 leitos de UTI em Pará do Tocantins. | Região Oeste – Pará do Tocantins | Região Noroeste – Colinas |  |                |                |                |                     |            |
| Saúde  | Estadualizar o Hospital de Natividade em Porte 1.  | Não realizada   | Região Sudeste II – Natividade   |                           |  |                |                |                |                     |            |
| <b>TOTAL PARCIAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO</b>              |  |   |                                  |                           | 167.352.137,89                           | 167.352.137,89 | 167.352.137,89 | 167.352.137,89 |                     |            |
| <b>TOTAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PRIORITÁRIO EM SAÚDE</b> |  |   |                                  |                           | 167.352.137,89                           | 167.352.137,89 | 167.352.137,89 | 167.352.137,89 |                     |            |

Fonte: SES-TO.



Documento foi assinado digitalmente por AFONSO PIVA DE SANTANA em 30/03/2023 08:38:14.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 93F91048013ECC57

## COMPROVAÇÕES E DADOS COMPLEMENTARES

**PRIROIZAÇÃO:** Organizar a Rede de Atenção a Saúde, com ênfase na rede cegonha, principalmente quanto aos serviços de média e alta complexidade.

| DISTRIBUIÇÃO DE 90 APARELHOS DE ULTRASSONOGRAFIA MARCA EDAN MODELO ACCLARIX AX8 - RECUSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - BLOCO DE INVESTIMENTOS |                          |                                 |        |                  |
|---|--------------------------|---------------------------------|--------|------------------|
| REGIÃO DE SAÚDE   | MUNICÍPIO                | Identificação da Emenda Bancada | QUANT. | TOTAL POR REGIÃO |
| AMOR PERFEITO   | BREJINHO DE NAZARE       | 71280014                        | 1      | 6                |
|   | FATIMA                   | 71280014                        | 1      |                  |
|   | MATEIROS                 | 71280014                        | 1      |                  |
|   | PINDORAMA DO TOCANTINS   | 71280014                        | 1      |                  |
|   | PONTE ALTA DO TOCANTINS  | 71280007                        | 1      |                  |
|   | PORTO NACIONAL           | 71280007                        | 1      |                  |
| BICO DO PAPAGAIO  | AGUIARNOPOLIS            | 71280014                        | 1      | 20               |
|   | ANANAS                   | 71280014                        | 1      |                  |
|   | ANGICO                   | 71280014                        | 1      |                  |
|   | ARAGUATINS               | 71280007                        | 1      |                  |
|   | AUGUSTINOPOLIS           | 71280014                        | 1      |                  |
|   | AXIXA DO TOCANTINS       | 71280014                        | 1      |                  |
|   | BURITI DO TOCANTINS      | 71280007                        | 1      |                  |
|   | CACHOEIRINHA             | 71280014                        | 1      |                  |
|   | ITAGUATINS               | 71280014                        | 1      |                  |
|   | Luzinopolis              | 71280014                        | 1      |                  |
|   | Luzinorte                | 71280014                        | 1      |                  |
|   | MAURILANDIA DO TOCANTINS | 71280014                        | 1      |                  |
|   | PALMEIRAS DO TOCANTINS   | 71280014                        | 1      |                  |
|   | PRAIA NORTE              | 71280014                        | 1      |                  |
|   | RIACHINHO                | 71280014                        | 1      |                  |
|   | SAMPAIO                  | 71280014                        | 1      |                  |
|   | SAO BENTO DO TOCANTINS   | 71280014                        | 1      |                  |
|   | SAO MIGUEL DO TOCANTINS  | 71280014                        | 1      |                  |

Documento foi assinado digitalmente por APONSO PIVA DE SANTANA em 30/03/2023 08:38:14.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 93F91048013ECC057



| DISTRIBUIÇÃO DE 90 APARELHOS DE ULTRASSONOGRAFIA MARCA EDAN MODELO ACCLARIX AX8 - RECUSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - BLOCO DE INVESTIMENTOS |                            |                                 |        |                  |
|---|----------------------------|---------------------------------|--------|------------------|
| REGIÃO DE SAÚDE   | MUNICÍPIO                  | Identificação da Emenda Bancada | QUANT. | TOTAL POR REGIÃO |
|   | SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS | 71280014                        | 1      |                  |
|   | SITIO NOVO DO TOCANTINS    | 71280014                        | 1      |                  |
| CANTÃO  | ARAGUACEMA                 | 71280014                        | 1      | 11               |
|   | BARROLANDIA                | 71280014                        | 1      |                  |
|   | CASEARA                    | 71280014                        | 1      |                  |
|   | CRISTALANDIA               | 71280014                        | 1      |                  |
|   | DIVINOPOLIS DO TOCANTINS   | 71280014                        | 1      |                  |
|   | DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS   | 71280014                        | 1      |                  |
|   | LAGOA DA CONFUSAO          | 71280007                        | 1      |                  |
|   | MARIANOPOLIS DO TOCANTINS  | 71280014                        | 1      |                  |
|   | MONTE SANTO DO TOCANTINS   | 71280014                        | 1      |                  |
|   | PARAISO DO TOCANTINS       | 71280007                        | 1      |                  |
|   | PIUM                       | 71280014                        | 1      |                  |
| CAPIM DOURADO   | APARECIDA DO RIO NEGRO     | 71280014                        | 1      | 10               |
|   | LAJEADO                    | 71280014                        | 1      |                  |
|   | MIRACEMA DO TOCANTINS      | 71280014                        | 1      |                  |
|   | MIRANORTE                  | 71280014                        | 1      |                  |
|   | NOVO ACORDO                | 71280007                        | 1      |                  |
|   | PALMAS (SVO)               | 71280007                        | 1      |                  |
|   | PALMAS - 1                 | 71280007                        | 1      |                  |
|   | PALMAS - 2                 | 71280007                        | 1      |                  |
|   | PALMAS - 3                 | 71280007                        | 1      |                  |
| CERRADO TOCANTINS ARAGUAIA  | RIO DOS BOIS               | 71280014                        | 1      | 16               |
|   | BANDEIRANTES DO TOCANTINS  | 71280014                        | 1      |                  |
|   | BERNARDO SAYAO             | 71280014                        | 1      |                  |
|   | BOM JESUS DO TOCANTINS     | 71280014                        | 1      |                  |
|   | CENTENARIO                 | 71280014                        | 1      |                  |
|   | COLINAS DO TOCANTINS       | 71280014                        | 1      |                  |
|   | COLMEIA                    | 71280014                        | 1      |                  |
|   | COUTO MAGALHAES            | 71280014                        | 1      |                  |
|   | GOIANORTE                  | 71280014                        | 1      |                  |
|   | GUARAI                     | 71280014                        | 1      |                  |
|   | ITACAJA                    | 71280014                        | 1      |                  |
|   | ITAPIRATINS                | 71280014                        | 1      |                  |
|   | JUARINA                    | 71280007                        | 1      |                  |
|   | PALMEIRANTE                | 71280014                        | 1      |                  |
|   | PEDRO AFONSO               | 71280014                        | 1      |                  |
| ILHA DO BANANAL   | PEQUIZEIRO                 | 71280014                        | 1      | 9                |
|   | RECURSOLANDIA              | 71280014                        | 1      |                  |
|   | ALIANCA DO TOCANTINS       | 71280014                        | 1      |                  |
|   | ARAGUAÇU                   | 71280014                        | 1      |                  |
|   | FORMOSO DO ARAGU           |                                 |        |                  |

Documento foi assinado digitalmente por ARON FERREIRA DA SILVA - 903/2023 09:38:14.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 93F91048013ECC057



| DISTRIBUIÇÃO DE 90 APARELHOS DE ULTRASSONOGRAFIA MARCA EDAN MODELO ACCLARIX AX8 - RECUSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - BLOCO DE INVESTIMENTOS |                           |                                 |                            |                  |
|---|---------------------------|---------------------------------|----------------------------|------------------|
| REGIÃO DE SAÚDE   | MUNICÍPIO                 | Identificação da Emenda Bancada | QUANT.                     | TOTAL POR REGIÃO |
|   | GURUPI                    | 71280007                        | 1                          |                  |
|   | PALMEIRÓPOLIS             | 71280014                        | 1                          |                  |
|   | PEIXE                     | 71280014                        | 1                          |                  |
|   | SANTA RITA DO TOCANTINS   | 71280014                        | 1                          |                  |
|   | SAO SALVADOR DO TOCANTINS | 71280014                        | 1                          |                  |
|   | SUCUPIRA                  | 71280014                        | 1                          |                  |
| MEDIO NORTE ARAGUAIA  | ARAGOMINAS                | 71280014                        | 1                          |                  |
|   | ARAGUAINA                 | 71280007                        | 1                          |                  |
|   | ARAGUAINA (SVO)           | 71280007                        | 1                          |                  |
|   | ARAGUANA                  | 71280014                        | 1                          |                  |
|   | BABACULANDIA              | 71280014                        | 1                          |                  |
|   | BARRA DO OURO             | 71280014                        | 1                          |                  |
|   | CAMPOS LINDOS             | 71280014                        | 1                          |                  |
|   | DARCINOPOLIS              | 71280014                        | 1                          |                  |
|   | FILADEFIA                 | 71280014                        | 1                          |                  |
|   | GOIATINS                  | 71280014                        | 1                          |                  |
|   | PAU DARCO                 | 71280014                        | 1                          |                  |
|   | SANTA FE DO ARAGUAIA      | 71280014                        | 1                          |                  |
|   | XAMBIOÁ                   | 71280014                        | 1                          |                  |
|   |                           |                                 |                            | 13               |
| SUDESTE   | ALMAS                     | 71280014                        | 1                          |                  |
|   | ARRAIAS                   | 71280014                        | 1                          |                  |
|   | LAVANDEIRA                | 71280014                        | 1                          |                  |
|   | TAGUATINGA                | 71280007                        | 1                          |                  |
|   | TAIPAS DO TOCANTINS       | 71280014                        | 1                          |                  |
| TOTAL DE EQUIPAMENTOS   |                           |                                 | 90                         |                  |
| TOTAL DE MUNICÍPIOS   |                           |                                 | 86                         |                  |
| 74 Equipamentos de ULTRASSONOGRAFIA da EMENDA DE BANCADA Nº 71280014 (Proposta 20-005 - Portaria MS Nº 1.340 de 20/05/2020                |                           |                                 | 74 USG<br>R\$11.470.000,00 |                  |
| 16 Equipamentos de ULTRASSONOGRAFIA da EMENDA DE BANCADA Nº 71280007 (Proposta 20-004), Portaria MS Nº 971 de 30/04/2020                  |                           |                                 | 16 USG<br>R\$2.480.000,00  |                  |
| TOTAL DE EQUIPAMENTOS   |                           |                                 | 90                         |                  |

Nota: Cada aparelho custou R\$ 155 mil.

Figura – 90 Aparelhos de Ultrassonografia distribuídos aos municípios



Documento foi assinado digitalmente por AFONSO PIVA DE SANTANA em 30/03/2023 08:38:14.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 93F91048013ECC57

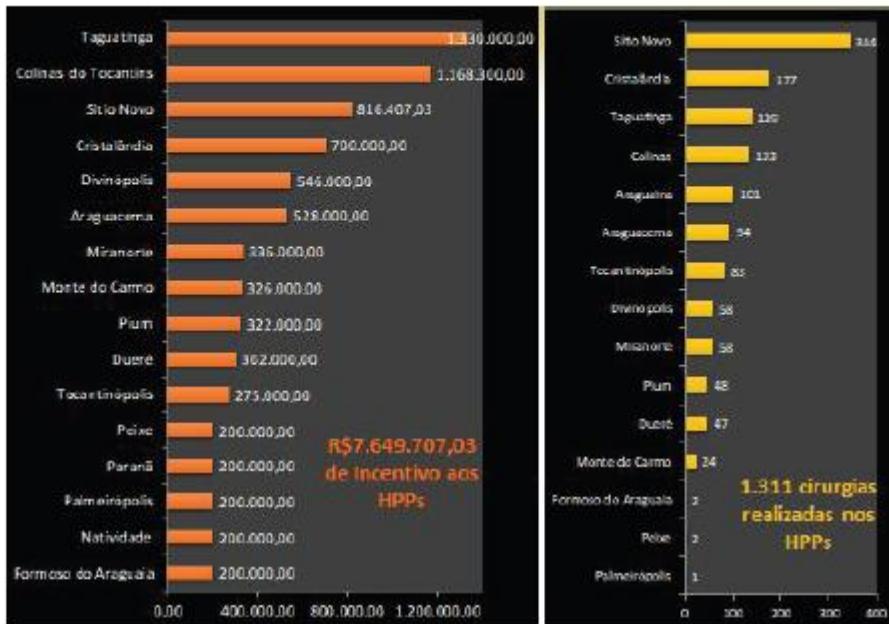


Figura - Total de cirurgias eletivas realizadas por unidade hospitalar, jan-dez 2022, Tocantins.



Documento foi assinado digitalmente por AFONSO PIVA DE SANTANA em 30/03/2023 08:38:14.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 93F91048013ECC057



Fonte: SEFES/Diretoria de Gestão de Recursos – consulta em [http://sistemas.saude.to.gov.br/repassae\\_tundoaftundo](http://sistemas.saude.to.gov.br/repassae_tundoaftundo). Disponibilizado em 10/01/2023 e SIGLE, emitido em 31/01/2023.



Documento foi assinado digitalmente por AFONSO PIVA DE SANTANA em 30/03/2023 08:38:14.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 93F91048013ECC057

**Tabela – Recursos repassados para realização de Cirurgias Eletivas nos Hospitais Municipais, 2022.**

| Ord.         | Hospital Municipal   | Valor Repassado em 2022 – Recursos do Tesouro Estadual |
|--------------|----------------------|--|
| 1            | Sítio Novo           | 816.407,03   |
| 2            | Taguatinga           | 1.330.000,00   |
| 3            | Colinas do Tocantins | 1.168.300,00   |
| 4            | Araguacema           | 528.000,00   |
| 5            | Cristalândia         | 700.000,00   |
| 6            | Divinópolis          | 546.000,00   |
| 7            | Dueré                | 302.000,00   |
| 8            | Formoso do Arauáia   | 200.000,00   |
| 9            | Miranorte            | 336.000,00   |
| 10           | Natividade           | 200.000,00   |
| 11           | Palmeirópolis        | 200.000,00   |
| 12           | Paraná               | 200.000,00   |
| 13           | Peixe                | 200.000,00   |
| 14           | Pium                 | 322.000,00   |
| 15           | Tocantinópolis       | 275.000,00   |
| 16           | Monte do Carmo       | 326.000,00   |
| <b>Total</b> |                      | <b>7.649.707,03</b>                                    |

Fonte: SEFES/Diretoria de Gestão de Recursos – consulta em [http://sistemas.saude.to.gov.br/repassagem\\_fundoafundo](http://sistemas.saude.to.gov.br/repassagem_fundoafundo). Disponibilizado em 10/01/2023.



Documento foi assinado digitalmente por AFONSO PIVA DE SANTANA em 30/03/2023 08:38:14.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 93F91048013ECC57

Tabela - Total de cirurgias eletivas realizadas por unidade hospitalar, jan-dez 2022, Tocantins.

| Hospital  | jan        | fev        | mar        | abr        | mai        | jun        | jul        | ago        | set        | out        | nov        | dez        | Total Geral | %          |      |    |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|------------|------|----|
| HOSPITAL GERAL DE PALMAS - HGP                    | 121        | 139        | 189        | 157        | 207        | 223        | 179        | 170        | 158        | 161        | 146        | 157        | 2007        | 19%        |      |    |
| HOSP. REGIONAL DE ARAGUAINA                       | 25         | 41         | 62         | 54         | 84         | 66         | 61         | 87         | 80         | 93         | 96         | 80         | 829         | 8%         |      |    |
| HOSP. DE REGIONAL DE GUARAI                       | 27         | 63         | 46         | 67         | 67         | 90         | 38         | 97         | 95         | 61         | 42         | 62         | 755         | 7%         |      |    |
| HOSPITAL REGIONAL DE GURUPI                       | 18         | 29         | 64         | 63         | 68         | 65         | 63         | 65         | 69         | 57         | 66         | 61         | 688         | 7%         |      |    |
| HOSPITAL REGIONAL DE PARAISO                      | 31         | 68         | 50         | 80         | 79         | 58         | 58         | 65         | 50         | 61         | 45         | 29         | 674         | 6%         |      |    |
| HOSP. REGIONAL DE MIRACEMA                        | 51         | 58         | 57         | 58         | 58         | 55         | 52         | 55         | 15         | 64         | 61         | 61         | 645         | 6%         |      |    |
| HGP ALA - PEDIATRICA                              | 20         | 33         | 30         | 35         | 40         | 22         | 26         | 47         | 48         | 48         | 52         | 27         | 428         | 4%         |      |    |
| HOSPITAL PEQ PORTE DE ALVORADA                    | 22         | 33         | 41         | 27         | 51         | 33         | 48         | 21         | 51         | 32         | 39         | 18         | 416         | 4%         |      |    |
| HOSP. REGIONAL DE AUGUSTINOPOLIS                  | 8          | 29         | 30         | 23         | 46         | 33         | 24         | 28         | 42         | 61         | 33         | 55         | 412         | 4%         |      |    |
| HOSP. REGIONAL DE PORTO NACIONAL                  | 8          | 11         | 18         | 28         | 42         | 31         | 39         | 50         | 23         | 34         | 31         | 35         | 350         | 3%         |      |    |
| HOSPITAL DE REFERENCIA DE ARAPOEMA                | 15         | 17         | 30         | 26         | 27         | 22         | 19         | 20         | 25         | 31         | 27         | 24         | 283         | 3%         |      |    |
| HOSP. REGIONAL DE PEDRO AFONSO                    | 12         | 23         | 40         | 21         | 25         | 17         | 13         | 44         | 18         | 33         | 17         | 9          | 272         | 3%         |      |    |
| HOSPITAL REGIONAL DE DIANOPOLIS                   | 2          | 27         | 20         | 30         | 29         | 20         | 3          | 30         | 28         | 17         | 14         |            | 220         | 2%         |      |    |
| HOSPITAL REGIONAL DE ARRAIAS                      | 4          | 4          | 8          | 15         | 12         | 16         | 24         | 25         | 20         | 31         | 4          | 5          | 168         | 2%         |      |    |
| HOSPITAL DE REGIONAL DE XAMBIOA                   | 12         | 13         | 7          | 15         | 10         | 5          | 18         | 2          | 22         | 12         | 27         | 14         | 157         | 2%         |      |    |
| HOSP. E MAT. DONA REGINA                          | 3          | 3          | 4          | 6          | 10         | 8          | 5          | 4          | 8          | 5          | 3          | 2          | 61          | 1%         |      |    |
| COMPLEXO REGULADOR/ SESAU                         | 6          | 5          | 4          | 4          | 6          | 4          | 1          | 5          | 6          | 6          | 6          |            | 53          | 1%         |      |    |
| <b>Total</b>                                      | <b>385</b> | <b>596</b> | <b>700</b> | <b>709</b> | <b>861</b> | <b>768</b> | <b>671</b> | <b>815</b> | <b>758</b> | <b>807</b> | <b>709</b> | <b>639</b> | <b>8418</b> | <b>81%</b> |      |    |
| HOSPITAL DOM ORIONE                               | 22         | 35         | 46         | 48         | 47         | 31         | 30         | 36         | 64         | 74         | 60         | 57         | 550         | 5%         |      |    |
| HOSPITAL COP SAUDE                                |            |            |            |            |            |            |            |            |            | 49         | 16         | 10         | 5           | 80         | 1%   |    |
| HOSPITAL ORTOPEDICO DO TOCANTINS - IOP            |            |            |            |            |            |            |            |            |            | 2          | 14         | 13         | 11          | 40         | 0%   |    |
| HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICais                     |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            | 4          | 2          | 7           | 13         | 0,1% |    |
| <b>Total</b>                                      | <b>22</b>  | <b>35</b>  | <b>46</b>  | <b>48</b>  | <b>47</b>  | <b>31</b>  | <b>30</b>  | <b>36</b>  | <b>115</b> | <b>108</b> | <b>85</b>  | <b>80</b>  | <b>683</b>  | <b>7%</b>  |      |    |
| HOSP MUNICIPAL H B CARDOSO                        |            |            |            | 3          | 18         | 10         | 53         | 18         | 18         | 77         | 23         | 25         | 84          | 15         | 344  | 3% |
| HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE CRISTALÂNDIA         |            |            |            |            |            |            |            | 21         | 12         |            |            | 34         | 94          | 16         | 177  | 2% |
| HOSPITAL MUNICIPAL DE TAGUATINGA                  |            |            |            |            |            | 2          | 40         | 26         |            |            |            | 31         | 40          | 139        | 1%   |    |
| HOSPITAL MUNICIPAL DE COLINAS                     |            |            |            | 1          | 10         | 7          | 6          | 8          | 7          | 9          | 16         | 12         | 21          | 36         | 133  | 1% |
| HOSPITAL MUNICIPAL DE ARAGUAINA                   |            |            |            | 7          | 7          | 10         | 8          | 7          | 1          | 5          | 9          | 4          | 24          | 11         | 101  | 1% |
| HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE ARAGUACEMA           |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            | 1          | 93          |            | 94   | 1% |
| HOSPITAL MUNICIPAL DE TOCANINÓPOLIS               |            |            |            |            |            |            |            |            |            | 7          | 8          | 1          | 28          | 39         | 83   | 1% |
| HOSPITAL MUNICIPAL DE MIRANORTE                   |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            | 24         | 34          | 58         | 58   | 1% |
| HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE DIVINÓPOLIS          |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            | 20         | 18          | 20         | 58   | 1% |
| HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE PIUM                 |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            | 24         | 24          | 24         | 48   | 0% |
| HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE DUERE                |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            | 39          | 8          | 47   | 0% |
| HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE MONTE DO CARMO       |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            | 15          | 9          | 24   | 0% |
| HOSPITAL MUNICIPAL ANTONIO PIRES                  |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            | 2           | 0          | 2    | 0% |
| HOSPITAL MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA         |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            | 2           | 0          | 2    | 0% |
| HOSPITAL MUNICIPAL FRANCISCO MACEDO PALMEIROPOLIS |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            | 1          | 0           | 1          | 1    | 0% |

Documento foi assinado digitalmente por AFONSO PIVA DE SANTANA em 30/03/2023 08:38:14.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 93F91048013ECC57

|             |     |     |     |     |      |     |     |     |     |      |      |     |       |      |
|-------------|-----|-----|-----|-----|------|-----|-----|-----|-----|------|------|-----|-------|------|
| Total       | 7   | 11  | 36  | 29  | 107  | 80  | 38  | 98  | 76  | 95   | 502  | 232 | 1311  | 13%  |
| Total Geral | 414 | 642 | 782 | 786 | 1015 | 879 | 739 | 949 | 949 | 1010 | 1296 | 951 | 10412 | 100% |

Fonte: SIGLE, emitido em 31/01/2023.

**Figura 02 – Leitos de UTI implantados em Augustinópolis**



Documento foi assinado digitalmente por AFONSO PIVA DE SANTANA em 30/03/2023 08:38:14.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 93F91048013ECC057





Documento foi assinado digitalmente por AFONSO PIVA DE SANTANA em 30/03/2023 08:38:14.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgdto.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 93F91048013ECC57

Meta LDO 2022: Construir a superestrutura (fundação) do Hospital Geral de Araguaína, contemplando o Ambulatório de Especialidades.

Na construção do Hospital Geral de Araguaína – HGA está em fase final de obra o Bloco do Ambulatório de Especialidades o que possibilitará a sua entrega em janeiro de 2023.



Imagen 01: Execução da Obra do Hospital Geral de Araguaína – HGA.



Documento foi assinado digitalmente por APONSO PIVA DE SANTANA em 30/03/2023 08:38:14.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 93F91048013E0C67.

**Meta LDO 2022:** Concluir a obra de ampliação do Hospital Geral de Palmas (60 leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI; 20 leitos de Unidade intermediaria – UI; e Unidade Coronariana e Transplante, com 20 leitos).

A obra de ampliação do Hospital Geral de Palmas está com 85,96% concentrada em 2022 no Bloco que compreende a construção de 50 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), os Eixos públicos, o Pronto-Socorro ampliado com ambiência para mais 30 leitos e a reforma e ampliação do refeitório.



Imagen 01: Ambiente da obra da UTI no Hospital Geral de Palmas

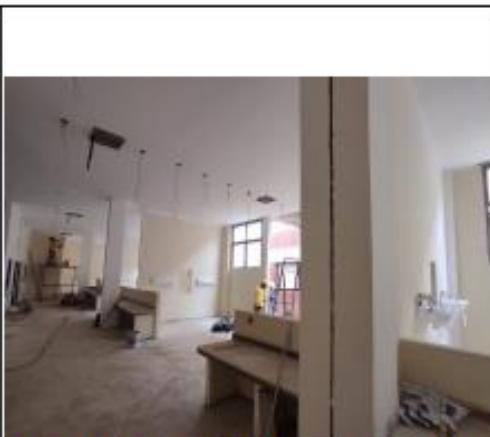


Imagen 01: Ambiente da obra do Pronto Socorro do Hospital Geral de Palmas

Documento foi assinado digitalmente por AFONSO PIVA DE SANTANA em 30/03/2023 08:38:14.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 93F91048013ECC057



Meta LDO 2022: Concluir a obra de ampliação e reforma do Hospital Regional de Augustinópolis, contemplando o eixo da maternidade.  
Na reforma e ampliação do Hospital Regional de Augustinópolis, concentrada em 2022 no Bloco da Maternidade está com 59,36% de obra executada.



| Obra de reforma e ampliação do Hospital Regional de Augustinópolis - Valores Empenhados<br>REAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA |                     |
|--|---------------------|
| 2020   | 201.917,18          |
| 2021   | 1.984.933,68        |
| 2022   | 2.385.223,84        |
| <b>Total</b>   | <b>4.572.074,70</b> |

Fonte: SIAFE/ Relpdug 2020, 2021, 2022.



Documento foi assinado digitalmente por APONSO PIVA DE SANTANA em 30/03/2023 08:38:14.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 93F91048013E0C67



QD. AA NE Norte, Avenida NS 02, QI 11, Lotes 1 e 2  
Palmas – Tocantins – CEP: 77.006-340  
Tel: +55 63 3218-4045  
[www.to.gov.br/ats/](http://www.to.gov.br/ats/)

OFÍCIO N° 826/2022/GABPRES/ATS  
SGD: 2022/38979/14035

Palmas – TO, 05 de dezembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor,  
**SERGISLEI SILVA DE MOURA**  
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento  
Nesta

**Assunto:** Apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020-2023.

Senhor Secretário,

Encaminho a essa SEPLAN, em anexo, a documentação relativa à demanda em referência, solicitada por essa Secretaria através do Ofício SEPLAN nº 415/2022/GABSEC, SGD nº 2022/13019/009935.

Respeitosamente,

(assinado digitalmente)  
**ANTONIO DAVI GOVEIA JÚNIOR**  
Presidente



Documento foi assinado digitalmente por ANTONIO DAVI GOVEIA JÚNIOR em 05/12/2022 10:23:56.  
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-eo.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 96739260012A10DA.

**PLANILHA DE CONTROLE E MONITORAMENTO DE RESULTADOS – CONSULTA PÚBLICA PPA 2020-2023**

PRIORIZAÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO:

Agência Tocantinense de Saneamento

| EIXO TEMÁTICO  | PRIORIZAÇÃO   | REGIÃO                  | MUNICÍPIOS  | PROJETOS / AÇÕES ENVOLVIDAS           | 2020             |                |                     |            | 2021             |                |                     |            | AÇÕES PRIOR |  |
|--|---|-------------------------|-------------|---------------------------------------|------------------|----------------|---------------------|------------|------------------|----------------|---------------------|------------|-------------|--|
|  |   |                         |             |                                       | EXEC. FINANCEIRA |                | RESULTADO / ENTREGA |            | EXEC. FINANCEIRA |                | RESULTADO / ENTREGA |            |             |  |
|  |   |                         |             |                                       | Liquidado        | Pago           | Executado           | A executar | Liquidado        | Pago           | Executado           | A executar |             |  |
| Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo | Ampliar e reestruturar a gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e distribuição de água nos municípios. | Região Bico do Papagaio | Luzinópolis | Extensão de RD                        |                  |                |                     |            |                  |                |                     |            |             |  |
|  |   |                         |             | Melhoria dos sistemas de distribuição | R\$ 13.146,20    | R\$ 13.146,20  | TROCA DE BOMBA      | -          | R\$ 13.146,20    | R\$ 13.146,20  | TROCA DE BOMBA      | -          |             |  |
|  |   |                         |             | Tratamento de água                    |                  |                |                     |            | R\$ 17.000,00    | R\$ 17.000,00  | LIMPEZA DE PTP      | -          |             |  |
|  |   |                         | Maurilândia | Extensão de RD                        | R\$ 11.233,06    | R\$ 11.233,06  | 180 metros          | -          | R\$ 11.233,06    | R\$ 11.233,06  | 180 metros          | -          |             |  |
|  |   |                         |             | Melhoria dos sistemas de distribuição |                  |                |                     |            | R\$ 7.187,56     | R\$ 7.187,56   | TROCA DE BOMBA      | -          |             |  |
|  |   |                         |             | Tratamento de água                    | R\$ 9.734,92     | R\$ 9.734,92   | LIMPEZA DE PTP      | -          | R\$ 5.785,96     | R\$ 5.785,96   | LIMPEZA DE PTP      | -          |             |  |
|  |   |                         | Riachinho   | Extensão de RD                        | R\$ 18.992,52    | R\$ 18.992,52  | 280 metros          | -          | R\$ 30.653,59    | R\$ 30.653,59  | 480 metros          | -          |             |  |
|  |   |                         |             | Melhoria dos sistemas de distribuição | R\$ 14.458,80    | R\$ 14.458,80  | TROCA DE BOMBA      | -          | R\$ 32.000,00    | R\$ 32.000,00  | TROCA DE BOMBA      | -          |             |  |
|  |   |                         |             | Tratamento de água                    | -                | -              | -                   | -          | R\$ 5.000,00     | R\$ 5.000,00   | QUADRO DE COMANDO   | -          |             |  |
|  |   |                         | Sampaio     | Extensão de RD                        | -                | -              | -                   | -          | -                | -              | -                   | -          |             |  |
|  |   |                         |             | Melhoria dos sistemas de distribuição | R\$ 50.045,29    | R\$ 50.045,29  | TROCA DE BOMBA      |            | R\$ 50.045,29    | R\$ 50.045,29  | TROCA DE BOMBA      |            |             |  |
|  |   |                         |             |                                       | R\$ 11.463,82    | R\$ 11.463,82  | QUADRO DE COMANDO   |            | R\$ 11.463,82    | R\$ 11.463,82  | QUADRO DE COMANDO   |            |             |  |
|  |   |                         |             |                                       | R\$ 21.000,00    | R\$ 21.000,00  | PERFURAÇÃO PTP      |            |                  |                |                     |            |             |  |
|  |   |                         |             | Tratamento de água                    | R\$ 16.780,00    | R\$ 16.780,00  | LIMPEZA DE PTP      |            |                  |                |                     |            |             |  |
|  |   |                         |             | Extensão de RD                        | R\$ 187.000,00   | R\$ 187.000,00 | 2.440 metros        |            | R\$ 187.000,00   | R\$ 187.000,00 | 2.440 metros        |            |             |  |



ATS 2020-2023

|  |   |                                |                       |                   |                                       |                |                                  |                                  |                |                |                                  |
|--|---|--------------------------------|-----------------------|-------------------|---------------------------------------|----------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------|----------------|----------------------------------|
| Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo | Ampliar e reestruturar a gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e distribuição de água nos municípios. | Região Sudeste II - Natividade | águas nos municípios. | água              | R\$ 8.000,00                          | R\$ 8.000,00   | INSTALAÇÃO SIST. TRAT. GUTWASSER |                                  | R\$ 8.000,00   | R\$ 8.000,00   | INSTALAÇÃO SIST. TRAT. GUTWASSER |
|  |   |                                |                       | Monte Santo       | Extensão de RD                        |                |                                  |                                  |                |                |                                  |
|  |   |                                |                       |                   | Melhoria dos sistemas de distribuição |                |                                  |                                  |                |                |                                  |
|  |   |                                |                       |                   | R\$ 7.187,56                          | R\$ 7.187,56   | TROCA DE BOMBA                   |                                  | R\$ 13.990,82  | R\$ 13.990,82  | TROCA DE BOMBA                   |
|  |   |                                |                       | Nova Rosalândia   | Tratamento de água                    |                |                                  |                                  |                |                |                                  |
|  |   |                                |                       |                   | Extensão de RD                        |                |                                  |                                  |                |                |                                  |
|  |   |                                |                       |                   | Melhoria dos sistemas de distribuição | R\$ 26.999,54  | R\$ 26.999,54                    | TROCA DE BOMBA                   |                |                |                                  |
|  |   |                                |                       | Pugmil            | Tratamento de água                    | R\$ 5.785,96   | R\$ 5.785,96                     | LIMPEZA DE PTP                   |                |                |                                  |
|  |   |                                |                       |                   |                                       | R\$ 4.500,00   | R\$ 4.500,00                     | INSTALAÇÃO SIST. TRAT. GUTWASSER |                |                |                                  |
|  |   |                                |                       | Conceição do Toc. | Extensão de RD                        | R\$ 30.653,59  | R\$ 30.653,59                    | 480 metros                       |                |                |                                  |
|  |   |                                |                       |                   | Melhoria dos sistemas de distribuição | R\$ 32.000,00  | R\$ 32.000,00                    | TROCA DE BOMBA                   |                | R\$ 26.999,54  | R\$ 26.999,54                    |
|  |   |                                |                       |                   |                                       | R\$ 5.000,00   | R\$ 5.000,00                     | QUADRO DE COMANDO                |                |                |                                  |
|  |   |                                |                       |                   | Tratamento de água                    |                |                                  |                                  | R\$ 4.500,00   | R\$ 4.500,00   | INSTALAÇÃO SIST. TRAT. GUTWASSER |
|  |   |                                |                       |                   |                                       |                |                                  |                                  |                |                |                                  |
|  |   |                                |                       | Taipas            | Extensão de RD                        | R\$ 67.921,05  | R\$ 67.921,05                    | 1.160 metros                     | -              | R\$ 67.921,05  | R\$ 67.921,05                    |
|  |   |                                |                       |                   | Melhoria dos sistemas de distribuição | R\$ 30.000,00  | R\$ 30.000,00                    | TROCA DE BOMBA                   | -              | R\$ 30.000,00  | R\$ 30.000,00                    |
|  |   |                                |                       |                   |                                       | R\$ 2.100,00   | R\$ 2.100,00                     | QUADRO DE COMANDO                | -              | R\$ 2.100,00   | R\$ 2.100,00                     |
|  |   |                                |                       |                   |                                       | R\$ 19.210,97  | R\$ 19.210,97                    | ATIVAÇÃO PTP                     | -              | R\$ 19.210,97  | R\$ 19.210,97                    |
|  |   |                                |                       |                   | Tratamento de água                    | R\$ 20.000,00  | R\$ 20.000,00                    | LIMPEZA DE PTP                   | -              | R\$ 20.000,00  | R\$ 20.000,00                    |
|  |   |                                |                       |                   |                                       | R\$ 16.000,00  | R\$ 16.000,00                    | INSTALAÇÃO SIST. TRAT. GUTWASSER | -              | R\$ 16.000,00  | R\$ 16.000,00                    |
|  |   |                                |                       | Extensão de RD    | R\$ 146.517,84                        | R\$ 146.517,84 | 2.050 metros                     |                                  | R\$ 146.517,84 | R\$ 146.517,84 | 2.050 metros                     |
|  |   |                                |                       |                   | Melhoria dos sistemas de distribuição |                |                                  |                                  |                |                |                                  |

## ATS\_2020-2023

|  |  |  |  |                    |              |              |                     |  |              |              |                     |  |
|--|--|--|--|--------------------|--------------|--------------|---------------------|--|--------------|--------------|---------------------|--|
|  |  |  |  | Tratamento de água | R\$ 6.126,72 | R\$ 6.126,72 | FILTRO PRESSURIZADO |  | R\$ 6.126,72 | R\$ 6.126,72 | FILTRO PRESSURIZADO |  |
| TOTAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PRIORITÁRIO EM SANEAMENTO |  |  |  |                    | 1.262.448,99 | 1.262.448,99 |                     |  |              |              |                     |  |

| NOTÁRIAS         |               |                              |            |                  |      |                     |            |                  |            |   |            |
|------------------|---------------|------------------------------|------------|------------------|------|---------------------|------------|------------------|------------|---|------------|
| 2022             |               |                              |            | 2023             |      |                     |            | TOTAL            |            |   |            |
| EXEC. FINANCEIRA |               | RESULTADO / ENTREGA          |            | EXEC. FINANCEIRA |      | RESULTADO / ENTREGA |            | EXEC. FINANCEIRA |            | RESULTADO / ENTREGA   |            |
| Liquidado        | Pago          | Executado                    | A executar | Liquidado        | Pago | Executado           | A executar | Liquidado        | Pago       | Executado   | A executar |
| R\$ 3.432,74     | R\$ 3.432,74  | MANUTENÇÃO                   |            |                  |      |                     |            | 0,00             | 0,00       |   |            |
| R\$ 5.358,63     | R\$ 5.358,63  | INSTALAÇÃO DE PADRÃO ENERGIA | -          |                  |      |                     |            | 52.083,77        | 52.083,77  | TROCA DE BOMBA, MANUTENÇÃO e Instalação de padrões de energia                           | -          |
|                  |               |                              |            |                  |      |                     |            | 0,00             | 0,00       | -   | -          |
|                  |               |                              |            |                  |      |                     |            | 22.466,12        | 22.466,12  | 180 metros  | -          |
| R\$ 2.500,00     | R\$ 2.500,00  | MANUTENÇÃO                   | -          |                  |      |                     |            | 15.473,52        | 15.473,52  | Troca de bomba, limpeza de PTP e manutenção   | -          |
|                  |               | -                            | -          |                  |      |                     |            | 9.734,92         | 9.734,92   | Limpeza de PTP  | -          |
|                  |               | -                            | -          |                  |      |                     |            | 49.646,11        | 49.646,11  | 760 metros  | -          |
| R\$ 39.525,04    | R\$ 39.525,04 | TROCA DE BOMBA               | -          |                  |      |                     |            | 143.810,82       | 143.810,82 | Troca de bomba, quadro de comando e manutenção  |            |
| R\$ 52.826,98    | R\$ 52.826,98 | MANUTENÇÃO                   |            |                  |      |                     |            | #VALOR!          | #VALOR!    | -   | -          |
| -                | -             | -                            | -          |                  |      |                     |            | #VALOR!          | #VALOR!    | -   | -          |
| R\$ 52.602,38    | R\$ 52.602,38 | TROCA DE BOMBA               |            |                  |      |                     |            | 152.692,96       | 152.692,96 | Troca de bomba, quadro de comando, perfuração de PTP e Instalação de padrões de energia | -          |
| R\$ 21.000,00    | R\$ 21.000,00 | INSTALAÇÃO DE PADRÃO ENERGIA |            |                  |      |                     |            | 35.123,14        | 35.123,14  | Limpeza de PTP e PVS  |            |
| R\$ 18.343,14    | R\$ 18.343,14 | LIMPEZA DE Pvs               |            |                  |      |                     |            | 374.000,00       | 374.000,00 | 4880 metros   |            |

## ATS\_2020-2023

|               |               |                              |   |  |  |  |  |            |            |  |   |
|---------------|---------------|------------------------------|---|--|--|--|--|------------|------------|--|---|
| R\$ 14.846,20 | R\$ 14.846,20 | MANUTENÇÃO                   |   |  |  |  |  | 14.846,20  | 14.846,20  | Manutenção   |   |
|               |               |                              |   |  |  |  |  | 8.000,00   | 8.000,00   | INSTALAÇÃO SIST. TRAT. GUTWASSER                               |   |
|               |               |                              |   |  |  |  |  | 0,00       | 0,00       | 0  | 0 |
|               |               |                              |   |  |  |  |  |            |            | Troca de bomba   |   |
| R\$ 19.759,63 | R\$ 19.759,63 | MANUTENÇÃO                   |   |  |  |  |  | 54.995,61  | 54.995,61  | Manutenção   |   |
| R\$ 4.782,44  | R\$ 4.782,44  | INSTALAÇÃO DE PADRÃO ENERGIA |   |  |  |  |  |            |            | Instalação de padrão de energia                                |   |
|               |               |                              |   |  |  |  |  | 0,00       | 0,00       |  |   |
| R\$ 45.138,72 | R\$ 45.138,72 | 324 metros                   |   |  |  |  |  | 225.614,36 | 225.614,36 | 3360 metros  |   |
| R\$ 5.000,00  | R\$ 5.000,00  | TROCA DE BOMBA               |   |  |  |  |  |            |            | TROCA DE BOMBA   |   |
| R\$ 11.280,57 | R\$ 11.280,57 | MANUTENÇÃO                   |   |  |  |  |  |            |            | Quadro de comando e Manutenção                                 |   |
| R\$ 3.185,71  | R\$ 3.185,71  | QUADRO DE COMANDO            |   |  |  |  |  | 344.349,13 | 344.349,13 | Ativação PTP e Quadro de comando                               |   |
| R\$ 6.756,77  | R\$ 6.756,77  | ATIVAÇÃO PTP                 |   |  |  |  |  |            |            | Perfuração PTP, Instalação de padrão de energia e ativação PTP |   |
| R\$ 2.000,00  | R\$ 2.000,00  | LIMPEZA DE PTP               |   |  |  |  |  | 33.243,76  | 33.243,76  | Limpeza de PTP   |   |
|               |               |                              |   |  |  |  |  |            |            | INSTALAÇÃO SIST. TRAT. GUTWASSER                               |   |
|               |               |                              |   |  |  |  |  | 112570,94  | 112.570,94 | 1520 metros  |   |
| R\$ 3.413,69  | R\$ 3.413,69  | QUADRO DE COMANDO            | - |  |  |  |  |            |            |  |   |
| R\$ 12.327,94 | R\$ 12.327,94 | MANUTENÇÃO                   |   |  |  |  |  | 33489,17   | 33.489,17  | Quadro de comando, manutenção e troca de bomba                 |   |
| R\$ 17.747,54 | R\$ 17.747,54 | TROCA DE BOMBA               |   |  |  |  |  |            |            |  |   |
| R\$ 34.376,32 | R\$ 34.376,32 | LIMPEZA DE PTP               | - |  |  |  |  | 43376,32   | 43.376,32  | Limpeza de PTP   |   |
|               |               |                              |   |  |  |  |  |            |            |  |   |
| R\$ 28.685,93 | R\$ 28.685,93 | TROCA DE BOMBA               |   |  |  |  |  | 94674,86   | 94.674,86  | 2.200 metros   |   |
| R\$ 5.022,66  | R\$ 5.022,66  | MANUTENÇÃO                   |   |  |  |  |  |            |            |  |   |
| R\$ 5.000,00  | R\$ 5.000,00  | ATIVAÇÃO PTP                 |   |  |  |  |  | 38708,59   | 38.708,59  | Troca de bomba, manutenção e ativação PTP                      |   |
| R\$ 2.000,00  | R\$ 2.000,00  | LIMPEZA DE PTP               |   |  |  |  |  |            |            | Limpeza PTP e  |   |

ATS 2020-2023

|                |                |                                  |  |  |  |  |  |            |            |  |  |
|----------------|----------------|----------------------------------|--|--|--|--|--|------------|------------|--|--|
| R\$ 8.868,24   | R\$ 8.868,24   | INSTALAÇÃO SIST. TRAT. GUTWASSER |  |  |  |  |  | 53.603,16  | 53.603,16  | Instalação sist. Trat. Gutwasser                                 |  |
|                |                |                                  |  |  |  |  |  | 0          | 0          |  |  |
| R\$ 16.658,50  | R\$ 16.658,50  | TROCA DE BOMBA                   |  |  |  |  |  |            |            | Troca de bomba   |  |
| R\$ 27.815,36  | R\$ 27.815,36  | MANUTENÇÃO                       |  |  |  |  |  |            |            | Manutenção   |  |
| R\$ 34.061,46  | R\$ 34.061,46  | ATIVAÇÃO PTP                     |  |  |  |  |  |            |            | Ativação PTP   |  |
|                |                |                                  |  |  |  |  |  | ,00        | ,00        |  |  |
|                |                |                                  |  |  |  |  |  | ,00        | ,00        |  |  |
| R\$ 42.140,17  | R\$ 42.140,17  | TROCA DE BOMBA                   |  |  |  |  |  | 69.139,71  | 69.139,71  | Troca de bomba   |  |
|                |                |                                  |  |  |  |  |  |            |            | Limpeza de PTP   |  |
|                |                |                                  |  |  |  |  |  |            |            | Instalação sist. Trat. Gutwasser                                 |  |
|                |                |                                  |  |  |  |  |  | 30.653,59  | 30.653,59  | 480 metros   |  |
| R\$ 6.342,68   | R\$ 6.342,68   | TROCA DE BOMBA                   |  |  |  |  |  |            |            | Troca de bomba   |  |
| R\$ 6.955,56   | R\$ 6.955,56   | MANUTENÇÃO                       |  |  |  |  |  |            |            | Manutenção   |  |
| R\$ 5.132,18   | R\$ 5.132,18   | LIMPEZA DE PTP                   |  |  |  |  |  |            |            | Instalação sist. Trat. Gutwasser e limpeza de PTP                |  |
| R\$ 10.946,36  | R\$ 10.946,36  | INSTALAÇÃO SIST. TRAT. GUTWASSER |  |  |  |  |  |            |            | Instalação sist. Trat. Gutwasser                                 |  |
| R\$ 240.000,00 | R\$ 240.000,00 | 1.400 metros                     |  |  |  |  |  | 375.842,10 | 375.842,10 | 3720 metros  |  |
| R\$ 1.683,55   | R\$ 1.683,55   | MANUTENÇÃO                       |  |  |  |  |  |            |            | Troca de bomba, quadro de comando, ativação PTP e Limpeza de PTP |  |
|                |                |                                  |  |  |  |  |  |            |            |  |  |
|                |                |                                  |  |  |  |  |  |            |            | Limpeza de PTP e Instalação sist. Trat. Gutwasser                |  |
|                |                |                                  |  |  |  |  |  |            |            |  |  |
|                |                |                                  |  |  |  |  |  | 293.035,68 | 293.035,68 | 2050 metros  |  |
| R\$ 3.000,00   | R\$ 3.000,00   | TROCA DE BOMBA                   |  |  |  |  |  |            |            | Troca de bomba   |  |
| R\$ 16.266,76  | R\$ 16.266,76  | MANUTENÇÃO                       |  |  |  |  |  |            |            | Manutenção   |  |

ATS\_2020-2023

|  |  |  |  |  |  |  |  |                      |                      |                     |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|----------------------|----------------------|---------------------|--|
|  |  |  |  |  |  |  |  | 12.253,44<br>#VALOR! | 12.253,44<br>#VALOR! | Filtro pressurizado |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|----------------------|----------------------|---------------------|--|



**TOCANTINS**  
GOVERNO DO ESTADO



QUARTEL DO COMANDO GERAL  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO  
Quadra 403 Sul, LO-09 com NS-05  
Palmas-TO - CEP: 77015-560  
(63) 3218-4718  
[cmt.geral@bombeiros.to.gov.br](mailto:cmt.geral@bombeiros.to.gov.br)

**OFÍCIO N° 013/2023/COPLAN**  
SGD N° 2023/09099/004062

Palmas - TO, 06 de março de 2023.

À Vossa Excelência o Senhor  
**SERGISLEI SILVA DE MOURA**  
Secretário do Planejamento e Orçamento  
Nesta

**Assunto:** Relatório de resultados da execução as prioridades do PPA 2020-2023.  
**Anexo:** Relatório de resultados das consultas públicas referente ao PPA 2020-2023;  
 Planilha de Controle de Monitoramento de Resultado do CBMTO.

Excelentíssimo Senhor Secretário,

Conforme solicitação presente no Ofício nº 73/2023/GABSEC, de 23 de fevereiro de 2023, encaminho a Vossa Excelência o Relatório dos resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020/2023 do Corpo de Bombeiro Militar do Tocantins neste ano, conforme anexos deste Ofício.

Atenciosamente,

*(Assinado digitalmente)*  
**CARLOS EDUARDO DE SOUZA FARIA – CEL QOBM**  
 Comandante-Geral – Secretário de Estado  
 Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil.



Documento foi assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO SOUZA FARIA em 06/03/2023 10:23:41.  
 A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://egd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 3D51F0TA01396007.



**TOCANTINS**  
GOVERNO DO ESTADO



QUARTEL DO COMANDO GERAL  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO  
Quadra 403 Sul, LO-09 com N8-05  
Palmas-TO - CEP: 77015-580  
(65) 3218-4718  
[cmtgen@bombeiros.to.gov.br](mailto:cmtgen@bombeiros.to.gov.br)

#### Anexo ao Ofício nº 013/2023/CBMTO

Relatório de resultados das consultas públicas referente ao PPA 2020-2023;

#### SEGURANÇA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

##### PRIORIZAÇÃO

Aumentar o efetivo e qualificar os profissionais de Segurança Pública

#### 1 – Qualificação dos profissionais de Segurança Pública do CBMTO

Entre os anos de 2020 e 2022 o CBMTO realizaram-se diversos cursos de qualificação para os bombeiros militares, tanto cursos de formação e habilitação para ascensão na carreira, quanto de especialização operacional.

No ano de 2020 foi realizado o Curso de Atendimento Pré-Hospitalar Básico (APH-B) para 12 bombeiros militares no 3º Batalhão de Bombeiros Militares em Gurupi, o qual qualificou os profissionais para atuarem nas ocorrências dessa natureza.



Curso de APH-B realizado em 2020 no 3º BBM em Gurupi - TO



Documento foi assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO SOUZA FARIAS em 06/03/2023 10:23:41

A autenticidade desse documento pode ser verificada no site <https://legis.tocantins.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 3D51F07A01390007.



**TOCANTINS**  
GOVERNO DO ESTADO



QUARTEL DO COMANDO GERAL  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO  
Quedas 403 Sul, LO-09 com NS-05  
Palmas-TO - CEP: 77015-580  
(63) 3218-4718  
[cmtgen@bombeiros.to.gov.br](mailto:cmtgen@bombeiros.to.gov.br)

Nesse mesmo ano foi realizado o Curso de Instrutor Bombeiro Militar (CINTBM), o qual 15 bombeiros militares foram capacitados para serem instrutores nas mais diversas especialidades operacionais e administrativas, os possibilitando ministrarem aulas nos cursos promovidos pela instituição.

Ainda em 2020, foi realizado o Estágio de Atividades Técnicas com ênfase em Vistoria (EAT-V), o qual formou 57 bombeiros militares que atuam nos serviços técnicos de segurança contra incêndio e emergência do CBMTO.



Estágio de Atividade Técnica realizado em 2020 na ABM do CBMTO em Palmas – TO

Em 2021 foi realizado o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS/BM), o qual formou 39 bombeiros militares, os deixando aptos para ascensão na carreira.

No mesmo ano também foi realizado o Curso de Habilitação de Oficiais da Administração (CHOA/BM), o qual formou 45 alunos bombeiros militar, os qual foram promovidos à 2º Tenentes do Quadro de Oficiais Bombeiro Militar da Administração.



Documento foi assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO SOUZA FARIA, em 06/03/2023 10:23:41.  
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://legis.tce.gov.br/verificador/>, informando o código verificador: 3D61P0TA01390807.



**TOCANTINS**  
GOVERNO DO ESTADO



QUARTEL DO COMANDO GERAL  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO  
Quadra 403 Sul, LO-09 com NS-05  
Palmas-TO - CEP: 77015-560  
(63) 3218-4718  
[cmtplanejamento@corpo.bmto.gov.br](mailto:cmtplanejamento@corpo.bmto.gov.br)



Cerimônia de formatura dos novos tenentes do CBMTO em 2021.

No ano de 2022 foi realizado o Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio (CATS), o qual formou 32 bombeiros militares, os capacitando para atuarem em todo o estado do Tocantins em ocorrências de tentativa de suicídio.



Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio com instrutores do CBMCE.



Documento foi assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO SOUZA FARIAS em 06/03/2023 10:23:41.  
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgad.tce.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 3D51F07A01390007.



**TOCANTINS**  
GOVERNO DO ESTADO



QUARTEL DO COMANDO GERAL  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO  
Quadra 403 Sul, LO-09 com NS-05  
Palmas-TO - CEP: 77015-560  
(63) 3218-4718  
[cmtgen@bombeiros.to.gov.br](mailto:cmtgen@bombeiros.to.gov.br)

Por fim, em 2022 também foi realizado o Curso de Instrutor Flashover no 3º BBM em Gurupi - TO, o qual formou 12 bombeiros militares, os especializando em novas técnicas de combate a incêndios urbanos e veiculares.



Instrução de combate a Incêndio estrutural do Curso de Instrutor Flashover no 3º BBM de Gurupi – TO.

## 2 – Aumento de Efetivo do CBMTO

No tocante ao aumento de efetivo, o CBMTO realizou em 2021 um concurso público para 100 vagas de soldado e 15 vagas de oficiais.

No início de 2022 foi iniciada a formação dos novos soldados, sendo que em 14 de dezembro do mesmo ano o CBMTO realizou a formatura de 90 novos militares, que passaram a compor todas as unidades operacionais no estado do Tocantins.



Documento foi assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO SOUZA FARIAS, em 06/03/2023 10:23:41

A autenticidade desse documento pode ser verificada no site <https://legis.tocantins.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 3D61F07A01398807



**TOCANTINS**  
GOVERNO DO ESTADO



QUARTEL DO COMANDO GERAL  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO  
Quadra 403 Sul, LO-09 com NS-06  
Palmas-TO - CEP: 77015-560  
(63) 3218-4718  
[cmtgen@corpo-de-bombeiros.to.gov.br](mailto:cmtgen@corpo-de-bombeiros.to.gov.br)



Formatura dos novos soldados do CBMTO em dezembro de 2022.

Já em relação a formação dos novos Oficiais, 23 cadetes foram convocados para o Curso de Formação de Oficiais, que possui duração de aproximadamente 2 anos. A formação está sendo realizada nas Academias de coirmãs, CBMDF e CBMMS, e tem previsão de conclusão entre o final do ano de 2023 e início do ano de 2024.



Cerimonial do Espadim na academia do CBM do Mato Grosso do Sul



Documento foi assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO SOUZA FARIA, em 06/03/2023 10:23:41.

A autenticidade desse documento pode ser verificada no site <https://legis.tce.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 3D51POTAO139807.



**TOCANTINS**  
GOVERNO DO ESTADO



QUARTEL DO COMANDO GERAL  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO  
Quadra 403 Sul, LO-00 com NS-05  
Palmas-TO - CEP: 77015-580  
(63) 3218-4718  
[cmt.geral@bombeiros.to.gov.br](mailto:cmt.geral@bombeiros.to.gov.br)

*(Assinado digitalmente)*

**CARLOS EDUARDO DE SOUZA FARIAS – CEL QOBM**  
Comandante-Geral – Secretário de Estado  
Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil



Documento foi assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO SOUZA FARIAS em 06/03/2023 10:23:41.  
A autenticidade desse documento pode ser verificada no site <https://legis.tocantins.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 3D61F0TA01398007.

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**PLANILHA DE CONTROLE E MONITORAMENTO DE RESULTADOS – CONSULTA PÚBLICA PPA 2020-2023**

**PRIORIZAÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO:**

**Corpo de Bombeiros Militar**

| PRIORIDADE DAS PRIORIDADES                       |  |         |   |                                |                     |                     |                     |  |
|--|--|---------|---|--------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--|
| EIXO TEMÁTICO                                    | PRIORIZAÇÃO  | REGIÃO  | PROJETOS / AÇÕES ENVOLVIDAS (Colocar nesta coluna as ações temáticas do PPA que atendem/impactam e geram resultados para esta prioridade) | Estágio da execução Financeira |                     |                     |                     | RESULTADO / ENTREGA  |
|  |  |         |   | Em andamento                   |                     | Executado           |                     |  |
|  |  |         |   | Autorizado                     | Empenhado           | Liquidado           | Pago                | Executado (Meta física) A executar (Meta física inicial - meta física executada) |
| Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos | Aumentar o efetivo e qualificar os profissionais de Segurança Pública. | Central | Concurso Público para 100 soldados e 23 Oficiais  | R\$ 2.000.000,00               | R\$ 1.385.659,91    | R\$ 1.385.659,91    | R\$ 1.385.659,91    | 103 militares 10 militares (desistência)   |
| <b>TOTAL PARCIAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO</b>    |  |         |   | <b>2.000.000,00</b>            | <b>1.385.659,91</b> | <b>1.385.659,91</b> | <b>1.385.659,91</b> |  |

| AÇÕES PRIORITÁRIAS                               |  |         |  |                                |                   |                   |                   |  |
|--|--|---------|--|--------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--|
| EIXO TEMÁTICO                                    | PRIORIZAÇÃO  | REGIÃO  | PROJETOS / AÇÕES ENVOLVIDAS (Colocar nesta coluna as ações temáticas do PPA que atendem/impactam e | Estágio da execução Financeira |                   |                   |                   | RESULTADO / ENTREGA  |
|  |  |         |  | Em andamento                   |                   | Executado         |                   |  |
|  |  |         |  | Autorizado                     | Empenhado         | Liquidado         | Pago              | Executado (Meta física) A executar (Meta física inicial - meta física executada) |
| Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos | Aumentar o efetivo e qualificar os profissionais de Segurança Pública. | Central | Cursos de especialização para a Tropa (2020)   | R\$ 15.900,00                  | R\$ 13.300,00     | R\$ 13.300,00     | R\$ 7.400,00      | 84 militares 0   |
|  |  |         | Cursos de especialização para a Tropa (2021)   | R\$ 110.900,00                 | R\$ 86.838,50     | R\$ 38.463,50     | R\$ 36.998,65     | 84 militares 0   |
|  |  |         | Cursos de especialização e de carreira para a tropa (2022)   | R\$ 337.898,00                 | R\$ 337.897,50    | R\$ 312.897,50    | R\$ 312.897,50    | 44 militares 0   |
| <b>TOTAL PARCIAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO</b>    |  |         |  | <b>464.698,00</b>              | <b>438.036,00</b> | <b>364.661,00</b> | <b>357.296,15</b> |  |

|   |              |              |              |              |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>TOTAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PRIORITÁRIO EM SEGURANÇA PÚBLICA</b>  | 2.464.698,00 | 1.823.695,91 | 1.750.320,91 | 1.742.956,06 |
| Documento foi assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO SOUZA FARIAS em 06/03/2023 10:23:41.<br>A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <a href="https://sgd.to.gov.br/verificador">https://sgd.to.gov.br/verificador</a> , informando o código verificador: FDA01D500139881C. |              |              |              |              |





Qd. 302 Norte, Av. NS – 02, QJ 11, Lts. 1 e 2  
Palmas – Tocantins – CEP: 77.006-340  
Tel: +55 63 321-3101  
[www.ruraltins.to.gov.br](http://www.ruraltins.to.gov.br)

SGD 2024/34499/002577

OFÍCIO N° 46/2024/GABPRES

Palmas - TO, 05 de fevereiro de 2024.

A Sua Exceléncia o Senhor  
**SERGISLEI SILVA DE MOURA**  
 Secretário do Planejamento e Orçamento  
 NESTA

**Assunto:** Apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020-2023

Senhor Secretário,

Em resposta ao Ofício nº 43/2024/GABSEC, referente à apuração de resultados das ações priorizadas nas consultas públicas do PPA 2020/2023, estamos enviando os valores das metas executadas do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS, referente o exercício 2023 conforme solicitado, segue os arquivos em anexos. .

Atenciosamente,

**Assinado Digitalmente**  
**WASHINGTON LUIS CAMPOS AYRES**  
 Presidente



DOCUMENTO PRONDENTE DE ASSINATURA POR WASHINGTON LUIS CAMPOS AYRES  
 Verifique a autenticidade desse documento em <https://legis.tocantins.gov.br/verificador> informando o código: 0807R040194C790

## SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS

## PLANILHA DE CONTROLE E MONITORAMENTO DE RESULTADOS – CONSULTA PÚBLICA PPA 2020-2023

PRIORIZAÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO: **RURALTINS**

| EIXO TEMÁTICO   | PRIORIZAÇÃO  | REGIÃO                     | PROJETOS / AÇÕES ENVOLVIDAS  | ESTÁGIO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA |              |              |              | RESULTADO / ENTREGA |            |
|---|--|----------------------------|--|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|---------------------|------------|
|   |  |                            |  | Em andamento                   |              | Executado    |              | Und                 | Und        |
|   |  |                            |  | Autorizado                     | Empenhado    | Liquidado    | Pago         | Executado           | A executar |
| Estrutura produtiva sustentabilidade ambiental  | Proporcionar a regularização da produção da Agricultura familiar no que se refere à regularização sanitária, fundiária e ambiental para ter produtos de qualidade.                     | Regional de Aragutins      | 4118 - Fortalecimento de serviços de extensão rural em eventos agropecuários |                                |              |              |              | 3.244               | -          |
| Estrutura produtiva sustentabilidade ambiental  | Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental. | Regional de Gurupi         | 4118 - Fortalecimento de serviços de extensão rural em eventos agropecuários |                                |              |              |              | 3.349               | -          |
| Estrutura produtiva sustentabilidade ambiental  | Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental. | Regional de Miracema       | 4118 - Fortalecimento de serviços de extensão rural em eventos agropecuários |                                |              |              |              | 3.268               | -          |
| Estrutura produtiva sustentabilidade ambiental  | Proporcionar a regularização da produção da agricultura familiar para aumento da comercialização e distribuição pelo programa de aquisição de alimentos.                               | Regional de Paraíso        | 4118 - Fortalecimento de serviços de extensão rural em eventos agropecuários | 4.613.082,00                   | 2.434.754,87 | 2.434.304,87 | 2.434.304,87 | 3.246               | -          |
| Estrutura produtiva sustentabilidade ambiental  | Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental. | Regional de Porto Nacional | 4118 - Fortalecimento de serviços de extensão rural em eventos agropecuários |                                |              |              |              | 3.335               | -          |
| Estrutura produtiva sustentabilidade ambiental  | Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental. | Regional de Taguatinga     | 4118 - Fortalecimento de serviços de extensão rural em eventos agropecuários |                                |              |              |              | 3.052               | -          |
| Estrutura produtiva sustentabilidade ambiental  | Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica a agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental. | Regional de Araguaína      | 4118 - Fortalecimento de serviços de extensão rural em eventos agropecuários |                                |              |              |              | 3.421               | -          |
| <b>TOTAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PRIORITÁRIO EM POLÍTICAS RELACIONADAS À AGRICULTURA</b> |  |                            |  | 4.613.082,00                   | 2.434.754,87 | 2.434.304,87 | 2.434.304,87 | 22.915              | -          |



DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: WASHINGTON LUIS CAMPOS AYRES EM 06/03/2024 08:58:56

Verifique a autenticidade deste documento em <https://sgd.to.gov.br/verificador> informando o código: 91TD68410184C795

## PLANILHA DE CONTROLE E MONITORAMENTO DE RESULTADOS – CONSULTA PÚBLICA PPA 2020-2023

PRIORIZAÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO: **Instituto de Terras do Estado do Tocantins**

| EIXO<br>TEMÁTICO   | PRIORIZAÇÃO  | REGIÃO                    | PROJETOS / AÇÕES<br>ENVOLVIDAS            | ESTÁGIO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA |            |            |            | VALOR EXECUTADO COM A AÇÃO PRIORITÁRIA               |             |            |            |
|--|--|---------------------------|---|--------------------------------|------------|------------|------------|--|-------------|------------|------------|
|  |  |                           |   | EM ANDAMENTO                   |            | EXECUTADO  |            | TÍTULOS DE DOMÍNIO EMITIDOS / HECTARES REGULARIZADOS |             |            |            |
|  |  |                           |   | AUTORIZADO                     | EMPENHADO  | LÍQUIDADO  | PAGO       | 2020 A 2023  | 2020 A 2023 | A EXECUTAR |            |
|  |  |                           | Ação 4094 – Legalização de imóveis rurais | 157.000,00                     | 150.183,50 | 150.183,50 | 150.183,50 |  |             |            |            |
| Gestão Pública, Participação Social e Diálogo                                | Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural | Região Central            |   | 150.029,20                     | 143.515,35 | 143.515,35 | 143.515,35 | 237  | 95,56%      | 18.574,00  | 81.426,00  |
| Gestão Pública, Participação Social e Diálogo                                | Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural | Região Nordeste – Gurari  |   | 6.327,10                       | 6.052,40   | 6.052,40   | 6.052,40   | 10   | 4,03%       | 2.560,44   | 65.440,88  |
| Gestão Pública, Participação Social e Diálogo                                | Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural | Região Noroeste – Colinas |   | 643,70                         | 615,75     | 615,75     | 615,75     | 1  | 0,41%       | 10.476,23  | 57.523,76  |
| <b>TOTAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PRIORITÁRIO EM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</b> |  |                           |   | 157.000,00                     | 150.183,50 | 150.183,50 | 150.183,50 | 248 títulos emitidos                                 |             | 31.610,67  | 204.390,64 |

## PLANILHA DE CONTROLE E MONITORAMENTO DE RESULTADOS – CONSULTA PÚBLICA PPA 2020-2023

PRIORIZAÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| EIXO TEMÁTICO                                 | PRIORIZAÇÃO   | REGIÃO     | PROJETOS / AÇÕES ENVOLVIDAS (Colocar nesta coluna as ações temáticas do PPA que atendem/impactam e geram resultados para esta prioridade)  | Superintendências que deverão responder | PRIORIDADE DAS PRIORIDADES |  |      |                         |            |                         |              |   | EXECUÇÃO FÍSICA / FINANCEIRA |  |  |               |
|---|---|------------|--|---|----------------------------|--|------|-------------------------|------------|-------------------------|--------------|---|------------------------------|--|--|---------------|
|   |   |            |  |   | 2020                       |  | 2021 |                         | 2022       |                         | 2023         |   |                              |  |  |               |
|   |   |            |  |   | Pago                       | Executado (Meta física)  | Pago | Executado (Meta física) | Pago       | Executado (Meta física) | Pago         | Executado (Meta física)                                   |                              |  |  |               |
| educação, ciência, tecnologia & inovação      | Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado. | SUL/Gurupi | Foram realizadas obras de melhorias, adequações de acessibilidade e ampliações nas estruturas físicas das Unidades escolares   | SAIO                                    | 11.288.559,28              | 68 - reformas<br>10 - ampliações e<br>53 - instalações de equipamentos de segurança móvel. |      |                         |            |                         |              |   |                              |  |  |               |
|   |   |            | ESPAÇO MAKER: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS (CHROMEBOOKs), PARA USO DE PROFESSORES E ALUNOS DAS ESCOLAS CONTEMPLADAS DO PROJETO DE INOVAÇÃO EDUCAÇÃO CONECTADA - TÔ LIGADO, E ADEQUAÇÕES DO ESPAÇO FÍSICO. Escola contemplada:<br>Centro de Ensino Médio Ary Ribeiro Valadão Filho, / Aquisição de equipamentos tecnológicos (Chromebooks) para professores e estudantes de unidades escolares estaduais. | SECTP                                   | 339.711,89                 | 01 Espaço Maker com equipamentos tecnológicos.   | 0,00 | 0                       | 0,00       | 0                       | 662.127,94   | 160 Chromebooks<br>70 Notebooks<br>4 Carrinhos de Recarga |                              |  |  |               |
|   |   |            | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS PARA USO DE PROFESSORES E ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS CONTEMPLADAS DO PROJETO DE INOVAÇÃO EDUCAÇÃO CONECTADA - TÔ LIGADO.   | SECTP                                   | 1.947.688,90               | 17 Escolas Estaduais e 8 Escolas Municipais atendidas com Equipamentos Tecnológicos.       |      |                         |            |                         | 0,00         |   |                              |  |  | 0             |
|   |   |            | laboratorio de informatica móvel para UE que ofertam educação profissional   | SECTP                                   |                            |  |      |                         | 435.274,20 | 4                       | 0,00         | 0   |                              |  |  |               |
|   |   |            | APARELHAMENTO DE SALA DE AULA E ADMINISTRATIVO (Conj. Aluno, Conj. Refeitório, Conj. Professor, Mesas, Cadeiras, Armários).  | SAIO                                    | 10.209.103,38              |  |      |                         |            |                         | 1.903.225,41 | Aparelhamento de 72 unidades escolares                    |                              |  |  |               |
| <b>TOTAL PARCIAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO</b> |   |            |  |   | 23.779.063,45              |  | -    |                         | 435.274,20 |                         | 2.565.353,35 |   |                              |  |  | 24.214.337,65 |

| EIXO TEMÁTICO                 | PRIORIZAÇÃO   | REGIÃO         | PROJETOS / AÇÕES ENVOLVIDAS (Colocar nesta coluna as ações temáticas do PPA que atendem/impactam e geram resultados para esta prioridade) | Superintendências que deverão responder | AÇÕES PRIORITÁRIAS           |   |      |  |      |  |              |   |
|-------------------------------|---|----------------|---|---|------------------------------|---|------|--|------|--|--------------|---|
|                               |   |                |   |   | EXECUÇÃO FÍSICA / FINANCEIRA |   |      |  |      |  |              |   |
|                               |   |                |   |   | 2020                         |   | 2021 |  | 2022 |  | 2023         |   |
| Educação, Ciência, Tecnologia | Construir, adequar e aparelhar as unidades escolares e universidade, atendendo às normas de segurança para emissão do alvará do corpo de bombeiros, de forma a integrar os ambientes físicos, garantir acessibilidade, climatização, cobertura de quadras poliesportivas, | Região Central | APARELHAMENTO DE SALA DE AULA E ADMINISTRATIVO (Conj. Aluno, Conj. Refeitório, Conj. Professor, Mesas, Cadeiras, Armários).               | SAIO                                    | 34.033.636,29                |   |      |  |      |  | 1.903.225,41 | Aparelhamento de 115 unidades escolares   |
|                               |   |                | Novas construções, obras de melhorias, adequações de acessibilidade e ampliações nas estruturas físicas das Unidades                      | SAIO                                    | 33.190.716,89                | 150 - reformas<br>10 - ampliações<br>02 - construções<br>05 - unidades escolares<br>renovaram a |      |  |      |  | 8.371.525,96 | 60 - reformas<br>09 - ampliações<br>17 - unidades escolares receberam recursos para execução de |



|  |   |                           |   |     |               |   |            |      |            |      |              |  |
|--|---|---------------------------|---|-----|---------------|---|------------|------|------------|------|--------------|--|
| Educação, Ciência, Tecnologia & Inovação | Valorizar os profissionais da Educação de acordo com o Plano Estadual de Educação (PEE), o Plano de Cargos, Carreira e Remunerações (PCR) e assegurar a realização de concurso público. | Região Nordeste – Guarai  | Formação Continuada dos profissionais e servidores da educação  | SAO | 21.183,81     | 219   | 287.542,51 | 1116 | 330.994,12 | 1772 | 98.808,57    | 239,00   |
|  |   |                           | Formação Continuada - Concessão de Afastamento para Aperfeiçoamento Profissional, em nível de mestrado ou doutorado, nesta Região: 2 mestrados. |     |               |   | 126.001,10 | 1    |            |      | 0            | 0  |
|  |   |                           |   |     | 231.906,12    | 2   |            |      |            |      | 0,00         | 0  |
|  |   |                           | Foram realizadas novas construções, obras de melhorias, adequações de acessibilidade e ampliações nas estruturas físicas das Unidades escolares |     | 26.961.770,49 | 48 - reformas<br>09 - ampliações<br>01 - construção<br>31 - unidades escolares receberam a instalação de equipamentos de segurança móvel. |            |      |            |      | 1.358.823,56 | 19 - reformas<br>10 - unidades escolares receberam recursos para execução do sistema de Prevenção e Combate a Incêndio |
|  |   |                           | APARELHAMENTO DE SALA DE AULA E ADMINISTRATIVO (Conj. Aluno, Conj. Refeitório, Conj. Professor, Mesas, Cadeiras, Armários).                     | SAO | 6.314.771,98  |   |            |      |            |      | 1.603.225,41 | Aparelhamento de 30 unidades escolares   |
|  |   |                           | Aquisição de equipamentos tecnológicos para uso de professores e alunos das escolas estaduais   |     | SECTP         |   |            |      |            |      | 658.114,03   | 160 Chromebooks<br>69 Notebooks<br>4 Carrinhos de Recarga  |
|  |   |                           | APARELHAMENTO DE SALA DE AULA E ADMINISTRATIVO (Conj. Aluno, Conj. Refeitório, Conj. Professor, Mesas, Cadeiras, Armários).                     |     | SAO           | 5.904.280,12  |            |      |            |      | 1.603.225,41 | Aparelhamento de 19 unidades escolares   |
| Educação, Ciência, Tecnologia & Inovação | Valorizar os profissionais da Educação.   | Região Noroeste – Colinas | Foram realizadas obras de melhorias, adequações de acessibilidade e ampliações nas estruturas físicas das Unidades escolares                    | SAO | 7.146.464,08  | 24 - reformas<br>01 - ampliação<br>26 - unidades escolares receberam a instalação de equipamentos de segurança móvel.                     |            |      |            |      | 5.186.002,01 | 09 - reformas<br>02 - ampliações   |
|  |   |                           | Formação Continuada dos profissionais e servidores da educação  |     | 3.579,00      | 37  | 137.845,20 | 535  | 134.760,33 | 647  | 0            | 0  |

|  |                          |   |  |       |               |  |            |   |            |      |               |   |
|--|--------------------------|---|--|-------|---------------|--|------------|---|------------|------|---------------|---|
|  |                          |   | Aquisição de equipamentos tecnológicos (Chromebooks) para uso de professores e alunos das escolas estaduais  | SECTP |               |  |            |   |            |      | 331.063,97    | 80 Chromebook<br>35 Notebooks<br>2 Carrinhos de Recarga   |
|  |                          |   | Formação Continuada dos profissionais e servidores da educação   |       | 33.855,41     | 350  | 549.061,91 | 2131  | 355.759,23 | 1684 | 218.624,00    | 803,00  |
|  |                          |   | Formação Continuada - Concessão de Afastamento para Aperfeiçoamento Profissional, sendo: 2 mestrados e 1 doutorado.  |       | 489.602,38    | 1  | 755.675,60 | 4   | 758.676,72 | 5,00 | 101.125,70    | 1   |
|  |                          |   | Foram realizadas novas construções, obras de melhorias, adequações de acessibilidade e ampliações nas estruturas físicas das Unidades escolares  | SAIO  | 51.435.694,65 |  |            | 51 - reformas<br>14 - ampliações<br>02 - construções 66 - unidades escolares receberam a instalação de equipamentos de segurança móvel. |            |      | 25.044.204,12 | 13 - ampliações<br>01 - construção<br>4 - unidades escolares receberam recursos para execução do sistema de Prevenção e Combate a |
| Educação, Ciência, Tecnologia & Inovação | Região Norte – Araguaína |   | APARELHAMENTO DE SALA DE AULA E ADMINISTRATIVO (Conj. Aluno, Conj. Refeitório, Conj. Professor, Mesas, Cadeiras, Armários).  | SAIO  | 13.501.093,10 |  |            |   |            |      | 1.903.225,41  | Aparelhamento de 63 unidades escolares  |
|  |                          | profissionais, climatização, cobertura de quadras poliesportivas, laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, bibliotecas, brinquedoteca, videoteca, aparelho de som, multimídia, notebook para professores, mobiliário | ESPAÇO MAKER: Aquisição de equipamentos tecnológicos (Chromebooks), para uso de professores e alunos das escolas contempladas do Projeto de Inovação Educação Conectada - TÔ LIGADO, e adequações do | SECTP | 347.002,91    | 01 Espaço Maker com equipamentos tecnológicos. |            |   |            |      | 3.528.594,52  | 1.380 Chromebooks, 100 Notebooks 34 Gabinete de Recarga Móvel   |
|  |                          |   | Aquisição de equipamentos tecnológicos (Chromebooks) para uso de professores e alunos das escolas estaduais  |       |               |  |            |   |            |      | 1.320.241,97  | 320 Chromebooks 139 Notebooks 8 Carrinhos de Recarga  |

|   |  |                                  |  |       |                      |  |  |  |            |   |                                   |  |
|---|--|----------------------------------|--|-------|----------------------|--|--|--|------------|---|-----------------------------------|--|
|   |  |                                  |  |       |                      |  |  |  |            |   |                                   |  |
| educação,<br>ciência,<br>tecnologia<br>& inovação | Construir, adequar e<br>aparelhar as ue's de forma<br>a integrar os ambientes<br>físicos garantir a<br>acessibilidade,<br>capacitações dos<br>profissionais, climatização,<br>cobertura de quadras<br>poliesportivas,<br>laboratórios de ciências,<br>informática, parques<br>infantis, refeitórios,<br>bibliotecas,<br>brinquedoteca, videoteca,<br>aparelho de som,<br>multimídia, notebook para<br>professores, mobiliário<br>adequado, valorizar os<br>profissionais e seus<br>auxiliares, ampliar e<br>qualificar; garantia<br>financeira para<br>manutenção e reparação<br>de frota. | Região<br>Jalapão (São<br>Félix) | APARELHAMENTO DE SALA DE<br>AULA E ADMINISTRATIVO (Conj.<br>Aluno, Conj. Refeitório, Conj.<br>Professor, Mesas, Cadeiras,<br>Armários).  | SAIO  | 2.510.259,01         |  |  |  |            |   | 403.225,41                        | Aparelhamento<br>de 20 unidades<br>escolares   |
|   |  |                                  | Foram realizadas obras de<br>melhorias, adequações de<br>acessibilidade e ampliações nas<br>estruturas físicas das Unidades<br>escolares | SAIO  | 3.820.608,57         | 11 - reformas<br>04 - ampliação<br>de Unidades<br>escolares foram<br>executadas    |  |  |            |   |                                   |  |
|   |  |                                  | laboratorio de informatica móvel<br>para UE que ofertam educação<br>profissional   | SECTP |                      |  |  |  | 176.313,60 | 2 | Região Administrada<br>Por Palmas | Região<br>Administrada Por<br>Palmas   |
|   |  |                                  | Aquisição de equipamentos<br>tecnológicos (Chromebooks)<br>para uso de professores e<br>alunos das escolas estaduais                     |       |                      |  |  |  |            |   | 3.528.594,52                      | 1.360<br>Chromebooks,<br>100 Notebooks<br>34 Gabinete de<br>Recarga Móvel                    |
| educação,<br>ciência,                             | Construir, adequar, e<br>aparelhar as unidades<br>escolares de forma a<br>integrar os ambientes<br>físicos, garantir a<br>acessibilidade,<br>climatização, cobertura<br>das quadras<br>poliesportivas;<br>laboratórios de ciências,  | Região<br>Oeste                  | APARELHAMENTO DE SALA DE<br>AULA E ADMINISTRATIVO (Conj.<br>Aluno, Conj. Refeitório, Conj.<br>Professor, Mesas, Cadeiras,<br>Armários).  | SAIO  | 5.134.700,92         |  |  |  |            |   | 1.903.225,41                      | Aparelhamento de<br>48 unidades<br>escolares   |
|   |  |                                  | Foram realizadas novas<br>construções, obras de melhorias,<br>adaptações de acessibilidade e   | SAIO  | an. 2019 R\$6.766,76 | 34 - reformas<br>08 - ampliações<br>01 - construções<br>02 - unidades<br>escolares |  |  |            |   | 1.937.116,00                      | 04 - reformas<br>02 - ampliações<br>01 - unidades<br>escolares<br>receberam<br>recursos para |

|  |   |  |   |   |              |               |  |     |            |     |              |   |
|--|---|--|---|---|--------------|---------------|--|-----|------------|-----|--------------|---|
|  | Tecnologia & Inovação                   | informática, parques infantais, refeitórios, bibliotecas, erinquetotecas, videoteca, aparelhos de som, multimídia, mobiliário adequado; aparelho tecnológico que viabilize o monitoramento diário com câmeras. | Deste – Paraíso   | adequações de acessibilidade e ampliações nas estruturas físicas das Unidades escolares | SAIO         | 30.340.266,76 | escolares receberam a instalação de equipamentos de segurança móvel. |     |            |     | 1.277.116,09 | recursos para execução do sistema de Prevenção e Combate a Incêndio |
|  |   | Aquisição de equipamentos tecnológicos (Chromebooks) para uso de professores e alunos das escolas estaduais  |   | SECTP   |              |               |  |     |            |     | 327.050,06   | 80 Chromebooks<br>34 Notebooks<br>2 Carrinhos de Recarga            |
| Educação, Ciência, Tecnologia & Inovação | Valorizar os profissionais da Educação. | Região Sudeste I – Taguatinga  | Formação Continuada dos profissionais e servidores da educação  | SECTP   | 7.641,65     | 79            | 120.067,03   | 466 | 112.553,63 | 641 | 116.016,21   | 320,00  |
|  |   |  |   | SECTP   | 172.915,42   | 2             |  |     | 317.783,04 | 2   | 0            | 0   |
|  |   |  | Aquisição de equipamentos tecnológicos (Chromebooks) para uso de professores e alunos das escolas estaduais                 |   |              |               |  |     |            |     | 93.456,48    | 1   |
|  |   |  | APARELHAMENTO DE SALA DE AULA E ADMINISTRATIVO (Conj. Aluno, Conj. Refeitório, Conj. Professor, Mesas, Cadeiras, Armários). | SAIO  | 4.341.895,89 |               |  |     |            |     | 327.050,06   | 80 Chromebooks<br>34 Notebooks<br>2 Carrinhos de Recarga            |
|  |   |  |   |   |              |               |  |     |            |     | 1.603.225,41 | Aparelhamento de 31 unidades escolares                              |

|  |  |                                |  |       |                |   |                       |  |              |   |   |               |   |  |  |
|--|--|--------------------------------|--|-------|----------------|---|-----------------------|--|--------------|---|---|---------------|---|--|--|
| Educação, Ciência, Tecnologia & Inovação             | <b>Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado.</b> | Região Sudeste II – Natividade | APARELHAMENTO DE SALA DE AULA E ADMINISTRATIVO (Conj. Aluno, Conj. Refeitório, Conj. Professor, Mesas, Cadeiras, Armários).  | SAIO  | 4.213.231,78   |   |                       |  |              |   |   | 1.603.225,41  | Aparelhamento de 28 unidades escolares  |  |  |
|  |  |                                | Foram realizadas obras de melhorias, adequações de acessibilidade e ampliações nas estruturas físicas das Unidades escolares | SAIO  | 2.735.903,92   | 20 - reformas<br>03 - ampliação<br>20 - unidades escolares receberam a instalação de equipamentos de segurança móvel. |                       |  |              |   |   | 15.034.840,05 | 69 - reformas<br>06 - ampliação<br>53 - unidades escolares receberam recursos para execução do sistema de Prevenção e Combate a Incêndio. |  |  |
|  |  |                                | laboratorio de informatica móvel para UE que oferetam educação profissional  | SECTP | 261.715,50     | 2   |                       |  | 261.715,50   | 2 | 0 | 0             |   |  |  |
|  |  |                                | Aquisição de equipamentos tecnológicos (Chromebooks) para uso de professores e alunos das escolas estaduais                  |       |                |   |                       |  |              |   |   | 327.050,06    | 80 Chromebooks<br>34 Notebooks<br>2 Carrinhos de Recarga  |  |  |
| <b>TOTAL PARCIAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO</b>        |  |                                |  |       | 268.533.383,63 |   | 1.976.193,35          |  | 3.243.961,97 |   |   |               |   |  |  |
| <b>TOTAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PRIORITÁRIO EM</b> |  |                                |  |       | 292.312.447,08 |   | 1.976.193,35          |  | 3.679.236,17 |   |   |               |   |  |  |
| <b>TOTAL</b>   |  |                                |  |       |                |   | <b>297.967.876,60</b> |  |              |   |   |               |   |  |  |